

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VALÉRIA CALVI AMARAL SILVA

**Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de
ação em duas organizações feministas**

Porto Alegre
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VALÉRIA CALVI AMARAL SILVA

**Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em duas
organizações feministas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Dr. Marcelo Kunrath da Silva

Porto Alegre
2013

CIP - Catalogação na Publicação

Calvi Amaral Silva, Valéria

Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em duas organizações feministas / Valéria Calvi Amaral Silva. -- 2013.
201 f.

Orientador: Marcelo Kunrath da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Diversidade. 2. Feminismo. 3. Movimento Social. 4. Quadros interpretativos. 5. Repertórios de ação. I. Kunrath da Silva, Marcelo, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

VALÉRIA CALVI AMARAL SILVA

Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em duas organizações feministas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Prof. Dr. Marcelo Kunrath da Silva
(Orientador)

Prof. Dr. Jussara Reis Prá
(UFRGS)

Prof. Dr. Ângela Schulz
(UFPEL)

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
(UFRGS)

Porto Alegre
2013

AGRADECIMENTOS

Nunca me agradaram aqueles agradecimentos em dissertações de mestrado com tom dramático. A imagem que me vinha à mente, ao lê-los, era a de um(a) mestrando(a) que havia atravessado a pé e desarmado(a) um campo de batalha, tendo sobrevivido ao final. O tom dramático dos agradecimentos parecia demasiado exagerado para um processo de elaboração e escrita que dura, em média, dois anos. Porém, ao chegar ao término da minha dissertação, o sentimento não é proporcionado pela sobrevivência a um campo de batalha, mas de alívio e realização por ter vivenciado um processo intenso que, em muitos momentos, representou um grande desafio para mim. A dissertação é o fruto material e concreto desse período no qual não apenas com o universo desconhecido que a Sociologia representava para mim tive contato, mas com emoções e sensações provocadas por ele, seja nas aulas do mestrado, seja no processo da escrita da dissertação. Ora desconfortáveis, ora não, foram esses sentimentos que me remeteram à imagem do campo de batalha, fazendo com que, hoje, eu compreenda que tal imagem não é exagerada, mas sim a expressão do que esse processo chamado mestrado representa para quem por ele passa. Porém, não é com a imagem do campo de batalha, mas com a imagem do parto que sintetizo o que esse processo significou para mim.

Fizeram parte desse parto, muitas pessoas e instituições que merecem agradecimento. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição onde, até agora, fiz e faço minha formação acadêmica. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, por ter aberto suas portas para mim; a CAPES, por ter me proporcionado fazer esta pesquisa da maneira mais tranquila possível e ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Kunrath da Silva, pela paciência e sabedoria com que me orientou nesse período. A ele dedico um agradecimento especial. Aos meus colegas, especialmente Paulo, Glauco, Bernardo, Lu, Felipe, Alan e Abel pelas risadas, chimarrão e convívio.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai, pessoas fundamentais na minha vida que sempre me incentivaram e deram todo o suporte necessário, eles sabem o quão difícil foi esse parto em certos momentos e o quão prazeroso ele foi em outros. Agradeço também às minhas irmãs, que, assim como meus pais, sempre estiveram presentes. Ao Lívio, meu companheiro, por todo o apoio e compreensão em todos os momentos. Tua presença foi mais do que especial para mim. À Jana, minha amiga querida, por compartilhar comigo diversas dúvidas e inquietações a respeito do feminismo. E, por

fim, a todas as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas e do Coletivo Feminino Plural, que “abriram as portas” de suas organizações, me permitindo adentrar e trilhar os caminhos percorridos por elas.

A todas e todos vocês, muito obrigada por fazerem parte dessa “gestação” “parto”.

Meu marido me perguntou se não estou cansada, pois tenho sessenta e tantos anos e já sou aposentada. Mas eu sinto que não posso parar, não me completo.

Nadir Concari, liderança do MMC

Análise das relações entre quadros interpretativos e repertórios de ação em duas organizações feministas

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre as formulações teóricas e práticas no campo do feminismo. Para tanto, consistem em objeto empírico deste trabalho o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a organização não-governamental (ONG) Coletivo Feminino Plural, ambas com atuação no estado do Rio Grande do Sul e identificadas com o feminismo. A partir do conceito *movimento social* para tratar do feminismo – que passa a ser entendido enquanto rede que admite uma diversidade de atores e proposições-, as formulações teóricas das organizações foram abordadas segundo o conceito *quadros interpretativos* e as práticas, *repertórios de ação*, afim de que fossem reestruturados para posterior análise os elementos teóricos e práticos das mesmas. Tal argumentação foi acompanhada pelo resgate do desenvolvimento do feminismo no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, fazendo emergir o contexto no qual MMC e Coletivo Feminino Plural surgem. Análises intra-organizacionais e inter-organizacionais foram realizadas, optando-se, para isso, por uma pesquisa qualitativa relacional, na qual foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas com as dirigentes e coordenadoras das organizações para apreender, principalmente, os repertórios de ação e análise de documentos para apreender os quadros interpretativos.

Palavras-chave: Diversidade. Feminismo. Movimento Social. Quadros interpretativos. Repertórios de ação.

Analysis of the relationship between interpretive frames and repertoires of action in two feminist organizations

ABSTRACT

This research aims to analyze the relations established between theoretical formulations and practices in the field of feminism. For this purpose, consist of empirical object of this work the Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) and the non-governmental organization (NGO) Coletivo Feminino Plural, both with operations in the state of Rio Grande do Sul and identified with feminism. From concept to treat social movement of feminism - which happens to be understood as a network that supports a diversity of actors and propositions-the theoretical formulations of organizations were approached according to the interpretative frames concept and practices, repertoires of action in order to that were restructured to further analysis the theoretical and practical elements of the same. That argument was accompanied by rescue of the development of feminism in Brazil, especially in Rio Grande do Sul, giving rise to the context in which MMC and Coletivo Feminino Plural arise. Analyzes intra-organizational and inter-organizational were performed, choosing to do so, by a relational qualitative research, in which semi-structured interviews with the managers and coordinators of organizations interviews were used to capture mainly the repertoires of action and analysis documents to seize interpretive frameworks.

Keywords: Diversity. Feminism. Social Movement. Interpretative frameworks. Repertoires of action.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Fluxograma Movimento de Mulheres Camponesas

Figura 2 – Fluxograma Coletivo Feminino Plural

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – *Mater frames* dos direitos humanos e revolução

LISTA DE SIGLAS

ABEEF: Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal
ACOMUZ: Associação Comunitária Morro da Cruz
AGENDE: Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
Aids: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMENCAR Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente
AMTR: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil
CEB: Comunidade Eclesial de Base
CEDAW: Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CEDICA-RS: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio Grande do Sul
CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica
CIMI Conselho Indigenista Missionário
CNDM: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
COMDIM: Conselho Municipal de Direitos da Mulher
CORSAN: Companhia Riograndense de Saneamento
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CRAS: Centro de Referência de Assistência Social
CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM: Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DECA: Delegacia da Criança e do Adolescente
DSTs: Doenças Sexualmente Transmissíveis
EUA: Estados Unidos da América
FEAB: Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FIERGS: Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul
FNUAP: Fundo das Nações Unidas para a População
HIV: Human Immunodeficiency Virus
IMAMA-RS: Instituto da Mama do RS
LMP: Lei Maria da Penha
MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

MML: Movimento de Mulheres pela Libertação
MMTR-RS: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
MS: Movimento Social
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD: Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NIEM/UFRGS: Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e
Gênero/Universidade Federal do Rio Grande do Sul
OMS: Organização de Movimento Social
ONG: Organização Não-Governamental
ONU: Organização das Nações Unidas
OXFAM: Oxford Committee for Famine Relief
PJR: Pastoral da Juventude Rural
RHEG: Rede de Homens pela Equidade de Gênero
RSMLAC: Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe
SESC: Serviço Social do Comércio
SESI: Serviço Social da Indústria
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 BASES TEÓRICAS DA DISCUSSÃO.....	20
2.1 SOBRE O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL	20
2.2 A DIVERSIDADE NO MOVIMENTO FEMINISTA	29
2.3 A DIVERSIDADE EXPRESSA NOS QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO.....	37
2.3.1 Quadros Interpretativos	39
2.3.2 Repertórios de ação	46
2.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO.....	49
3 O FEMINISMO NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES.....	52
3.1 TRAJETÓRIA RECENTE DO FEMINISMO NO BRASIL: O PANO DE FUNDO DO QUAL EMERGEM O COLETIVO FEMININO PLURAL E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	52
3.2 SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	61
3.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	71
3.4 SURGIMENTO DO COLETIVO FEMININO PLURAL	73
3.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COLETIVO FEMININO PLURAL	79
4 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS.....	82
4.1 QUADROS INTERPRETATIVOS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	82
4.1.1 Quadros interpretativos de diagnóstico	82
4.1.2 Quadros interpretativos de prognóstico.....	98
4.1.3 Quadros interpretativos de motivação	116
4.2 REPERTÓRIOS DE AÇÃO do movimento de mulheres camponesas	118
4.2.1 Tipos de repertórios:.....	119
4.2.2 Parceiros das ações.....	124
4.2.3 “Alvos” das Ações	125
4.2.4 Tipos de reivindicações	125
5 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO COLETIVO FEMININO PLURAL.....	127
5.1 QUADROS INTERPRETATIVOS DO COLETIVO FEMININO PLURAL	127
5.1.1 Quadros interpretativos de diagnóstico	127
5.1.2 Quadros interpretativos de prognóstico	137
5.1.3 Quadros interpretativos de motivação	148
5.2 REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO COLETIVO FEMININO PLURAL	150
5.2.1 Tipos de Repertório	150
5.2.2 Parceiros nas ações.....	154
5.2.3 “Alvos” das Ações	156
5.2.4 Tipos de Reivindicações	158

6 INTERSECÇÕES ENTRE QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO: ONDE OS PRIMEIROS TOMAM FORMA NOS SEGUNDOS	161
6.1 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	161
6.2 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO NO COLETIVO FEMININO PLURAL.....	173
6.3 ELEMENTO COMUNS, PORÉM DIFERENTES NA E PARA AS ORGANIZAÇÕES	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
REFERÊNCIAS.....	193

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge da observação das diferentes formas de atuação das organizações do movimento feminista no Rio Grande do Sul, bem como da diversidade de discursos dessas organizações sobre a causa feminista. De ações que contam com grande número de participantes a ações com reduzido contingente de pessoas, de mobilizações contestatórias a atuações institucionais, diversas são as atividades realizadas por mulheres organizadas enquanto feministas. Em cada uma dessas ações, o discurso da transformação da condição social da mulher é mobilizado na tentativa de incidir sobre a realidade e transformá-la a partir da ótica feminista. Mas qual seria a ótica do movimento feminista? Não apenas as ações e os seus alvos variam, como também os discursos que acompanham essas ações, dando um caráter multifacetado ao movimento feminista. O Coletivo Feminino Plural, uma organização não-governamental (ONG), e o Movimento de Mulheres Camponesas, um “movimento social”, ambos atuantes no estado do Rio Grande do Sul, são exemplos dessa diversidade.

Ora, se distintos discursos sobre o feminismo são acompanhados por distintas formas de atuação por parte das organizações feministas, pode-se inferir a existência de uma relação de interdependência entre discurso e prática. Assim sendo, as diferenças nas formas de atuação observadas entre as organizações feministas poderia ser explicada, ao menos em parte, pela variedade de enquadramentos interpretativos da própria causa feminista. É a partir desse raciocínio que surge esta pesquisa, que tem como principal objetivo responder ao seguinte problema: como as diferentes formas de enquadramento interpretativo do feminismo por parte das organizações Movimento de Mulheres Camponesas e Coletivo Feminino Plural se relacionam com os repertórios de ação, ou seja, com os padrões de ação das mesmas?

Para o cumprimento do objetivo principal se faz necessário percorrer alguns passos que representam, em si, objetivos em direção à resposta ao problema levantado. Para relacionar enquadramentos interpretativos com repertórios de ação, apreende-se, em primeiro lugar, a dimensão teórica e, em seguida, a dimensão prática das organizações. Consiste em objetivo da pesquisa, portanto, construir essas duas dimensões de cada organização, o que leva a outro objetivo da pesquisa: a relação inter-organizacional. Na tentativa de compreender como a dimensão teórica aparece concretizada na dimensão prática, a relação estabelecida não apenas intra-

organizacional, mas entre as organizações permite ao(à) pesquisador(a) perceber elementos em comum ou não nessa relação.

Questionar-se sobre a relação entre discurso e prática, é questionar-se sobre a relação existente entre quadros interpretativos e repertórios de ação, conceitos da Teoria do Processo Político que adquirem centralidade nesta pesquisa. O primeiro diz respeito à interpretação que as organizações fazem de determinada questão social, neste caso a questão da condição da mulher na sociedade. Tal interpretação não é formulada apenas em termos de diagnosticar os problemas enfrentados, como também de propor soluções para ele. Já o segundo diz respeito às formas de atuação propriamente ditas, que passam por um processo de escolha por parte dos(as) integrantes de um movimento social para definir quais ações serão utilizadas e como serão realizadas. A diversidade de discursos e de práticas é, então, contemplada por esses dois conceitos. Porém, no campo dos movimentos sociais, incluindo-se aí o feminismo, muitas imprecisões conceituais são verificadas, sendo necessário definir os conceitos utilizados.

No segundo capítulo, a fim de “limpar” essa imprecisão, ao invés de serem abordados, em primeiro lugar, os conceitos *quadro interpretativo* e *repertório de ação*, será abordado o conceito de *movimento social*. Tal abordagem se justifica, pois é nesse conceito que se originam as imprecisões sobre o movimento feminista. Definido o que é movimento social, definição que deve resguardar a diversidade de discursos e práticas, parte-se para a análise conceitual do que vem a ser o movimento feminista, entendido como movimento social segundo a definição proposta. É nessa análise, que a diversidade de discursos e práticas feministas começa a se estruturar, para só então ser possível tratá-la à luz dos conceitos *quadro interpretativo* e *repertório de ação*. Essa diversidade de práticas e discursos é, então, contemplada pelos conceitos propostos, abrindo caminho para o tratamento das organizações que constituem o objeto desta pesquisa, analisando-se como quadros interpretativos e repertórios se relacionam empiricamente no cotidiano da mesmas.

Definidos os conceitos, parte-se para o capítulo 3, no qual as organizações do movimento feminista pesquisadas – Coletivo Feminino Plural e Movimento de Mulheres Camponesas - serão apresentadas, não sem antes, porém, contextualizar o surgimento das mesmas nos processos históricos de mobilização social em geral e das mulheres em específico. O Brasil, desde a década de 1970, viveu um intenso processo de mobilizações coletivas e de debates acerca do feminismo, que estão no seio das organizações. Compreender o Coletivo Feminino Plural e o Movimento de Mulheres

Camponesas tanto em termos de quadros interpretativos, quanto em termos de repertórios de ação, passa por compreender os processos históricos vivenciados por suas fundadoras que levaram, para dentro das organizações, as marcas de um passado recente que continuam ativas até hoje. Somente após a apresentação desse passado, é que as organizações terão a história de seu surgimento bem como as suas estruturas organizativas apresentadas, caracterizando-as para o(a) leitor(a).

No quarto e quinto capítulos, o questionamento acerca da relação entre quadros interpretativos e repertórios de ação ganha relevo, sendo apresentados os quadros e repertórios do MMC e do Coletivo Feminino Plural, respectivamente. Os quadros interpretativos serão desdobrados em suas dimensões constitutivas, a saber, diagnóstico, prognóstico e de motivação, sendo remontada a partir delas a forma de enquadramento da causa feminista por parte de cada organização. Os repertórios de ação serão expostos a partir dos tipos de ações desenvolvidas, parceiros, alvos e reivindicações das ações, esperando-se, com isso, apreender os padrões de atuação das organizações de maneira a tornar possível uma relação entre elas.

Já no capítulo 6, serão analisadas as relações estabelecidas entre quadros interpretativos e repertórios de ação. Tal análise será feita de forma intra-organizacional e inter-organizacional, esperando-se, com isso, elucidar os pontos em que essa interface ocorre. Os pontos de divergência e convergência entre as organizações serão destacados, tornando nítido o caminho que vai da interpretação à ação.

Por fim, nas considerações finais serão apresentadas as conclusões acerca da análise dessas organizações nos termos em questão, sintetizando os argumentos levantados por esta pesquisa. Ainda, possíveis questões residuais, surgidas no decorrer das análises, serão abordadas não em termos conclusivos, mas em termos de abertura para novas possibilidades de pesquisa.

Com relação aos métodos e técnicas de pesquisa, esta se caracteriza por ser, em primeiro lugar, uma pesquisa relacional qualitativa. A relação surge da necessidade de apreender a diversidade presente no movimento feminista, traduzida já na definição de movimento social. São os variados quadros interpretativos e os variados repertórios de ação que conferem sentido a ela, sendo, portanto, necessário abordá-los. Se apenas uma organização fosse abordada, correr-se-ia o risco de não apreender essa diversidade, pois que podem existir ações e discursos presentes em uma organização, mas ausentes em outras que do movimento feminista façam parte. Toda pesquisa que percorre o caminho indutivo, incluindo-se esta, precisam lidar com um universo empírico para poder

induzir, a partir daí, suas conclusões teóricas. O problema do universo, no caso do movimento feminista atuante no Rio Grande do Sul, é que ele é demasiadamente amplo para ser percorrido; muitas são as organizações e indivíduos feministas que atuam no estado. Portanto, para evitar que a diversidade presente tanto empiricamente quanto teoricamente no movimento feminista fosse desconsiderada, foram escolhidas duas organizações bastante atuantes no estado e que ocupam lugares e fazem ações que ora se aproximam, ora se afastam. Mantida a diversidade, as relações estabelecidas entre quadros interpretativos e repertórios de ação podem ser melhor traçadas, pois que não há apenas uma construção em questão.

A escolha por uma pesquisa qualitativa se justifica pelo caráter do problema a que ela pretende responder. Uma vez que o que interessa é averiguar a interdependência entre ações e interpretações desenvolvidas/adotadas pelas organizações de movimentos sociais, utilizar-se de métodos e técnicas que permitam ao(à) pesquisador(a) apreender em que consistem os quadros interpretativos e os repertórios de ação e em como estes últimos são levados a cabo parecem ser a escolha mais adequada. Assim, a pesquisa qualitativa permite averiguar como essas relações se estabelecem. Dentro disso, foram utilizadas análise documental e entrevista semi-estruturada. Sobre a primeira, a análise dos documentos – panfletos, jornais, sites e cartilhas das organizações – foi realizada na tentativa de construir os quadros interpretativos das organizações e colher dados sobre as ações realizadas. Para os quadros, partiu-se da definição de feminismo apresentada pelas organizações a fim de que ganhassem relevo os demais elementos engendrados por ela. Cada um desses elementos foi seguido pela pesquisadora aos moldes de uma análise conceitual, esperando-se construir, com isso, um quadro no qual estivessem explicitados os diagnósticos, os prognósticos e os quadros motivacionais do Movimento de Mulheres Camponesas e do Coletivo Feminino Plural.

Com relação aos repertórios de ação, além de dados colhidos dos documentos utilizados, eles foram complementados por entrevistas semi-estruturadas realizadas com as coordenadoras e dirigentes das organizações. Como importa, para o caso dos repertórios, saber como foram pensadas as ações, a entrevista mostrou-se o instrumento mais adequado, uma vez que dificilmente tal raciocínio estará expresso nos materiais escritos e nas falas públicas das organizações. A entrevista semi-estruturada permite ao(à) pesquisador(a), ainda, a garantia de que pontos considerados chave serão explicitados nas falas das entrevistadas sem que, com isso, sejam ignoradas outras questões não previstas pelo(a) pesquisador(a), mas importantes para a organização.

Por fim, a opção por utilizar como fontes de dados documentos escritos e entrevistas com coordenadoras permitiu apreender exatamente aquilo que está contido nos quadros interpretativos e nos repertórios de ação: a expressão pública da organização. Não interessa a esta pesquisa se ater sobre o processo de construção desses quadros e repertórios, processos repletos de discussões e disputas internas que produzirão, ao final, um consenso da organização para a própria organização e para ser mostrado em público. O ponto central é a relação estabelecida entre esses dois conceitos, o que desvia o foco das interações existentes no interior das organizações que resultam na produção dos próprios consensos. Tais consensos, julga-se, encontram-se expressos nas publicações das organizações e nas falas de suas coordenadoras e/ou dirigentes. Ambas, publicações e falas, apresentam os conteúdos que a organização quer passar para a sociedade e a partir dos quais se estrutura sua atuação, sendo, portanto, o que está em questão quando da análise da relação entre quadros interpretativos e repertórios de ação.

Com o cumprimento de todas as etapas propostas acima, esta pesquisa traz, como resultado, um material consistente, novo e relevante para a pesquisa em Sociologia no Brasil. Consistente porque, para se trabalhar a relação entre a teoria e a prática das organizações, procurou-se, em primeiro lugar, embasar todos os elementos necessários para estabelecer essa relação através de conceitos que se articulam do capítulo 2 ao capítulo seis. Assim, toda a pesquisa encontra-se encadeada e embasada teoricamente. Além disso, as construções dos quadros interpretativos e repertórios de ação foram feitas a partir de exaustiva análise documental e entrevistas. Procurou-se abarcar o maior número possível de documentos das organizações, sendo efetuado, para cada documento, um trabalho de análise e relação entre conceitos. O mesmo foi feito quando da análise das entrevistas. Com relação à novidade, essa consiste, em primeiro lugar, na escolha teórica da pesquisa. Analisar organizações de movimento social a partir da Teoria do Processo Político ainda consiste em novidade no Brasil, uma vez que tal teoria ainda se encontra restrita a um menor número de pesquisadores e grupos de pesquisa, ainda que sua utilização esteja crescendo. A escolha teórica tem como consequência o segundo aspecto que representa uma novidade quando do estudo sobre organizações de movimentos sociais: o tratamento dado às mesmas. Ao se propor a responder à pergunta como as organizações se organizam e não por que se organizam, o foco é deslocado das conjunturas e questões identitárias que usualmente aparecem como respostas ao processo organizativo para a análise das organizações com relação à sua

construção e atuação na arena política. Assim, nesta pesquisa, ambas as organizações são desveladas no que tange à sua inserção política na sociedade enquanto atores políticos que atuam em diversas esferas sejam elas institucionais ou não. A análise, dessa forma, extrapola os limites da identidade e da esfera político-institucional, ambos os elementos sendo os mais comuns quando da análise de organizações de movimento social. A terceira novidade consiste na escolha dos objetos: duas organizações feministas do Rio Grande do Sul originadas em meios diferentes. O Coletivo Feminino Plural foi originado em Porto Alegre e tem, majoritariamente, uma atuação no meio urbano. Já o MMC foi originado no meio rural, sendo esse o palco principal de sua atuação. Colocar ambas as organizações juntas numa pesquisa relacional, dando relevo não aos lugares em que se originara e atuam, mas à condição de organizações feministas que por isso mesmo admitem relação, é algo novo nos estudos feministas brasileiros. Aliada a isso, a reconstrução histórica das organizações como pertencentes ao mesmo universo feminista e momentos pelos quais o feminismo passou no Brasil, completam a aproximação entre o meio urbano e o meio rural.

Por fim, pela opção teórica da pesquisa, pelas novidades que ela traz e por se propor a contribuir para o desenvolvimento dos estudos feministas na academia, essa dissertação é de grande relevância para a pesquisa em sociologia. O estudo sobre organizações do movimento feminista como atores que se colocam como sujeitos políticos de transformação social, pensando e agindo em observância aos momentos por que passa a sociedade e aos objetivos políticos traçados pelas mesmas, dá relevo a sujeitos que lutam pelo empoderamento, equidade e libertação das mulheres, parcela da população que ainda tem muito por conquistar na nossa sociedade.

2 BASES TEÓRICAS DA DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentadas as bases para o desenvolvimento desta pesquisa, a saber, os conceitos a partir dos quais o Coletivo Feminino Plural e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) serão trabalhados. Uma vez que ambos estão situados no campo da ação coletiva e são tomados ou como movimentos sociais em si ou como partes de um movimento social maior, o movimento feminista, é necessário, em primeiro lugar, determinar o que é um movimento social, sendo esse o primeiro conceito a ser trabalhado. Feito isso e levando-se em consideração as implicações desse conceito, parte-se para a análise do movimento feminista enquanto movimento social a partir da definição proposta. Como será visto, isso conduzirá a uma concepção de movimento feminista como uma rede complexa de interações, discursos e práticas variadas que se articula a partir de um denominador multifacetado: a mulher, ou nesse caso, a categoria mulher. A diversidade expressa nessa categoria e, conseqüentemente, nesse movimento pode, então, ser analisada à luz de dois conceitos centrais para a análise relacional entre as duas organizações: quadros interpretativos e repertórios de ação. Ambos correspondem a dimensões da ação coletiva que dizem respeito, respectivamente, à formulação do problema enfrentado pelas mulheres na sociedade e as possíveis soluções e às ações escolhidas pelas organizações para mudar essa situação, implementando as soluções propostas. Ainda que digam respeito a faces diferentes da ação coletiva, ambos os conceitos possuem interfaces, sendo a relação entre eles desenvolvida nos capítulos seguintes.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

Começo essa discussão com o conceito de movimento social, uma vez que tanto o próprio feminismo quanto as organizações Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e Coletivo Feminino Plural são tomados, cotidianamente, como sendo movimentos sociais, evidenciando uma clara confusão com relação ao seu significado. Se, por exemplo, o MMC é um movimento social, como pode então o movimento feminista, que não aparece no imaginário popular como uma organização tão sólida quanto a primeira, também ser um movimento social? Começar por esse conceito evita obscurecer a pesquisa com termos imprecisos, possibilitando ao leitor uma apreensão “limpa” da argumentação contida nessa pesquisa. Definir, em primeiro lugar, o que é

movimento social nos livra, portanto, das definições do “senso comum”, que nem sempre são embasadas em uma teoria, apresentando-se como frágeis opções para se levar a cabo uma pesquisa e uma argumentação.

Movimento social é, pois, um termo controverso devido à imprecisão na sua aplicabilidade. Talvez o fato de existirem diversas correntes teóricas, cada uma com uma definição do que ele venha a ser, contribuiu para que ele tenha adquirido contornos de guarda-chuva sob os quais qualquer movimentação coletiva é abrigada. Por isso é necessário se ater a ele antes de continuar.

Parte-se da definição de movimento social proposta por Diani (1992) por entender que ela vai ao encontro dos objetivos desta pesquisa e de sua argumentação teórica, como será visto mais adiante. Para Diani (1992), um movimento social é “uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajados num conflito político ou cultural, baseados numa identidade coletiva compartilhada” (p. 13). Tal conceito é fruto da análise de quatro teorias concernentes a movimentos sociais - teoria do comportamento coletivo, teoria da mobilização de recursos, teoria do processo político e teoria dos novos movimentos sociais -, representando a síntese entre elementos em comum que cada uma delas traz quando do tratamento do conceito em questão. Embora o autor não negue que existam divergências entre elas, apontando, inclusive, que essas já se encontram bastante desenvolvidas e conhecidas, há elementos suficientes para que se chegue a uma definição de movimento social mais abrangente do que as específicas às quatro teorias e que não entram em contradição com as mesmas ao serem condensados nessa nova definição.

O primeiro elemento diz respeito à concepção do movimento social como rede de interações informais, elemento que consiste na primeira parte da definição do conceito. As quatro teorias, cada uma com vocábulos específicos, admitem o movimento social enquanto coletividade organizada que leva em conta seus opositores na positivação daquilo que defende. Mesmo a teoria da mobilização de recursos, para a qual movimento social é um “conjunto de opiniões e crenças que representa preferências por mudar alguns elementos da estrutura social e/ou distribuição de recursos de uma sociedade” (DIANI, 1992, p. 4), não sendo, portanto, um ator social, pois que opiniões e crenças *per se* não se constituem como tal, colocam ênfase no que atualiza, isto é, põe em ações concretas esse conjunto de opiniões e crenças, a saber, organizações de movimentos sociais. Além disso, a teoria da mobilização de recursos

sustenta que tais organizações não são atores isolados; pelo contrário, configuram-se como atores em constante interação, podendo sobrepor-se uns aos outros. A interação, portanto, tem dois sentidos: interação entre os atores e interação entre os atores e opositores. Os próprios atores são admitidos como podendo ser indivíduos ou organizações, sendo que ambos não são auto-excludentes. Ora, se é assim, não é errado dizer que movimentos sociais são redes de interação. A questão da informalidade se deve à afirmação de laços flexíveis entre os membros de um movimento social, ainda que isso não seja necessariamente verdadeiro no caso das unidades que compõem o movimento, que constituem as organizações de movimento social. Sobre isso, Jenkins (1994) afirma a necessidade de distinguir

(...) entre os movimentos sociais (MS) definidos em função e objetivos amplos e as organizações de movimentos sociais (OMS) definidas por estruturas particulares de organização. Dado que os movimentos sociais se caracterizam normalmente por múltiplas OMS, um modelo multi-organizacional que permita a coexistência de diferentes tipos, geralmente é mais apropriado para avaliar a organização de um único movimento social¹.

Até aqui, a definição proposta por Diani (1992) “reconhece a pluralidade de atores envolvidos num movimento social e a informalidade dos laços que ligam uns aos outros” (p. 8).

Melucci (2001), no que tange à definição de movimento social como rede, vai ao encontro de Diani (1992) ao fazer um contraponto com concepções mais antigas² de movimento social, que o tomam como atores unitários, isto é, estruturas bem definidas e homogêneas que possuem existência ontológica independente da existência ou não de processos de ação coletiva em curso. Para essas concepções, os movimentos sociais (ou os atores sociais) são efeitos de uma situação histórica ou de uma determinada conjuntura, derivando-se quase que naturalmente delas, como no caso do marxismo; ou então produto de crenças e de representação compartilhadas entre atores, como no caso do behaviorismo, conformando uma unidade homogênea nos dois casos. Ambas as explicações acabam não por analisar o movimento social em si, mas as crises políticas, econômicas ou morais existentes na sociedade; o foco da discussão, portanto, acaba por

¹ Tradução minha. No original: “entre los movimientos sociales (MS) definidos en función de objetivos amplios y las organizaciones de movimientos sociales (OMS) definidas por estructuras particulares de organización. Dado que los movimientos sociales se caracterizan normalmente por múltiples OMS, un modelo multiorganizacional que permita la coexistencia de tipos diferentes resulta en general más apropiado de cara a calibrar la organización de un único movimiento social” (JENKINS, 1994, p.25).

² O marxismo e o behaviorismo são as concepções de que fala Melucci (2001).

deslocar-se do próprio movimento para recair quase que exclusivamente sobre as transformações sociais que gerariam os movimentos. Com isso, muito pouco foi dito sobre a interação presente na formação dos movimentos sociais, sua perenidade e disputas internas, fazendo com que esse emergisse quase que como resultado necessário de determinada etapa histórica e social e, por isso, como unidade homogênea seja de crenças, seja de objetivos, que leva a cabo certos tipos de ação.

Para Melucci (2001) tais explicações encontram limite na complexificação das sociedades contemporâneas, traduzida no enfraquecimento das linhas outrora tão fortemente traçadas entre sociedade civil e Estado, esfera pública e privada; na presença constante da mídia, que mais do que uma maneira de comunicação, transformou-se num instrumento de grande relevância nas transformações e movimentações sociais; no surgimento de movimentos que não pretendem provocar transformações econômicas, mas sim culturais. Para o autor, “na contemporaneidade criada pelo universo das mídias, coexistem todos os ‘estratos geológicos’ da história humana” (p. 24), rompendo com a ideia de uma linearidade histórica encarregada de fazer emergir os movimentos sociais e suas práticas conforme o período histórico em questão.

Nos movimentos contemporâneos, continua o autor, como em todos os fenômenos coletivos, combinam-se formas de ação que dizem respeito aos diversos níveis da estrutura social, que implicam diversas orientações, que pertencem a fases históricas diversas (p. 25).

Aqui, não apenas com as leis da História o autor rompe, como também com as crenças e representações coletivas, uma vez que os movimentos sociais, pela asserção exposta acima, admitem *diversas orientações*, isto é, diversas crenças e representações. A homogeneidade dos movimentos sociais, portanto, é quebrada.

O que são, então, movimentos sociais? Se a complexificação das sociedades contemporâneas tira, por um lado, a possibilidade de encará-los como simples respostas às crises estruturais ou morais, coloca, por outro, a possibilidade de tratá-los como “fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui” (MELUCCI, 2001, p. 29), como “sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social”. Os movimentos sociais são, novamente e recobrando a definição de Diani, redes complexas que envolvem variados atores e interações para que

se produza uma unidade baseada não na uniformidade, mas na pluralidade de discursos e ações.

As definições de Diani (1992) e Melucci (2001) colocam para o(a) pesquisador(a), então, uma nova questão acerca dos movimentos sociais. Não se trata tanto de responder à pergunta “por que se formam os movimentos sociais”, mas “como se formam e se mantêm os movimentos sociais”. Entendê-los não é mais uma questão de dedução da realidade social, mas sim de compreensão de uma rede formada por vários nós, cada um desses possuindo especificidades, que se tece na interação, negociação e até mesmo conflito entre seus constituintes. O foco, então, é deslocado das análises conjunturais para os variados processos de formação do ator coletivo movimento social, atribuindo protagonismo àqueles(as) envolvidos(as) na sua formação. Do comportamento reativo de outrora, o movimento social é jogado para a posição de elemento plural ativo que incide sobre diversas áreas do sistema, justamente devido à sua pluralidade de constituintes e, por conseguinte, de ações. Daí Melucci (2001) afirmar que

Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior, com os concorrentes, aliados, adversários e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidades e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma, se mantém ou se modifica no tempo (p.23).

Pensar o movimento social como rede implica, portanto, pensá-lo como dinâmica e não como ator isolado, incluindo nessa dinâmica as inúmeras organizações e indivíduos que possuem algo em comum e interagem. Isso se mostra particularmente importante para esta pesquisa, que tem como pano de fundo para seus objetos o movimento feminista. A literatura sobre o tema, como será visto mais adiante, admite o feminismo enquanto movimento social do qual inúmeras organizações, estruturadas de muitas maneiras, fazem parte; ele não é, assim, uma organização específica. As próprias entrevistadas o concebem dessa forma ao falar de suas organizações. Carmen, ao falar das dificuldades por que passam as organizações de mulheres no país e da importância do Coletivo Feminino Plural nesse quadro, coloca que

(...) se a gente pensar no movimento feminista de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul hoje, acho que o Coletivo Feminino Plural seja hoje a organização de mulheres que tá dando a maior contribuição como sociedade

civil, né. Nós somos hoje a organização mais atuante. Eu gostaria até que não fosse, porque eu conheço as fragilidades do Coletivo, eu gostaria que nós fossemos a mais frágil das organizações das mulheres. Porque eu gostaria que as organizações estivessem mais fortes e que a gente fosse frágil.

Ainda, a afirmação de Diani (1992) sobre as redes, que elas “promovem a circulação de recursos essenciais para a ação (informação, expertise, recursos materiais)” (p.8) pode ser vista no trânsito que há entre ONGs feministas e organizações feministas de base:

... temos aliança com algumas ONGs feministas. Não dá pra negar essa troca, contribuição teórica. Claro que, geralmente, é da cidade, mas não tem como não dizer que algumas não produzem um material interessante, fazem algumas coisas que nos convidam e nós convidamos elas para alguma coisa (Fabiana, liderança do MMC).

... claro que a gente sempre implementa como projeto, mas nem sempre, às vezes nós fazemos como ativismo, que é a capacitação dos agentes públicos e privados do próprio movimento de mulheres para a implementação de políticas públicas. Então a gente historicamente desenvolve projetos de formação de agentes governamentais e não-governamentais, no enfrentamento da violência contra meninas. A mesma coisa para o enfrentamento da violência contra as mulheres. A mesma coisa para as políticas de DST/HIV/ads. Então nós fazemos esse trabalho de formação tanto para o movimento de mulheres para que possa monitorar, fiscalizar, fazer o advocacy, quanto desses agentes públicos (Carmen, coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

As redes são formadas e reproduzidas a partir de uma identidade compartilhada entre seus membros: a identidade coletiva. Para Melucci (2001), o processo de formação da identidade coletiva depende da ação coletiva, da interação entre pólos de oposição com relação a uma questão. Essa questão não é apenas aquela que diz respeito ao poder – disputa pelo poder, negação do poder -, mas também de exclusão de representações sociais. Assim, grupos marginalizados que não se vêem como participantes da ordem social, também desencadeiam processos de ação coletiva, construindo, com isso, um processo de identificação coletiva. Para o autor esse é o caso, por exemplo, das mulheres.

O que ocorre na ação coletiva é um processo de fortalecimento entre os laços dos indivíduos que compõem os pólos da disputa, um processo de reforço da solidariedade produzida naquele momento, naquele grupo. O autor afirma que “a luta tem sempre, também, objetivos instrumentais, mas, em primeiro plano, está o reforço da solidariedade do grupo, a busca da troca simbólica e afetiva” (MELUCCI, 2001, p. 84). Portanto, não é só o atendimento das demandas que está envolvido na ação, mas a própria construção do grupo e aderência do indivíduo a ele. Ou seja, a aderência da

identidade pessoal à identidade coletiva. O indivíduo está, assim, subsumido no coletivo, sem que isso signifique a perda da sua individualidade. Os problemas pessoais transformam-se em problemas coletivos, abrindo espaço para o sujeito “nós”. Estar em oposição a um ator ajuda nesse processo: o “nós” se opõe ao Outro, a identidade é também forjada na negação.

Ora se é ela forjada, não pode ser, então, um dado natural ou então um elemento que está fora do próprio indivíduo, pairando sobre ele até o momento em que este a agarra. O fato de se engajar num grupo não significa que automaticamente o indivíduo assumira esse “nós”, tampouco que esse “nós” já se encontra pronto, acabado, imutável. Por ser um processo relacional, a identidade é produzida. Ambos, sujeito e coletivo, se influenciam:

A identidade não se apresenta mais como um ‘dado’ da natureza, nem simplesmente como conteúdo de uma tradição na qual os indivíduos se identificam. Ela não é mais fundada unicamente sobre o pertencimento a ‘associações reguladas normativamente’ (Estados, partidos, organizações). Os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação de sua identidade, que é o resultado de decisões e de projetos, além de condicionamentos e de vínculos (MELUCCI, 2001, p.89).

Sobre essas questões é exemplar o movimento feminista, forjado, para o autor, no seio da busca por reconhecimento, que fez emergir uma identidade coletiva daquilo que se chama mulher a partir de indivíduos em contextos extremamente privados que, na ação coletiva no combate aos papéis a eles atribuídos, forjaram a identidade feminista:

A família foi e ainda é, em grande medida, o espaço do cotidiano, o tempo mais típico na história das mulheres, símbolo dos ritmos do nascimento e da morte, do amor e do sofrimento(...). É nesse tempo, repetitivo e quase natural, que as mulheres começam a redefinir do seu oposto, da mudança, da ação feminina, portadora de sentido. E descobrem, assim, traços da identidade feminina que podem silenciosamente se tornar palavras, enquanto o cotidiano se revela não mais manipulação e opressão, mas espaço de sentido (MELUCCI, 2001, p.106).

Portanto, a identidade tem sua origem em um processo social de aprendizagem e reconhecimento entre os indivíduos na ação coletiva não mais como dado natural, mas sim construído socialmente a partir da sua capacidade de produzir ação, fortalecendo o grupo, pois que a solidariedade produzida gera coesão. O indivíduo não é suprimido dentro da ação coletiva por esse possuir uma identidade como ator social e por meio de um comportamento mecanizado. Isso porque as demandas pessoais e demandas

coletivas não significam coisas necessariamente separadas. Uma necessidade particular pode ser entendida como subsumida numa demanda coletiva como ocorre, por exemplo, no caso da violência contra mulher. A agressão é materializada em corpos femininos individuais, entretanto uma mulher vítima de violência pode identificar a mesma situação no corpo de sua vizinha, amiga, etc. A partir daí se criam laços de reconhecimento de uma situação individual a princípio, que pode ser generalizada e se tornar uma demanda coletiva a partir da reflexão e estímulos afetivos, que dão coesão para o movimento coletivo. A violência, então, não é um problema exclusivo “meu”, mas sim da sociedade, pois mais mulheres enfrentam a mesma situação. A partir daí, a ação coletiva pode ser formulada em vários termos, sendo, conforme Melucci, responsabilizado o Estado pela garantia dos direitos feminino e o movimento feminista o grupo que leva a cabo as ações, forjando a identidade de mulheres enquanto feministas.

O termo ‘identidade coletiva’ é estendido por Diani de forma a estarem contidos no termo a ideologia³ proposta pela teoria do comportamento coletivo, o conjunto de crenças e opiniões compartilhadas segundo a teoria da mobilização de recursos e a identidade, conforme a teoria do processo político e teoria dos novos movimentos sociais. É a partir da identidade coletiva que os atores formam o e incluem-se no movimento social sem que isso signifique a completa homogeneidade entre eles. Ainda que a identidade coletiva seja aquilo que dá significado para eventos coletivos que de outra forma apareceriam como eventos isolados, tal significado é, muitas vezes, parcialmente compartilhado pelos membros da rede⁴; o movimento feminista constitui-se como caso exemplar. Embora dele façam parte inúmeras organizações, apenas parcialmente há acordo entre elas. O Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, dá ênfase – o que não significa dizer apenas – na superação do sistema capitalista para a libertação das mulheres, ao passo que o Coletivo Feminino Plural enfatiza o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos e o cumprimento dos acordos e tratados internacionais para a libertação. Conectando-se identidade social e movimento social, tem-se que as identidades dentro das redes serão tão heterogêneas quanto forem os agentes que as compõem, fazendo emergir uma multiplicidade de concepções e ações.

³ Sobre *ideologia* será falado mais adiante quando da sua diferenciação do conceito de quadro interpretativo.

⁴ O próprio processo segundo o qual um indivíduo assume para si a identidade de uma organização específica envolve negociações, não se configurando como admissão automática.

O movimento social configura-se como rede de interações informais voltada para a ação conflitiva. O entendimento sobre o tipo de ação que o conflito envolve é diferente para os autores. Para Touraine, conflito diz respeito à historicidade, isto é, à disputa de significados; para Melucci, às ações que desafiam o mecanismo de dominação sistêmica; e, para a Teoria do Processo Político, aos eventos de protesto, incluindo aí aqueles em que ocorrem processos de negociação ao invés de processos de enfrentamento. Porém, mesmo que o conflito não direcione as ações todas para o mesmo ponto, ele figura como elemento motor das mesmas. Por isso, permanece válida a afirmação de que ele é característica definidora de movimento social para os diferentes autores e teorias analisadas por Diani. Outra questão, se ele é de cunho político ou cultural é mais uma questão de ênfase do que de incompatibilidade conceitual. Assim, movimentos sócio-políticos e movimentos culturais estão incluídos nesse conceito de movimento social. O conflito é, pois, o terceiro e último elemento, ou o terceiro critério definidor do que seja um movimento social.

Importante salientar que na definição proposta por Diani não fazem parte a forma como atuam as organizações de movimentos sociais, tampouco a negação da esfera institucional como campo de atuação dos mesmos, pois que as primeiras admitem variadas formas e a segunda vem mostrando-se, segundo o autor, como ponto frágil de qualquer definição que a adote. Como será visto mais adiante, o dilema institucionalização x não institucionalização, pelo menos no caso do Brasil, mostrava-se mais presente à época do regime militar. Com o processo de democratização, muitas mulheres que fizeram parte de organizações feministas, a partir da brecha da Constituição de 1988, que previa a criação de espaços institucionais como conselhos e secretarias de mulheres, passaram a ver no Estado não um completo aliado, mas minimamente um espaço de atuação e militância em prol do feminismo. Assim, ONGs foram formadas sem que as mesmas deixassem de pertencer ao movimento social feminista. A institucionalização, portanto, não define quem faz e quem não faz parte do movimento feminista. As ONGs feministas, inclusive, são vistas como parte do movimento pelas mulheres organizadas em movimentos de base, caso do Movimento de Mulheres Camponesas. O ponto não é a institucionalização ou não, mas as formas como as organizações feministas vêm agindo e a partir de que leituras, questão a que esta pesquisa se propõe a elucidar, suscitada, também, pelo conceito aqui adotado de movimento social:

(...) a definição de movimentos sociais também muda a ideia de que movimentos sociais são, necessariamente, atores contrários ao sistema. Isso deixa mais espaço para a análise de como os movimentos sociais mudam através do tempo em aspectos como o número e a qualidade dos atores envolvidos em eventos de protesto, as interpretações culturais do conflito, as questões de posicionamento, os repertórios de ação e os graus de radicalização (p. 19).

2.2 A DIVERSIDADE NO MOVIMENTO FEMINISTA

Sendo o movimento social uma rede complexa formada por diversos atores e até mesmo indivíduos, tem-se que o MMC, assim como o Coletivo Feminino Plural, não são movimentos sociais por eles mesmos. São, na verdade, organizações que compõem o movimento social feminista ou, simplesmente, movimento feminista. Ao falar em movimento feminista, portanto, não se está a fazer referência às unidades que o compõem, mas à rede em geral. Porém, dado que essa rede, como afirmado anteriormente, se constitui como complexidade formada a partir de uma pluralidade de atores, a própria rede não poderia ser homogênea. O movimento feminista é, portanto, uma rede complexa que admite uma diversidade de discursos e práticas em torno do que se chama, genericamente, “a causa das mulheres”. Porém, se o movimento feminista diz respeito às mulheres, há quem possa pensar que, ainda que dele façam parte inúmeras organizações e indivíduos, esses não difeririam tanto assim, pois que possuem um denominador comum: a mulher. O que se vê, entretanto, é que nem mesmo esse denominador pode ser considerado tão comum como pode se pensar.

Começa-se, então, essa discussão com o questionamento de Sojourner Truth, escrava negra nos Estados Unidos da América, ao discursar contra a escravidão ao mesmo tempo em que refletia sobre a condição da mulher: não sou eu uma mulher?

Bem, crianças, onde há muito barulho, deve haver alguma coisa fora de ordem, eu acho que entre os negros do Sul e as mulheres do Norte - todos falando sobre os direitos - os homens brancos vão ser corrigidos bastante em breve. Mas sobre o que é toda essa conversa? Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar nas carruagens, e erguidas sobre as valas, e ter o melhor lugar em toda parte. Ninguém me ajuda em nenhum lugar melhor. E não sou eu uma mulher? Olhem para mim, olhem para o meu braço. Tenho arado (sic), tenho plantado e tenho recolhido em celeiros. E nenhum homem pode me guiar. E não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto, e comer tanto quanto qualquer homem - quando eu podia fazê-lo - e suportar o chicote tanto quanto! E não sou eu uma mulher? Eu tenho produzido crianças e visto a maioria delas vendidas como escravos, e

quando eu gritei com a dor de mãe, ninguém exceto Jesus me ouviu. E não sou eu uma mulher? ...⁵

Tal pergunta, lembrada por Brah (2004), já antevia os problemas por que passaria o movimento feminista, definido mais adiante ao longo da sua existência. O questionamento diz respeito à diferença corporificada, vivida e percebida por Sojourner Truth, mulher, negra e escrava, ao comparar-se com a mulher branca e não-escrava em termos que dizem respeito à esfera econômica, política e cultural. As atividades de Sojourner, embora realizadas por um corpo de mulher, não eram as mesmas realizadas por aquelas com quem se comparava; o tratamento recebido não era o mesmo; os melhores lugares não lhe eram conferidos; as expectativas quanto à quantidade de comida ingerida por mulheres – menor do que a ingerida por homens - não eram as mesmas e, ainda assim, ela era uma mulher. Sojourner Truth apontava, com isso, para a condição não-universal da categoria “mulher” e, conseqüentemente, para a insuficiência da categoria “gênero” na análise das condições da vida social em que vivem as mulheres.

Definida a partir da oposição à categoria “homem”, “mulher” diz respeito ao ser humano do sexo biológico feminino. A partir daí se constroem as figuras da mulher e do homem na sociedade – construções de gênero -, possuindo raízes, portanto, no argumento biológico que atribui às diferenças entre mulheres e homens uma causa natural de diferenciação entre os sexos feminino e masculino. Ocorre que a construção das figuras do feminino e do masculino na sociedade não tem implicações apenas no campo da biologia. É a partir da construção dessas figuras que mulheres e homens são socializados e assumem papéis na sociedade. Sendo assim, tem-se uma identidade, que possui implicações sociais, definida por naturezas biológicas diferentes, que justamente por serem naturais são imutáveis – argumento que abre brecha para aqueles que deslegitimam o movimento feminista. Disso se segue que os papéis sociais

⁵ Discurso proferido em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio, EUA. Tradução minha. No original “Well, children, where there is so much racket, there must be something out of kilter, I think between the Negroes of the South and the women of the North - all talking about rights--the white men will be in a fix pretty soon. But what's all this talking about? That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody helps me any best place. And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm. I have plowed (sic), I have planted and I have gathered into barns. And no man could head me. And ain't I a woman? I could work as much, and eat as much as any man--when I could get it--and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne children and seen most of them sold into slavery, and when I cried out with a mother's grief, none but Jesus heard me. And ain't I a woman?”. (BRAH, 2004, p.77)

desempenhados por mulheres e por homens são estabelecidos a partir do momento em que nascem e tendem a se reproduzir durante suas vidas.

A negação dessa identidade de mulher, que, segundo o feminismo, é causa da opressão sobre as mulheres, parte do questionamento dessa relação causal necessária entre natureza biológica e papel social. Alves e Pitanguy afirmam que

O “masculino” e o “feminino” são criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social (...) Esse reducionismo biológico camufla as raízes da opressão da mulher, que é fruto na verdade de relações sociais, e não de uma natureza imutável (ALVES e PITANGUY, 1982, p. 55-56).

Portanto, o feminismo atribui às distinções de papéis sociais entre mulheres e homens uma causa social, de construção social dessas identidades. Isso não significa negar a diferença biológica entre o sexo feminino e masculino – o que seria, inclusive, absurdo -, mas sim negar que ela seja, no mínimo, a grande responsável pela e legitimadora da condição social, política e cultural de inferioridade da mulher em relação ao homem. Por serem uma construção social, tais papéis podem ser mudados e é a isso que o feminismo se propõe.

Ocorre que, como afirma Brah (2004), “mulher” e, com isso, sua construção de gênero, não é uma categoria a-histórica e essencialista e, por isso, não é universal. A partir do momento em que o feminismo adentra a esfera da cultura, portanto das crenças e dos costumes, e surge de uma diversidade de lutas, teorizando sobre si mesmo enquanto posto em prática, ele adentra o campo das contingências e passa a lidar não com um sujeito apartado de seu contexto social, mas com mulheres, no plural, que possuem especificidades políticas, sociais e culturais. O compromisso do feminismo com a intervenção na vida cotidiana e com a teorização acerca de mulheres inseridas nas relações sociais o obriga a pensar as mulheres não como sujeito único isento daquilo que as diferencia, mas como sujeitos que possuem pontos em comum, concomitantemente com traços particulares. Assim, o feminismo se configura como alternativa capaz de englobar as mulheres no geral, mas que é atualizado e aprimorado segundo as especificidades das mulheres.

Porém, essa forma de pensar o feminismo na sua teoria e prática pelas feministas nem sempre esteve no escopo das mesmas. Sojourner, ao proferir seu discurso, antecipava os problemas e críticas ao feminismo, porque chamava atenção justamente para os pontos que a diferenciavam das mulheres brancas dos EUA, sem que isso a

fizesse abandonar a luta pelos direitos das mulheres. Não só as mulheres negras dos EUA, como também as mulheres negras de outras partes do mundo, inclusive a América Latina, criticaram o movimento feminista, principalmente nas décadas de 1960-70, crítica que se estende no debate feminista até hoje por este ser considerado um feminismo branco. A mulher com que se identificavam e pela qual lutavam as feministas era, para suas críticas, uma mulher pensada como branca, inserida socialmente como branca e possuindo problemas que as mulheres brancas enfrentavam, mas não necessariamente as negras; a mulher defendida era, portanto, produto de uma realidade social na qual as feministas brancas estavam inseridas, mas que estas acabavam generalizando para toda e qualquer mulher. À crítica a respeito do recorte racial, somam-se as críticas sobre a falta do recorte de classe e de sexualidade.

Além do feminismo desenvolvido principalmente na Europa e nos EUA ser considerado branco, também foi considerado como sendo de classe média. Em verdade, as lutas sufragistas, incluindo-se o caso do Brasil, que costumam ser consideradas marcos do movimento feminista, foram levadas a cabo por mulheres oriundas dessa classe⁶. O feminismo dos anos 1960-70, do qual as mulheres herdaram muitas das lutas e concepções, também foi feito e formulado por mulheres da classe média, como afirma Celi Pinto⁷: “mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise” (PINTO, 2010, p.15). Isso fez com que muitos dos problemas enfrentados pelas mulheres de classes mais baixas não encontrasse ressonância nesse tipo de feminismo. A construção social da mulher como sendo em princípio um ser frágil, mãe devota ao lar, apartada do trabalho fora da esfera doméstica do seu lar, não corresponde às mulheres de classes baixas e também às negras, que desde sempre tiveram de trabalhar fora do seu âmbito doméstico, sendo, muitas vezes, escravas, e por isso não podendo ter toda a devoção esperada para com seus filhos(as) e lares. Esse modelo de mulher não é o modelo com o qual estas últimas mulheres, portanto, tentam romper. Além disso, inúmeras especificidades como saúde da mulher negra, condições de trabalho, condições materiais de sobrevivência (comida, casa, luz, esgoto, creches públicas) são demandas que compõem o espectro de luta das mulheres pobres, negras, pobres e negras, transbordando o feminismo para além das questões até então colocadas pelas mulheres da classe média. Grandes contribuições

⁶ No Brasil, eram as chamadas *sufrajetes*, lideradas por Bertha Lutz, bióloga, que após seus estudos no exterior, volta ao Brasil em 1910 para iniciar a luta sufragista.

⁷ Feminismo, História e Poder.

vieram das mulheres latino-americanas e caribenhas, que deram relevo a outros tipos de mulheres, inseridas em outras realidades sociais. Completando o quadro multifacetado do feminismo, as mulheres lésbicas vieram contribuir com a crítica da heteronormatividade do feminismo.

O feminismo, portanto, devido ao seu compromisso tanto teórico⁸ quanto prático de lidar com mulheres que vivem e atuam no campo das contingências, conseqüentemente inseridas socialmente em contextos diversos, assume um caráter multifacetado, moldando-se às realidades locais. Além disso, como colocado aqui, a dimensão de gênero mostra-se insuficiente para a análise da situação da mulher nos variados contextos em que atua o movimento feminista, sendo incluídas pelas próprias feministas outras dimensões estruturantes das sociedades, que acabam por lhe dar uma grande diversidade no seu interior:

Na verdade, gênero, classe e raça importam, e eles importam porque estruturam interações,, oportunidades, ideologia, consciência e as formas de resistência que caracterizam a vida americana ... Eles importam na formação da localização social de diferentes grupos na sociedade contemporânea (ANDERSEN, 1996⁹ apud BRAH, 2004, p.80).

A admissão de outras dimensões estruturantes da posição social das mulheres, corroborando com a tese de que a categoria “mulher” não é universal, dado que gênero é uma dimensão insuficiente para a análise da posição social das mulheres, introduz um novo problema, a saber, como articular essas dimensões com a dimensão de gênero na produção teórica e prática feminista, inclusive para as teóricas da academia? Brah (2004) sugere, para isso, o uso do conceito *interseccionalidade*, definido como “significando os complexos, irredutíveis, variados e variáveis efeitos que decorrem quando múltiplos eixos de diferenciação - econômica, política, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial - cruzam-se em contextos historicamente específicos” (p. 76)¹⁰.

⁸Ao se falar em compromisso teórico não se está falando propriamente da teoria feminista acadêmica, mas sim da teoria feminista desenvolvidas pelas ativistas feministas, o que Brah chama de *teoria de rua*. Celi Pinto em *Feminismo, história e poder* aponta para a característica muito particular ao movimento feminista de ser “um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria” (PINTO, 2010, p. 15). O encontro entre ativismo e teoria, ainda segundo a autora, se deve ao “tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise” (PINTO, 2010, p. 15).

⁹Tradução minha. No original: *Actually, class, gender and race matter, and they matter because they structure interactions, opportunities, consciousness, ideology and the forms of resistance that characterize American life... They matter in shaping the social location of different groups in contemporary society.* (Andersen, 1996: ix, p. 80 apud Brah, 2004)

¹⁰ Tradução minha. No original (...) *signifying the complex, irreducible, varied, and variable effects which ensue when multiple axis of differentiation – economic, political, cultural, psychic, subjective and*

Tal conceito possui como premissa justamente a não universalidade da categoria “mulher” uma vez que as diferentes dimensões que compõem a vida social não podem ser apartadas umas das outras como se fossem fios condutores puros que nos levam a sujeitos universais. Para a autora, raça, gênero e classe existem em e por meio da relação entre eles. A premissa, portanto, leva o(a) pesquisador(a) ou o próprio movimento feminista a partir de realidades femininas complexas, carregando esse olhar até o final de suas formulações e ações. Feitas as considerações sobre a diversidade presente no movimento feminista, cabe agora interrogar-se o que vem a ser, de forma mais precisa, o movimento feminista.

O movimento feminista é aqui tratado como um movimento social segundo o conceito proposto por Mario Diani (1992) já mencionado anteriormente. O movimento feminista é, pois, “uma rede de interações informais entre uma pluralidade de mulheres, grupos e/ou organizações, engajadas num conflito político e/ ou cultural, baseadas numa identidade coletiva compartilhada”. Embora haja diferenças entre as mulheres que fazem parte do movimento feminista, todas elas compartilham, pelo menos, de um ponto em comum, que faz do movimento o enorme guarda-chuva sob o qual se abrigam inúmeras organizações e indivíduos. Jane Mansbridge (1995) afirma que o compromisso de por fim à dominação masculina por meio de prática e discurso é o elemento central do movimento feminista. Assim, a condição mínima para que uma pessoa ou organização se autodenomine ou seja denominada por outra de feminista é esse compromisso. Isso não significa negar outras dimensões existentes, mas dar ênfase a uma delas, que corresponde ao patriarcado, no sentido de que esta é uma dimensão sem a qual não há uma leitura feminista da vida social, constituindo-se como condição necessária, mas não suficiente do movimento feminista. A identidade compartilhada, portanto, é a de mulher oprimida pelo sistema patriarcal. O patriarcado, conceito imbricado no de feminismo, é a “autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar, enraizado na estrutura familiar e na reprodução sócio-biológica da espécie” (CASTELLS, 2000, p. 237). É por meio do patriarcado que a marca de gênero se alastra pelas instituições sociais e legitima-se nas mesmas. Sendo assim, o patriarcado atravessa a vida das mulheres do âmbito privado ao público¹¹.

experiential – intersect in historically specific contexts.

¹¹ Tanto o conceito de feminismo quanto o de patriarcado serão retomados no capítulo III quando da análise de como as organizações feministas aqui pesquisadas os definem.

Antes de avançar, chama-se a atenção para dois pontos importantes da relação entre as definições propostas de movimento feminista e de feminismo. O primeiro diz respeito ao movimento como uma rede que inclui indivíduos e o segundo, ao compromisso do movimento de por fim à dominação masculina.

Alvarez (1999) e Mansbridge (1995) definem o movimento feminista como um campo discursivo. Segundo Sonia Alvarez (1999):

(...) [o feminismo] pode hoje ser caracterizado mais adequadamente como um expansivo, policêntrico, heterogêneo campo discursivo de ação que abrange uma vasta ordem de arenas cultural, social e política. (...) Isto é, a reconfiguração do campo do movimento feminista hoje vai muito além das organizações de movimentos sociais ou SMOs, convencionalmente concebidas. Os anos 1990 viram uma dramática proliferação ou multiplicação dos espaços e lugares nos quais as mulheres que se consideram feministas atuam, donde, conseqüentemente, o discurso feminista circula¹² (p.27)

Jane Mansbridge (1995), por sua vez, afirma que:

[o movimento feminista] não é nem uma agregação de organizações, nem uma agregação de membros individuais, mas um discurso. É um conjunto de mudanças, aspirações contestatórias e entendimentos que fornecem objetivos conscientes, apoio cognitivo e suporte emocional para cada indivíduo envolvido na identidade feminista¹³ (p. 27).

Ambas as definições possuem o mérito de abrir espaço para a participação de indivíduos não organizados, no sentido de não pertencerem a organizações feministas, no movimento feminista. Com isso, se alargam as possibilidades de ação do próprio movimento que, como afirma a primeira autora, circulam por espaços e lugares em que não necessariamente as feministas organizadas estão. O feminismo, ao incidir sobre a esfera “da moral e dos bons costumes”, acaba por fornecer embasamento para que cada mulher que compartilhe da identidade feminista possa se afirmar e agir como feminista individualmente. Isso não significa que as organizações perderam seu espaço, mas que o

¹² Tradução minha. No original: (...) *can today more aptly be characterized as an expansive, polycentric, heterogeneous discursive field of action which spans into a vast array of cultural, social and political arenas. (...) That is, the reconfigured feminist movement field today spans well beyond social movement organizations or SMOs, conventionally conceived. The 1990s saw a dramatic proliferation or multiplication of the spaces and places in which women who call themselves feminists act, and wherein, consequently, feminist discourses circulate.* (Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/spanish/advocating_feminism>)

¹³ Tradução minha. No original: [o movimento feminista] *neither an aggregation of organizations not an aggregation of individual members but a discourse. It is a set of changing, contested aspirations and understandings that provide conscious goals, cognitive backing, and emotional support for each individual's evolving feminist identity.*

feminismo possui a particularidade de não ser um movimento que requer a adesão a uma organização específica para que cada pessoa se sinta parte.

Por outro lado, o conceito de movimento social proposto por Diani permite considerar o movimento feminista como movimento social sem que isso signifique a exclusão de indivíduos ou até mesmo do discurso feminista. Conceber o feminismo como rede significa preservar uma identidade mínima compartilhada entre os atores da rede que se manifesta em pressupostos e objetivos compartilhados, possibilitando a participação tanto de organizações quanto de indivíduos nessa rede. Assim, a dimensão discursiva não se perde e ainda permanecem abertos os novos caminhos para práticas e sujeitos feministas que vieram à tona nos anos 1990.

As organizações feministas, entretanto, continuam tendo papel fundamental no movimento feminista no que diz respeito aos sucessos do movimento e à sua continuidade. As organizações sociais ativam as redes feministas e têm papel essencial no recrutamento de mais mulheres para a causa feminista. Muitos dos espaços institucionais são, inclusive, ocupados por mulheres que estão organizadas e muitos dos direitos conquistados, como será visto mais adiante, dependeram dessas organizações para inflar mobilizações de grande número de mulheres, que saíram às ruas de diversas formas no estado e no país, abrindo os novos caminhos de que fala Sonia Alvarez. Ainda, o discurso feminista, produto de uma coletividade e não um pronunciamento individual, também passa por essas organizações, que, sentindo-se responsáveis, segundo Mansbridge (1995) pelo feminismo, elaboram e reelaboram o discurso sempre tendo em vista como ele se reflete na coletividade das mulheres inseridas no movimento, seja por meio das organizações, seja por meio de indivíduos, que por sua vez se inserem na sociedade.

Por tudo isso, o movimento feminista, entendido como movimento social, apresenta uma grande diversidade de formas de pensar e agir sobre a questão da mulher. Dado que a prática e a teoria feminista se produzem a partir da realidade com vistas à transformação da mesma no que diz respeito ao papel social ocupado pela mulher, haverá tantas formulações e ações quantas forem as especificidades do contingente de mulheres em questão. Assumir essa premissa implica não tratar o movimento de forma única, nem estática, mas percorrer o caminho que, neste caso, as organizações fazem de diferenciarem-se e unificarem-se conforme suas atuações, evidenciando em que elementos elas são distintas e em que elementos pode-se dizer que fazem parte do mesmo movimento. Passa-se, portanto, a esses elementos.

2.3 A DIVERSIDADE EXPRESSA NOS QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO

As abordagens da Teoria do Processo Político permitem dar centralidade à diversidade expressa no movimento feminista por se propor a responder à pergunta como se formam e se mantêm as organizações de movimentos sociais ao invés de por que se formam. Tal giro é feito por considerar o compartilhamento de posições sociais e/ou problemas comuns insuficientes para gerar um processo automático de identificação e organização/mobilização coletiva. A condição social da mulher, vivendo sob o patriarcado e sendo oprimida pelo mesmo, não explica a formação de uma identidade feminista e da ação coletiva. Ainda que, como afirmado anteriormente, o movimento feminista tenha sido forjado nas lutas, principalmente pelo sufrágio universal, perceber-se como mulher oprimida e/ou apartada de um direito cidadão não fez com que, automaticamente, as mulheres se alinhassem numa coletividade que desenvolveu formas de luta como protestos e lobby político para conquistá-lo. A mobilização e o alinhamento de indivíduos, de forma a compartilharem ideias e identidades em comum, requerem processos intermediários responsáveis pelo recrutamento, formação de consenso e mobilização. Se assim não fosse, seria de se esperar que para cada identificação de problemas em comum ter-se-ia um processo de mobilização, o que, de fato, não ocorre. Os contra-exemplos são numerosos demais para tornar a asserção acima uma regra¹⁴. Obviamente que outros fatores devem ser considerados - como a situação política e econômica da região em questão -, porém, requerer outros fatores apenas reafirma a insuficiência do primeiro¹⁵. A Teoria do Processo Político, então, coloca centralidade nesses mecanismos e processos, acima de tudo políticos, que viabilizam o surgimento dos movimentos. O foco da análise é então deslocado da causa originária dos movimentos para o funcionamento dos mesmos, ou seja, desloca a “centralidade do debate normativo para um debate sobre modelos explicativos (e, em especial, dos mecanismos causais dos processos de organização, mobilização e contestação)” (SILVA, 2010).

¹⁴ Basta pensar, por exemplo, na inúmera quantidade de pessoas vivendo no limite da linha da pobreza e as poucas iniciativas de confrontação deste “problema” através da organização e mobilização coletiva.

¹⁵ Ressalta-se que isso não significa dizer que o compartilhamento de problemas e posições sociais no processo de formação da identidade coletiva e mobilização não sejam importantes.

Para explicar os mecanismos presentes na construção da ação coletiva nos movimentos sociais, ponto fundamental neste trabalho e ao qual se voltará mais adiante, a Teoria do Processo Político cria modelos analíticos que permitem não só identificar e analisar esses mecanismos, mas incorporar elementos contextuais que impedem a simples universalização de processos organizativos para toda e qualquer organização, obrigando o(a) pesquisador(a) a aproximar o olhar da realidade cotidiana das organizações, o que, a partir da relação entre elas, abre brecha para o aparecimento da diversidade teórica e prática das organizações de um mesmo movimento. No caso do feminismo, a análise estaria voltada não tanto para a explicação de por que as mulheres se organizam, mas como se organizam e, a partir daí, seus desdobramentos. Os elementos presentes em processos de engajamento, o contexto político em que determinada organização é criada, seus quadros interpretativos, articulações e suas formas de ação fazem parte desse universo explicativo. Ter como ponto de partida como se organizam e operam as organizações coloca em cena outro elemento fundamental nos estudos de movimentos sociais que até então eram secundários com relação às ideologias e crenças: os atores de movimentos sociais.

A análise de movimentos sociais organizados requer como premissa fundamental “a natureza interativa dos movimentos sociais,” (TARROW, 2009, p.143). Como o próprio nome sugere, movimentos sociais são “objetos” dinâmicos e em constante transformação, decorrente justamente do fato de eles nascerem como estruturas de inserção na realidade objetiva social, seja para transformá-la, seja para mantê-la. Em sendo esta uma realidade dinâmica, e em os movimentos desejando continuar sendo efetivos e ativos nessa realidade, segue-se que eles não são nem poderiam ser estruturas cristalizadas e atomizadas, isto é, sem vínculos com a realidade que os cerca, que possuem uma leitura dos processos sociais impermeável a mudanças e influências. O ponto de partida para o estudo dos movimentos sociais torna-se, assim, uma abordagem que, ao contrário da simples descrição e, por isso, tratamento estático dos movimentos sociais, trata esses movimentos de forma analítica e dinâmica, concebendo os atores dos movimentos como sujeitos que deliberadamente constroem e ressignificam os elementos mobilizadores de sua ação, num processo sempre interativo entre movimento, sociedade e política. A interatividade, contudo, não é apenas relação estabelecida com o mundo que cerca o movimento social, mas relação estabelecida também entre indivíduos e organizações que dele fazem parte, principalmente entre indivíduos de uma mesma organização de movimento social. É nesta última interação

que as ideologias e crenças, outrora estudadas em si mesmas para a explicação dos processos coletivos, são agora, e em grande parte, deliberadamente utilizadas e ressignificadas pelos atores para que eles construam o embasamento teórico, os *quadros interpretativos* da organização, com vistas à ação coletiva expressa nos *repertórios de ação* das organizações.

Ora, se a Teoria do Processo Político acrescenta os atores às esferas social e política no rol dos fatores que estão presentes na construção e operatividade das organizações, admite duas dimensões constitutivas das formulações e ações das mesmas, a saber, estrutural e cultural. Tais dimensões serão trabalhadas quando da apresentação dos conceitos *quadros interpretativos* e *repertórios de ação*, por estes serem o local em que essas dimensões aparecem. Aos conceitos, portanto.

2.3.1 Quadros Interpretativos¹⁶

O primeiro conceito central no estudo das organizações Movimento de Mulheres Camponesas e ONG Coletivo Feminino Plural, bem como na relação entre ambas, é o de *quadros interpretativos*. Possuindo origem em Goffman, para quem *marcos* [ou quadros] “denotam esquemas de interpretação que capacitam os indivíduos a localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências que tem a ver com suas vidas e o mundo como um todo” (BENFORD e SNOW, 2000, p.614), esse conceito foi apropriado pela Teoria do Processo Político e estendido para as organizações de movimentos sociais. Assim, o quadro interpretativo sai da dimensão individual e passa a ser tratado a partir da coletividade, configurando-se como, para usar as palavras de Goffman, *esquemas de interpretação* coletivos que capacitam as organizações a formularem o problema social a ser enfrentado.

Segundo Sidney Tarrow (2009), um quadro interpretativo é um “esquema interpretativo que simplifica e condensa o ‘mundo lá fora’ salientando e codificando seletivamente objetos, situações, eventos, experiências, e sequências de ações num ambiente presente ou passado” (p.143) com vistas à ação coletiva. Obviamente, a construção desse esquema interpretativo pelas organizações é feito a partir de processos interativos e discursivos nos quais os membros da organização trazem seus pontos de

¹⁶ Agradeço ao colega Matheus Mazzilli Pereira pelas conversas a respeito da melhor tradução para a palavra *frame*, expressão original do conceito. Por entender que a palavra ‘quadro’ expressa melhor a ideia que o conceito quer passar, optei por esta tradução ao invés de ‘marco interpretativo’, expressão que vinha utilizando até então.

vista ao mesmo tempo em que os confrontam com as posições dos diversos agentes externos com os quais se relacionam (apoiadores, organizações aliadas, adversários, mídia, agentes governamentais etc.). Porém, quando se trata de organizações, os pontos de vista individuais não constituem, em si mesmos, quadros interpretativos. Os quadros são justamente o resultado desses processos, o consenso (maior ou menor) a que se chega e a partir do qual a organização, dado que ela é uma coletividade que, mesmo que contenha diferenças entre seus membros, se estrutura e atua. Como salienta Benford e Snow (2000, p.614) “(...) quadros interpretativos não são simples agregações de percepções e atitudes individuais, mas também o resultado de negociação compartilhada de significado”. O processo de formação dos quadros interpretativos também se constitui como aspecto rico na análise de organizações de movimento social, porém, dado que esta pesquisa pretende analisar a relação entre os quadros e os repertórios de ação, parte-se dos quadros já formulados, uma vez que é neles que está contida a visão da organização.

A asserção acima consiste, conforme Benford e Snow (2000, p.615), no segundo de dois aspectos presentes nos quadros interpretativos. O primeiro “consiste na função de orientar a ação dos MSO [movimentos sociais organizados, aqui tratados por organizações de movimentos sociais], tarefa central dos marcos [ou quadros]”. É função do quadro interpretativo, portanto, interpretar a realidade de forma a mobilizar os ativistas de determinada organização para a ação, bem como organizar e orientar essa ação. Duas questões surgem, então, como relevantes a partir dessa definição: (i) a diferença entre quadro interpretativo e ideologia e, (ii), a marca da dimensão cultural nos quadros.

O primeiro ponto surge da necessidade de tornar mais nítida a relação que o quadro interpretativo estabelece com a ideologia para evitar que se tome um pelo outro. Foi dito anteriormente que o conceito *quadro interpretativo* está relacionado à concepção dinâmica das organizações de movimentos sociais, uma vez que é formulado a partir das interações entre os agentes internos e externos às organizações. Essas interações acontecem na contingência, portanto sempre atualizadas pelos atores. Dessa forma, os quadros interpretativos não podem prescindir dos atores para existirem. É certo que um quadro interpretativo pode perdurar por um tempo considerável numa organização, porém essa perenidade não é isenta de revisitações e pequenas modificações no interior do mesmo, pois os atores, as oportunidades políticas e o impacto na sociedade que gera determinada ação da organização em questão podem

variari, exigindo dos atores que revejam seus quadros interpretativos no intuito da sua melhor aparição para a sociedade.

Sendo assim, quadros interpretativos parecem dizer respeito a como as organizações, através da interação entre os participantes, conectam os diversos elementos próprios da organização, inclusive ideologia, à realidade vivenciada. A ideologia, por sua vez, parece ter uma realidade menos diretamente ligada aos atores, no sentido de interação, e mais vinculada às idéias com finalidade teórica que não necessariamente são articuladas a cada mudança nas oportunidades ou em qualquer outro elemento variável temporalmente. É possível, como afirmam Oliver e Johnston (2000), que organizações com ideologias contrárias se utilizem dos mesmos quadros interpretativos. Ideologia diz respeito à crença dos atores da organização, mas não ao modo como essas crenças serão articuladas em termos de diagnóstico, prognóstico e motivação. Ela é conteúdo, não forma (a forma trata de como o conteúdo deve ser entendido).

Os questionamentos sobre a ideologia de determinada organização de movimento social são diferentes dos questionamentos sobre os seus quadros interpretativos. Os direcionados aos segundos respondem a questões relacionadas com a natureza interativa, inclusive na sua atualização temporal, dos movimentos sociais. Perguntas sobre como os atores elaboram seus diagnósticos e prognósticos, como interagem com opositores, como mobilizam novos atores pertencem a essa esfera. Já os questionamentos acerca da ideologia de uma organização dizem respeito à estrutura interna do sistema, se ele possui ou não coerência, se ele é adequado para explicar o fenômeno social a que se pretende como explicação. Portanto, as perguntas sobre a ideologia prescindem da natureza interacionista dos movimentos sociais e, por conseguinte, dos quadros interpretativos. Em verdade, o questionamento sobre a ideologia possui, acima de tudo, um fundo teórico mais do que empírico (salvo, claro, questões sobre a relação entre ideologia e força de explicação), ao passo que o questionamento sobre quadros interpretativos não se resolve sem atentar para o empírico. Quadros e ideologia correspondem a diferentes dimensões da construção social. Enquadramento aponta para processo, enquanto ideologia aponta para conteúdo. O processo de enquadramento é para propagandear (ressonar); o processo de ideologização, para educar (ser aprendido).

Porém, não apenas a ideologia está presente nos quadros interpretativos da organização; a cultura também faz parte dos elementos constitutivos e manipulados no

enquadramento interpretativo. Segundo Tarrow (1998), “primeiro, a cultura é um sistema de significados que as pessoas usam para lidar com seus mundos de todo dia (...); segundo, a cultura é a base da identidade social e política, o que afeta o modo de as pessoas se programarem e agirem num grande número de questões”(p. 154).

A primeira parte da definição equivale ao enquadramento proposto por Goffman, segundo o qual quadros (*frames*) “denotam ‘esquemas de interpretação’ que permitem aos indivíduos ‘localizar, perceber, identificar e rotular’ ocorrências dentro de seu espaço de vida e do mundo em geral” (SNOW & BENFORD, 2000, p. 21¹⁷). Já a segunda, diz respeito à identidade da pessoa para além dela mesma, para além do seu cotidiano, é o identificar-se com algo. Uma vez que a TPP atribui agência aos atores políticos, abre margem para o aparecimento ativo das identidades desses agentes nas suas construções teóricas. Esse processo, dado que as construções teóricas são resultados de negociações coletivas, retorna aos indivíduos das organizações e/ou mobilizados pelas organizações de forma a fazer parte da identidade individual dos mesmos.

A cultura presente na formação dos quadros interpretativos também é aquela herdada de outros momentos políticos e apropriada do cotidiano das pessoas, trabalhada pela organização visando à ação coletiva. A expressão dessa cultura é visível nos símbolos de que se vale a organização. Os símbolos são utilizados para a mudança, (...) “os líderes de movimentos oferecem os símbolos da revolta para ganhar apoio e distingui-los de seus oponentes” (TARROW, 1998, p. 140). Ressurgidos da história, ou reinterpretados de elementos atuais, os símbolos devem cumprir o papel de serem familiares o suficiente, sob pena de tornarem-se incompreensíveis, conservando o caráter contestador da organização, sendo orientados de forma a conectar a novidade do movimento em direção à mudança. O caráter contestador deve ser preservado, já que os quadros interpretativos são criados com o intuito de mobilizar as pessoas para a ação coletiva. A enxada presente na bandeira do MMC é agora segurada por uma mulher, que, com o punho erguido, indica a luta das mulheres camponesas, assim como a silhueta do mapa do Brasil, também presente na bandeira, carrega no seu interior outro projeto de sociedade.

A passagem do quadro interpretativo para a ação, porém e embora aquele seja criado para fomentar esta, não ocorre de forma automática. Segundo Tarrow (1998), (...)

¹⁷ Tradução minha. No original *denoted “schemata of interpretation” that enable individuals “to locate, perceive, identify, and label” occurrences within their life space and the world at large (p. 21)*

“nenhuma transformação significativa de reivindicações pode ocorrer sem que se estimule ou se crie energia emocional. Emoções, escreve Vera Taylor, são o “terreno de articulação dos laços entre ideais culturais, desigualdade estrutural e ação individual” (p. 145). As emoções são encarregadas, portanto, de converter a passividade em ação, de converter o quadro interpretativo em ação coletiva. Ademais, o indivíduo, já na ação coletiva, fortalece a identidade coletiva, pois é nesse momento que ele se apresenta como um corpo coletivo que coloca suas demandas. Sobre elas será falado quando da apresentação dos quadros interpretativos e repertórios de ação das organizações.

Das dimensões constitutivas do quadro interpretativo

Foi visto até aqui o que é quadro interpretativo, que elementos estão expressos em seu conteúdo, para que serve e através de que elementos o quadro interpretativo mobiliza energia emocional suficiente para desencadear um processo de ação coletiva e/ou manter pessoas mobilizadas em torno de determinados temas. Dado que o processo de enquadramento em organizações de movimentos sociais é um processo coletivo de construção de significados, sendo os atores de movimentos sociais vistos “como agentes significadores ativamente engajados na produção e manutenção de significados para constituintes, antagonistas e observadores”¹⁸ (SNOW E BENFORD, 1988, p.613, apud BENFORD & SNOW, 2000), de forma a conduzir a organização à ação coletiva, é necessário compreender como esses significados são organizados nesse processo de enquadramento interpretativo. Há, pelo menos, duas maneiras de se chegar a essa compreensão: a primeira é através do estudo da interação entre os atores, que apresenta como resultado uma análise do processo de formação dos quadros interpretativos; e a segunda, partir do consenso organizacional a respeito de determinado problema social, isto é, dos quadros interpretativos já formados, e compreender como os elementos que compõem a leitura da realidade de forma a construir um problema social, ideologia, críticas, propostas alternativas, símbolos, apresentam-se dispostos. Como o objetivo desta pesquisa é analisar a relação que se estabelece entre quadros interpretativos e repertórios de ação, a segunda opção torna-se mais interessante, sendo, por isso, desconsideradas aqui as interações entre os atores das organizações na formação dos

¹⁸ Tradução minha. No original (...) *movement actors are viewed as signifying agents actively engaged in the production and maintenance of meaning for constituents, antagonists, and bystanders or observers* (SNOW & BENFORD, 1988).

quadros interpretativos. Far-se-á, portanto, a decomposição do conceito em suas dimensões constitutivas.

Benford & Snow (2000) trabalham com três dimensões constitutivas dos quadros interpretativos, às quais chamam “*core frame tasks*” (ou tarefas centrais dos quadros), que dizem respeito à função de orientação da ação das organizações de movimentos sociais. Tais dimensões configuram-se como tarefas a que os quadros interpretativos devem atender no processo de enquadramento de determinado problema social, que serão utilizadas, neste trabalho, como categorias de análise dos quadros interpretativos do MMC e do Coletivo Feminino Plural. São elas: (i) diagnóstico, (ii) prognóstico e (iii) motivacional.

(i) Diagnóstico:

Dimensão relativa à identificação dos problemas a serem enfrentados e a quem ou quê cabe a culpa por eles. É nessa dimensão que o problema é construído, sendo que já se encontram presentes, aqui, traços da ideologia e da cultura – afinal, a identificação de determinada condição social e a responsabilização por ela pressupõem um sistema de crenças a respeito de como o mundo é e como deveria ser -, bem como componentes de injustiça. Geralmente a identificação de culpados vem acompanhada da identificação das vítimas, num processo de vitimização do público alvo com o qual se queira trabalhar.

Importantíssimo salientar que a identificação de um mesmo problema não significa, devido a fatores anteriormente citados, acordo entre as organizações de movimentos sociais sobre a responsabilização por ele. Por exemplo, tanto o Coletivo Feminino Plural quanto o Movimento de Mulheres Camponesas possuem no cerne de seus respectivos diagnósticos a desigualdade social entre mulheres e homens, estando as primeiras em desvantagem. Tal desigualdade tem origem no sistema patriarcal, que faz das mulheres suas principais vítimas, o que as caracteriza como organizações que travam uma luta antipatriarcal, elemento definidor da própria identidade do movimento feminista. Ocorre que a esse cerne as organizações agregam outros elementos que acabam por resultar em diagnósticos diferentes, como será visto mais adiante, havendo implicações na sua forma de agir socialmente. Ao sistema patriarcal, por exemplo, podem se agregar outros culpados ou até mesmo outras vítimas, que acabarão por criar diferenciações entre o MMC e o Coletivo Feminino Plural no espectro feminista.

(ii) Prognóstico:

Dimensão que diz respeito à construção de uma alternativa (projeto alternativo) aos problemas e como ela deve ser implantada, ou seja, a definição estratégica e de caráter da ação. A construção desse projeto alternativo, afirmam Benford e Snow (2000), deve estar relacionada ao diagnóstico produzido, de forma que a identificação de determinado problema e suas causas tende a restringir a gama de soluções e estratégias plausíveis. No exemplo apresentado acima, os traços de desigualdade entre mulheres e homens e a ênfase colocada ora no patriarcado, ora no capitalismo, colocariam para as mulheres das organizações uma série de “pistas” que as conduziriam a determinadas soluções.

Porém, não apenas o diagnóstico cumpre esse papel, como também o fato de o prognóstico ser formulado dentro de um campo multi-organizacional, constituído por várias organizações de movimentos sociais, alvos, mídia, opositores e espectadores. Isso significa dizer que, por exemplo, a proximidade que o MMC estabelece com outras organizações da Via Campesina Brasil e o Coletivo Feminino Plural com outras ONGs feministas influenciam as propostas estratégicas das organizações. Ainda, os prognósticos apresentados por opositores e a opinião da mídia e espectadores fazem com que as organizações estejam sempre revendo suas ações e seus prognósticos afim de continuarem sendo eficazes e socialmente aceitáveis.

(iii) Motivacional:

Esta dimensão consiste em um “chamado às armas” (*call to arms*) na construção de propostas de ação e agregação de elementos que cativem e mobilizem ativistas e não ativistas para atingir os objetivos delimitados no prognóstico através de engajamento na organização e ação coletiva. Nessa dimensão é construído um vocabulário apropriado para a ação, que tem por função engajar as pessoas e sustentar sua participação, além de ser a dimensão em que se estabelece a relação mais direta entre quadros interpretativos e repertórios de ação. Aqui, os ativistas costumam colocar os problemas como muito graves, e suas soluções, como urgentes.

Relacionando as três dimensões, busca-se criar um consenso de mobilização (em torno de um problema e o desejo de superá-lo) e um consenso de ação, fundamentais para gerar organização e fazer com que *as pessoas passem do balcão às barricadas*.

(BENFORD, 2000, p.615). Os quadros interpretativos, portanto, identificam e salientam a dimensão interpretativa das organizações nos processos de produção e reprodução da ação coletiva. Os quadros interpretativos podem, ainda, variar quanto à amplitude e flexibilidade do seu conteúdo, sendo específicos de um único movimento ou compartilhados por dois ou mais movimentos. A esses grandes quadros compartilhados chama-se *master frames* e sua relevância consiste no fato de possuírem grande potencial mobilizador, uma vez que alcançam um maior número de ativistas e servem como origem de quadros mais específicos. Isso ocorre porque os *master frames* dizem respeito ao escopo dos quadros, ao leque de problemas articulados que as organizações pretendem resolver. No caso das organizações em questão, pode ser o caso que elas estejam vinculadas a *master frames* compartilhados por outras organizações que não são, necessariamente, feministas.

Porém, dado que quadros interpretativos geram não apenas um consenso de mobilização, mas um consenso de ação, é necessário analisar que tipo de ação ambas as organizações empreendem e como elas se relacionam com seus respectivos quadros. Para tanto, utiliza-se o conceito *repertório de ação*.

2.3.2 Repertórios de ação

Charles Tilly, autor que desenvolveu o conceito de repertório de ação, possuía como ponto de partida para a análise das interações sociais o conflito, pois que este era considerado “fenômeno estruturador da vida social” (ALONSO, 2012, p. 21). É da dimensão conflitiva da sociedade, portanto, que emerge a teorização acerca dos movimentos sociais e das transformações sociais, sendo relevante para essa teorização os conflitos eminentemente políticos. O conflito político é, então, o objeto empírico de estudo da teoria tillyeana, possuindo existência ontológica nas mobilizações políticas.

Dois conceitos elaborados pela Teoria do Processo Político davam conta, segundo Alonso (2012), “das dimensões diretamente políticas da mobilização” (p. 22), a saber, estrutura de oportunidades políticas e estruturas de mobilização. O primeiro diz respeito às conformações políticas, institucionais ou não, que abrem espaço para a ação coletiva. Já o segundo diz respeito à capacidade dos atores identificarem e aproveitarem as oportunidades políticas para a efetiva organização e mobilização, que se expressam em recursos e estruturas organizativas disponíveis para a ação. Ambos, entretanto, abarcavam apenas a dimensão estrutural das mobilizações, o espaço do ator coletivo

encontrava-se reduzido a um cálculo entre oportunidades estruturais para a ação política e ferramentas organizacionais disponíveis ou criadas para esse fim. A ausência de um tratamento do modo como o ator se apropriava de tais ferramentas ou as criava, a forma como concebia a situação histórico-política na qual estava inserido, dando relevo, inclusive, a como percebia as janelas de oportunidades políticas, pareciam dar espaço a uma cristalização das organizações de movimentos sociais em elementos estruturantes da vida social. Não demorariam a aparecer as críticas a Tilly, acusando-o de ser demasiado estruturalista.

Em resposta a essas críticas, o conceito de repertórios de ação é elaborado. Tal conceito surge para tentar dar conta do problema estruturalista, incorporando às análises sociológicas uma dimensão cultural das mobilizações políticas, dando à Teoria do Processo Político um caráter híbrido, ou seja, estrutural e cultural do confronto político. Isso não significou, porém, o fim dessas críticas, como aponta Alonso (2012) em artigo dedicado à história do conceito repertório de ação; de sua elaboração inicial até a final algumas importantes alterações foram feitas não apenas no conceito, mas no foco das análises de Charles Tilly¹⁹.

Um repertório de ação, como o nome sugere, é um conjunto de ações (campanhas, passeatas, abaixo-assinados, cursos) determinadas espaço-temporalmente à disposição de atores coletivos para a expressão pública de suas demandas e/ou interesses em um processo conflitivo, que ganha vida na interação entre os desafiantes e os desafiados - no conflito, portanto -, através das performances desenvolvidas pelos atores coletivos. Por *performance* entenda-se a unidade mínima de análise do repertório, ela é a ação escolhida pelo ator e levada a cabo pelo mesmo com todas as suas características no seu desenrolar. Performance é o conteúdo da ação. Dessa definição quatro conclusões podem ser tiradas: (i) o repertório de ação é determinado pelo tempo histórico e local em que se desenvolve o conflito. O autor afirma que um repertório é “desenhado numa longa história de lutas anteriores” (TILLY, 2008, p.15), sobrevivendo durante longo período com poucas variações. As variações, se eficazes, passam a integrar o repertório, modificando-o, e os repertórios são adaptados por cada organização, porque atuam na contingência e precisam ser eficazes; (ii) o repertório de ação não é exclusivo de uma ou outra organização, está à disposição das organizações assim como um cardápio está à disposição daqueles(as) que querem saciar a fome num

¹⁹ Para essa discussão recomenda-se fortemente a leitura do artigo *Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito* de Ângela Alonso.

restaurante; (iii) ele conserva uma dimensão estrutural, na medida em que é algo dado na sociedade a partir do qual o conflito toma forma e, (iv) ele apresenta uma dimensão cultural – dimensão que permite a *agency* dos atores -, na medida em que é (re)produzido apenas por meio da ação de atores coletivos envolvidos em uma interação conflitiva, o que leva a admitir que entre o repertório de ação e a ação *per se* contida no repertório há a mediação do ator. A dimensão estrutural possibilita identificar ações promovidas em diferentes épocas e por diferentes grupos como de mesmo tipo, por exemplo, uma passeata de rua; contudo não é a mesma passeata que se desenvolve em todos os casos. Admitindo-se que movimentos sociais possuem uma natureza interativa e, mais do que isso, elaboram leituras da realidade de forma a construir para si um problema social, bem como sua solução, segue-se que os atores envolvidos nesse processo precisam ser considerados sob pena da perda da capacidade de tratar das diferenças existentes entre atores que defendem, aparentemente, as mesmas causas e escolhem formas de atuação que, às vezes, são as mesmas. Aqui é o ponto em que Tilly deixa de analisar apenas as formas de ação para estudar também o conteúdo das mesmas, como os atores colocam em prática uma caminhada, por exemplo, de que símbolos se utilizam, como a constroem, como se dão as negociações entre os manifestantes e a polícia. Segundo Tilly (2008), “a existência de um repertório significa que um dado demandante (o que reivindica) tem mais do que uma única maneira para fazer reivindicações coletivas” (p. 14), o repertório de ação é um leque de possibilidades à disposição daqueles que se mobilizam politicamente.

Cabe, ainda, acrescentar uma observação de extrema importância para este trabalho: embora repertórios de ação não pertençam a atores isolados, mas sim a um conjunto de atores em conflito, as organizações – e, neste caso, o Coletivo Feminino Plural e o Movimento de Mulheres Camponesas -, dentro das possibilidades de ação e levando-se em conta o contexto e seus adversários, escolhem determinadas formas de ação que farão parte da rotina das organizações, transformando-se quase que numa espécie de marca identitária das mesmas. Assim, os próprios atores constroem seus repertórios de ação, fazendo parte deles não aquelas ações eventuais, mas aquelas que possuem perenidade no agir coletivo. Isso possui grande implicação do ponto de vista metodológico: na análise das relações entre os quadros interpretativos e os repertórios de ação do MMC e do Coletivo Feminino Plural, serão consideradas aquelas ações que possuem recorrência nas organizações, isto é, que estão implicadas no cotidiano das

mesmas, constituindo uma espécie de eixo de atuação. Serão desconsideradas aquelas ações que foram realizadas eventualmente.

2.4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO

A análise dos conceitos *quadro interpretativo* e *repertório de ação* permite fazer uma aproximação entre eles. Se, como afirma Benford (2000), os quadros interpretativos, a partir de suas dimensões constitutivas, geram consenso de mobilização e consenso de ação, então é de se esperar que alguma relação esses dois conceitos devem possuir. Formular a questão social das mulheres para que elas passem “do balcão às barricadas” (BENFORD, 2000, p.615), exige delas que se afirmem perante a sociedade de forma a empreender ações que transformem sua realidade, o que remete aos repertórios de ação. A partir do momento em que os consensos são gerados, a organização coletiva é viabilizada e as ações passam, então, a adquirir caráter coletivo, entrando no campo dos repertórios de ação. A organização, tendo a disposição um leque de ações possíveis, escolhe aquelas que julga apropriadas para as transformações almejadas. A relação entre ambos os conceitos é, portanto, estabelecida, possuindo os quadros interpretativos reflexo nos repertórios de ação. Ser capaz de julgar e escolher o que se deve fazer pressupõe conhecimento prévio acerca de como está a mulher na sociedade e como ela deveria estar, caso contrário não haveria embasamento para um julgamento. As ações não são vazias de conteúdo, e esse conteúdo que possibilita às organizações escolherem o que fazer e como fazer está presente nos quadros interpretativos. Portanto os quadros implicam a escolha das ações em, pelo menos, um aspecto: a formulação das ações. Algumas observações, entretanto, se fazem necessárias.

Esta pesquisa, em primeiro lugar, não ignora a dimensão empírica dos repertórios de ação, que, segundo Tilly (2008), permitem às organizações testarem a eficácia ou não das ações contidas no repertório de ação, sendo esse elemento fundamental para a utilização ou abandono de determinada ação. A partir do momento em que a ação passa a não atender as expectativas, ela é retirada do leque de opções práticas que a organização possui. Isso já impossibilita ao(a) pesquisador(a) derivar todo e qualquer uso de ações simplesmente a partir dos quadros interpretativos. Esta pesquisa, portanto, não ignora a eficácia em jogo quando se fala em repertórios de ação e procura fazer uma análise no sentido de adentrar os meandros das ações procurando

marcas dos quadros interpretativos do Movimento de Mulheres Camponesas e Coletivo Feminino Plural.

Em segundo lugar, não se ignora o fato de se estar relacionando duas organizações que possuem formas organizacionais distintas, a saber, uma ONG e um “movimento social”. Há quem possa derivar a forma de agir das ONGs a partir do próprio fato de serem ONGs, o que lhes permitiria inferir daí não apenas as ações, como os próprios quadros interpretativos da mesma. O mesmo se aplica ao “movimento social”. ONGs e “movimentos sociais” possuiriam aberturas diferentes com relação ao Estado, o que lhes permitiria atuações diferentes. Porém tal interpretação é falha, pois apenas contempla as ações que estão presentes numa forma organizativa e ausentes noutra e vice-versa. Aquelas ações que são comuns às duas, como é o caso, por exemplo, das oficinas, formações em pequenos grupos e campanhas, presentes tanto no repertório do Coletivo Feminino Plural quanto do MMC, encontram-se sem explicação. Se o que define as práticas é a forma organizativa, como explicar, então, a utilização das mesmas ações, se essas formas são diferentes? Não se quer negar que essas formas organizativas possuem, de fato, relações diferenciadas com o Estado, porém essa explicação não esgota o tema.

Por fim, também não se desconsideram outras dimensões presentes quando o que se está em jogo são repertórios de ação e, até mesmo, quadros interpretativos. A realidade social é dinâmica e as organizações de movimento social acompanham esse dinamismo. As estruturas de oportunidades políticas, estruturas de mobilização e a presença constante dos adversários, da mídia e da opinião pública fazem com que as organizações estejam num constante exercício de pensar e repensar suas práticas e concepções. Os próprios quadros interpretativos que, diferentemente da ideologia, acompanham o ritmo e os passos dos atores sociais, não são estanques nas suas formulações e se moldam, deliberadamente ou não, a contextos de mobilização social²⁰ e opiniões proferidas em espaços públicos. Ocorre que a literatura sobre ação coletiva tende a concentrar-se na relação entre repertórios de ação e oportunidades/condições político-institucionais na explicação sobre as ações adotadas, desconsiderando o papel que os quadros interpretativos podem vir a ter nessa questão. O livro *Regimes and Repertoires*, de Charles Tilly, centra-se basicamente nessa questão. O propósito desta

²⁰ sobre a formulação e reformulação do enquadramento interpretativo das organizações interessante é o artigo Rohlinger. Deana A. Framing the abortion debate: organizational resources, media strategies, and movement-counter-movement dynamics. *The sociological quarterly*. v. 43, p. 479-507, 2002.

pesquisa é, então, explorar uma das dimensões presentes nessa dinâmica para qual nem todos os olhos se voltam. A relação entre quadros interpretativos e repertórios de ação não é uma constante nas análises referente à ação coletiva, sendo, por isso, objeto deste trabalho. O que leva ao segundo aspecto em que é possível perceber a relação estabelecida entre quadros interpretativos e repertórios de ação: a escolha da ação.

Além de se sustentar, aqui, que os quadros interpretativos são determinantes no conteúdo das ações, sustenta-se que os mesmos quadros têm influência sobre a escolha dessas ações e como elas serão realizadas. Formular não apenas os problemas sociais enfrentados pelas mulheres, mas a solução para os mesmos direciona o MMC e o Coletivo Feminino Plural para o tipo de ação que deverá ser realizada. Assim, não apenas as estruturas de oportunidades políticas, as estruturas de mobilização e demais elementos aqui apresentados determinam o tipo de ação escolhida, configurando o repertório de ação das organizações, como também os quadros interpretativos possuem influência sobre ela. A questão por que se utilizar desta e não de outra ação ganha outra possibilidade de resposta, não se esgotando nas oportunidades e estruturas percebidas e disponíveis às organizações. Assim, quadros interpretativos também implicariam a forma e o conteúdo das ações, questão central desta pesquisa.

3 O FEMINISMO NO BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES

Neste capítulo será apresentada a trajetória do feminismo no Brasil a partir da década de 1970 até os dias atuais para fazer emergir daí as organizações Movimento de Mulheres Camponesas e Coletivo Feminino Plural. O país, a partir dos anos 1970, viveu um intenso processo de mobilização política, clandestina ou não, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Muitas mulheres fizeram parte dessas mobilizações, buscando alcançar um protagonismo que acabou por fazer com que elas questionassem os padrões patriarcais vigentes nos âmbitos privado e público, que se insurgia como espaço novo para uma parcela feminina. Acompanhando esse processo, estavam as discussões feministas travadas em âmbito internacional, em espaços institucionais ou não, que tiveram reflexos não apenas nas organizações e formulações das mulheres, como também no próprio país, que se viu pressionado a adentrar essas discussões, dando visibilidade às mulheres. É no seio dessa efervescência que surgem as organizações aqui analisadas, carregando consigo a experiência de mulheres que vivenciaram esses processos de luta contra o regime militar e da volta do país à democracia a partir dos contextos em que estavam inseridas, a saber, o rural e o urbano. O surgimento do MMC e do Coletivo Feminino Plural é, por fim, acompanhado da estruturação atual dos mesmos para que se complete a caracterização das organizações.

3.1 TRAJETÓRIA RECENTE DO FEMINISMO NO BRASIL: O PANO DE FUNDO DO QUAL EMERGEM O COLETIVO FEMININO PLURAL E O MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Nesta sessão serão apresentadas considerações acerca do período compreendido entre os anos 1970 e 1990, período marcado pela luta contra o regime militar e posterior redemocratização do país. Compreende-se que, antes de passar ao surgimento das organizações Coletivo Feminino Plural e Movimento de Mulheres Camponesas, é necessário percorrer esse trecho da história do país, pois que ele está diretamente relacionado ao surgimento de ambas. Ignorar o desenvolvimento do feminismo nesse período e, com isso, partir direto para o surgimento dessas organizações seria ignorar o contexto no qual essas organizações foram forjadas, tendo como resultado o texto sem o contexto. Para tanto, serão assinalados aqueles acontecimentos e elementos particularmente importantes para as organizações.

No período que vai da luta contra o regime militar até a volta da democracia, o feminismo, até então um movimento social bastante presente nos países norteamericanos e europeus, encontrou no Brasil uma porta de entrada a partir das mulheres, que, segundo Prá e Brito (1987), acompanharam “o esforço nacional que levou à abertura dos caminhos da transformação democrática” (p. 55). Assim, as mulheres, organizadas em organizações exclusivas de mulheres ou em organizações mistas, se colocaram no cenário público e político, imprimindo a marca feminina nas lutas contra a ditadura militar e a favor da anistia. Essa movimentação das mulheres na década de 1970 foi bastante intensa no meio urbano, sendo esse as raízes da formação do Coletivo Feminino Plural.

Porém, se nos centros urbanos a década de 1970 foi marcada por uma efervescência, clandestina ou não, das movimentações sociais, no meio rural eram postas em curso mudanças no modelo agrícola de produção que foram fundamentais para que o Brasil assistisse, mais tarde, ao surgimento dos chamados “movimentos sociais” camponeses, dentre os quais se inclui o MMC. Assim, Coletivo Feminino Plural e MMC se encontram num período da história brasileira marcado por intensas contestações e movimentações tanto na cidade quanto no campo. A seguir serão vistos tais processos com maior detalhamento nesses meios.

OS ANOS 1970

A partir dos anos 1970, o Brasil inicia um intenso desenvolvimento do capitalismo, principalmente no norte do Rio Grande do Sul, através da modernização agrícola, alterando estruturalmente as relações de produção no campo. O cenário agrícola, antes marcado por pequenas propriedades rurais familiares sofre um grande dinamismo que trouxe como consequência o aumento da produtividade, gerando aumento “do mercado interno para a produção industrial” (NAVARRO, 1996. p. 71) e, com isso, a ocupação de regiões antes cultivadas por núcleos familiares por um modo de cultivo em escala industrial feito por empresas, dando início a um modelo de cultivo chamado agronegócio. Dos detalhamentos desse processo não será tratado aqui, pois tal assunto requer uma discussão muito mais aprofundada do que esta pesquisa permite, o que, talvez, deslocasse seu foco. O importante é salientar que essas mudanças geradas na zona rural sul-rio-grandense acarretaram o empobrecimento da população rural que não teve condições de competir com uma agricultura altamente mecanizada e produzida

sob o modelo e em escala industrial. Tal população empobrecida foram os pequenos agricultores que cultivavam a chamada alimentação básica²¹. Também as terras sofreram um processo de concentração fundiária, gerando não apenas um intenso êxodo rural, como também os atores sociais, dentre eles as mulheres, que seriam mobilizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelas pastorais sociais da Igreja Católica.

O trabalho de ambas, para além da evangelização, estava, em muitos casos de CEBs e pastorais, vinculados a uma ideia de aproximar a Igreja das comunidades a partir da realidade e demandas locais, caracterizando essa prática, no seu conteúdo e forma, como “Igreja do Povo”, como uma opção por trabalhar com os pobres segundo os princípios da Teologia da Libertação. Assim, esse setor da Igreja formava organizações de base nas comunidades com uma metodologia de trabalho que não apenas indicava os problemas sociais, caracterizando-os como injustos, como também a saída para a solução desses problemas. Para reverter o quadro de injustiça em que se encontravam os trabalhadores rurais, afirmavam os párocos, era necessário que todas as pessoas da comunidade, incluindo-se aí as mulheres, se organizassem para lutar pela sociedade que estava desenhada na Bíblia (então denominada de “o Reino”), uma sociedade na qual não existiam injustiças e em que todos eram iguais, sem haver explorados e exploradores. O que as CEBs e as pastorais faziam, então, era conectar os ensinamentos bíblicos ao cotidiano das famílias rurais de forma a impulsioná-las à ação coletiva. Os pequenos agricultores, então, passariam a se organizar, exigindo respostas para aquela condição social. Sobre esse ponto voltar-se-á mais adiante.

Já no meio urbano, os “anos de chumbo” eram enfrentados com organizações políticas de esquerda, muitas delas clandestinas, nas quais as mulheres se inseriam para engrossar as fileiras de luta com os companheiros homens. Essa inserção feminina em partidos e guerrilhas, por exemplo, e em redes mais amplas de atividade política contra o regime militar colocou as mulheres, já nessa década, em contato com as opressões de gênero existentes nas organizações políticas. As direções ocupadas majoritariamente por homens, a falta de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas militantes e a dificuldade em se fazerem ouvir faziam parte do cotidiano dessas mulheres nas organizações de esquerda. Essa condição da mulher militante somada ao contato com

²¹ (...) “em 1964, antes portanto da expansão econômica dos anos 70, produtos tipicamente consumidos pelas camadas mais pobres, como milho (na forma de derivados), feijão e mandioca, ocupavam 56% da área agrícola total do Estado, e a soja, então começando a expandir-se, ocupava apenas 10% da área. Em 1980 tais proporções eram, respectivamente, 25 e 47% (...)” (NAVARRO, 1996, p. 73).

ideias feministas da Europa e dos Estados Unidos através do exílio político e dos estudos em gênero possibilitaram a essas mulheres formularem suas experiências políticas no campo da esquerda em termos feministas e trazerem o feminismo para a agenda das mulheres brasileiras. Essa condição política das mulheres inferior a dos homens seria percebida pelas mulheres do campo nas organizações camponesas e sindicatos rurais na década de 1980, também impulsionando o debate de gênero no meio rural.

No Rio Grande do Sul, em especial em Porto Alegre, o feminismo se desenvolvia sob o impasse luta específica x luta geral, fazendo emergir grupos que defendiam a autonomia em relação a outras organizações e o desenvolvimento de debates e atividades sobre assuntos exclusivos das mulheres, e grupos que defendiam a vinculação a outras organizações do campo da esquerda e debates e ações que considerassem a perspectiva de classe e o momento político por que passava o país. Exemplo dessa situação é o Movimento de Mulheres pela Libertação (MML), criado em 1976, que veio a cindir em 1979. A organização era formada, segundo Prá e Brito (1987), “por mulheres de diversas tendências políticas, muitas com formação universitária, interessadas na discussão sobre a opressão feminina e nas formas de intervir na sociedade para modificar essa situação” (p. 52). Dentre essas mulheres estavam as que possuíam uma perspectiva mais independente de partidos e outras organizações, tendo, várias delas, tido contato com o feminismo no exterior, e mulheres que eram também militantes de outras organizações, essas com um entendimento de que a luta feminista fazia parte de um contexto de luta política mais geral, querendo privilegiar um trabalho com mulheres a partir de um recorte de classe. Em 1979, as diferenças tornam-se incontornáveis e o MML se divide em dois grupos: um manteve o nome Movimento de Mulheres pela Libertação e dele faziam parte aquelas mulheres que também eram militantes de partidos, principalmente o MDB, e que procuravam conectar o feminismo à luta de classe do campo da esquerda; o outro passou a se chamar Ação Mulher e reunia aquelas feministas que defendiam a autonomia de partidos e outras entidades e o trabalho voltado às questões específicas das mulheres. O momento político do país acabou, com os anos, fazendo sobreviver mais fortemente a primeira visão, possibilitando ao feminismo acompanhar “as atividades de protesto e resistência ao regime, se incorporando à luta política da sociedade brasileira, o que, paradoxalmente, pode ter contribuído para seu esgotamento” (PRÁ e BRITO, 1987, p. 55).

Ora, se, por um lado, tem-se a influência do campo da esquerda a partir das concepções socialistas, portanto a partir de uma leitura da realidade social calcada na divisão de classes e comprometida com uma transformação radical da sociedade, e, por outro, a influência das idéias européias e norte-americanas de estruturação social segundo o patriarcado – opressão das mulheres baseadas na supremacia do poder masculino, atribuído ao homem -, é de se esperar que as feministas brasileiras produzissem um feminismo diferenciado na tentativa de conciliar essas duas influências. Mesmo nos casos em que, ao contrário do anterior, as mulheres rompiam com as organizações mistas e formavam organizações estritamente femininas, a experiência anterior não deixava de imprimir seu traço, como afirma Costa (2005):

Apesar das feministas latino-americanas romperem com as organizações de esquerda, em termos organizativos, mantiveram seus vínculos ideológicos e seus compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, enquanto continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda (STERNBARCH; ARANGUREN; CHUCHRYK, 1994, p. 74 apud COSTA, 2005, p.14). Essa prática as distinguiu do feminismo europeu e norte-americano, dando-lhes como característica especial o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (MOLINEUX, 2003, p. 269, apud COSTA, 2005, 14).

Esse fato é de extrema relevância, pois tem implicações na formação das ONGs feministas que, através de suas fundadoras, herdaram esse passado recente de diferenciação do feminismo no Brasil. Esse é o caso de Carmen, fundadora do Coletivo Feminino Plural e parte integrante dos processos de luta contra a ditadura militar no Brasil a partir da década de 1970:

E eu comecei assim o meu ativismo feminista ainda na universidade no movimento feminista pela anistia, na época eu participei do movimento feminino pela anistia, e isso em meados dos anos de mil novecentos e setenta (...). E quando eu fui trabalhar na Folha de Londrina como jornalista eu entrei em contato com uma jornalista chamada Joana Lopes que era uma das integrantes e uma das fundadoras do jornal Brasil Mulher que foi o primeiro jornal e movimento feminista brasileiro, porque ele trazia uma pauta do feminismo brasileiro. O Jornal Brasil Mulher é um ícone na história do feminismo, da onda contemporânea do feminismo e eu era muito jovem, não sabia o que tava fazendo ali e eu não trabalhava como jornalista nesse jornal. Eu era ativista, eu distribuía os jornais, porque havia todo um sistema de produção e distribuição dos jornais, que esse jornal era um jornal que volta e meia a polícia pegava, que era um jornal contra a ditadura, era um jornal super feminista, radical. E eu distribuía esse jornal, fazia contato pra ele e tal. Eu comecei esse contato com esse feminismo, em seguida no final da década de setenta eu ingresso num partido de esquerda clandestino que tinha como uma das suas ações públicas o desenvolvimento, a implantação da organização das mulheres (...). Então assim, a minha militância tem toda uma

história vinculada ao processo de democratização do Brasil e, ao mesmo tempo, numa perspectiva de enfrentamento naquela compreensão que eu tinha naquele momento, que tinha uma formação marxista bem sólida, eu era professora de materialismo dialético, dentro do PC do B (Carmen).

ANOS 1980

Os anos 1980 foram marcados como última fase da ditadura militar, dando lugar à redemocratização do país, tendo como marco para as mulheres a Constituição de 1988. No meio urbano, cresciam as greves, os protestos de rua pela anistia e pelas eleições diretas. O próprio governo, abalado por uma grave crise econômica, esfera que outrora fora seu sustentáculo, e perdendo apoio externo, vira surgir no horizonte a sua insustentabilidade, tirando da clandestinidade grupos políticos e iniciando o conhecido processo de abertura lenta, gradual e segura. Cresciam também as forças do campo da esquerda como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores.

No campo, as organizações que hoje fazem parte da Via Campesina no Brasil, dentre as quais está o MMC, na época MMTR-RS, foram, ao longo da década de 1980, ganhando força em número de militantes e conquistas. O MST, por exemplo, iniciou inúmeras ocupações de terra, garantindo os acampamentos que mais tarde se tornariam os assentamentos, com a posse de terra dada às famílias acampadas. As mulheres iam ganhando mais expressão no campo, levantando a questão do reconhecimento das mulheres rurais como trabalhadoras rurais, título e benefícios só concedidos aos homens. Ambos os sexos não apenas tinham contato com as ideias da Teologia da Libertação, como passaram a ter contato com as ideias marxistas dos sindicatos rurais, participando de uma mudança de discurso que foi da “sociedade de leite e mel” prometida por Deus e proferida pelos párocos, para o socialismo. Nesse período, segundo Prá e Brito (1987):

a abertura econômica e a crise econômica, mais o descrédito com as soluções governamentais, levaram a grandes mobilizações de descontentamento no meio rural, onde se incluíam famílias inteiras com a fundamental participação das mulheres. Os movimentos rurais desenvolveram uma prática participativa das bases, com relações internas fortemente comunitárias, envolvendo a família como um todo, possibilitando à mulher assumir um papel de destaque (p. 53).

Tal participação e destaque nas lutas possibilitaram às mulheres problematizarem seu papel social não apenas enquanto sujeitos importantes para a luta,

como também enquanto sujeitos diferenciados que possuíam demandas específicas. Assim, o campo viu surgir organizações exclusivas de mulheres (como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, origem do MMC), bem como a movimentação daquelas que permaneciam em organizações mistas pela “reivindicação de seus direitos enquanto trabalhadoras”, direitos já reconhecidos como das mulheres urbanas (p. 54).

Nas cidades, cresciam as movimentações de massa pelo fim da ditadura militar, e os debates acerca da condição social da mulher, tanto em âmbito nacional quanto internacional. O regime militar perdia forças, abrindo o país à democracia de forma lenta, gradual e segura. Em 1985 ocorrem eleições indiretas para a presidência da república e, a partir de 1987, instaura-se a Assembléia Nacional Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição do país. As mulheres enxergaram nesse momento uma oportunidade ímpar de colocarem suas demandas na Constituição. No período da Assembléia Nacional Constituinte, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)²², em conjunto com organizações feministas, conduziram a campanha de âmbito nacional “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, com o objetivo de articular as demandas das mulheres para que elas fossem aprovadas na nova Constituição. A participação das feministas organizadas não se restringiu apenas à elaboração das demandas, mas à própria votação das mesmas. Embora não fossem parlamentares, portanto não possuíam poder de voto, as feministas, através da ação direta conhecida como *lobby do batom*, adentraram o Congresso, convencendo grande parte dos constituintes a votarem a favor das emendas propostas pelas mulheres, compiladas na “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte”. As mulheres rurais somaram-se às urbanas no *lobby do batom*. O MMTR liderou a campanha de documentação das mulheres agricultoras e lutou pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, bem como dos benefícios sociais para as mulheres rurais, com intenso trabalho de base e grandes marchas à Brasília, que engrossaram as fileiras de mulheres na pressão sobre os constituintes.

A ação direta das feministas e do MMTR, combinada com a das parlamentares feministas, que, a par das divergências ideológicas, apresentaram as demandas em

²² O CNDM, como afirma COSTA (2005), foi um órgão estatal “criado a partir da articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves, no processo de transição” (p. 17). Contando com a atuação de feministas nas decisões e planejamentos do órgão, o CNDM “se transformou num organismo estatal responsável por elaborar e propor políticas especiais para as mulheres”, respeitando a autonomia, com relação ao Estado das organizações feministas.

bloco, votando a favor das mesmas, obtiveram grande êxito. Os resultados foram a aprovação da maioria das emendas, a inauguração de uma nova forma de atuação e de organização de parte das organizações feministas e o estabelecimento de uma nova relação com o Estado, todas impulsionadas pela relação bi-implicada: pressão da sociedade civil↔ abertura do Estado à mesma.

ANOS 1990

A redemocratização brasileira veio, então, acompanhada da busca do Estado pela sua legitimidade frente à população, frente a outros Estados e pela sua modernização, conforme Alvarez (1999). Na busca pela legitimidade frente à população, o Estado volta seus olhos para a sociedade civil²³, procurando incorporar a mesma no espaço que antes era vetado à grande maioria da população: a esfera político-institucional. Na busca pela legitimidade frente a outros Estados, importante para a inserção do Brasil na economia de mercado, no encontro entre política e economia, o Estado passa a modernizar-se, incluindo como indicador dessa modernização o termo “gênero” na elaboração de políticas, como afirma Alvarez (1999):

Políticas destinadas às mulheres estão entre as estratégias avançadas “da moda” adotadas pelos governos latino-americanos que buscam realizar suas aspirações de “modernidade” através dos mercados globais (...) “gênero” parece ter se tornado parte do léxico de planejamento técnico, um poderoso indicador neutro de “modernidade” e “desenvolvimento”, ao invés de um campo carregado de relações desiguais entre homens e mulheres (p.10-11).

Sociedade civil e gênero convergirão para as organizações não-governamentais (ONGs), sendo várias delas criadas nessa década. Sobre gênero, é necessário analisar por que ele está relacionado à modernização e ao mercado.

Os anos 1990, segundo Alvarez (1999), foram marcados pela intensa promoção das políticas que aspiravam à equidade de gênero, financiadas por organismos

²³ O termo ‘sociedade civil’ possui uma sorte de significados, vinculados a diferentes teorias, que este trabalho não irá tratar por dois motivos. O primeiro é que tal assunto conduziria a um debate maior do que as pretensões aqui colocadas. O segundo é que a própria Teoria do Processo Político rompe com os debates acerca da sociedade civil, considerando-se um tanto quanto deslocado esse debate tendo em vista a opção teórica do trabalho. O termo serve para demarcar a inauguração de um novo período em que foi permitida a participação de atores sociais que até então estavam fora dos limites de intervenção no Estado e para não desconsiderar a própria concepção que algumas ONGs possuem de si mesmas como agentes da sociedade civil. Para essas pretensões, utiliza-se a definição de Pinto (2006), a saber, sociedade civil é “a forma de organização da própria sociedade, na qual cada indivíduo encontra sua pertença como cidadão de direito” (p. 3).

internacionais, o que impulsionou os Estados latino-americanos a incluírem essa perspectiva em suas agendas. Tal perspectiva veio nos marcos dos direitos humanos, dentro dos quais se incluíam os direitos da mulher para que a equidade fosse alcançada, e os projetos a serem desenvolvidos significavam a inclusão de outro ator que não o Estado para arcar com os custos de implementação e realização das políticas. As ONGs, através de financiamento de organismos internacionais, significavam, portanto, a injeção de recursos no Estado. Pode-se pensar, à primeira vista, que esse fato significou a perda de autonomia das organizações feministas e a perda da capacidade das mesmas de agirem de forma mais incisiva e contestatória frente ao Estado. Porém, um olhar mais acurado revela que esse processo, na verdade, abriu um novo campo de atuação para e novas formas de organização do campo feminista, ampliando, com isso, o movimento social feminista.

Para que fosse possível a modernização do Estado nos termos acima supracitados, foi necessário construir espaços institucionais voltados para as questões das mulheres, nos quais questões de planejamento e promoção de seus direitos estavam na pauta. Isso fez com que o Estado, antes uma ditadura e ente a ser combatido, passasse a ser visto como parceiro estrategicamente interessante para as demandas do movimento feminista, na medida em que ele começara a falar, minimamente, a “língua das mulheres”. A própria linguagem “feminina” foi introduzida na esfera estatal através do trabalho de feministas, assim como a criação dos espaços institucionais, tais como conselhos e secretarias, tiveram influência das mesmas. Segundo Alvarez (1999):

Os feminismos latino-americanos podem, certamente, reivindicar essa mudança. As muitas feministas locais que escolheram focar suas energias em promover os direitos legais das mulheres conseqüentes da democratização certamente têm grande papel em fomentar essa aparente abertura política de gênero²⁴ (...)

Com isso, abriu-se para o movimento feminista um novo espaço de atuação no seio do qual novas ações entraram nos repertórios do movimento. Se até então as organizações feministas possuíam como forma de lutar por suas demandas os protestos de rua, pressionando externamente o Estado, agora, com a criação de mecanismos estatais voltados às políticas públicas de gênero, tal luta passaria a ser travada no

²⁴ Tradução minha. No original: *And Latin American feminisms can surely claim credit for this change. The many local feminists who chose to focus their energies on promoting women's legal rights consequent to democratization certainly had a major hand in fostering this apparent gendered political opening (...)*

interior do Estado e em parceria com o mesmo. Esse tipo de ação, vista pelo Estado como ampliação da relação com a sociedade civil, encontrou nas ONGs feministas, entidades legalmente reconhecidas pelo Estado, as organizações que a levariam a cabo.

Importante reafirmar que essas mudanças vieram acompanhadas da perspectiva dos direitos humanos e direitos da mulher, relação que já se encontrava em curso em outros países, significando, com isso, a inclusão dos direitos humanos como *master frame* do movimento feminista. Agora, não mais apenas as transformações estruturais da sociedade sob o socialismo figuravam como marco consolidado para o alcance da libertação das mulheres – interpretação que faz parte da história de formação do MMC e presente até hoje, como também os direitos humanos passaram a ser alçados a essa condição.

No campo, as organizações de mulheres continuaram atuando cada vez mais com a perspectiva marxista e menos com a perspectiva da Teologia da Libertação, consolidando a luta pelo socialismo como *master frame* das organizações. Isso não significa dizer que as influências dessa parte da Igreja tornaram-se inexistentes, mas sim que as concepções políticas socialistas passaram a balizar mais fortemente os grupos, valendo-se, inclusive, das formas pelas quais as CEBs e as pastorais sociais organizavam e formavam a população camponesa. Os ganhos com a Constituição de 1988 para as trabalhadoras rurais embalaram, ainda mais, o crescimento do MMTR.

3.2 SURGIMENTO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

A história do MMC remonta à década de 1970 nos processos de organização das comunidades rurais pelas Comunidades Eclesiais de Base e pastorais sociais. O empobrecimento da população rural fez com que os(as) religiosos(as) adeptos(as) da Teologia da Libertação, iniciassem um processo com os trabalhadores rurais de forma a fortalecer seus vínculos com a comunidade e lutar pelas suas demandas. A Teologia da Libertação possuía uma visão de religião fortemente comprometida com a realidade material e, portanto, com o andamento político, econômico e social das comunidades e do país. Segundo Schaff (2010), para esses(as) religiosos(as), Deus amava a todas suas criaturas igualmente e todas elas mereciam o Reino de Deus na Terra; a todas as pessoas, portanto, era reservado o direito à “sociedade de leite e mel”, sociedade na qual homens e mulheres viveriam em comunhão e igualdade. Ocorre que o mundo estava dividido entre oprimidos e opressores, entre explorados e exploradores, cabendo, por

isso, aos explorados libertarem-se a si mesmos e, com isso, a toda a humanidade. Sendo assim, os pobres – ou os trabalhadores rurais - eram os escolhidos de Deus na caminhada rumo à igualdade entre os homens e à libertação dos povos, caminho árduo a ser trilhado com todos os Seus filhos, incluindo aí as mulheres. Os episódios bíblicos serviam, então, como metáforas para o cotidiano dos(as) agricultores(as), fornecendo-lhes instrumentos para que pudessem compreender sua realidade e possuir esperanças num futuro possível e melhor.

A transformação da sociedade, porém não cabia aos explorados individualmente; todo trabalho das CEBs e das pastorais tinham como pressuposto e objetivo a organização popular. Pressuposto, porque a organização era condição *sine qua non* para acabar com a exploração dos trabalhadores rurais, pois era na coletividade que se criava consciência da condição material e do funcionamento dos sistemas político e econômico. Objetivo - não em sentido último, mas como condição *per quan* -, porque a transformação da sociedade só aconteceria por meio da luta, e a luta só teria eficácia se travada por todos(as) agricultores(as) juntos(as). Deus precisava de todos seus filhos na “caminhada” para a “sociedade de leite e mel”. Portanto, toda formação que eles e elas recebiam era voltada para a ação. Segundo dom Orlando Dotti, “como cristãos, nós precisamos nos colocar diante da proposta da vida e da ação de Jesus Cristo, para julgar a realidade, transformar nossa própria vida e agir nesse mundo, para que ele seja mais de acordo com o Evangelho” (SCHAFF, 2001, p. 131).

Já as pastorais sociais, conforme Schaaf, (2001), ofereciam formações anuais ministradas por leigos(as) e eclesiásticos, que formavam lideranças comunitárias, em sua maioria jovens e mulheres, para que, após um ano de formação, trabalhassem, através da conscientização, organizando a base (trabalho de base, sobre o qual falaremos mais adiante) nas comunidades rurais. O método de trabalho ensinado, que também era partilhado pelas CEBs, consistia no “ver, julgar e fazer”: olhar para a realidade, compreender suas dinâmicas sociais e políticas, bem como a realidade local e agir conjuntamente para a sua transformação. As CEBs e as pastorais sociais, a partir desse trabalho de organização dos(as) agricultores(as), calcado na dicotomia injusta entre explorados e exploradores e na necessidade de mobilização coletiva para mudar a ordem estabelecida, aproximando a política do cotidiano de homens e mulheres do meio rural, formaram o gérmen das organizações populares do campo rio-grandense que hoje compõem a Via Campesina Brasil.

A mobilização feminina, porém, era tarefa mais difícil se comparada à mobilização masculina, herança da estruturação patriarcal da sociedade. Era necessário, contudo, que todos os filhos de Deus se organizassem e “todos” era expressão que abarcava homens e mulheres. Os(as) religiosos(as), então, desenvolvem um discurso motivador para a organização e ação coletiva direcionado especialmente às mulheres, que possui, até hoje, influência sobre a forma como o MMC mobiliza seu público.

O “marianismo” ou a maternidade militante

O incentivo à participação política das mulheres pode se dar de diversas formas. Para os(as) mediadores(as) religiosos(as), ele veio a partir de duas questões, a saber, o modelo feminino da Igreja Católica e a pobreza das famílias de pequenos agricultores.

O modelo de mulher por excelência para a Igreja Católica é a Virgem Maria, aquela que é pura, bondosa e dá à luz ao filho de Deus, dedicando sua vida a Ele. Maria não teria valor, inclusive talvez nem figurasse como personagem bíblico, se não exercesse a maternidade. Porém, não qualquer maternidade, a maternidade daquele destinado a dedicar sua vida à salvação dos homens. Maria, portanto, possui valor pela gestação e, principalmente, pelo filho que ela gera; sendo assim seu valor é atribuído por outro. A Virgem é enaltecida por suas qualidades tipicamente atribuídas ao gênero feminino: maternidade, bondade, cuidado, sacrifício, todas elas características ligadas aos papéis de mãe e esposa.

A condição de pobreza foi trabalhada nas comunidades no sentido de desnaturalizá-la, mostrando-a como produzida injustamente pelos exploradores e, portanto, pelo ser humano. Ora, se era produzida por seres humanos, então era passível de mudança; mudança essa que deveria ser levada a cabo pelos explorados em direção à igualdade entre os homens, a uma sociedade na qual não houvesse exploradores e explorados, enfim, ao Reino de Deus na Terra. A questão era qual o papel das mulheres nessa caminhada em direção à igualdade. Dado que as mulheres não transitavam entre as esferas privada e pública, como tirá-las do ambiente restrito do lar e levá-las às formações e discussões de cunho mais político? Foi justamente a partir do modelo de mulher da Igreja Católica, Maria, que as CEBs e as pastorais sociais trabalharam com as mulheres agricultoras para trazê-las para a política.

Assim como Maria, as trabalhadoras rurais também eram mães zelosas que faziam o melhor pelos filhos e pela família. Ocorre que, num cenário de carência, suas

funções como mães viam-se prejudicadas: não havia terra para fazer a horta, alimento suficiente para cozinhar, recursos adequados para cuidar das doenças. Essas questões eram trabalhadas e possuíam solução na boa política, naquela feita pelo povo para pressionar os governos a assegurarem os direitos do povo, que obteria êxito se organizado. As mulheres, então, deveriam adentrar a esfera política para que a maternidade pudesse voltar a ser exercida com plenas condições, assegurando o bem-estar da família. Dessa forma, as fileiras rumo à igualdade eram engrossadas pelas mulheres não como indivíduos *per se*, como sujeitos portadores de direitos individuais, mas como sujeitos coletivos preocupados com a situação em que se encontravam seus filhos. Era importante que as mulheres participassem das reuniões, pois elas também eram afetadas na medida em que o âmbito da casa era afetado. Assim, questões ligadas aos direitos das mulheres como direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, não eram trabalhadas; a assimetria de poder existente entre homens e mulheres, tampouco. Logo, as agricultoras tinham grandes possibilidades de “adquirir” consciência social, porém poucas chances de “adquirir” consciência de gênero ou consciência feminista.

As consequências para a organização das mulheres

Do ponto de vista da organização feminina, três importantes consequências seguem-se da forma de trabalho desenvolvida com as mulheres, a saber, (i) o incentivo à conscientização política das mulheres, (ii) a inserção das mulheres na esfera pública comunitária e (iii), a criação de grupos autônomos de mulheres.

Os papéis atribuídos segundo o critério de gênero nas famílias rurais sempre foram bem demarcados conforme a estrutura patriarcal da sociedade. Aos homens, além de cumprirem a função de chefes de família, cabia o que propriamente se admitia como trabalho, que lhes proporcionou o reconhecimento, com documentação legal, de trabalhadores rurais: manejo do maquinário mais pesado ou de maior exigência de tecnologia, produção destinada ao mercado, relações comerciais envolvidas na venda desses produtos e o manejo dos recursos financeiros da propriedade. Já às mulheres cabiam as tarefas de donas de casa: cozinhar e limpar a casa, exercerem as funções de mães e esposas, cuidando da alimentação e saúde dos filhos e maridos, tudo isso somado às tarefas da agricultura. Essas envolviam cuidar da horta cuja produção era destinada para consumo da família, dos animais, do pomar e “ajudar” na produção destinada ao mercado. Por esses trabalhos serem considerados de âmbito privado e de

responsabilidade feminina (em verdade não eram considerados trabalhos, mas serviços), às mulheres não era concedido o reconhecimento profissional enquanto trabalhadoras rurais, sendo-lhes negados documentos de extrema importância para que fossem sujeitos de direito no Estado brasileiro: bloco de notas de produtor rural, talão do INCRA, carteira de trabalho e previdência social²⁵. Além disso, as próprias mulheres não enxergavam suas atividades como trabalho, o que contribuía na desvalorização da condição feminina rural.

Essa distribuição das atribuições da família rural, argumenta Schaaff (2001), colocava as mulheres numa situação de isolamento da vida pública da comunidade. Por viverem restritas ao lar, possuindo poucos momentos de interação social (missa, festa da comunidade, visitas), as mulheres não eram incentivadas a pensar para além das necessidades familiares e, em verdade, não eram incentivadas a pensar em si mesmas para além dos papéis de mães e esposas, pois até mesmo a conversa com outras mulheres eram referentes às lidas domésticas. Os homens, pelo contrário, eram estimulados a conversas que lhes garantiam maior inserção social e política, pois para negociar o preço dos produtos era necessário entender um pouco sobre o mercado, entender que políticas e que políticos eram melhores para a agricultura, por exemplo.

Assim, o incentivo à participação feminina nos cursos das pastorais sociais e nas atividades das CEBs – a taxa de participação de mulheres era alta, conforme Schaaff (2001) -, proporcionaram às mulheres pensar de forma diferente sobre seu cotidiano: na medida em que esses trabalhos eram caracterizados por traduzir para linguagem religiosa e a partir de exemplos cotidianos as dinâmicas políticas implicadas na pobreza material daquela população rural, a política se tornou algo acessível a essas mulheres e visível no cotidiano. A política, então, não era apenas “coisa de homem”, embora isso não significasse que a participação das mulheres nesses espaços era tranqüila por parte delas.

A segunda consequência, assim como a primeira, também decorre dos pressupostos do trabalho – trabalho de base – levados a cabo no campo. Uma vez que a organização e a formação eram coletivas, a conscientização política das mulheres só poderia ocorrer em espaços coletivos para fora da esfera privada do lar. Assim, as

²⁵ Um dos marcos do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que posteriormente dará origem ao MMC, foi a campanha de documentação das trabalhadoras rurais. Essa se realizou por meio de ampla divulgação de informação a respeito de que documentos deveriam ser tirados e como e marchas até Brasília para que fosse reconhecida a profissão de trabalhadora rural. Essa campanha foi responsável pela consolidação do MMTR, como afirma Janaína, entrevistada e ativista do MMTR naquela época.

mulheres, aos poucos, iam abrindo espaço na sua rotina para outras atividades que não as domésticas, se interando da vida política da comunidade e tendo contato com outras mulheres a partir de questões que outrora não figuravam dentre seus assuntos. Isso não significa dizer que todos os maridos aceitassem de bom grado a participação das mulheres nas reuniões. Embora fosse grande a participação delas nas atividades das CEBs, participação facilitada, talvez, porque eram atividades bem-vistas, afinal era “coisa da Igreja”, muitas delas tiveram de passar por um longo processo de convencimento de seus maridos para que pudessem ir às atividades, pois a participação implicava o rearranjo da rotina doméstica. Ainda, quando da participação nas organizações populares do campo, muitas sofriam discriminação de gênero e possuíam dificuldades em militar, ponto que será tratado mais adiante.

A politização do cotidiano e a participação em instâncias coletivas, além da formação de lideranças mulheres, que se formavam para organizar mais mulheres, possibilitaram o surgimento de grupos autônomos de mulheres, as chamadas mulheres da roça. O pensamento sobre a condição de vida dos trabalhadores rurais pobres levou várias mulheres a olharem para sua condição enquanto mulheres pobres, dando relevo a especificidades de gênero. A questão da documentação, a grande jornada de trabalho não reconhecida, o tipo de trabalho que desempenhavam e até mesmo as inquietações ligadas à reprodução e a sexualidade, embora essas não fossem trabalhadas explicitamente, foram elementos que despertaram, em algumas, o desejo de se organizarem autonomamente, isto é, em grupos não mistos. Obviamente, os grupos só de mulheres não eram bem vistos por todos²⁶ e enfrentaram resistência nas comunidades. Desses grupos, primeiramente sob a alcunha “Mulheres da Roça” e, posteriormente, “Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais” surge o MMC, que adota este nome quando da unificação em nível nacional desses grupos.

²⁶ Em *Jeito de Mulher Rural*, Allie van der Schaaf discorre sobre as tensões entre bispos, padres e freiras na formação desses grupos.

A década de 1980 e a formação dos “movimentos sociais” do campo e do sindicalismo combativo

Os “movimentos sociais” do campo

O trabalho das CEBs e das pastorais sociais vinha dando resultados, organizando grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Esse trabalho foi crescendo e tomando forma. O contato com as ideias socialistas, vindas dos sindicatos nos quais muitos desses homens e mulheres também começaram a exercer influência e, em 1980, em *Cascavel (PR)*,

centenas de trabalhadores rurais decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pelas transformações sociais necessárias para o nosso país. Eram posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores... Trabalhadores rurais sem terras, que estavam desprovidos do seu direito de produzir alimentos. Expulsos por um projeto autoritário para o campo brasileiro, capitaneado pela ditadura militar, que então cerceava direitos e liberdades de toda a sociedade (<http://www.mst.org.br/node/7702>).

O projeto autoritário para o campo brasileiro era o agronegócio, face do capitalismo no campo e comandada pelo Estado rendido a esse sistema. O Reino de Deus na Terra começou a tomar contornos fortes de socialismo. Remonta a essa época, também a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Com essas organizações se organizando em torno da reforma agrária e contra os latifúndios, tem início o processo de ocupação de fazendas e organização de acampamentos, dos quais as mulheres também participaram.

As organizações precisavam, então, de uma estrutura organizativa, contando, para isso, com a assessoria de ONGs do meio urbano. Organizar reuniões, montar uma pauta, atentar para a periodicidade dessas reuniões eram tarefas que precisavam ser melhor aprendidas, contando os(as) camponeses(as), por isso, com assessores(as). Os(as) assessores(as) vieram, porém, não apenas ajudar nas questões organizativas, mas agregar discussões feministas. Segundo Shaff (2001), assessoras vieram até as mulheres das organizações, tentando introduzir o feminismo a partir das discussões sobre autonomia do corpo, não encontrando reverberação em algumas delas. As questões sobre direitos sexuais, reprodutivos, aborto, pareciam não fazer sentido para mulheres que haviam sido mobilizadas como sujeitos para o Outro. Assim, não foi obtido sucesso completo por parte das assessoras, porém foi iniciada a aproximação entre as ideias feministas e as trabalhadoras rurais.

O Sindicalismo

O trabalho realizado com as mulheres de incentivo à participação na vida pública da comunidade se expandiu para os sindicatos rurais.

No final da década de 1970, início da de 1980 o país, conforme Navarro (1996), passou por uma crise econômica que teve reflexos negativos nos programas de benefício social do campo, até então a cargo dos sindicatos permitidos pela ditadura militar para representar os trabalhadores rurais, fazendo crescer o descontentamento. Muitos trabalhadores, homens e mulheres, passaram a disputar a direção dos sindicatos nas cidades em que houvesse organização na tentativa de trazer, para eles, uma visão *igualitária de mundo* contrária à divisão de classes. Assim, vários sindicatos saíram das mãos da Fetag, a exemplo dos de Ronda Alta, Marcelino Ramos, Erechim e Sananduva, todos da década de 1980 e com organização feminina.

A participação das mulheres nesse processo, através de intensas campanhas para a eleição das chapas de oposição, fez com que as mulheres consolidassem esses grupos, surgindo, assim, o Mulheres da Roça. Apesar de atuante nos sindicatos, o grupo mantinha sua organização autônoma, fomentando discussões acerca das mulheres da roça enquanto trabalhadoras rurais - como o reconhecimento da própria profissão de trabalhadora rural, a licença maternidade e bloco do produtor – entre elas e no interior dos sindicatos. À medida que aumentavam essas discussões, elas se distanciavam das visões da Teologia da Libertação, passando a incorporar, em suas leituras da realidade, a visão marxista presente nos sindicatos. Outra resultante da entrada das mulheres organizadas no sindicato foi a própria conscientização das mesmas acerca de suas possibilidades políticas. As mulheres tiveram papel decisório na vitória das chapas combativas, porém esbarraram no patriarcado estruturante das instituições políticas. Fazer campanha era muito bem-vindo por parte dos sindicalistas homens, dado que isso era condição necessária para o sucesso nas urnas. Agora, uma vez eleitos, outra questão muito diferente era a ocupação de cargos de maior envergadura por essas mulheres. Isso representava uma ruptura com um padrão patriarcal extremamente difícil de ser feita. Soma-se a isso a ruptura com os papéis de mãe e esposa. Dedicar-se ao sindicato significava ter menos tempo para a família, o que não era bem visto aos olhos dos maridos.

Fundação do MMTR-RS

As discussões e tensionamentos acerca da relevância ou da prioridade das questões de gênero com relação às questões da classe tornaram-se corriqueiras nos sindicatos. Em meio a essas dificuldades, percebendo o importante papel que tiveram na conquista dos sindicatos, mas também os entraves que enfrentavam para se exercitarem politicamente nos mesmos, as Mulheres da Roça, espalhadas por diversas cidades do Rio Grande do Sul, decidiram, ao invés de privilegiar o sindicato, privilegiar a organização autônoma de mulheres. Essa organização herdou da Igreja Católica a forma de atuar; dos sindicatos, os pressupostos socialistas de organização social em classes, o capitalismo como responsável pela exploração da classe trabalhadora e o desejo de uma sociedade na qual homens e mulheres fossem iguais. Das organizações sociais do campo, ela herdou a forma organizativa e as ações empreendidas. E, finalmente, do contato com as feministas, herdou a inquietante discussão do sujeito mulher e sua condição no mundo patriarcal. Esse conjunto de influências resultou em uma síntese na qual a visão predominante era de que o socialismo não traria automaticamente a libertação das mulheres da condição de oprimidas do patriarcado; o convívio nos sindicatos e organizações rurais havia mostrado isso. Era necessário promover os dois objetivos juntos: lutar, ao mesmo tempo, pelo socialismo e pela libertação das mulheres. A luta seria levada a cabo por mulheres que se organizassem a partir das necessidades de suas comunidades, agregando mais mulheres para massificar a luta.

Em 1988, essas mulheres tiveram participação ativa no processo da Constituinte, como foi visto no *lobby do batom*, vindo de uma intensa campanha pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e, com isso, o acesso a todos os direitos sociais que as mulheres urbanas já possuíam, e pela documentação das mulheres do campo. A campanha foi vitoriosa, sendo reconhecida a profissão e os direitos na Constituição de 1988, significando “um forte incentivo para a independência do movimento” (SCHAAF, 2001, p. 226). Em 1989, foi fundado, formalmente, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS).

Do MMTR ao MMC

Em nível nacional, em 1995 foi criada a Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais com o objetivo de dar unidade maior às organizações autônomas de

trabalhadoras rurais que foram sendo criados pelo Brasil. A partir daí, uma série de atividades, acampamentos estaduais e um acampamento nacional voltados para as mulheres dos movimentos, formação política, mobilizações em datas significativas e continuidade das lutas e campanhas mencionadas anteriormente, fortaleceram as organizações de mulheres. Em 2003, essas organizações se unificaram, ganhando caráter nacional e o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. Hoje em dia, o MMC, é nacional, possuindo uma estrutura organizacional que trabalha com as dimensões municipais, regionais, estaduais e nacional, a fim de manter um fluxo de informações e decisões nos sentidos nacional → municipal e municipal → nacional.

A mudança de nome para designar não as trabalhadoras rurais, mas as camponesas é justificada, pelas dirigentes, por dois fatores. O primeiro deles diz respeito à própria nacionalização, sendo preciso encontrar um nome que fizesse sentido em todas as regiões nas quais as trabalhadoras rurais estava organizadas. Segundo uma das dirigentes, “no Brasil tem uma diversidade de trabalhadora rural que no sul é uma coisa, no nordeste é outra. No nordeste o nome camponesa é pra pequenas agricultoras. O nome agricultora não existe. O agricultora é só aqui no sul, inclusive pela imigração europeia. Então fica mais comum. Pra nós no sul fica mais estranho camponesa. No nordeste não.” Assim, o termo escolhido foi “camponesa”, suprimindo-se o termo “trabalhadora rural”.

Segundo, para a organização, o termo “camponesa” demarca uma diferença fundamental com relação ao agronegócio. Não necessariamente todos os trabalhadores rurais produzem de forma a enfrentar o agronegócio. O termo “trabalhador rural” estava, naquela época, muito vinculado ao termo “agricultura familiar”, sendo esta um modelo de produção atrelado ao agronegócio. O termo “camponês”, por outro lado, estava mais ligado à produção agroecológica, à produção sem agrotóxicos, com autonomia do produtor e em pequenas propriedades. Assim, o termo “camponesa” também ganhou força ao entenderem as militantes que ele representava um contraponto à agricultura capitalista.

Embora tenha mudado de nome, nas falas de todas as entrevistas não foi verificada demarcação temporal entre o MMC e o MMTR-RS para além do momento de contar a história do surgimento das ações. Quando perguntadas acerca das ações do MMC, todas mencionaram ações empreendidas não apenas pelo MMC, mas também pelo MMTR-RS, às vezes assinalando a mudança de nome, às vezes compreendendo todas elas como MMC.

O MMC possui, atualmente, um escritório nacional com sede em Brasília e uma secretaria nacional com sede em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. No estado, o trabalho desenvolvido nos grupos de base depende de outras estruturas para poder existir como salões de igrejas, associações comunitárias e, até mesmo, as casas das militantes. A sustentabilidade financeira é garantida por meio de doações das militantes e ajuda de outras organizações como sindicatos, que a organização preferiu não citar. Também produtos produzidos pelas mulheres em iniciativas da organização, remédios fitoterápicos, pães, bolos e cucas, são vendidos e sua venda revertida para o MMC.

3.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

O MMC é uma organização nacional presente, segundo site da organização, em vinte estado do Brasil. Integra a Via Campesina, articulação internacional de organizações camponesas, fundada em 1993, na Bélgica, segundo site oficial (<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>). No Brasil, fazem parte da Via Campesina²⁷, além do MMC, nove organizações.

Na região sul do Brasil, o MMC está presente nos três estados, sendo que, no Rio Grande do Sul, se divide nas seguintes regiões: Santa Maria, Missões I, Missões II, Cruz Alta, Região dos Campos de Cima da Serra, Litoral, Cachoeira do Sul e Vale do Rio Pardo. As cidades de cada região nas quais o MMC tem atuação são difíceis de serem mapeadas com precisão inclusive pelas próprias dirigentes. Foram identificadas, através do trabalho de campo, a presença da organização nas seguintes cidades: Júlio de Castilhos (regional Santa Maria; Maurício Cardoso, Horizontina e São João do Burrica (Missões I); Serro Largo, Mato Queimado, Humaitá, Três Passos, Redentora, Palmeira e Serro Grande (Missões II); Cruz Alta; Cacique Doble, Charrua, Ibiaçá (regional Campos de Cima da Serra); Três Cachoeiras, Maquine e Osório (regional Litoral), Cachoeira do Sul, Ripo Pardo, Encruzilhada e Pantano Grande (regional Vale do Rio Pardo). A dificuldade em se precisar todas as cidades é atribuída à estrutura capilarizada da organização, que aumenta sua base a partir da inserção em diferentes municípios,

²⁷ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MMC, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF) e Pescadores e Pescadoras Artesanais.

conforme a disponibilidade das militantes. Assim, o conhecimento exato sobre para onde está crescendo a organização varia conforma a região onde se localizam as mulheres - por exemplo, uma militante da região litoral pode não saber exatamente em que municípios a organização está presente na regional Missões II.

Embora capilarizada, a estrutura conserva alguns nós, que atuam como centros pelos quais transitam informações que precisam chegar às diversas ramificações da estrutura. As instâncias que conformam a organização são as seguintes:

- grupos de base: instâncias através da qual a organização aumenta o número de militantes e o número de cidades em que está presente, sendo, com isso, a ponta da estrutura. Os grupos de base são considerados espaços de *formação, educação, organização e preparação para as lutas* (panfleto de apresentação do Movimento de Mulheres Camponesas). Os grupos de base são sempre acompanhados por militantes da organização, tendo estas a tarefa de fomentar o engajamento de novas mulheres.
- Direções municipais: instâncias que coordenam as atividades da organização no município, além de serem o primeiro dos canais de comunicação para se chegar nos grupos de base;
- Direções regionais: instâncias que articulam e coordenam as atividades do MMC nas regionais e constituem o segundo nó da estrutura;
- Direções estaduais: articulam e coordenam as atividades da organização em nível estadual, possuindo reuniões a cada sessenta dias, sendo que esse período pode variar para mais ou para menos, dependendo do momento porque passa a organização. Este é o terceiro nó de comunicação em nível estadual e o primeiro, em nível nacional;
- Coordenação nacional: instância responsável por *dar as linhas políticas ao MMC Nacional*, articular e coordenar as atividades estaduais, fazendo com que as deliberações tiradas nessa instância repercutam nos estados. Da coordenação nacional é de extrema importância que participem militantes de todos os estados, pois é dessa forma que se garante o fluxo de informações entre a coordenação e as instâncias de nível estadual, regional e municipal, estando contidos aí os grupos de base, e vice-versa;
- Direção política: também de âmbito nacional, constitui num grupo menor de militantes responsáveis por implementar e viabilizar as decisões da

Coordenação Nacional. Da direção participam militantes da coordenação nacional, que devem garantir a comunicação com os Estados. Por isso é, dentro do possível, necessário haver representantes de todos os estados;

- Congresso e/ou Assembléia Nacional: considerada a instância máxima de decisão do MMC.

Embora essa seja a estrutura oficial da organização, na prática ela não tem funcionado assim, sendo visto que não é necessário, para manter a organização funcionando, seguir essa estrutura tal como desenhada no papel. Hoje, a organização se estrutura, em nível estadual, a partir dos grupos de base, direção municipal e direção estadual. A direção regional foi substituída por uma coordenação regional ampliada que abrange todas as reuniões. Essa coordenação conta com a participação de, em média trinta mulheres em caráter de representação, sendo instância também de deliberações e decisões para a região.

A escolha das mulheres para cada uma dessas instâncias se dá por meio do grau de responsabilidade que elas vão adquirindo dentro da organização. Não existe um tempo determinado para se ficar numa instância ou para poder adentrar uma instância, o que é certo é que todas as mulheres que compõem as instâncias organizativas tiveram de passar pelos grupos de base. Nenhuma dirigente do MMC ocupa a direção se antes ter passado pelos processos formativos na base da organização. É a partir dela que as mulheres ocupam outros espaços, conforme vão se destacando e se comprometendo. Quanto à sustentação material da organização, não foi possível acessar maiores informações.

3.4 SURGIMENTO DO COLETIVO FEMININO PLURAL

Como visto anteriormente, a história do Coletivo Feminino Plural remonta à história do engajamento político das mulheres na década de 1970, aliado ao debate feminista trazido dos Estados Unidos e Europa e reformulado a partir do contexto brasileiro. Desde essa época, algumas das fundadoras da organização já eram militantes, levando consigo esse passado recente na formação da ONG. Fato de extrema importância nesse processo foram as progressivas atitudes que a ONU tomou com relação às mulheres, não só promulgando, em 1975, o ano internacional da mulher, como promovendo, posteriormente a essa data, convenções e tratados na tentativa de pressionar os países em direção à equidade de gênero.

Três convenções se destacam nesse sentido e são, até hoje, consideradas os “marcos teóricos” da ONG, conforme é possível ver em seu site.

- A Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) (1979), tida como a “mais importante legislação internacional voltada aos direitos da mulher, pois os vê em todas as dimensões de sua vida” (p. 30). Foi na CEDAW que foi definido o que se constitui como discriminação da mulher.
- Convenção de Belém do Pará (1995): “violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos”.
- A Convenção de Beijing (1995): “elencas 12 esferas de atuação como prioritárias para a promoção da mulher: pobreza, educação, capacitação, saúde, conflito armado, economia, poder e participação no processo decisório, mecanismos institucionais para assegurar a igualdade de gênero, direitos humanos, mídia, meio ambiente, meninas e violência contra a mulher”.

As Conferências foram importantes não apenas no fornecimento de conteúdo para as feministas, mas também na movimentação de organizações feministas que criam ao seu redor. Sobre o primeiro ponto Prá e Epping (2012, p.38) colocam que:

Durante essas conferências - a saber, México, 1975; Copenhague, 1980; Nairóbi, 1985; Beijing, 1995 - foram realizadas sessões paralelas, denominadas de "contraencontros", em que após os debates eram elaborados relatórios (documentos sombra ou alternativos) que destacavam os problemas enfrentados pelas mulheres, formulando recomendações aos representantes governamentais presentes no encontro oficial. Com muita frequência, diz a autora, essa ação paralela obtinha êxito e a garantia da inclusão de suas deliberações nos documentos oficiais. Em decorrência, tal conteúdo passaria a influenciar na elaboração de programas e políticas públicas voltados à equidade de gênero.

Essas conferências, portanto, desde a década de 1970, mantiveram as mulheres em contato com os temas do feminismo, incentivando-as a refletir e a propor ações que tivessem impacto positivo na vida das mulheres e comprometimento dos Estados, ainda que na década de 1970 e parte da de 1980, países da América Latina, dentre eles o Brasil, estivessem sob regimes militares, portanto, com espaços reduzidos de participação política. Além disso, o resultado desses eventos era uma agenda concreta para manter as mulheres articuladas e atentas para o cumprimento das deliberações.

Já sobre o segundo, os “contraencontros”, existentes na década de 1970 em diante, que eram gerados nessas conferências, incentivaram as mulheres a formar

organizações ou a se incorporar a organizações já existentes. O processo de apropriação dos temas das conferências era acompanhado de mobilização em nível local para que as mulheres chegassem a elas fortalecidas e apropriadas do debate. Uma vez que esses eventos da ONU constituíam em elementos de pressão sobre o Estado, estar minimamente organizadas para garantir que, para além do que os representantes estatais colocassem, as demandas das mulheres seriam ouvidas, as conferências eram precedidas de discussões em nível local, sendo, conforme ALVES, 1996, p.81 (apud PRÁ e EPPING, 2012):

significativo que cada uma das grandes conferências governamentais da década de 90 se faça acompanhar de reuniões paralelas de organizações não-governamentais, cuja participação e influência nas deliberações dos governos vêm crescendo acentuada e incessantemente (p.36).

Com relação a essa década cabe ressaltar que a ONU passou a *incluir o protagonismo social entre seus componentes principais*, abrindo espaço para a inclusão, além dos Estados, das organizações da assim chamada sociedade civil, que, conforme colocado no primeiro ponto deste capítulo, acabou encontrando nas ONGs, neste caso nas ONGs feministas, seus representantes. Esse é o caso do Coletivo Feminino Plural, pois através de algumas de suas fundadoras, acompanhou as conferências da ONU de perto, ganhando expertise não apenas sobre o tema do feminismo, como também sobre a organização de mulheres.

A inclusão da equidade de gênero, acompanhada do alinhamento dos direitos da mulher com os direitos humanos, encontraram, na década de 1990, eco em Porto Alegre. O desejo do Estado recém redemocratizado de encontrar legitimidade frente à população e a outros Estados aliado à pressão da sociedade civil por maior participação nas decisões do país, fez com que esse se voltasse fortemente para duas questões já mencionadas: a abertura de espaços de discussão e deliberação para a sociedade civil e a forte incorporação das questões de gênero, recomendações das Nações Unidas, em sua agenda. Nesse sentido, se beneficiaram aqueles grupos de mulheres que não apenas já estavam em contato com a discussão de gênero e os temas das conferências da ONU, mas que procuraram se organizar para ocupar esses espaços. A forma adotada foi aquela que, legalmente, era reconhecida pelo Estado, o conteúdo, aquele que desde a década de 1970 estava sendo discutido nos fóruns internacionais. É desse processo que surge a ONG Coletivo Feminino Plural.

Embora em Porto Alegre já se encontrasse organizado um grupo de mulheres mobilizadas desde os processos da ONU, foi só em mil novecentos e noventa e cinco que esse grupo, atuante nos processos alusivos à Conferência de Beijing, por exemplo, foi formalizado em virtude da lei que aprovava a criação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher (COMDIM)²⁸ em Porto Alegre. A aprovação dessa lei partiu, dentro da Câmara de Vereadores, da iniciativa de uma das integrantes do grupo que atualmente é Ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos²⁹. Uma das fundadoras e atuais coordenadoras da organização conta a história:

(...) em noventa e cinco, a Maria do Rosário consegue aprovar na Câmara Municipal a lei que institui o Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Porto Alegre. E esse conselho tinha como condição que a eleição das mulheres não governamentais tinha que ser através de um fórum de mulheres. E aí que nós mesmas que tínhamos criado a lei, tínhamos ficado com uma batata quente na mão. Nós tínhamos que ter um fórum³⁰ que indicasse essas mulheres e se tinha um fórum tinha que ter organização de mulheres (Carmen, coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

Então elas resolvem formalizar o grupo como uma organização não-governamental, o que lhes possibilitaria cumprir as etapas necessárias para ocupar os cargos do COMDIM. No dia oito de março de 1996, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, numa atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher, o grupo resolve se formalizar e fundar, assim, a ONG Coletivo Feminino Plural:

(...) aí o Coletivo Feminino Plural é, nasceu no Largo Glênio Peres, no dia oito de março de 1996. A gente tava fazendo um evento ali, uma atividade. Estávamos, eu, a Maria do Rosário e mais um conjunto de mulheres que até hoje estão vinculadas ao Coletivo, direta, ou indiretamente, e a gente já vinha se reunindo já. Mas pelo amor de deus, até quando a gente vai levar esse nosso grupo. Temos que formalizar essa entidade. Eu adoro formalizar entidade. Ela tem que ter existência jurídica, tem que ser respeitada. Nós temos que formalizar esse negócio aqui. Isso mesmo Tele, vamos fazer isso, então tá. Daí a Maria do Rosário falou assim: mas nós precisamos um nome bonito, assim, pra nossa entidade, vamos criar um nome bonito. E eu tava lendo um romance que se chamava Feminino Plural. Eu falei: eu tenho um nome pra nossa entidade, Coletivo Feminino Plural. E ai, que bonito, ele é

²⁸ Criado, na verdade, “pela Lei complementar nº 347, de 30 de Maio de 1995 (...) O COMDIM É um órgão de caráter permanente, com competência propositiva, consultiva, fiscalizadora, normativa e deliberativa, no que se refere às matérias pertinentes aos Direitos das Mulheres. Foi instituído pela e é constituído por 7 membros representativos da administração Pública e 14 membros representativos de órgãos e entidades não-governamentais envolvidos com a questão das Mulheres.” Fonte: sítio do COMDIM. COMDIM.

²⁹ Fonte: Sítio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Verbete: Ministra. www.sdh.gov.br

³⁰ O fórum em questão é o Fórum Municipal da Mulher, criado pela lei 397/95, a mesma que criou o CONDIM. Informações do blog do Fórum. <http://forumulherpoa.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

afetivo, é isso. E aí a gente fundou. A gente saiu daí e uma semana depois fizemos uma assembleia e acabamos instituindo a sociedade, mas que só foi registrada em cartório anos depois. Quando foi registrado nós tínhamos sete, oito anos de existência, né (Carmen, coordenadora do Coletivo Feminino Plural)

O Coletivo Feminino Plural, seguindo as colocações de Jelin (1994) a respeito do enquadramento dos direitos da mulher como direitos humanos, iniciado nas discussões da ONU sobre a mulher, já nasce com essa bandeira

(...) nós tínhamos um grupo de mulheres que já estavam atuando mais na direção dos direitos humanos das mulheres, porque também é o período da Conferência de Beijing, é um período em que o tema dos direitos humanos é um grande tema das Nações Unidas. As redes de mulheres que vão se constituindo no mundo inteiro, elas têm como bandeira central a defesa dos direitos humanos das mulheres, porque em noventa e três a conferência de direitos humanos tinha declarado que os direitos das mulheres são parte dos direitos humanos. Isso tinha sido uma grande vitória. A questão era assim, nós tínhamos que transformar a bandeira dos direitos humanos na grande bandeira das mulheres pra que a gente possa dar peso pra bandeira da violência contra as mulheres, né. Então a gente, de certa forma tá qualificando uma luta que a gente já fazia, colocando no âmbito dos direitos humanos, colocando no âmbito da cidadania.

Sobre esse processo, feito pela ONG, de enquadramento da violência contra a mulher como uma questão de violação dos direitos humanos emblemática é a colocação de Jelin (1994):

Num grande numero de países os regimes de terror com violações massivas dos direitos humanos cometidas pelos próprios organismos de Estado foram substituídos por regimes democráticos Restam contas para acertar com o passado e a urgência de repensar os direitos humanos na democracia Sendo assim como formular os temas relativos a subordinação da mulher em termos de direitos humanos? O desafio é transformar essa sensibilidade social numa estratégia que permita reverter violações e formas de subordinação e marginalização em diferentes âmbitos da vida cotidiana (p. 21-22).

Assim, a ONG se coloca sob o *master frame* dos direitos humanos, nascendo com propósitos claros de participação política e com uma agenda definida e construída a partir das mobilizações e participação de integrantes da organização nas conferências da ONU.

Uma colocação merece ser feita a respeito da forma organizativa adotada pelo grupo, pois que ela gera controvérsias não apenas acadêmicas, mas no interior do próprio movimento feminista. Alvarez (2008), sobre o embate existente no interior do movimento feminista, a saber, “feministas autônomas x feministas institucionalizadas”,

coloca que setores do movimento feminista, composto por mulheres e grupos que se autodenominam autônomos³¹, ao não considerarem as ONGs feministas como parte do movimento feminista, por estas terem se institucionalizado, desprezam “a heterogeneidade de origens, a diversidade de práticas e a identidade híbrida que ainda caracteriza muitas ONGs feministas”³² (ALVAREZ, 2008 p. 33). Para esse setor, as ONGs feministas deixaram de integrar o movimento feminista por terem se voltado para o Estado, atuando como um de seus “braços”, numa espécie de existência “burocratizada”: as ONGs passaram a se ocupar com pesquisas, projetos e políticas públicas, estreitando o relacionamento com o Estado, ao mesmo tempo em que se afastavam da relação direta com as mulheres. A autora afirma, porém, que essa visão desconsidera parte importante das ações das ONGs, que não apenas emprestam sua *expertise* ao Estado na elaboração de projetos e políticas públicas, como também desenvolvem ações diretamente com mulheres. O Coletivo Feminino Plural, por exemplo, trabalha diretamente com mulheres e meninas através de oficinas e capacitações.

Também é demasiado simplista encarar as ONGs feministas como uma espécie de repartição do Estado, na qual funcionárias altamente qualificadas desenvolvem um trabalho de *advocacy* para solucionar problemas que não são seus. Nesse ponto Alvarez (2008) critica definições correntes de ONG como a de Pierce e Fisher que a concebem como:

organizações intermediárias ‘tipicamente compostas por pessoas profissionais, educadas e de classe média que optaram por trabalhar com (ou a favor) dos pobres e dos marginalizados por razões políticas e humanitárias’. Tais instituições de apoio ‘canalizam fundos internacionais para os grupos de base e ajudam comunidades **que não são as suas** a se desenvolverem.’³³(PIERCE e FISHER, apud ALVAREZ, 2008 p. 3)

Definições como essa, afirma Alvarez, desconsideram o fato de que muitas das ativistas de ONGs feministas não entendem seu trabalho como apenas para ajudar a outras pessoas, mas se enxergam elas próprias como mulheres que vivem relações desiguais de gênero e, por isso, para quem o trabalho que desenvolvem se volta. As

³¹ Autonomia no sentido de não possuir qualquer relação institucional com o Estado.

³² Tradução minha. No original: *heterogeneity of origins, the diversity of practices and the hybrid identity that still characterizes many feminist NGOs.*

³³ Tradução minha. No original *organizaciones intermediarias "tipicamente compuestas por personas profesionales, educadas y de clase media que han optado por trabajar con (o a favor de) los pobres y los marginados por razones políticas o humanitarias. Tales instituciones de apoyo "canalizan fondos internacionales a los grupos de base y ayudan a desarrollarse a comunidades que no son las suyas"* (PIERCE e FISHER, apud ALVAREZ, 2008 p. 3).

ONGs, assim, não agem apenas para os outros, mas para elas mesmas. As suas ativistas se enxergam tanto como sujeito quanto como objeto de suas ações, como também beneficiárias da luta contra as relações desiguais de poder. Isso permite fazer das ONGs não um espaço inócuo para o empoderamento das mulheres, como a visão de uma repartição do Estado pode sugerir, mas como um espaço rico de aprendizado e de empoderamento das próprias mulheres que fazem parte da ONG, elementos importantes das organizações que são consideradas parte do movimento feminista. A esse duplo caráter de agir pelas e para as mulheres, porém incluindo-se nessa categoria, Alvarez (1998) chama caráter híbrido das ONGs feministas. Ademais, a maioria das ativistas “se percebe como parte integral de um movimento de mulheres maior que abarca outras feministas (“soltas” ou em outros tipos de organizações) e diversos grupos de mulheres de base a favor de quem afirmam trabalhar”³⁴ (ALVAREZ, 1998, p.267). Portanto, ao contrário do que sugere a definição de Pierce e Fisher e as organizações de mulheres autônomas, as ONGs não se colocam fora do movimento feminista, rompendo qualquer laço estabelecido com outras organizações feministas e grupos de base, mas sim como parte integrante desse movimento, ocupando espaços estratégicos para o feminismo sem “abandonar” as demais organizações e mulheres feministas³⁵. Feitas as considerações acerca do caráter das ONGs, que se julga importantes para posterior apresentação e análise do Coletivo Feminino Plural, é tempo de retornar ao desenrolar do processo histórico do Brasil, do regime militar até a redemocratização, relacionado com o desenvolvimento do feminismo no país.

3.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO COLETIVO FEMININO PLURAL

O Coletivo Feminino Plural é uma organização não-governamental integrante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, que, segundo site da Rede, é uma

(...) articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991. Tem abrangência nacional, estando composta

³⁴ Tradução minha. No original *se perciben como parte integral de un movimiento de mujeres mayor que abarca a otras feministas ('sueitas' o en otros tipos de organizaciones) y a los diversos grupos de mujeres de base a favor de quienes afirman trabajar.*

³⁵ Sobre a relação entre as ONGs feministas e os grupos de base de mulheres, PINTO (2006) afirma que elas não são tão harmônicas quanto pode ser concluído a partir de Alvarez. No artigo em questão são trazidos exemplos de emendas populares propostas pelas ONGs sem que tenha se estabelecido qualquer comunicação entre esses dois atores.

por 12 Regionais organizadas no Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal (...). É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Está presente em cerca de 30 instâncias nacionais, governamentais e não-governamentais, que incidem sobre as políticas públicas de saúde. Integra relatorias nacionais e internacionais de saúde e direitos humanos das mulheres. (<http://www.redesaude.org.br/home/institucional.php>).

A Rede Feminista de Saúde é responsável por coordenar diversas campanhas no Brasil, manter ativo o diálogo entre o Brasil e outros países e entre os estados da federação com relação às discussões feministas. O fato de integrar a Rede, como será visto mais adiante, possibilita ao Coletivo Feminino Plural estabelecer diversas parcerias com organizações de mulheres e núcleos de estudos acadêmicos, fazendo com que suas ações contem sempre com parceiros. Além da Rede, integra a coordenação nacional, representando a região sul, do Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha³⁶, organismo que possui sede na Universidade Federal da Bahia e trabalha na coleta e sistematização de dados sobre a violência contra a mulher, a fim de contribuir para a elaboração de projetos e políticas públicas voltadas para o tema. Por causa da inserção em redes, é difícil mensurar o alcance das ações da organização. No estado do Rio Grande do Sul, foco desta pesquisa, as ações se estendem para além de Porto Alegre, tendo sido identificadas atividades nos municípios de Canoas, São Leopoldo e Cachoeirinha.

O Coletivo Feminino Plural está estruturado em duas instâncias: coordenação e conselheiras. Da coordenação fazem parte as mulheres encarregadas do dia-a-dia da organização, são aquelas que, de fato, “tocam” a ONG. As conselheiras já são mulheres que ou já fizeram parte da coordenação, ou são parceiras permanentes, ambas acionadas sempre que é preciso uma consultoria ou alguma espécie de ajuda em algum projeto.

Há atualmente cinco mulheres na coordenação da ONG, que exercem as funções de coordenação geral, coordenação executiva, coordenação de comunicação, coordenação de projetos e coordenação financeira. Cada uma das mulheres é responsável por uma coordenação. Embora exista essa divisão, as mulheres transitam

³⁶ O Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha (LMP) é uma instância autônoma, da sociedade civil, que funciona através de um Consórcio formado por núcleos de pesquisa e organizações não-governamentais de todo o país (<http://www.observe.ufba.br/observatorio>).

por todas essas esferas, não havendo, portanto, uma divisão rígida nas atribuições, especialmente no que tange aos projetos:

Claro que existem essas atribuições, né. Mas na hora de construir projeto vai quem está disponível, quem está interessado e aí vai todo mundo. Até mesmo pra construir a parte do orçamento desse projeto. Ela é coordenadora de comunicação, mas ela coordena esse projeto e a parte do orçamento ela fez, muito mais do que eu que sou coordenadora financeira, mas que enfim. Existe essa troca (Roberta).

Além das coordenadoras, existe mais uma pessoa no dia-a-dia da organização cumprindo função administrativa. Para tal função não é necessário ser integrante da ONG.

O processo de escolha das mulheres para a coordenação se dá de forma simples. Com a ONG não conta com grande número de mulheres que possuem disponibilidade de tempo para ficarem responsáveis pelas tarefas das coordenações, as que possuem se dividem, segundo seu perfil, nessas tarefas, ficando, assim, cada uma em uma coordenação. Importante dizer que as coordenadoras precisam ter previamente demonstrado compromisso com a organização e partilharem das mesmas concepções.

Sustentação material da organização

O coletivo Feminino Plural conta com uma sede no centro de Porto Alegre, que é mantida via pagamento de aluguel. A sustentabilidade financeira é mantida por projetos e doação das filiadas, ou seja, das coordenadoras e conselheiras. Uma das coordenadoras afirma que em muitos projetos algumas coordenadoras recebem a verba e as repassam para a ONG em forma de doação, através de termo de doação. A verba é revertida para um fundo de reserva da ONG, que existe para eventualidades.

4 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Neste capítulo serão apresentados os quadros interpretativos e repertórios de ação do Movimento de Mulheres Camponesas. Sobre os quadros, estes serão considerados a partir de suas dimensões constitutivas, diagnóstico, prognóstico e motivacional, dando relevo aos elementos constituintes das análises da organização acerca da condição social da mulher. Sobre os repertórios, os tipos de repertórios, alvos das ações, parceiros e reivindicações compõem o espectro de atuação do MMC.

Por fim, ainda sobre os quadros interpretativos é necessário afirmar que não se pretende fazer qualquer avaliação de concordância ou veracidade sobre os mesmos. Dado que o objetivo desta pesquisa é analisar a relação existente entre quadros interpretativos e repertórios de ação, cabe ao(a) pesquisador(a) apresentá-los de forma a fazer com que o(a) leitor(a) apreenda os elementos que compõem esses quadros e que se expressam ou não nos repertórios de ação. Se tais elementos encontram-se em concordância ou não com a realidade, se são válidos ou não, não é objetivo desta pesquisa, não sendo, portanto, apresentada qualquer avaliação e problematização nesse sentido. Aos quadros interpretativos, portanto.

4.1 QUADROS INTERPRETATIVOS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

4.1.1 Quadros interpretativos de diagnóstico

Inicia-se com a definição de feminismo para o Movimento de Mulheres Camponesas, pois que ela abre caminhos - ao menos teóricos -, tanto para outros elementos que fazem parte do diagnóstico da organização quanto para os prognósticos traçados. A própria definição de feminismo é um quadro interpretativo de diagnóstico, porém ela não é elaborada pela organização sem que se leve em conta de que mulheres fala o movimento, bem como o contexto no qual estão inseridas essas mulheres, pois, como já foi dito, a categoria *mulher* não é universal. Por isso começar-se-á pelo feminismo para então partir para os demais elementos que compõem o quadro interpretativo de diagnóstico da organização.

Feminismo

O feminismo, para o Movimento de Mulheres camponesas, é a luta das mulheres da classe trabalhadora “pela igualdade nas relações, pelo acesso e efetivação dos direitos conquistados, pela soberania alimentar, contra o modelo capitalista patriarcal que oprime, explora e violenta as mulheres”. (Cart. Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil). Uma das lideranças acrescenta que o feminismo possibilita à mulher “ter vez e voz, colocar a sua posição, ter a sua igualdade, ser reconhecida e respeitada” (Fabiana, dirigente do MMC).

Outra liderança, quando questionada a respeito da contribuição do MMC para o feminismo coloca que:

(...) a importância que eu entendo é a libertação das mulheres e aprender que não somos menos que ninguém. E que a gente faça isso e que as mulheres entendam o que é isso. O que é pra elas é pra mim. Essa construção é cotidiana, porque a sociedade sempre nos empurra pra retroceder nisso, para ter ações como pessoas normais. Pra mim o papel é esse. (Gabriela).

Sendo que libertação significa:

(...) ser livre. É mandar no seu nariz. É poder ir e vir. Eu poder ter a liberdade que eu acho que tem que ter. Isso é libertação, eu mandar em mim. Claro, discutir com o companheiro, mas sem estar num patamar menor. Isso não é simples, é construído no cotidiano (Gabriela).

Três elementos aparecem na definição e merecem destaque: luta, mulheres da classe trabalhadora e modelo capitalista patriarcal. Do primeiro – e das lutas a que se propõe o MMC - será falado mais adiante quando dos quadros interpretativos de prognóstico. Os outros dois ainda pertencem aos quadros de diagnóstico e estão intimamente relacionados: as mulheres da classe trabalhadora constituem o sujeito que luta ou a classe de mulheres que lutam; e o modelo capitalista patriarcal, o contexto em que lutam. Começa-se pelo contexto, o enquadramento do problema das mulheres na sociedade, para que dele surja o sujeito da luta.

Patriarcado

O patriarcado, segundo o MMC:

(...) se constitui num sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem (...), onde as relações pessoais afetivas estão fundamentadas, não nos princípios dos sentimentos e do afeto, mas no princípio da propriedade, do domínio e controle da mulher (p. 8, Cart. Caminhando rumo à superação da violência).

O patriarcado é responsável, portanto, pelas relações hierárquicas entre homens e mulheres, nas quais as últimas aparecem, sempre, subordinadas e inferiores aos primeiros, criando, com isso, desigualdades de poder. A hierarquia é visível na figura do homem chefe de família e provedor do lar e da mulher esposa e mãe, sempre pronta a atender aos desejos do marido e a manter a esfera doméstica em ordem e harmonia.

A seguir serão apresentados os quadros interpretativos de diagnóstico referentes às consequências do patriarcado.

Consequências do patriarcado

a) A esfera privada como esfera da mulher

Uma das consequências do patriarcado é a destinação da esfera pública aos homens e da esfera privada às mulheres, sendo as tarefas desempenhadas nessa última desvalorizadas – sendo essa desvalorização, muitas vezes associada à não remuneração do trabalho feminino desempenhado pelas camponesas - pela sociedade, uma vez que o patriarcado atribui menos valor às mulheres. Essa questão aparece de forma recorrente nos materiais do MMC, que procura fazer das reuniões dos núcleos de base, espaços compostos por novas integrantes, momentos de valorização do cotidiano das mulheres afim de que a partir daí sejam colocadas questões para além da esfera privada. A valorização é considerada de extrema importância por significar aumento da auto-estima das camponesas, sentimento considerado fundamental para a luta.

b) Violência contra a mulher

Outra consequência do modelo patriarcal de sociedade é a violência sofrida pelo sexo feminino; “a violência masculina contra a mulher é fruto do modelo patriarcal de sociedade” (Cartilha Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência

novembro 2008). A partir do momento em que se estabelece um sistema que pressupõe a subordinação e dominação das mulheres, sendo estas consideradas inferiores aos homens e propriedades dos mesmos, se abrem as portas para a violência sofrida pelas mulheres, não apenas física, mas moral, psicológica, patrimonial e sexual, assim tipificada pela lei Maria da Penha e apresentada na cartilha *Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência*. É por meio da violência que os homens demonstram sua força e dominação sobre as mulheres, garantindo, assim, a obediência das mesmas. O diagnóstico a respeito da violência, porém, é que esta, assim como o patriarcado, é uma construção social, portanto não é um dado natural e pode ser enfrentada e vencida, sendo a naturalização da violência diversas vezes trabalhada pela organização, como no exemplo a seguir:

No cotidiano ouvimos a naturalização das várias formas de violência quando por exemplo, mulheres dizem: “ele não é ruim comigo e com as crianças, pois só me bate quando está bêbado...” “O pai estava nervoso, por isto quebrou as coisas dentro de casa e não me deixa sair...”, “ele é bom, nunca faltou nada em casa”, “ruim com ele, pior sem ele” (Cartilha Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência. p.8).

O MMC procura apresentar situações violentas do cotidiano das mulheres, mostrando as raízes de tal violência, o patriarcado aliado ao capitalismo, elemento que será trabalhado adiante, e as mulheres como vítimas desse sistema, ao contrário do que coloca o patriarcado. A violência, para o patriarcado, além de ser contra a mulher é sua responsabilidade, pois que a harmonia no lar é fruto da obediência, submissão, docilidade e disponibilidade esperadas da mulher. Portanto, se algo se quebra na harmonia é porque a mulher não correspondeu às expectativas.

c) Saúde da mulher

A desvalorização das tarefas desempenhadas pelas mulheres, o confinamento das mulheres na esfera privada, a violência sofrida e a culpabilização da mulher vítima pela mesma, todos esses elementos frutos de um sistema patriarcal de sociedade, têm conseqüências graves à saúde da mulher. É interessante notar o modo como o MMC trabalha a saúde da mulher. Com relação aos quadros de prognóstico cabe adiantar que eles giram em torno, principalmente, da valorização dos conhecimentos a respeito das ervas medicinais e do modo de cultivo agroecológico da terra; com relação ao diagnóstico da saúde da mulher, ele é apresentado no cotidiano da trabalhadora rural,

portanto bastante individualizado e facilmente sentido por toda a trabalhadora rural que viva segundo o modelo patriarcal de sociedade, criando-se, com isso, bastante energia emocional para a ação.³⁷

Os males do sistema patriarcal podem ser sentidos na solidão, medo e impotência que as trabalhadoras rurais enfrentam no cotidiano e em situações de violência. Ter total responsabilidade no cuidado dos filhos significa não ter com quem partilhar as dúvidas e as angústias envolvidas nessa tarefa; ser propriedade do marido significa estar disponível sexualmente e colocar a própria sexualidade e vida sexual em segundo plano; ter a violência doméstica como algo legitimado e que deve ficar restrito ao lar significa uma vida carregada de medo e impotência; ter o seu trabalho, que é realizado dia após dia, desvalorizado, acarreta em baixa auto-estima; estar restrita à esfera doméstica significa uma vida isolada e cheia de repetições. Assim, a depressão e a ansiedade tomam espaço na vida de mulheres que vão sendo e se sentem cada vez mais submissas, desanimadas e sozinhas, sem o horizonte de uma vida feliz. Segundo o MMC:

(...) as mulheres sentem com mais intensidade essas marcas [falta de auto-estima, falta de poder, discriminação, medo e dependência] e, por isso, são as que mais utilizam o serviço de saúde (em busca de atendimento para si e para seus familiares), que mais consomem remédios e que mais têm depressão (Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida, p.24).

A vida rotineira da trabalhadora rural, vivida segundo as regras do patriarcado, então, afeta negativamente sua saúde, fazendo parte do diagnóstico do MMC: “quando fazemos tudo igual, todos os dias, acabamos nos acomodando por medo de mudar e ferimos nosso ser pessoa (...), torna sem sabor a vida diária. Inventar momentos diferentes e novos dá um novo sentido à vida” (p. 13, Cartilha Plantando Saúde pelos Caminhos do RS 2010).

Considerações

O patriarcado é, pois, um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, construído pela mão do homem e que traz conseqüências negativas para a vida das

³⁷ Não se quer dizer com isso que o enquadramento da saúde da mulher rural é deliberadamente pensado para criar energia emocional, pois nem todo processo de enquadramento é fruto de cálculo racional. Apenas se salienta que, por centrar o tema da saúde da mulher no cotidiano da trabalhadora rural, o MMC cria maiores condições de aderência e mobilização por facilitar a identificação das mulheres com situações que envolvem grande carga emocional.

mulheres. Para o MMC, não apenas a esfera privada é estruturada segundo suas regras, mas também a esfera pública, o que significa dizer que as instituições sociais e o próprio Estado têm como base esse sistema. Sua perenidade é atribuída à educação machista ensinada de geração para geração, que acaba reproduzindo e sedimentando valores que naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres.

Por fim, cabe dizer que o patriarcado “existiu muito antes do sistema capitalista, nos outros modos de produção,” sendo que com o seu estabelecimento “se criam as condições para os germes do que mais tarde vem a ser o capitalismo” (Cartilha Gênero, Sexualidade e Saúde das Mulheres), o contexto do qual emerge a luta das mulheres deve, agora, ser complementado pelo seu outro elemento, a saber, o capitalismo.

Capitalismo

Se foi o patriarcado o responsável pela dominação da mulher, sendo, assim, a raiz de sua opressão, para o MMC o capitalismo é responsável pela exploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, pela exploração da mulher trabalhadora. Esse é um dos motivos pelos quais o capitalismo também deve ser enfrentado pelas mulheres do MMC. Partindo da premissa de que “cada país (...) tem um sistema ou o modo pelo qual a sociedade se estrutura para produzir e comercializar os bens, no âmbito da economia, para organizar as relações de poder e para estruturar a produção e a socialização do saber e do conhecimento” (Cart. Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação, p. 9), o capitalismo é apresentado como o modo de organização da nossa sociedade

onde uns possuem os meios de produção e ganham muito dinheiro e outros vendem a força de trabalho e são explorados. Porque é uma sociedade que explora a força de trabalho, esse modelo de sociedade domina, explora e aliena a classe trabalhadora, criando dependência das pessoas aos poderosos, principalmente através do patrão (Cart. Mulheres camponesas rompendo o silêncio, p.7).

O capitalismo é, portanto um sistema assimétrico nas relações de poder sustentado pela exploração da classe trabalhadora com vistas ao lucro. O lucro é, segundo o MMC, o centro do capitalismo para o qual as ações do sistema convergem, estando ele concentrado nas mãos de um pequeno grupo, a burguesia. Ainda, o sistema capitalista vem nos últimos anos, para a organização, tentando reduzir os direitos da

classe trabalhadora: “O capital vem engolindo os direitos já conquistados para maximizar ainda mais seus lucros” (Cartilha Gênero, sexualidade e direitos das mulheres, p. 27). As mulheres trabalhadoras, portanto, vivem num contexto em que não apenas sofrem com a assimetria existente entre homens e mulheres *per se*, como também com a assimetria existente entre classe trabalhadora e burguesia, possuindo valor apenas na sua lucratividade.

Obviamente que essa construção acerca do capitalismo faz parte da história do MMC como vimos no capítulo 2. A influência das comunidades eclesiais de base e das pastorais sociais ao falar na injustiça que sofria o povo privado de suas terras e rumo à pobreza na década de 1970, e dos sindicatos, que trouxeram uma leitura socialista da realidade e sua transformação através da luta da classe trabalhadora, agregando concepções teóricas marxistas às injustiças que sofria o povo, pode ser vista ainda hoje nas cartilhas e documentos do MMC. Em verdade, é constituinte de seus quadros interpretativos e carregam, principalmente nas cartilhas destinadas às reuniões e formações dos núcleos de base, a linguagem simples aprendida com os religiosos da Teologia da Libertação em conjunto com formulações marxistas sobre uma sociedade dividida em classes.

Ter a mulher trabalhadora rural como sujeito de luta vem acompanhado, na organização, pela especificação do contexto em que ela vive, a saber, o meio rural. O capitalismo, assim, ganha concretude na vida dessas mulheres através do seu enquadramento com foco no campo. A ele, portanto.

Agronegócio: a entrada do capitalismo no campo

Uma das facetas do capitalismo mais combatidas pela organização é o modelo de agricultura popularizado como agronegócio (*agrobusiness*), também mencionado no capítulo 2. Esse modelo é amplamente trabalhado pela organização e definido como um modelo de agricultura capitalista que *chega ao campo como imposição dos países ricos que lucram com isso e têm como objetivo controlar a produção e a comercialização dos produtos e alimentos* (Cart. Soberania alimentar: compreensão e ação na luta camponesa, p. 14). Uma vez que o agronegócio, por ser capitalista, visa o lucro, a forma de cultivo, o manejo do solo, as sementes utilizadas, o controle de pragas, as relações trabalhistas e as relações comerciais com os pequenos agricultores serão aquelas que

umentem esse lucro. O agronegócio transforma a agricultura, fonte de alimento e vida, em mero negócio sem que isso signifique cuidado com a natureza e com as pessoas:

A agricultura do agronegócio se apropria de grandes quantidades de terras, dos recursos naturais, explora o trabalho humano e é baseada na monocultura inclusive para exportação (...), com pouca diversidade. As grandes empresas – multinacionais ou transnacionais – controlam toda a produção e comercialização das sementes (Cartilha Soberania alimentar: compreensão e ação, p. 13).

Os trabalhadores rurais perdem, com o agronegócio, suas terras (ou a liberdade de escolher o que nela cultivar) e espaço no mercado de venda dos produtos, uma vez que “as multinacionais e as transnacionais dominam e controlam desde a produção até a industrialização e distribuição de alimentos” (Cartilha Soberania alimentar: compreensão e ação, p. 19).

Porém, se há, como a organização afirmara anteriormente, desigualdades entre homens e mulheres, fruto de uma sociedade patriarcal, e uma desigualdade entre classes sociais, como ambas se articulam na vida das mulheres trabalhadoras rurais? A essa pergunta a organização responde com a junção do patriarcado ao capitalismo num modelo de sociedade patriarcal-capitalista, inimigo sempre a ser combatido pela organização.

O modelo patriarcal-capitalista de sociedade

Patriarcado e capitalismo se unem para conformar o sistema econômico, político, ideológico e cultural que rege grande parte do mundo e, neste caso, o Brasil. O sistema patriarcal-capitalista, para o MMC, é responsável pelo binômio opressão-exploração no qual vivem as mulheres, perpetuado tanto na esfera privada, através do modelo de família, no modo de produção agrícola e na educação dada pelos pais aos filhos, quanto na esfera pública, nas instituições sociais, políticas, na economia e na cultura disseminada pela a sociedade. Nos materiais do MMC, salvo as vezes em que o termo “capital” aparece como sinônimo de “sistema patriarcal-capitalista”, ambos os termos da sentença são trabalhados e apresentados como os principais inimigos a serem combatidos pela organização. Capitalismo e patriarcado atuam, para o MMC, em perfeita sintonia, comandando o “projeto de morte” da burguesia que possui controle, inclusive, sobre o Estado, ponto que será retomado mais adiante.

O feminismo do MMC é, então, elaborado considerando tanto as questões de gênero quanto as questões de classe como centrais, sendo ambas as categorias articuladas e inseparáveis do ponto de vista prático³⁸. Isso significa dizer que, para o MMC, nem as questões de gênero podem ser subsumidas às questões de classe, nem podem desencadear um processo de transformação de sociedade por elas mesmas. Para alcançar a libertação da mulher, como veremos nos prognósticos da organização, é necessário colocar igual peso sobre os problemas de gênero e os problemas de classe, assumindo a luta contra um sistema patriarcal-capitalista. Capitalismo e patriarcado constituem um sistema de retroalimentação que oprime (gênero) e explora (classe) as mulheres da classe trabalhadora, dentre as quais estão inclusas as mulheres trabalhadoras rurais. A luta feminista, então, passa, necessariamente, pela luta anti-capitalista:

Por isso não há como lutar somente para mudar as relações de gênero, por meio de uma mudança cultural, pois continuaremos com a exploração de classe. Também não adianta mudar somente a exploração de classe. É necessário associar a luta de gênero e classe juntas para podermos, efetivamente, construir uma sociedade nova com homens e mulheres igualmente novos em suas relações, valorizando, preservando e protegendo a vida em todas as dimensões (Cartilha Gênero, Classe e Projeto Popular: compreender mais para lutar melhor. 2001, p. 16-17).

O agronegócio segundo o modelo patriarcal-capitalista

O surgimento do capitalismo é favorecido pela organização prévia da sociedade segundo o patriarcado através da opressão das mulheres. Às relações opressoras de gênero vêm se somar as relações de exploração. Para as mulheres da classe trabalhadora isso significou um acréscimo na sua condição de inferioridade social. Assim, segundo o MMC, as mulheres camponesas, que pertencem à classe trabalhadora, são, em todas as esferas de suas vidas, oprimidas e exploradas. Não poderia, portanto, ser diferente no modelo de agricultura do agronegócio, uma vez que ele é a expressão do capitalismo no campo.

A junção entre capitalismo e patriarcado no agronegócio resulta num modelo de agricultura masculino que beneficia as grandes empresas, multinacionais e transnacionais, sendo, portanto, injusto para com a classe trabalhadora e,

³⁸ Do ponto de vista analítico, ou seja, conceitual, tais categorias podem ser separadas, uma vez que não são, logicamente, implicáveis, prova disso é o surgimento temporal anterior do patriarcado com relação ao capitalismo. Patriarcado e capitalismo tornam-se – para o MMC –, inseparáveis, constituindo um sistema retoralimentativo, no plano das contingências, no funcionamento da dinâmica social, envolvendo as diversas áreas porque passa a vida dos seres humanos (política, econômica, social, cultural).

principalmente, para com as mulheres trabalhadoras rurais. Das injustiças de classe pertencentes às relações capitalistas já foi falado e elas continuam ativas na exploração das mulheres camponesas. Resta-nos, agora, falar sobre o elemento patriarcal intrínseco ao agronegócio, que o torna um inimigo das mulheres.

As sementes e o poder feminino

“A agricultura nasceu das mulheres devido o instinto de observação da natureza, quando as tribos deixaram de ser nômades” (Cartilha Soberania alimentar: compreensão e ação na luta camponesa – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS 2007, p.11). As palavras do MMC, embora possivelmente controversas no interior do movimento feminista devido à naturalização – o instinto – de uma habilidade desenvolvida pelas mulheres, dando ares de uma natureza feminina, expressam um poder atribuído há muito tempo às mulheres e retirado delas pelo agronegócio. O desenvolvimento da agricultura, segundo o MMC, é fruto do trabalho das mulheres de observação dos ciclos da natureza e do desenvolvimento de técnicas de armazenamento e cultivo, numa época em que as diferenças entre homens e mulheres não significavam desigualdades e os alimentos e as ferramentas de trabalho pertenciam ao coletivo. As mulheres, elas mesmas portadoras de ciclos naturais, observavam os ciclos da natureza a partir de uma visão na qual o ser humano estava integrado à natureza, “percebendo a reprodução das sementes e dos animais. Assim, [a mulher] começa a semear desenvolvendo lentamente a primitiva técnica agrícola” (Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida, p. 8), portanto dando condições de existência e subsistência das comunidades primitivas. O desenvolvimento da agricultura e a observação dos ciclos das plantas possibilitaram às mulheres também desenvolverem-se como guardiãs das sementes, selecionando as melhores sementes para o cultivo, e guardiãs da medicina através da manipulação das plantas medicinais, dando origem ao mito das bruxas, mito recorrente nas formulações do MMC. O desenvolvimento da técnica da cerâmica, também obra das mulheres, possibilitou às comunidades fazerem panelas, melhorando o preparo dos alimentos, e potes, garantindo o armazenamento dos mesmos, bem como de sementes.

Posteriormente, a descoberta do ferro e do bronze e, a partir disso, o desenvolvimento de ferramentas agrícolas mais potentes, elevou a agricultura a um novo patamar produtivo, aumentando a quantidade de trabalho e as áreas cultiváveis. A

partir daí e aliado ao fato de ainda existirem grupos nômades que ainda não haviam desenvolvido a técnica do plantio, aumentando, com isso, a proteção das lavouras, tem origem a propriedade privada, a decorrente divisão sexual do trabalho e o gradativo desempoderamento das mulheres acompanhado da ascensão do patriarcado. Esse resgate dos primórdios da humanidade feito pelo MMC serve à organização para traçar um paralelo com o trabalho a cargo das mulheres camponesas nos dias de hoje, trazendo à tona as conseqüências do agronegócio sobre elas.

Em primeiro lugar, o controle sobre a produção através da seleção de sementes é fundamental para a soberania alimentar e nacional de um povo. A partir do momento em que o agronegócio se faz presente em todas as etapas da produção, é ele o responsável por fornecer ao agricultor as sementes que devem ser cultivadas. Assim, o agricultor perde a autonomia sobre a sua produção desde o início, e o país perde, com isso, a autonomia e soberania sobre os alimentos que produz, bem como a qualidade dos mesmos. A seleção de sementes, segundo o MMC, é uma herança das mulheres do passado que se fez presente, até agora, no cotidiano das trabalhadoras rurais. São as mulheres historicamente as responsáveis por cuidar da família, incluindo-se aí a alimentação. No campo, cuidar da alimentação significa cuidar da produção dos alimentos e, para isso, cuidar das sementes. Assim, as camponesas possuem a importante e fundamental tarefa de selecionar e garantir as melhores sementes para o plantio, o que significa dizer que detêm poder sobre parte da produção agrícola. Ora, se o agronegócio se apropria de todas as etapas de produção de alimentos, nada sobra para as mulheres. Com isto, as mulheres vêm sendo retiradas de si um poder ancestral de extrema importância. No pacote de produção capitalista vêm inclusas as sementes dessa produção, assim o trabalho desempenhado pelas mulheres perde espaço nas lavouras destinadas à produção comercial, sendo o cuidado com as sementes relegado para a horta familiar, espaço de autoconsumo não valorizado e não remunerado socialmente.

Isso não significa dizer que a produção de sementes saudáveis (não-transgênicas, não-híbridas) não tenha valor; pelo contrário, garantir uma alimentação saudável para a família e lutar pela preservação dessas sementes é de extrema importância para fazer frente ao agronegócio. Porém, na medida em que socialmente, devido a um sistema patriarcal-capitalista, as tarefas desempenhadas pelas mulheres, que no mais das vezes ficam restritas à esfera privada, não são valorizadas e muito menos remuneradas, restringir a produção de sementes ao lar, significa retirar da mulher camponesa o poder de incidir sobre a esfera pública, sobre a produção destinada à comercialização. Com

isso não só o trabalhador em geral perde a autonomia e o país perde a soberania, mas as mulheres trabalhadoras rurais, em específico, perdem autonomia e poder.

A reafirmação das tarefas domésticas

Porém, não é só nas sementes que o agronegócio tem impacto na vida das mulheres. No passado, a partir do momento em que se instituiu a propriedade privada e, com isso, a divisão sexual do trabalho, às mulheres coube as tarefas domésticas e aquelas que não constituíam o cerne da economia. Num tempo em que a agricultura era o principal meio de produção e sustentação econômica, ficar restrita ao lar significava ficar restrita à casa e à horta para consumo da família. Assim, as camponesas não eram consideradas trabalhadoras rurais, não tinham direito à posse da terra, não tinham documentação, sendo excluídas da esfera produtiva da agricultura³⁹. Isso fez com que o trabalho no campo fosse fortemente marcado pela diferenciação entre trabalho masculino e trabalho feminino, sendo essa diferenciação mantida até hoje. Enquanto os homens cultivam, colhem e negociam a produção e os animais destinados para o comércio, as mulheres cultivam e cuidam dos animais destinados ao consumo doméstico. Suas atribuições não são vistas como trabalho, sendo, portanto, não remuneradas. O agronegócio, por ser o modelo capitalista de agricultura, sabendo-se da relação estabelecida entre capitalismo e patriarcado, reforça essa divisão. As mulheres trabalhadoras rurais que produzem, junto com os homens da família, para fins comerciais segundo o agronegócio, são exploradas enquanto classe no trabalho e ainda exploradas e oprimidas enquanto gênero em casa. Embora as atribuições na produção possam ser as mesmas para homens e mulheres, as mulheres ainda carregam a obrigação para com os trabalhos domésticos, encarados como “serviçinhos”. Assim, a média de trabalho das mulheres é superior a dos homens, sendo que apenas o trabalho para comercialização é remunerado e, no mais das vezes, através de salários mais baixos para elas.

Já para as que não trabalham na produção para o mercado, a esfera privada é o único espaço destinado pelo sistema patriarcal-capitalista. Em verdade, como a jornada de trabalho imposta pelo agronegócio é dura e exploradora dos trabalhadores rurais,

³⁹ Essas três ausências na vida da trabalhadora rural, inclusive, são partes constituintes da história do MMC ainda como MMTR, sendo essas bandeiras de luta vitoriosas na conquista de direitos para as trabalhadoras rurais.

passando os homens muito tempo na lavoura e pouco tempo em casa, é preferível que a mulher fique na casa, pois alguém precisa cuidar dos filhos, da comida e da limpeza e da lavagem das roupas utilizadas na lavoura, que vêm carregadas de agrotóxicos. Dessa forma, o agronegócio legitima o lugar social atribuído pelo patriarcado às mulheres e soma a ele as cifras do capitalismo. Para o MMC, “no modelo do agronegócio a agricultura é altamente masculinizada, desde a forma de produzir até o controle da produção e da divisão sexual do trabalho” (p. 14), sendo o patriarcado:

Um alicerce para o modelo de produção capitalista, pois põe o homem como centro da produção e da comercialização, excluindo as mulheres. Para o modelo capitalista, servem os homens ricos que podem consumir e que centralizam o poder. Aos pobres, homens e mulheres, resta o trabalho altamente insalubre pela quantidade de venenos utilizados nas plantações (p. 14, Cartilha Soberania alimentar: compreensão e ação na luta camponesa – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS 2007)

A perda da concepção de ser humano como parte integrante da natureza

O agronegócio não apenas explora a classe trabalhadora, em especial as mulheres, como também a natureza. Baseado em relações de desrespeito - exploração e opressão - a natureza, assim como os seres humanos, é posta nos cálculos que visam o lucro das grandes empresas. Se a maneira de se utilizar da natureza é ou não a mais correta não importa, o que importa para o agronegócio é produzir mais, gastando menos e ganhando mais. O resultado desse cálculo, apresentado em diversos materiais do MMC, é o esgotamento dos solos, da água, perda da biodiversidade, processos de desertificação, mudanças climáticas e toda a sorte de efeitos negativos sobre a natureza, afora os efeitos sobre os seres humanos, como fome, miséria, desnutrição, êxodo rural. Porém, cabe a pergunta: qual a relação estabelecida entre o agronegócio, a natureza e a condição social inferior da mulher?

A resposta do MMC também é buscada nas origens da agricultura. O processo de observação dos ritmos internos e dos ritmos da natureza fez com que a agricultura fosse desenvolvida a partir de uma visão holística, isto é totalizante e interligada, dos seres humanos enquanto seres da natureza. Assim, os seres humanos não estabeleciam com a natureza relações verticalizadas, mas sim horizontalizadas. Dado que os seres humanos não se concebiam como partes destacadas do todo, do ambiente natural, não caberiam relações de desrespeito e dominação para com a natureza, a não ser que o que se almejassem fossem o desrespeito e dominação dos próprios seres humanos, pois que

estes também eram seres naturais. Cultivar as terras segundo os ritmos da natureza, cuidando do solo, da biodiversidade, selecionando as melhores sementes dadas pela natureza para garantir os alimentos para as próximas estações, ou seja, viver de maneira integrada com o ambiente natural, foram comportamentos desenvolvidos pelas mulheres que resultaram no cultivo de valores *de solidariedade, respeito e entre-ajuda* tanto entre as pessoas, quanto entre as pessoas e a natureza. Dessa forma, o cultivo de valores está diretamente ligado ao modo de produção agrícola adotado por uma sociedade.

O modelo de agricultura capitalista, que se instituiu a partir de relações patriarcais, portanto assimétricas em termos de poder, desrespeita os seres humanos da mesma forma que desrespeita a natureza. Os fertilizantes químicos, os agrotóxicos, as sementes transgênicas, o monocultivo em grandes extensões de terra, a utilização indiscriminada de fontes de água e de energias poluentes servem ao agronegócio para que o plantio seja possível em qualquer lugar, tempo e clima, desrespeitando os ciclos naturais. Assim, os valores e o agronegócio se retroalimentam nas relações estabelecidas entre as pessoas, as empresas e a natureza. É necessário, portanto, como veremos nos prognósticos da organização, estabelecer um novo modelo de agricultura para que sejam estabelecidos novos valores, além de retomados aqueles perdidos ao longo do tempo. Por último, àqueles que poderiam acusar o MMC de almejar um retrocesso na agricultura, a organização responde que o agronegócio já representa, em si, um retrocesso para a agricultura do Brasil, uma vez que não prescinde de grandes extensões de terra, monocultivo e exploração de pessoas, todos esses elementos presentes na produção agrícola no período do Brasil colônia.

Saúde da Mulher no Sistema Patriarcal-Capitalista

A junção entre capitalismo e patriarcado traz um quadro de diagnóstico a respeito da saúde da mulher trabalhadora alarmante. Prova dessa ligação é o fato de, em todos os documentos do MMC pesquisados, o tema da saúde da mulher nunca vir desacompanhado do sistema que o produz, reservando-se considerável número de páginas para a sua explicação.

Para o MMC, o sistema, por estar baseado na opressão e exploração com vistas ao lucro, não trata a saúde como um direito da população, mas como uma mercadoria, o que significa dizer que as providências tomadas serão aquelas mais rentáveis para o capital. Para o capital, providências rentáveis são aquelas que dispensam a visão do ser

humano como ligado ao contexto no qual está inserido, pois se assim fosse, os custos com melhorias em todos os aspectos da vida seriam altos demais. Por isso, ele desenvolve uma concepção de saúde atomizada, isto é, baseada no indivíduo como algo isolado de seu contexto e que apresenta certos sintomas para os quais deve ser encontrada a doença correspondente, bem como a cura necessária, quase sempre um fármaco. A doença precisa ser tratada nos equipamentos que compõem a rede de saúde, sendo que, para a classe trabalhadora, é destinada uma rede pública precária fruto de um Estado que investe muito no agronegócio e pouco na saúde de sua população. Tal concepção, para o MMC, não atua nas raízes da doença, pois que ela não se resume em si mesma, não atuando, dessa forma, na prevenção da doença; o resultado é uma concepção de saúde baseada na doença e não na própria saúde. Além disso, o apelo aos fármacos acabou por desvalorizar a cultura camponesa, principalmente as mulheres, detentoras de uma sabedoria histórica acerca das plantas medicinais e sua manipulação em elixires, pomadas, garrafadas, etc.

Outra consequência para a saúde das mulheres é a sobrecarga de trabalho aliada à desvalorização do trabalho feminino. À sobrecarga de trabalho enfrentada pelos trabalhadores rurais, que precisam competir com o agronegócio ou então aderir a esse modelo, passando a produzir em escala industrial, soma-se o fato de que aqueles trabalhadores que são do sexo feminino ainda são responsáveis pelas tarefas domésticas, aumentando suas horas trabalhadas. O destino das mulheres, conferido pelo patriarcado, à esfera doméstica, acompanhado da visão de que as mulheres têm menos valor do que os homens, fez com que os trabalhos desempenhados pelas mulheres na esfera doméstica não fossem reconhecidos como trabalho, não merecendo remuneração. Tal desvalorização serviu ao capitalismo como “desculpa” para salários inferiores aos masculinos no âmbito público e para a não remuneração do trabalho doméstico no âmbito privado. Assim, as mulheres têm uma rotina marcada pela sobrecarga de trabalho e não recebem salário referente ao conjunto dos trabalhos que desempenha.

A alimentação, sobre a qual já foi falado anteriormente, também é consequência do sistema patriarcal-capitalista, relegando às classes populares uma comida pobre em nutrientes e rica em agrotóxicos que, segundo a organização, contribuem para o desenvolvimento de cânceres. Aqui a alimentação alia-se à responsabilidade da mulher para com as tarefas domésticas, sendo sua responsabilidade lavar as roupas e materiais usados na lavoura, que possuem quantidades consideráveis de agrotóxicos. A mulher está, assim, exposta a seus malefícios. Nesse sentido, levando-se em conta a

alimentação, os agrotóxicos e o papel da mulher, o MMC acaba enquadrando parte da saúde da mulher numa concepção mais abrangente de saúde da família, apelando para a preocupação com a qualidade dos alimentos oferecidos aos filhos.

Por fim, ressalta-se o entrelaçamento feito, em todos os documentos pesquisados do MMC, entre classe e gênero. Implicitamente trabalhado até aqui, uma vez que o sujeito trabalhado pela organização quando das considerações sobre a saúde são as mulheres trabalhadoras rurais e, às vezes, de forma um pouco mais geral, as mulheres pobres, é importante tornar essa relação explícita, pois que ela consistirá em diferença significativa com relação aos quadros interpretativos de diagnóstico a respeito da saúde da mulher do Coletivo Feminino Plural.

Em todos os momentos em que o MMC fala ou escreve sobre a saúde da mulher faz a distinção entre as mulheres pobres e as mulheres de classe média e alta. Para a organização, não se pode falar em saúde sem se falar no sistema no qual ela se dá. Se tal sistema é causador das doenças das mulheres em geral, em específico as piores conseqüências ficam a cargo das mulheres pobres. Embora o MMC admita que o cotidiano de violência, sobrecarga de trabalho, desvalorização, enfim, um cotidiano que contribua para a falta de força de reação, também seja o cotidiano das mulheres das classes mais altas – isso porque a organização concebe a discriminação de gênero como característica patriarcal que perpassa todas as classes sociais -, “as possibilidades que se colocam para as mulheres das classes populares são diferentes das que estão na classe dominante, pois as relações de gênero e classe se entrelaçam” (Mulheres Camponesas em Busca da Saúde e da Vida, p. 26). Assim, são desiguais as condições de acesso aos tratamentos de saúde existentes, as condições de moradia e as condições de alimentação, sendo desiguais as possibilidades de tratamento entre mulheres populares e mulheres burguesas.

Em síntese, os sujeitos de libertação das mulheres são as mulheres da classe trabalhadora e, no caso do campo, das mulheres trabalhadoras rurais. Esses sujeitos são os que mais sofrem com um duplo-sistema, que não se configura apenas como o contexto no qual vivem, mas no inimigo a ser combatido, a saber, o sistema patriarcal-capitalista. Do primeiro tem-se uma assimetria de poder entre homens e mulheres fruto das desigualdades estabelecidas entre eles, desigualdades essas produzidas a partir de papéis sociais destinados a homens e mulheres e reproduzidas por meio da educação, valores e costumes. Do segundo, tem-se uma assimetria de poder entre os trabalhadores, possuidores da força de trabalho, e a burguesia, detentora dos meios de produção,

responsável pela exploração da classe trabalhadora. A combinação desses dois elementos, num sistema que se retroalimenta, estrutura nossa sociedade em bases de uma opressão de gênero e uma exploração de classe, combinação especialmente nociva para as mulheres pobres, em especial para as camponesas. O patriarcado é anterior ao capitalismo, porém este se valeu daquele para se estruturar, portanto não é possível acabar com a opressão de gênero sem acabar com a exploração de classe. O Estado, aquele que deveria garantir os direitos de seus cidadãos, acaba por ser um dos meios pelos quais esse sistema sobrevive, sendo, portanto, insuficiente no combate às opressões e explorações presentes no cotidiano das mulheres trabalhadoras.

O MMC qualifica o sistema patriarcal-capitalista, aproximando o diagnóstico das mulheres trabalhadoras rurais. O elemento mais trabalhado no que tange às análises de conjuntura – o contexto -, sempre presentes na escrita e na fala das militantes é o agronegócio, face rural desse sistema. Responsável por mudanças no campo que vão desde a distribuição – ou a falta dela – de terras para os pequenos agricultores, o desrespeito à natureza e aos seus ciclos, a produção de alimentos de qualidade inferior, a exploração da mão-de-obra, o uso de agrotóxicos e transgênicos, fazem parte de um “projeto de morte”, que, além de todos os malefícios que representa para a população pobre do Brasil, vide o exemplo da saúde, incide sobre a vida das mulheres do campo. A retirada do poder ancestral que elas detinham tanto na agricultura quanto na medicina, a legitimação das tarefas domésticas como sendo de obrigação das mulheres, a legitimação também da desvalorização feminina, refletindo-a em baixos salários em comparação aos dos homens, a violência contra a mulher e os poucos direitos que ela tem são conseqüências desse sistema que, ao sobrecarregar as mulheres trabalhadoras rurais com repetitivas e extensas jornadas de trabalho, ao não reconhecê-las como merecedoras de reconhecimento, ao obrigá-las a consumir e dar para suas famílias alimentos de péssima qualidade, enfim, ao violentá-las em todos os níveis, acaba por produzir um quadro de angústia, desinteresse pela vida, ansiedade e depressão para o qual a saída oferecida são os precários atendimentos públicos de saúde e os remédios dos grandes laboratórios.

4.1.2 Quadros interpretativos de prognóstico

Na sessão anterior, o diagnóstico foi apresentado a partir da definição de feminismo do Movimento de Mulheres Camponesas, pois que ela aglutinava os

elementos essenciais ao diagnóstico. Esses elementos foram, então, desdobrados para que se desenvolvesse o diagnóstico da maneira mais totalizante possível. Isso fez com que o diagnóstico fosse visto não apenas a partir do sistema patriarcal-capitalista, portanto de forma geral, mas a partir das conseqüências do patriarcado, do capitalismo e, finalmente, do sistema patriarcal-capitalista sobre a vida das mulheres camponesas. Assim, foi criado um quadro que abrange tanto de maneira geral quanto específica o sistema patriarcal-capitalista. As especificidades desse sistema aparecem nas conseqüências sobre a mulher a partir dos elementos mais evidenciados pelo MMC, a saber, violência contra a mulher, saúde, trabalho e soberania alimentar.

Nesta sessão será apresentada a alternativa ao sistema patriarcal-capitalista de maneira geral, bem como a alternativa referente a cada uma das especificidades apresentadas no diagnóstico. Para isso se valerá das categorias objetivo e estratégia para analisar o projeto de sociedade alternativo elaborado pelo MMC. Inicia-se, porém, com um elemento que é comum a todas as soluções apresentadas pela organização e que constitui, ao mesmo tempo, um objetivo e uma estratégia do MMC, a saber, o ato de se organizar. A opção por começar pelo organizar-se se justifica pela grande importância que ele tem para as militantes, constituindo-se como ponto de partida para todas as soluções apresentadas pelo MMC. Assim, tendo já trabalhado a importância de se organizar, os demais elementos apresentados ganharão mais sentido e poderão ser mais bem explorados em outros aspectos. Ao organizar-se, portanto.

Se organizar

O grande inimigo a ser combatido pelo MMC é o sistema patriarcal-capitalista. Por ser um sistema, ele determina não só a esfera econômica da sociedade, mas as esferas política, cultural e moral. Ora, se é dessa envergadura o elemento a ser combatido pelas mulheres da classe trabalhadora, a ele deve-se responder com algo que dê conta de abarcar as esferas perpassadas pelo patriarcado e pelo capitalismo, representando uma alternativa a eles. Esse algo é, pois, o Projeto Popular Feminista Camponês, parte integrante do Projeto Popular para o Brasil, ambos rumo ao Socialismo e compartilhados pelas demais organizações integrantes da Via Campesina Brasil, além do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e Levante Popular da Juventude. Sobre esses projetos, assim como sobre os aliados do MMC, falaremos mais adiante, bastando-nos, agora, dizer que tal projeto feminista camponês

se caracteriza por propor um modelo alternativo de agricultura, contrapondo-se ao agronegócio, novas relações de gênero, valorização da cultura camponesa e uma série de medidas que têm por objetivo beneficiar a classe trabalhadora do campo e da cidade. Assim, o MMC sugere a alternativa ao sistema patriarcal-capitalista a partir dos pilares do feminismo e do socialismo, apresentando um projeto alternativo de sociedade.

Nesse ponto, para levar a cabo o objetivo apresentado, dois princípios do MMC, assim como das organizações apontadas como suas parceiras, são mobilizados, a saber: (i) o povo organizado e consciente para a transformação da sociedade e (ii) o cultivo de novas relações no presente para a sociedade que se quer no futuro. Por trás do segundo está o princípio anterior de que, necessariamente, a transformação da sociedade requer a transformação das relações entre as pessoas e dessas com a natureza. É a partir desses dois princípios que o organizar-se em grupos adquire grande importância para o MMC tanto como objetivo, quanto como estratégia.

Organizar-se como objetivo

A situação em que vivem as trabalhadoras rurais é de grande opressão e exploração, levando essas mulheres a viver, quase que restritas ao lar, uma vida bastante isolada do convívio social para além da família, cheia de restrições e sem grandes perspectivas. O sonho de ser feliz, várias vezes mencionado nos materiais escritos do MMC, ou não fazem parte dos anseios dessas mulheres, que naturalizaram esse tipo de vida e a encaram como uma fatalidade incontornável, ou se formam como algo muito distante, impossível de ser alcançado. É como alternativa para reverter esse diagnóstico que o organizar-se em grupos aparece.

Ora, se é necessário o povo organizado para transformar a sociedade, e se é necessário forjar novas relações no presente para se construir a sociedade que se deseja, então são necessárias as mulheres organizadas e cultivando novas relações para que seja possível transformar a situação em que vivem. Assim, os grupos aparecem como primeiro passo para a libertação das mulheres. Tal passo tem por objetivo o fortalecimento das mulheres a partir de um trabalho de valorização e incentivo a relações que sejam permeadas por carinho e solidariedade. Com isso, espera-se, as trabalhadoras rurais começam a elevar sua auto-estima e a se sentirem acolhidas e animadas para saírem dos limites do lar. A auto-estima, inclusive, aparece como elemento fundamental para as mulheres do MMC, uma vez que gostar-se tem por

consequência querer o melhor para si, o que resulta em ânimo para lutar por melhores condições de vida. Assim, formar grupos aparece como um objetivo para o MMC na medida em que representam espaços de libertação para as mulheres, nos quais elas podem experimentar outras relações que não as que o patriarcado e o capitalismo lhes impõem, aprendendo a valorizar-se e encontrando nesses grupos espaços de ajuda para um cotidiano tão vazio. As conversas e trocas de experiência entre as mulheres são fundamentais para isso, na medida em que, por meio delas, as mulheres vão se identificando umas com as outras a partir de suas vivências e criando laços, o que nos leva a outro elemento importante da vivência nos grupos: os sonhos.

Se individualmente era muito difícil – quando não impossível - sonhar com uma vida feliz, em grupo, em coletivo a realidade começa a dar vislumbres de outra vida na qual a felicidade é possível:

Essas novas relações construídas coletivamente estão diretamente ligadas com nossas metas, sonhos e projeto de vida pessoal, pois precisamos saber o que queremos e para onde queremos ir, para conseguir mudar o relacionamento com nossa família com o companheiro, filhos (as) enfim com as pessoas que vivem conosco. O bom relacionamento de entre ajuda, valorização, incentivo, amor é fundamental para criar em nós auto-estima, ânimo para viver e lutar. Para isso é importante termos o nosso grupo organizado na comunidade, município e articulado com a luta pelos direitos de toda a classe trabalhadora (Cartilha Educação Popular e Organização de Mulheres – MMC/SC 2010, p.30)

Segundo o MMC, na medida em que as mulheres vão trocando experiências de vida, começam a entender a realidade em que vivem e a verem que não são, individualmente, as únicas a sofrerem com ela⁴⁰. Os encontros desses grupos, chamados grupos de base, são recheados de momentos de conversas, trocas de experiência, dinâmicas em grupo, músicas e poesias que exaltam o valor da mulher, a importância da luta e o sonho da felicidade, forjando uma identidade coletiva entre mulheres que adquirem novos valores e rompem com a solidão. Esses novos valores e os aprendizados que os grupos proporcionam, espera-se, são levados para o seio das famílias por essas mulheres na tentativa de, cotidianamente, modificar as relações intra-familiares. Assim, as mulheres desencadeiam transformações não apenas em si mesmas, mas em seus maridos e filhos/as.

⁴⁰ Obviamente que os grupos são conduzidos pelas militantes da organização, que acabam por conduzir os encontros, porém tal assunto será trabalhado nos grupos como estratégia da organização.

Os encontros, portanto, por constituírem-se como momentos que as mulheres têm para elas e não ligados diretamente aos afazeres domésticos, constituem-se como uma ruptura com o determinismo patriarcal do lar, sendo um espaço não-privado e seguro para essas mulheres falarem sobre suas vidas. Por fim, o reconhecimento das mulheres umas nas outras através das suas experiências de vida, conduzido por um trabalho de formação sobre a realidade em que vivem, possibilita o sonho de outra vida, não apenas individual, mas coletivo de mulheres que passam a identificar que seus problemas não são exclusividade suas e, por isso, é coletivamente que irão construir os *caminhos de libertação*.

Organizar como estratégia para o MMC: fazer trabalho de base

Para conseguirem sair vitoriosas no enfrentamento ao sistema patriarcal-capitalista, o que significa dizer para conseguirem mudar os rumos da sociedade, pautando, através da classe trabalhadora, o Projeto Popular para o Brasil (dentre outros objetivos que serão apresentados mais adiante), uma das grandes estratégias do MMC é o fortalecimento da organização. Tal fortalecimento passa, necessariamente⁴¹, pela ampliação do número de mulheres camponesas identificadas com a proposta do MMC, ou seja, pela ampliação da base dessa organização de movimento social. Segundo a organização:

(...) a situação em que vivemos nos convida a fortalecer nosso Movimento. Precisamos organizar cada vez mais as mulheres e a classe trabalhadora, buscando o estudo, o auto-sustento, resgatando os valores da solidariedade, da ética, do companheirismo, da honestidade e da transparência, e continuar construindo o projeto de sociedade que sonhamos (Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007, p.22).

Por base entenda-se (...) “todas as mulheres camponesas que se organizam e assumem a proposta do movimento, que perpassa especialmente pela formação, lutas de

⁴¹ Necessariamente porque, para o MMC, só existe possibilidade de transformação social com *o povo consciente e organizado*. Para isso é necessário criar cada vez mais grupos, o que resulta no crescimento da organização. Isso não significa dizer que demais estratégias, como lobby político ou participação em instâncias como conselhos, por exemplo, não sejam válidas. Porém, e seguindo a tradição das organizações com pretensões revolucionárias, o fator decisivo para tais transformações são *as massas*. Como para a organização em questão é preciso viver no presente a sociedade na qual se deseja viver futuramente, os valores e formas de relacionamento com a natureza, incluindo-se aí a agropecuária, procuram ser vividos cotidianamente nos grupos de base e nas demais instâncias organizativas do MMC.

resistência, enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado” (Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007, p. 30).

Assim, a formação de grupos possui o duplo papel de ser objetivo e estratégia da organização. Objetivo porque o fortalecimento das mulheres é um dos objetivos do MMC e ele se dá, para a organização, em coletivo. Estratégia, porque o fortalecimento das mulheres resulta no fortalecimento por meio do crescimento da organização, uma vez que este último se dá a partir dos grupos de base. O trabalho realizado pelas militantes com as mulheres nos grupos de base incentiva a troca de experiências e o cultivo de relações de companheirismo e solidariedade, porém sem desvincular esses dois elementos das causas que produzem o cotidiano injusto e insatisfatório para as mulheres, o diagnóstico, e das possibilidades de superação desse cotidiano, o prognóstico. Dessa forma, as militantes realizam com as mulheres da base um processo contínuo de formação política a partir das experiências vividas pelas mulheres da base, aliado ao fortalecimento individual feito em coletivo de cada mulher que do grupo participa, garantindo, com isso, mulheres formadas politicamente pelo MMC e animadas para lutar. Em verdade, esse modo de trabalhar com as trabalhadoras rurais é bastante parecido com o modo com que as CEBs e as pastorais sociais trabalhavam na década de 1970 com os trabalhadores rurais, que contribuiu para a formação das organizações do Rio Grande do Sul que hoje fazem parte da Via Campesina no Brasil.

A esse modo de formar grupos e conduzi-los para a politização das experiências cotidianas, bem como para a disposição para mudar a situação, o MMC chama *fazer trabalho de base*. Para as militantes:

o trabalho de base é fundamental principalmente porque, é através destas ações organizadas que as camponesas vão concretizando o processo de libertação da mulher e, na luta contribuem para a transformação da sociedade que vai sendo construída na prática de novos valores feministas, populares na perspectiva socialista (Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007, p. 30.).

A formação política é feita, segundo o MMC, através do método de Educação Popular, que parte basicamente e como já dita anteriormente, da experiência trazida pelas mulheres para o entendimento do funcionamento da sociedade. A seguir coloca-se um trecho extraído da cartilha Educação Popular e Organização de Mulheres – MMC/SC 2010 que resume os passos necessários para se criar um grupo de base.

1. Educação popular começa com nosso esforço de CONHECER a vida das mulheres, como vivem, dificuldades, sonhos, medos, o que fazem e podem vir a fazer, seus problemas, suas potencialidades, suas capacidades, desafio... (pp. 6-7);
 2. Buscamos REUNIR as mulheres, porque acreditamos que a libertação é uma DECISÃO PESSOAL, mas principalmente COLETIVA organizada em grupos, nas comunidades (p. 7);
 3. Procuramos DIALOGAR com as mulheres camponesas refletindo as questões e necessidades que envolvem o grupo (p. 7);
 4. Tendo conhecido mais a vida das mulheres, a vida cotidiana, os problemas enfrentados, os sofrimentos, os desafios, o desafio é partir para a AÇÃO que gera TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE vivida (p. 7);
- Outro princípio da educação popular é o aprendizado de que nem todos os problemas ou dificuldades a gente consegue resolver aqui na comunidade ou no município. Tem coisas que nos atinge e nos incomoda que são decisões do Brasil ou até internacional. Nesse sentido, é necessário para um grupo de mulheres na comunidade rural se manter ARTICULADO COM O MOVIMENTO NACIONAL DAS MULHERES e também com outras ORGANIZAÇÕES DA CLASSE TRABALHADORA (p. 7-8).

A organização das pessoas nas comunidades para refletir sobre seus problemas e procurar soluções para os mesmos impulsiona as mulheres para a luta e as projeta para a luta mais geral da classe trabalhadora, como é possível ver no último princípio da educação popular apresentado acima. Se as mulheres camponesas fazem parte da classe trabalhadora, e se o inimigo principal é o sistema-patriarcal capitalista, que atinge todas as pessoas pertencentes a essa classe, então as mulheres camponesas devem assumir a luta da classe trabalhadora como sua luta, com a diferença de que são elas as responsáveis por trazer o feminismo para a luta de classe, travada desde agora. Como afirmado em outro momento, é preciso viver hoje os valores da sociedade que se quer construir, então é preciso assumir hoje a perspectiva feminista, para que as novas relações trazidas por ele comecem a ser forjadas no presente. Segundo Fabiana, dirigente do MMC:

Por que tem um movimento de mulheres que luta pelos pobres se as mulheres estão diluídas nos outros movimentos [referindo-se às críticas feitas à existência do MMC]? Não, nós não estamos diluídas. Nós somos diferentes, temos necessidades diferentes, direitos que vocês [homens] já têm e nós não temos, acesso a terra, estamos mexendo com isso até hoje. Mas achamos que tem que avançar e continuar, não tem como achar que nós estamos incluídas no geral, no todo. Não dá mais. Gostem ou não, há necessidade [de existência do MMC].

Objetivos gerais do MMC

A alternativa ao diagnóstico apresentado pelo MMC é a transformação da sociedade com vistas à superação do sistema patriarcal-capitalista. O MMC se coloca

como organização formada “por mulheres que pertencem à classe trabalhadora, que lutam pela igualdade nas relações, pelo acesso e efetivação dos direitos conquistados, pela soberania alimentar, contra o modelo capitalista e patriarcal que oprime, explora e violenta as mulheres” (Panfleto Movimento de Mulheres Camponesas MMC – Brasil).

Em outro documento da organização é colocado que:

(...) nós mulheres camponesas que nos organizamos no MMC, assumimos a luta feminista contra o machismo e o patriarcalismo, em defesa da vida, contra toda forma de destruição sistemática da natureza, e contra qualquer tipo de exploração e exclusão, base do capitalismo (...) o MMC luta pela libertação da mulher e a transformação da sociedade (Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007, p.11).

Juntamente com o objetivo de acabar com esse sistema, apresentando os pontos contra os quais se opõe, o MMC coloca as alternativas de afirmação e igualdade de direitos entre homens e mulheres, ampliação e defesa dos direitos sociais e das mulheres, luta em defesa da vida, entendida como luta travada no cotidiano pela preservação da natureza e contra o agronegócio, superação dos problemas do povo, e pela libertação das mulheres. Tais objetivos gerais ganham mais concretude nos projeto de sociedade defendido pelo MMC, o Projeto Popular para o Brasil, e no projeto de agricultura que integra o anterior, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa⁴². O primeiro consiste num projeto alternativo ao da burguesia para o Brasil (denominado, conforme destacado anteriormente, de “projeto de morte”), calcado no feminismo, desenvolvimento, soberania, solidariedade, democracia e sustentabilidade, princípios que seriam as bases econômicas, sociais, culturais e políticas do país. O projeto propõe um conjunto de reformas estruturais que seriam necessárias para o país, tendo em vista melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora e a soberania nacional, no sentido de se independizar das empresas multinacionais e transnacionais, bem como do imperialismo. O Projeto Popular para o Brasil é, pois, um projeto anti-imperialista e anti-neoliberal. Porém, ainda que ataque o sistema patriarcal-capitalista, ele não representa uma ruptura com o capitalismo. As reformas que propõe são reformas ainda no horizonte capitalista, mas com vistas ao socialismo. Segundo ele, é preciso lançar as bases para a construção do socialismo ainda no interior do capitalismo. O socialismo,

⁴² Informações disponíveis no sítio oficial da organização (<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>) em cartilhas da organização, conforme referências.

portanto, para o MMC e para as organizações que compartilham desse projeto não será alcançado com imediata ruptura com o sistema capitalista, mas sim por meio de mudanças internas a ele. Os direitos sociais, das mulheres e as políticas públicas, por exemplo, são defendidos pela organização não como fim em si mesmo, mas como meio para algo maior.

Já o Projeto Popular de Agricultura Camponesa consiste numa série de princípios ligados às especificidades da vida no campo, que foram apresentados de forma diluída neste texto: respeito à natureza, produção agroecológica valorização do trabalho feminino, respeito à cultura e diversidade dos povos, todos eles em consonância com o Projeto Popular para o Brasil. Com tudo isso:

O Movimento de Mulheres Camponesas afirma a luta feminista, popular na perspectiva socialista e agroecológica, construindo uma nova sociedade com novas relações. Estas novas relações supõem compartilhar o poder, as riquezas e o saber, superando a dominação, a opressão, a exploração e a violência, cultivando o respeito e preservação entre os seres humanos e deste com a biodiversidade, a natureza (Cartilha (livreto) Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida – AMTR-SUL 2008, p. 16).

Estratégias gerais

Para alcançar seus objetivos o MMC tem como estratégias: (i) o crescimento e fortalecimento da organização via ampliação da base, (ii) formação da base, (iii) lutas e (iv) articulação com organizações da cidade. Os três primeiros dizem respeito ao sucesso do trabalho de base, ponto já explorado anteriormente, sendo que as lutas também fazem parte do processo formativo das mulheres. O último conecta o MMC ao restante da classe trabalhadora, uma vez que a maioria da população brasileira, segundo a organização, se concentra nos grandes centros urbanos, ampliando a luta em direção à transformação da sociedade.

As estratégias gerais se assentam sobre as concepções da organização de transformação via mobilização social – é o povo organizado e em movimento que transforma a sociedade – e de necessidade de engajamento cotidiano na luta por essa transformação. Daí que para o MMC o termo “luta” adquire duplo sentido: luta pode significar tanto os momentos de grandes protestos de rua, momentos nos quais as mulheres camponesas se projetam na sociedade defendendo suas concepções e valores, quanto o cotidiano que levam em suas terras e com sua família, que deve condizer com aquilo que defendem nos protestos. Por isso, para o MMC, a defesa dos direitos das

mulheres, da produção de alimentos saudáveis e de todo o leque de objetivos da organização devem ser uma opção de vida da mulher, sendo seus novos valores e formas de se relacionar cultivados desde a família. Tal opção de vida possui cunho político, uma vez que pressupõe não apenas uma mudança cultural da sociedade. Em verdade, a leitura feita pelo MMC é de que todas as esferas que perpassam a vida social estão interligadas, não podendo, por isso, ser combatidas em separado no sentido de eliminar algumas disparidades sem eliminar outras. Assim, optar pelo projeto de sociedade defendido pelo MMC significa fazer uma opção política e mudar a sua vida em direção a isso, como apontado em uma cartilha da organização:

luta pela Vida é uma luta cotidiana que busca superar os problemas da população, exige convicção pessoal, dedicação, tempo, pessoas dispostas a lutar e organicidade como: um forte trabalho de base; autonomia política financeira, ideológica” (...) (p. 26, Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007).

Portanto, com relação às ações estratégicas, o MMC sempre procura conciliar e atuar na dimensão cotidiana/privada e na dimensão pública, de maneira que as mulheres estejam constantemente lutando pela transformação da sociedade. Trabalhar a dimensão cotidiana é, para o MMC, uma maneira de fortalecer a organização, já que esse trabalho é realizado nos grupos de base, e criar nas mulheres um compromisso diário com os objetivos maiores da organização. Daí o MMC dizer, por exemplo, que a opção por outra forma de agricultura que não a do agronegócio exige a opção por um projeto de vida que está diretamente relacionado a um projeto de sociedade.

A seguir, serão vistos os objetivos específicos da organização no que diz respeito à agricultura, saúde e violência, pontos antes levantados no diagnóstico. Do ponto de vista das militantes da organização, esses pontos específicos são parte integrante do projeto maior de sociedade e constituem passos concretos em direção ao socialismo.

Projeto Popular de Agricultura Camponesa

Objetivos

Para o MMC, o Projeto Popular de Agricultura Camponesa, ao centrar-se na produção de alimentos saudáveis, reafirma dois importantes papéis que o agricultor

possui e que, com o sistema capitalista-patriarcal, foram solapados: o cuidado com a natureza e o fornecimento de alimentos para a população. Este último continua a cargo dos pequenos agricultores sendo que, segundo Carvalho (2005), “as propriedades camponesas produzem 70% da alimentação do nosso país e são as mulheres que produzem de 60% a 80% da alimentação nos países mais pobres” (Cartilha Soberania Alimentar: compreensão e ação na luta camponesa, AMTR-SUL, junho de 2007, p.34). Porém, o cuidado com a natureza e o cuidado com os seres humanos foram substituídos, com a entrada do capital no campo, pelo desrespeito e exploração, sendo necessário retomar modos de cultivo e valores camponeses, ressignificando-os, dado que, mesmo nas famílias camponesas tradicionais, ainda persistiram valores machistas, típicos da cultura patriarcal.

Assentado nos princípios da agroecologia (respeito à natureza e produção livre de agrotóxicos e sementes e mudas geneticamente modificadas) do feminismo (luta por emancipação e direitos iguais) e do socialismo (*direito de viver com dignidade e igualdade* para todos), o Projeto Popular de Agricultura Camponesa tem como objetivo máximo a superação do agronegócio através de um modelo de agricultura que se contraponha aos pontos principais de sustentação do agronegócio. Tais pontos são, para o MMC, exploração, opressão, falta de autonomia, perda da soberania, monocultivo, latifúndio, utilização de agrotóxicos e manipulação genética de plantas, todos eles parte de um projeto de sociedade de morte, mas possíveis de ser superados, conectando o Projeto Popular de Agricultura Camponesa com projeto maior de sociedade, o Projeto Popular para o Brasil. Para o MMC, “quem está no campo tem a importante missão de produzir alimentos saudáveis. Cuidar e proteger a vida e acima de tudo construir um projeto de vida, de família e de sociedade. Assumir a agricultura agroecológica exige uma opção de vida e compromisso” (Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007, p. 22). A opção de vida é justamente o engajamento num projeto que pretende transformar a sociedade através da luta e do cultivo de novas relações entre os seres humanos e entre os seres humanos e a natureza. Para resumir tais objetivos, coloca-se que:

O Movimento de Mulheres Camponesas defende e luta pela construção de um projeto de agricultura camponesa agroecológica que garanta: a preservação do ambiente, do trabalho, de novas relações sociais, produção camponesa, políticas públicas voltadas aos camponeses e às camponesas, cultura camponesa e feminista, valorização e participação das mulheres

(Cartilha MMC: organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil (AMTR-SUL), 2007, p. 19)

A seguir serão apresentados os contrapontos ao diagnóstico do MMC, para que se evidencie como o Projeto de Agricultura Camponesa ataca os pontos fundantes do agronegócio. Em seguida, apresenta-se a relação entre o Projeto e as mulheres – como o modelo alternativo de agricultura contribui para o empoderamento e libertação das mulheres, para que, então, sejam levantadas as estratégias da organização para a implementação desse modelo.

Resgate da cultura camponesa na perspectiva agroecológica e feminista: a integração dos seres humanos à natureza e da mulher à esfera pública

Cultura camponesa significa tanto o modo de cultivo da terra quanto o modo de vida no campo, representados pelos valores e costumes praticados e ensinados nas famílias. Com relação ao primeiro, o Projeto Popular de Agricultura defende o cultivo agroecológico dos alimentos em pequenas propriedades rurais e é levado a cabo não por grandes empresas (aqui englobando os pequenos produtores que produzem para essas empresas), mas por pequenos agricultores que, livres das transnacionais e multinacionais, produzam com incentivo dos governos, resgatando um modo de trabalhar a terra anterior à entrada do agronegócio no campo.

Essa forma de trabalhar na terra implica o engajamento de toda a família na produção agrícola e a ajuda entre famílias quando necessária. Há, pelo menos, duas conseqüências que podem ser extraídas daí e que constituem objetivos do MMC. A primeira consiste na valorização do trabalho da mulher e sua participação nas tarefas que estão fora dos limites da esfera privada.

A partir do momento em que o MMC propõe o resgate de uma forma de trabalho na qual toda a família esteja envolvida, isso significa dizer que se perde a distinção feita entre o cultivo para subsistência e o cultivo para comercialização. As mulheres já não mais ficam restritas aos assuntos referentes à esfera privada, mas passam a integrar a esfera pública através do trabalho compartilhado com os homens e até mesmo com as crianças, que desemboca na comercialização dos produtos. Na medida em que o trabalho é compartilhado, ocorre a valorização do trabalho feminino e, com isso, sua remuneração, o que contribui para o empoderamento das mulheres por aumentar sua

auto-estima e lhes possibilitar uma fonte de renda, havendo independência financeira. Necessário dizer que o próprio MMC admite que a cultura do campo é patriarcal, sendo patriarcais as relações entre os membros da família, o que não isentaria a mulher de total responsabilidade das tarefas domésticas e o homem, o contrário. Porém, o resgate do trabalho coletivo nas pequenas propriedades deve vir acompanhado da ressignificação de valores antigos e cultivo de novos valores, ambos a partir do feminismo, princípio do Projeto Popular de Agricultura. Por exemplo, a coletividade do trabalho destinado à comercialização, costume antigo dos camponeses no cultivo das terras, deve vir acompanhada da coletividade do trabalho doméstico, sendo essas tarefas responsabilidade de ambos os sexos. A comercialização e as decisões acerca da terra, envolvendo que alimentos plantar, o preço de venda, os instrumentos que precisam ser adquiridos, devem passar a envolver as mulheres. Assim, diminuem-se as desigualdades patriarcais e capitalistas. A simetria no trabalho, que acaba por valorizar as mulheres, impede que o capitalismo se valha da condição natural da mulher, servindo essa como “desculpa” para a desvalorização e não remuneração do trabalho feminino.

A segunda consequência é o fortalecimento da comunidade. A ajuda entre vizinhos, típica nas comunidades rurais e em extinção devido ao agronegócio, faz com que as famílias estabeleçam relações solidárias e, com isso, fortaleçam os laços comunitários. A visita e o trabalho na casa do vizinho constituem-se como momentos de conversa e troca de experiências, apontados pelo MMC como necessários para que os problemas enfrentados sejam percebidos como coletivos e, com isso, coletivos sejam as soluções. A organização das pessoas em grupo, como foi apontado, constitui em elemento crucial para a transformação da sociedade, pois que as mudanças necessárias só vêm através *da organização e do povo em movimento*. Uma comunidade fortalecida, portanto, é um passo necessário para o MMC, sendo estimulado pelo Projeto de Agricultura Camponesa. A possibilidade de libertação das mulheres começa com o modo como se cultiva a terra.

Agroecologia: a soberania alimentar e a sabedoria das mulheres

Outra maneira pela qual a agroecologia contribui com a valorização das mulheres no campo é a não utilização de transgênicos e agrotóxicos devido ao cuidado para com a natureza e a saúde e à autonomia do agricultor. Se, por um lado, o agronegócio estimula os pequenos agricultores a adotarem seus pacotes, por outro a

agroecologia os estimula a produzirem suas próprias sementes e a buscarem meios alternativos de combate a pragas e adversidades climáticas que possam prejudicar a safra. Na verdade, o que se busca é a harmonia com a natureza para que esses efeitos climáticos sejam diminuídos.

Se os agricultores passam a produzir as próprias sementes, isso significa autonomia com relação às grandes empresas dos *países ricos* e, mais uma vez, valorização de atividades que as mulheres já vinham desempenhando desde os primórdios da agricultura, que com a chegada do agronegócio no campo foi perdendo espaço até ficar encerrada no ambiente doméstico, servindo apenas para a horta da família. Tanto a produção de sementes quanto a valorização e, mais do que isso, a necessidade dessa tarefa para o plantio agroecológico, constituem pontos de extrema importância para o combate do sistema patriarcal-capitalista, na medida em que vão ao encontro da soberania alimentar, contraponto ao capitalismo, e do feminismo via valorização e implementação de atividades historicamente femininas, contraponto ao patriarcado. Com relação à autonomia, as militantes do MMC afirmam que “quanto maior a autonomia para a produção e a manutenção da vida na roça, maior o enfrentamento ao capital” (p. 32), sendo, por isso, as sementes e a abolição de agrotóxicos essenciais nesse processo.

Por último, a agroecologia se funda no princípio do cuidado com a natureza e do ser humano como parte integrante da mesma, sendo, por isso, a agroecologia bastante parecida com o início da agricultura, desenvolvida por mulheres, reaproximando a atividade agrícola da concepção feminina acerca da agricultura, que acaba por transformar a forma de cultivo das mulheres na forma padrão de cultivo.

O cuidado com a natureza se dá através de uma produção que garanta não só a soberania alimentar, mas a segurança alimentar e a segurança natural. O ser humano e a natureza precisam conviver em harmonia, sabendo-se o que contém os alimentos fornecidos pela natureza e os impactos que a produção daqueles têm sobre ela. Essa relação se dá pelo respeito, sendo, portanto, promotora de novas relações no campo, relações que coloquem mulheres e homens em igualdade da mesma forma com que colocou seres humanos e natureza em igualdade. Essa forma de produzir é o que o MMC chama promoção e produção da vida, de alimentos que garantam a saúde da população, a saúde do meio ambiente, da família e, não menos importante, das mulheres, que habitam agora um ambiente saudável no qual são valorizadas,

empoderadas, remuneradas e encontram seu lugar nas atividades tidas como produtivas, compartilhando, também, as atividades domésticas.

Estratégias para a implementação do Projeto Popular de Agricultura Camponesa

Para levar a cabo o Projeto, o MMC trabalha em dois níveis estratégicos, a saber: o cotidiano, de caráter privado; e o eventual, de caráter público. O primeiro consiste na própria produção de alimentos segundo a agroecologia, os chamados alimentos saudáveis. Para isso, a organização se vale dos grupos de base – já anteriormente apontados como primeiro passo para toda e qualquer estratégia e objetivo da organização – para fazer um processo formativo com as mulheres sobre agroecologia. Através de conversas, leituras e atividades práticas, as militantes do MMC ensinam às mulheres o cultivo agroecológico e as incentivam, caso não produzam dessa maneira, a produzir, e as que já produzem de forma agroecológica, mesmo que seja num pedaço pequeno de terra ou apenas para o consumo da família, a aumentarem essa produção. As militantes alertam que essas mudanças vêm acompanhadas de certa resistência por parte dos maridos, sendo, por isso, uma mudança com impactos na própria família, fruto de longas conversas geralmente realizadas com eles.

Já o segundo nível de ação do MMC consiste nas grandes mobilizações – as *lutas massivas* – que servem para as mulheres colocarem sua pauta para a sociedade, fazendo, com isso, um enfrentamento ao capital. Tais mobilizações não são corriqueiras como as primeiras e ocupam um lugar público para expressão. Sobre ambas, dado que já apontam ações da organização, será falado mais adiante, bastando aqui colocar a forma como as dirigentes enxergam essas estratégias, a exemplo Gabriela, dirigente do MMC:

“(...) uma das coisas fica no âmbito privado, escondido, né. Que é o trabalho que é a produção de alimentos saudáveis, que é esse trabalho de cuidado da natureza que o movimento trabalha com bastante força, mas isso não é muito visível. Isso é visível na luta quando faz passeata, faz audiência, quando tem que explicar para outros movimentos, outras companheiras que a luta pela produção de alimentos saudáveis é importante. Tem uma luta visível que é feita cotidianamente, pela venda, pela água. E outra que é de caráter público que é a luta massiva, nos encontros, nas massas, nos acampamentos. E que ali se explicita uma luta mais forte contra o capital, contra a violência de todos os tipos. Eu vejo duas coisas: uma luta cotidiana que quase não aparece, mas que implica em estratégia pra fazer produção, cotidianamente, e outra de caráter mais público”.

Saúde da Mulher: o novo paradigma

Como já afirmado no diagnóstico acerca da saúde da mulher e da classe trabalhadora no sistema patriarcal-capitalista, a saúde é, para esse sistema, estruturada a partir da doença manifestada no corpo do indivíduo e para a qual é preciso encontrar a cura, geralmente via utilização de remédios. O contexto social no qual esse indivíduo está inserido, por isso, é desconsiderado, o que resulta em lucro para a burguesia, que, ao desconsiderar da saúde o contexto social como elemento que faz parte da mesma, não precisa destinar verbas para que se modifiquem as condições materiais nas quais as pessoas vivem. Isso não significa que o MMC negue as políticas públicas voltadas para a saúde e a saúde pública, porém as políticas são apresentadas como insuficientes para atender a demanda da população, e a saúde pública, como um direito previsto em lei, mas não assegurado no dia-a-dia, que ademais sofre um processo de precarização devido aos ataques do capital. Como coloca o MMC a respeito da conquista em lei do Sistema Único de Saúde, que na verdade pode ser estendido às conquistas em lei das demandas da classe trabalhadora (...) “a conquista em Lei não significou a efetivação do acesso ao direito à saúde, pois este continua na disputa com os interesses do capital que vem aceleradamente mercantilizando a saúde” (Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida, p. 37).

Assim, a primeira questão levantada no prognóstico do MMC é a “mudança de paradigma” da saúde. Ao invés de pensar na saúde a partir da doença, é necessário pensá-la a partir da própria saúde, “que tem como elemento central o ‘cuidado’ enquanto essência do ser humano” (BOFF, 1999, p. 43 apud Cartilha Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida, AMTR-SUL, 2008). Como esse novo paradigma se relaciona com as mulheres? “As mulheres [afirma o MMC indo ao encontro de BOFF, 1999] trazem o “cuidado” como princípio norteador da vida e das relações” (p. 43, Cartilha Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida, AMTR-SUL, 2008), definindo como cuidado o ato de valorizar, respeitar, amar, acolher o outro, construindo relações humanas dignificantes⁴³. Logo, uma saúde baseada no

⁴³ Tal princípio norteador, assim como o instinto feminino que fez nascer a agricultura a partir das mulheres, carrega traços essencialistas na sua formulação e, por isso, é passível de críticas por parte do movimento feminista. Curioso nas formulações do MMC é o fato de o cuidado ora vir acompanhado da crítica feminista ao patriarcado, que relegou às mulheres o papel de cuidadoras do lar, ora vir acompanhado da associação do cuidado justamente com o feminismo, já que é a partir dele, traço essencial da mulher a florado no instinto para a agricultura a partir do cuidado com a natureza, que se constroem os prognósticos de um novo modelo de agricultura e de saúde, ambos feministas e baseados no

cuidado, traço intrínseco às mulheres, coloca a saúde num patamar feminista, pois que “o jeito feminista de tratar a saúde implica cuidar da vida, do conjunto das relações com a realidade circundante” (Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida, p.43).

Ora, se é assim, então considerar o indivíduo como isolado do contexto em que vive está fora da lógica proposta pelo MMC. Ao contrário do sistema patriarcal-capitalista, a proposta feminista da organização é pensar o ser humano na sua forma integral, ou seja, como ser relacional, portanto como ser individual e coletivo imerso numa construção social, cultural, econômica e política de sociedade. Sendo assim, importa para a saúde da mulher e da classe trabalhadora em geral, as condições de trabalho, moradia, alimentação, educação, lazer e toda sorte de elementos cotidianos na consideração do estado de saúde das pessoas. A saúde, pensando especificamente na condição da mulher camponesa, está relacionada à valorização ou não do trabalho feminino, ao cuidado com a terra, à utilização ou não de agrotóxicos, à auto-estima, enfim, a todos os elementos até aqui trabalhados e implicados na vida das camponesas. Por isso, a luta por uma saúde melhor é, nos materiais do MMC, sempre acompanhada pelo apontamento da luta por melhores condições de vida para as mulheres trabalhadoras.

Objetivos

Além da alteração do paradigma da saúde mencionado anteriormente, o MMC tem como objetivo resgatar a sabedoria popular, lutar por acesso e melhoria da saúde pública e fortalecer o controle social sobre as políticas de saúde. Sobre os dois últimos, é preciso lutar, inclusive, para que tenham como paradigma uma visão integral de ser humano para que não sejam descoladas das demais políticas feitas para suprir as carências da população pobre. Os objetivos do MMC na área da saúde podem ser resumidos, então, na promoção da saúde no cotidiano das mulheres, nas melhorias no sistema público de saúde, na garantia de políticas públicas e na mudança de paradigma da saúde para uma concepção de saúde integral.

cuidado que as mulheres já possuem naturalmente. Até que ponto o cuidado, tanto nas críticas positivas quanto nas negativas, é mobilizado como recurso para o trabalho de base ainda é um ponto nebuloso.

Estratégias

Para alcançar esses objetivos o MMC trabalha, assim como no caso do Projeto de Agricultura Camponesa, com dois níveis estratégicos: o local e o geral. O local são as formações desenvolvidas nos grupos de base, além do incentivo e valorização do uso de plantas medicinais, sabedoria ancestral das mulheres. O geral diz respeito aos eventos de protesto da organização, momentos, como já afirmado, de projeção do MMC para a sociedade. Como ambos implicam o repertório de ação, serão tratados quando da exposição do mesmo.

Os quadros interpretativos de prognóstico do MMC atacam, portanto, o inimigo identificado no diagnóstico, sistema patriarcal-capitalista, de forma a propor as trabalhadoras rurais organizadas como sujeitos capazes de implementar outro projeto de sociedade que não o burguês. Tal tarefa deve vir acompanhada da articulação com outras organizações da classe trabalhadora que compartilhem desse horizonte, sendo o MMC responsável por não deixar a luta anti-patriarcal ser subsumida na luta anti-capitalista.

Dos objetivos gerais da organização (libertação das mulheres, fim da exploração de classe, soberania nacional) até os objetivos específicos, a organização traça uma linha que vai de um Projeto Popular para o Brasil até um Projeto Popular de Agricultura Camponesa. O primeiro dá conta dos objetivos gerais, abrangendo tanto a população urbana quanto a população rural na busca por reformas estruturais que são consideradas necessárias para o país no sentido de dar melhores condições de vida para a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, lançar as bases para a construção do socialismo, numa espécie de reforma do capitalismo necessária para o socialismo, objetivo máximo. O segundo dá conta de aproximar esse projeto da realidade do campo, ou seja, da realidade das mulheres trabalhadoras rurais, para que seja possível a formação dos grupos de base, que segue a metodologia da educação popular. Com isso, cresce a organização e as possibilidades de luta da classe trabalhadora, além de se ampliarem os espaços de convívio das mulheres, o que as faz romper com a barreira patriarcal estabelecida entre o mundo público e o privado.

As consequências do sistema patriarcal-capitalista levantadas no diagnóstico com relação à saúde, desvalorização da mulher, encerramento na esfera privada e sobrecarga de trabalho, são lugar as propostas apresentadas pelo modelo de agricultura agroecológica, que propõe uma nova concepção de saúde, um novo arranjo familiar com

relação ao trabalho, novos valores a serem cultivados entre as pessoas e destas com a natureza e a valorização da cultura camponesa, ressignificando alguns de seus elementos. Esse último ponto se reflete na promoção de relações solidárias, na valorização do cultivo de alimentos e sementes saudáveis, na utilização de plantas medicinais, saberes ancestrais da mulher retirados delas pelo agronegócio. Mais do que um modelo de cultivo, a agroecologia é tida como uma opção política de vida que deve ser levada a cabo cotidianamente. O compromisso das mulheres com a luta, portanto, é diário.

Para isso, as estratégias da organização mostram-se divididas entre locais, de âmbito particular, sendo essas estratégias desenvolvidas diariamente, e gerais, de âmbito público, sendo essas caracterizadas por eventos de protesto ou eventos massivos. Como ambas constituem em ações, delas será falado quando dos repertórios de ação do MMC.

4.1.3 Quadros interpretativos de motivação

Os quadros interpretativos de motivação são aqueles que, como o próprio nome sugere, incentivam as pessoas a se engajarem e/ou se colocarem em movimento através da ação coletiva. O MMC trabalha fortemente sobre essa questão, utilizando-se de diversas simbologias que criam, nas suas intervenções, uma grande carga de energia emocional.

Começando pelo vocabulário da organização, todo ele está voltado para a ação coletiva, para a luta. Tanto nos materiais escritos quanto nas falas das dirigentes, a necessidade de se organizar para superar os problemas está presente de forma explícita. “Se organizar”, “se juntar”, se “unir”, “caminhar juntas”, são expressões associadas ao termo “luta”, entendido como protestos de rua e vida cotidiana. À luta, se unem palavras como “resistência”, “produção”, “vida” e “morte”, esses dois últimos associados ao projeto de agricultura camponesa e ao projeto de agricultura capitalista, respectivamente.

Quanto ao sistema capitalista, além da figura da morte, outras expressões que remetem à fome, miséria, sobrecarga de trabalho, desemprego e pobreza são utilizadas. Com relação à saúde das mulheres, aqui aparecem mais fortemente as consequências desse sistema sobre ela através de expressões como “depressão”, “angústia”, “tristeza profunda”, “falta de perspectiva” e “impossibilidade de sonhar”. Os sonhos, para

provocar a indignação com o sistema capitalista nas mulheres rurais, são muito utilizados.

A possibilidade de sonhar é alcançada através da organização, da luta contra esse sistema por um sistema no qual todas e todos sejam livres, da mobilização coletiva. É o povo organizado e em movimento que vai enfrentar o sistema e se libertar. O prognóstico do MMC, no qual está contida essa ideia, é recheado de termos que fazem alusão a uma vida feliz e saudável. O próprio termo “vida” é utilizado pela organização significando a produção de alimentos saudáveis. A felicidade é aqui trabalhada para ser conquistada e vivenciada de maneira coletiva por todos que resolvem caminhar junto com o MMC. Inclusive, a organização não se dirige às mulheres com as quais trabalha a partir do termo “você” ou “tu”, mas sempre a partir do sujeito coletivo “nós”, já criando uma identificação entre o MMC e as possíveis militantes. Também o Brasil é mencionado na possibilidade de viver essa sociedade na qual todos sejamos mais felizes, a partir da apropriação do país pelas trabalhadoras rurais: “esse é o nosso país, essa é a nossa bandeira”, já diz um dos versos das canções da organização. Com relação às mulheres, elas aparecem como guerreiras, como lutadoras, como libertárias que quebram as correntes da opressão de gênero. “Fortalecer a luta em defesa da vida todos os dias”, afirma a organização numa clara alusão ao trabalho cotidiano na base.

Tanto a linguagem escrita como a linguagem falada são simples, possuindo expressões comuns nas comunidades rurais e sempre trazendo exemplos de histórias cotidianas pelas quais passam as mulheres. A língua utilizada é popular e a maneira de se utilizá-la guarda heranças das organizações de esquerda como os sindicatos. As mulheres se tratam por “companheiras” e proferem as palavras de ordem com os punhos esquerdos erguidos, conforme Janaína quando questionada a respeito das frases que eram utilizadas nos protestos massivos:

*Sem feminismo, não há socialismo!
Mulheres conscientes na luta permanente!
Na sociedade que a gente quer basta de violência contra a mulher!
Quando o campo e a cidade se unir, a burguesia não vai resistir!
Globalizemos a luta, globalizemos a esperança!
Pátria livre, venceremos!*

Com relação a outros símbolos, eles são muitos. A começar pela bandeira da organização. A cor lilás faz alusão ao feminismo; a silhueta do mapa do Brasil, ao projeto para a nação; as mulheres ao centro com um cesto de alimentos, chapéu de

palha, lenços lilases, enxada e punhos erguidos, identificam quem são os sujeitos de luta pela transformação do país: as mulheres camponesas. Não apenas na bandeira o chapéu de palha, as enxadas, os lenços e os punhos erguidos – de preferência o esquerdo - estão presentes, como também esses objetos se encontram em outros momentos da organização. Além deles e da bandeira da organização, a bandeira do Brasil faz parte da simbologia, assim como os chapéus de bruxa e os ramos de plantas e flores. Instrumentos musicais também se fazem presentes e já introduzem outros símbolos: as músicas e as poesias.

Várias cartilhas do MMC trazem músicas e poesias que ou são da organização, ou remetem à organização. Nelas, as palavras de que se utiliza a organização para mobilizar estão presentes, sendo o conteúdo dessas músicas e poesias sempre referente à condição da classe trabalhadora frente ao capitalismo, dos trabalhadores rurais frente ao capitalismo e das mulheres camponesas frente ao capitalismo e o patriarcado, sendo que esses elementos podem se misturar. A participação da mulher na transformação da sociedade é afirmada numa das canções: “pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer/participando sem medo de ser mulher/porque a luta não é só dos companheiros...” (Cartilha Mulheres Camponesas rompendo o silêncio e lutando pela não violência, 2005, p.25). A valorização do cotidiano das mulheres também está presente e embalam músicas tocadas com violões, violas e gaitas, instrumentos que tocam ritmos familiares à zona rural do Rio Grande do Sul.

4.2 REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

O repertório de ação, como foi visto no capítulo 1, é um conjunto de ações à disposição de uma organização que não se configuram como episódios isolados, mas, pelo contrário, possuem certa constância no interior dessa organização. Ainda, os repertórios são constituídos espaço-temporalmente a partir da herança de lutas anteriores e reconfiguração para o presente. Juntando-se esses dois pontos é possível afirmar, então, que o Coletivo Feminino Plural e o Movimento de Mulheres Camponesas seguem o leito histórico de ações efetivadas anteriormente para compor um leque de intervenções sociais no seu próprio tempo. Interessa saber que ações são essas e como se realizam, ou seja, qual é o repertório de ação das mesmas, para que seja possível traçar a relação estabelecida entre elas e os quadros interpretativos.

Os repertórios de ação do MMC serão apresentados a partir de suas articulações e ações propriamente ditas. As articulações feitas pelo MMC serão apresentadas a partir da inserção da organização em redes, dos aliados e dos vínculos, existentes ou não, com o Estado. Já as ações serão apresentadas a partir dos tipos de repertórios, dos parceiros nas ações, seus alvos e tipos de reivindicações. Com isso espera-se apresentar um quadro que dê conta de abarcar não apenas a dimensão estrutural, as formas de ação, mas as *performances*, isto é, a maneira como a organização leva a cabo as ações. Dado que essas intervenções sociais não serão vistas apenas a partir de uma espécie de lista que contenha o que já foi realizado pelas mulheres camponesas, mas sim a partir de uma série de categorias que dêem conta de evidenciar não apenas o que foi e é feito, mas como o é, é necessário ver, por exemplo, não apenas os parceiros de determinadas ações, mas os aliados constantes da organização. Um parceiro pode ser pontual e presente em uma ou mais ações sem que isso signifique que ele estabeleça diálogo perene com a organização.

4.2.1 Tipos de repertórios:

O repertório de ação do Movimento de Mulheres Camponesas pode ser dividido em repertórios interno, intermediário e externo. Interno, porque possui ações direcionadas às mulheres que se relacionam com o MMC, mas que não necessariamente são militantes; intermediário, porque é composto por ações que, apesar de possuírem uma projeção para fora da organização, são muito mais trabalhadas com essas mulheres que se relacionam com o MMC e, por fim, externos, porque possuem ações de rua, voltadas para fora dos espaços da organização.

Repertórios Internos

Os repertórios internos caracterizam-se por possuírem ações constantes, fruto do trabalho de base desenvolvido pelo MMC. A inserção dessa organização nas comunidades do meio rural, sendo as próprias militantes moradoras das comunidades, possibilita o desenvolvimento de uma rotina de ação na qual se lança mão de atividades que se acredita serem atrativas e convidativas para as mulheres. Portanto, os encontros entre as militantes e as demais mulheres não se dão através de simples reuniões, mas de encontros nos quais formações e oficinas são os tipos de ação mais encontrados. É

difícil delimitar os tipos de ação aqui, pois, na medida em que as ações desse repertório são desenvolvidas de maneira contínua segundo a metodologia da educação popular, elas acabam sendo bastante flexibilizadas e a organização lança mão de várias ações que julgue serem eficazes no trabalho com as mulheres. As formações e as oficinas são as que apareceram com maior regularidade.

As formações nos encontros do MMC são desenvolvidas numa linguagem simples e, mesmo que contenham conteúdo mais teórico, são desenvolvidas de maneira a integrar elementos dinâmicos para torná-las mais participativas e menos expositivas. Numa ideia parecida com a utilizada nas oficinas com meninas da Restinga na Escola Lilás de Direitos Humanos, o MMC lança mão de rodas de conversa, brincadeiras, dinâmicas de integração, discussão em pequenos grupos e, ainda, músicas e poesias que cantem e descrevam a realidade das trabalhadoras rurais pela ótica da organização. Foi verificado, também, o uso de símbolos que remetam à vida da mulher camponesa, como chapéus, cestos, potes de barro, flores, sementes, frutas, verduras, enxadas e outros instrumentos de trabalho, além de estar sempre presente a bandeira da organização. O espaço onde se realizam os encontros, então, estão sempre ornamentados na tentativa de ir familiarizando as mulheres com os elementos constitutivos da identidade do MMC. Dentre os temas das formações destacam-se seguridade social, papel da mulher na sociedade, violência contra as mulheres, relações humanas, agroecologia e agronegócio e saúde. Os temas partem sempre de uma situação concreta comum às mulheres para, então, irem adquirindo conteúdo mais abstrato a partir das ferramentas de aprendizagem já citadas.

Já as oficinas são de cunho prático, ainda que não dispensem conversas nas quais é possível dialogar a partir dos quadros interpretativos. Podendo estar dividida em momento teórico e momento prático ou então estando esses dois elementos diluídos, nelas as militantes resgatam algum aspecto da cultura e da prática camponesa para trabalhar com as mulheres. Novamente, os espaços onde elas ocorrem são sempre ornamentados e a bandeira da organização, sempre presente. As oficinas sobre cultivo agroecológico, plantas medicinais e artesanato são as que possuem maior frequência. Sobre a primeira, são ensinadas técnicas de cultivo que vão do manejo do solo à produção de “venenos” naturais, problematizando, também o agronegócio e a forma como ele se relaciona com o ambiente.

Já nas de artesanato, a cultura camponesa é resgatada e as mulheres aprendem ou compartilham trabalhos manuais com matéria-prima local, a exemplo do vime e fibra de

bananeira. Essas oficinas, inclusive, integram um projeto que o MMC chama Artesanato Camponês, que se desenvolve em ciclos de oficinas que percorrem as regiões onde está presente a organização. No ano de 2010, foram realizadas oficinas nos Municípios de Morrinhos do Sul e Paim Filho, segundo o informativo *Desperta Mulher*.

As oficinas de plantas medicinais integram outro projeto chamado Plantando Saúde e nelas as mulheres aprendem a fazer xaropes, pomadas, elixires, tinturas e coquetéis a partir dos conhecimentos que possuem sobre a manipulação das ervas medicinais, além do conhecimento que a organização agrega. Nessas oficinas é resgatada a figura da bruxa como uma mulher que, além de desafiar a ordem patriarcal por possuir conhecimentos considerados de ordem masculina, tal como colocado pelo Coletivo Feminino Plural, possuía conhecimento sobre a medicina, manipulando ervas e curando pessoas. Assim, as mulheres são incentivadas a cultivar, nas suas hortas, as plantas e a fazerem seus próprios remédios. Com relação a esse tema, as militantes do MMC praticam essa medicina popular, colocando à venda seus produtos fitoterápicos, sendo esta uma das fontes financeiras da organização.

Repertório Intermediário

As ações desenvolvidas nesse repertório possuem alcance geral, isto é, para a sociedade em geral, porém acompanhadas de ações internas voltadas para as mulheres com as quais as militantes têm contato no desenvolvimento dos trabalhos de base. Essas ações podem, portanto, ser consideradas mistas. São elas: campanhas, encontros nacionais e estaduais e festas na comunidade.

Sobre as campanhas, elas atuam em nível nacional, servindo para dar um caráter unitário à organização em certos temas e ações, pois, geralmente, essas campanhas vêm acompanhadas da entrega de pautas reivindicatórias, sendo, por isso, importante abarcar as demandas de toda a organização e não apenas de uma região ou estado específico. Elas possuem caráter intermediário, pois servem à organização tanto para fomentar a criação de novos grupos de base e servirem como pauta dos grupos já formados, quanto para fomentar ações de caráter público, ações voltadas para fora dos limites da organização, servindo, por isso, para projetar o MMC para a sociedade. Por isso elas possuem um caráter misto, ora servindo aos repertórios internos, ora aos externos. As campanhas das quais o MMC participa são ou organizadas pela Via Campesina, entidade da qual o MMC faz parte, ou contam com a participação da Via Campesina.

Assim, os parceiros se mantêm basicamente os mesmos, existindo aqueles eventuais, conforme o tema da campanha. Foi verificada participação em três: Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, lançada entre 2007 e 2008, representando uma exceção, pois foi lançada pelo próprio MMC com o intuito de divulgar e promover ações em tono da produção agroecológica; Campanha Mundial Basta de Violência contra as Mulheres, lançada em 2008 por iniciativa da Via Campesina, contou com a produção de uma cartilha sobre o tema, incentivando a sua discussão nos grupos de base; e, por último, Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, lançada em 2011 pela Via Campesina (apesar de não ser uma campanha exclusiva da Via Campesina), com a proposta de fomentar o debate sobre o uso de agrotóxicos na sociedade em geral.

Já os encontro estaduais e nacionais pertencem a esse repertório, pois, apesar de serem atividades internas da organização, ela aproveita, assim como nas campanhas, para fazer alguma ação de rua, já que conta com a participação de muitas mulheres, dando um caráter massivo às ações promovidas. Eles não são realizados em apenas um dia, ficando as mulheres alojadas em ginásios e encarregadas de gerirem todo o espaço do encontro, desde a alimentação até a limpeza. Os encontros servem como espaços de discussão sobre a conjuntura do país, as linhas políticas do movimento, as próximas ações a serem levadas a cabo, além de contar com oficinas práticas e momentos de confraternização. Obviamente os repertórios de motivação são amplamente mobilizados, dando o tom dos encontros. No ano de 2013, o MMC realizou seu primeiro encontro nacional – enquanto MMC e não MMTR -, em Brasília, aproveitando o momento e o lugar para fazer um protesto de rua. Segundo o site da organização:

O lilás tomou conta da Esplanada dos Ministérios na manhã desta quinta-feira, 21. Cerca de três mil mulheres camponesas vindas de 23 estados, que passaram quatro dias reunidas em Brasília no 1º Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, fizeram ecoar o tema central do evento em frente ao Congresso Nacional: “Na sociedade que a gente quer, basta de violência contra a mulher”⁴⁴.

No último dia de encontro, as camponesas fizeram um protesto pelo fim da violência contra a mulher em frente ao Congresso Nacional.

Sobre as festas, elas podem ser realizadas em parceria com as outras organizações que compõem a Via Campesina no Rio Grande do Sul ou então serem

⁴⁴ Fonte - Sítio oficial do Movimento de Mulheres Camponesas:
<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/51>

organizadas apenas pelo MMC nas comunidades nas quais possui grupos de base. Assim como as duas ações anteriores, as festas são um meio que as militantes encontraram de trabalhar com as mulheres de forma a integrá-las ao convívio social da comunidade, assim como propagandear a própria organização. Através do mote da valorização da cultura camponesa, as mulheres dos grupos de base são incentivadas a planejarem as festas, engajando-se, com isso, em atividades da organização. As festas cumprem, então, um papel tanto externo, quanto interno.

Repertórios Externos

Os repertórios externos dizem respeito às ações de rua, que, no caso do MMC, são as audiências públicas, os protestos de rua e a eventual participação em atividades como seminários, debates e palestras para as quais as militantes são convidadas. A essas últimas não se deterá por se considerar que não possuem diferenças significativas com relação a qualquer outra organização que delas participem, além de serem ações que não partem do MMC, sendo ações para as quais ele é convidado.

As audiências públicas são os momentos em que o diálogo com o Estado é estabelecido de maneira que as mulheres possam adentrar o espaço institucional sem precisarem passar por negociações com a polícia. Propostas por políticos eleitos - vereadores e deputados -, com os quais o MMC possui relação, as audiências são tratadas como espaços de denúncia do movimento social – nelas as mulheres se colocam enquanto representantes de um movimento social mais amplo – com relação a temas sobre os quais o Estado tem se mostrado insatisfatório. Leis que permitem o uso de agrotóxicos proibidos em outros países, falta de cumprimento de medidas em benefício dos pequenos agricultores, falta de incentivo fiscal, são pautas que figuram nessas audiências para as quais são chamadas organizações da sociedade civil, atores institucionais e sociedade em geral. As mulheres adquirem nesses momentos, um caráter combativo nas suas falas, não representando, portanto, o canal de diálogo com o Estado um canal de cooperação.

Os protestos de rua são as ações do MMC que, assim como a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis, carregam a identidade do movimento e as que mobilizam a maior carga de energia emocional. Segundo uma das dirigentes, o MMC *tem que ter movimento* e é justamente nessas ações que elas mais identificam esse movimento. Os protestos de rua, que são organizados para serem massivos, podem

variar entre um caráter de enfrentamento e um caráter de reivindicação, dependendo do alvo. Com isso, eles podem ou não contar com uma pauta reivindicatória, sempre entregue a algum órgão de competência municipal, estadual ou federal. Às vezes ambas vêm combinadas, como tem ocorrido nas manifestações referentes ao dia internacional da mulher. Também nos protestos as performances são muito variadas e podem incluir ocupação de prédios públicos ou privados, longas caminhadas, destruição de propriedade privada, esquetes teatrais e obstrução ou liberação do tráfego de veículos, a exemplo da abertura das cancelas de pedágios no estado nos anos 2012 e 2013. Por se pretenderem como protestos massivos, eles não são realizados apenas pela organização, mas contam com seus parceiros. Além disso, às vezes os protestos integram jornadas nacionais de luta, como é o caso das lutas realizadas em março e abril, o chamado “abril vermelho”. Quando isso ocorre é porque em nível nacional se programam lutas, tentando, com a concentração delas em períodos curtos – uma ou duas semanas –, obter maior visibilidade na sociedade e também na mídia. Por fim, toda sorte de símbolos são utilizados, sendo esses protestos ações nos quais a organização julga obter maior visibilidade e coesão entre os indivíduos que dela fazem parte. A seguir, será descrita uma delas para que fiquem mais visíveis os elementos aqui levantados.

4.2.2 Parceiros das ações

Os parceiros nas ações do MMC, se comparadas às ações do Coletivo Feminino Plural, são em menor número. As coordenadoras afirmam que a parceria estabelecida depende do tipo de ação realizada. No caso das ações como a do oito de março, ações nas quais é vital a permanência de certas informações em segredo, apenas figuram como parceiras aquelas organizações que compartilham dos mesmos objetivos do MMC, a saber, o Projeto Popular para o Brasil e o Projeto Popular de Agricultura Camponesa. São elas: MAB, MPA, MST, MTD e Levante Popular da Juventude.

Já no caso de ações ainda presentes nos repertórios externos, mas que não exigem tal resguardo de informações, sendo caracterizadas por protestos de rua, as organizações parceiras se ampliam, englobando os sindicatos filiados à CUT, Marcha Mundial de Mulheres e as demais organizações que partilham do Projeto Popular para o Brasil como objetivo.

4.2.3 “Alvos” das Ações

“Alvo” para o MMC não significa, necessariamente, aquilo que se quer atacar no sentido de combater. Nos repertórios internos e intermediários, as militantes voltam seus olhos para as mulheres trabalhadoras rurais com a intenção de conquistá-las para a organização, buscando justamente o contrário. Elas não querem combater, mas sim aproximar as mulheres. Assim, parte das ações está, na verdade, voltadas para um público alvo. Com relação ao Estado este figura como alvo para o qual é preciso olhar com olhos combativos sem que isso signifique, no entanto, virar as costas para ele assim que termina a ação. Quando o Estado aparece é como ente sobre o qual é necessário fazer pressão, pois ele receberá as reivindicações da organização, que espera vê-las atendidas. O alvo, portanto, não pode ser destruído, mas deve sentir as vozes e os punhos erguidos das mulheres como ameaças. Após entregar a pauta, as mulheres ameaçam voltar – e com muito mais gente – caso o Estado não cumpra com as demandas.

O mesmo já não ocorre quando o alvo diz respeito ao agronegócio, geralmente a sede de empresas multinacionais e/ou transnacionais e suas fazendas. Esses alvos, ao contrário do Estado, em nada colaboram com as trabalhadoras rurais, fazendo, ao invés disso, com que elas sofram toda sorte de injustiças. Eles, portanto, devem ser destruídos. Ao contrário do Estado, com as empresas não há negociação, tampouco pauta reivindicatória, há apenas o enfrentamento.

4.2.4 Tipos de reivindicações

As reivindicações do MMC estão sob o signo do Projeto Popular de Agricultura Camponesa aliado ao feminismo proposto por essas mulheres. As reivindicações, portanto, pretendem dar conta do sujeito mulher trabalhadora rural.

Embora a pautas reivindicatórias sejam entregues ao Estado, elas nem sempre são precisas naquilo que demandam, havendo demandas de cunho mais geral (este é o caso especialmente daquelas que se destinam às mulheres). Embora tenham sido encontradas demandas (como casa abrigo para mulheres, políticas públicas para o fim da violência contra a mulher, incentivos para o cumprimento da lei Maria da Penha), as reivindicações nesse campo costuma ser mais gerais, sendo traduzidas em valorização das mulheres, fim da violência contra a mulher, mais participação da mulher na sociedade, respeito à diversidade, etc. Já as que dizem respeito à condição de

trabalhadoras rurais e que são entregues ao Estado costumam conter um programa com medidas mais específicas. Variando conforme a situação em que se encontre o campo (por exemplo, em tempos de seca são pedidos incentivos para cobrir a produção perdida por sua causa), as pautas abarcam as demandas dos trabalhadores rurais como um todo.

Além das reivindicações feitas ao Estado, há aquelas dirigidas à sociedade em geral, que são distribuídas nos protestos de rua e publicadas no site da organização. Essas contêm, a exemplo das pautas com relação às mulheres entregues ao governo, proposições gerais que se caracterizam muito mais como objetivos da organização do que como demandas, como, por exemplo, valorização da cultura camponesa, valorização do trabalho das mulheres camponesas, respeito à biodiversidade, etc.

5 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO COLETIVO FEMININO PLURAL

O mesmo processo de reconstrução dos quadros e repertórios de ação do MMC realizado no capítulo anterior será repetido com os quadros e repertórios do Coletivo Feminino Plural. A eles, portanto.

5.1 QUADROS INTERPRETATIVOS DO COLETIVO FEMININO PLURAL

Nesta sessão serão apresentados os quadros interpretativos da organização não-governamental (ONG) Coletivo Feminino Plural. Tais quadros, assim como os do MMC, serão divididos em quadros interpretativos de diagnóstico, de prognóstico e motivacional. Também como no caso do MMC, iniciar-se-á pela definição de feminismo, apresentada nos quadros de diagnóstico, dado que ela própria consiste num enquadramento interpretativo a partir do qual é possível seguir seus desdobramentos.

5.1.1 Quadros interpretativos de diagnóstico

Feminismo

Uma das coordenadoras do Coletivo Feminino Plural, quando questionada sobre o que vem a ser feminismo, coloca:

“eu acho que feminismo é uma construção que tem embasamentos teóricos, mas que não são apenas teóricos, né. É no intuito de visar a equidade de gênero. Em termos de trazer a mulher como uma pessoa com direito, tanto quanto os homens, né. Eu acho que é uma luta política por essas questões.”
(Roberta, Coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

Outra coordenadora, ao falar sobre os elementos estruturantes das relações sociais, coloca que “o papel do movimento feminista é evidenciar mais a desigualdade de gênero e de raça junto” (Carmen). Somando-se a isso, tem-se que, segundo o site da organização, o Coletivo Feminino Plural é uma organização feminista não governamental “fundada em 1996 por um grupo de mulheres identificadas com a luta pelos direitos humanos e cidadania de mulheres e de meninas”, trabalhando pelo empoderamento feminino (<http://femininoplural.org.br/site/quem-somos>). A partir desses três excertos pode-se afirmar que o feminismo, segundo o Coletivo Feminino

Plural, é uma luta que, através do relevo dado às desigualdades de gênero – articuladas com outras formas de desigualdades, como veremos mais adiante -, visa a equidade de gênero e o empoderamento feminino, comprometendo-se, para isso, com a luta pelos direitos humanos e cidadania de mulheres e meninas.

Assim como a definição de feminismo proposta pelo MMC trouxe à tona outros elementos componentes do diagnóstico da organização, a definição proposta pela ONG coloca como elementos constituintes do universo do movimento feminista o contexto no qual estão inseridas as mulheres e o sujeito para o qual o feminismo se volta. Do primeiro, é possível concluir que se caracteriza como uma sociedade estruturada a partir de relações desiguais de gênero, assim como de raça, na qual as mulheres, com relação ao poder, encontram-se em desvantagem. Ademais, se a luta da organização é pelos direitos humanos e cidadania de mulheres e meninas, pode-se concluir que tal sociedade é produtora de mulheres que vêem seus direitos e cidadania ameaçados. Já do segundo, tem-se que o sujeito da luta, ou o sujeito pelo qual se luta, são mulheres e meninas, definição mais aberta se comparada à do MMC, que coloca as mulheres da classe trabalhadora como protagonistas da luta por melhoria nas condições de vida das mulheres. Dito isso, passa-se ao contexto no qual as mulheres estão inseridas para que se detalhe a condição social da mulher, possibilitando o entendimento sobre a importância do empoderamento, dos direitos humanos e da cidadania para as mulheres, bandeiras de luta da organização.

Sistema de gênero

Gênero aparece nas elaborações da organização como conceito segundo o qual se construiu histórica e culturalmente os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens a partir de suas diferenças sexuais biológicas, sendo o sistema de gênero também conhecido como patriarcado⁴⁵. Patriarcado pode ser definido como “modo de relacionamentos nos quais a política sexual implica o fato de que os homens estabelecem as regras de poder e de controle social”, possuindo a hierarquia como princípio básico (NARVAZ, 2006, p. 27). Dessa forma, a mulher está hierarquicamente subordinada ao homem, vindo daí a sua perda de poder e a consequente necessidade de empoderamento feminino. Tal desigualdade, embora procure raízes naturais para se

⁴⁵ Sendo o termo “patriarcado” menos presente nas publicações do Coletivo Feminino Plural.

manter – pois que o argumento para a subordinação das mulheres advém da diferença biológica entre macho e fêmea -, foi socialmente construída pelos seres humanos e, portanto, passível de mudança.

A construção do sistema de gênero tem início com o surgimento da propriedade privada. Com a propriedade privada, em primeiro lugar, se desestruturam as comunidades e, a partir daí, surge a necessidade de se assegurar a mesma, acarretando mudanças na estruturação familiar:

A família ‘promíscua’, característica das sociedades primordiais, tornou-se monogâmica somente muito tempo depois, em função de interesses políticos e econômicos associados ao surgimento da propriedade privada (...) A monogamia teria a finalidade de garantir herança aos filhos legítimos (NARVAZ, 2006, p. 24).

Ocorre que ambas surgiram a partir do poder masculino, sendo, portanto, o homem, e não a mulher, o centro da família. Com isso, por exemplo, a virgindade e a fidelidade feminina tornaram-se extremamente valorizada, uma vez que ela era a garantia de que a mulher não geraria herdeiros fora dos limites da propriedade. O resultado é a perda do controle, por parte da mulher, sobre seu corpo e sexualidade, acabando por se tornar, também, propriedade masculina. Com tantas ameaças às propriedades dos homens, as mulheres passaram a ser prisioneiras em suas casas, o que possibilitou a criação das esferas pública e privada, dos papéis sexuais no lar e, a partir daí, a divisão sexual do trabalho.

O resultado desse processo foi a estruturação do significado de ser mulher em oposição ao significado de ser homem e a estruturação da esfera pública em oposição à esfera privada, tida como o lar. Se às mulheres o lar já havia sido destinado, cabia aos homens, seres diferentes das mulheres, a esfera pública, estendendo-se o poder masculino para além dos limites privados. As desigualdades entre mulheres e homens, portanto, ultrapassam os papéis familiares e adentram a esfera pública, reproduzindo-se “por normas, leis, comportamentos legitimados pelas práticas, e também através da educação formal e informal; está [a desigualdade] inscrita nas instituições de saúde, de assistência e estruturas do estado” (NEGRÃO, 2006, p.12). A partir daí, homens e mulheres passaram a ser socializados e educados segundo as desigualdades de gênero, resultando numa cultura profundamente machista e difícil, mas possível, de ser mudada, dada a construção de origem humana do sistema de gênero.

Operação de outros sistemas

Porém outros sistemas além do sistema de gênero operam na organização da sociedade. Raça/ etnia, idade e situação sócio-econômica são apontados por Prá (2006) em publicação da ONG Coletivo Feminino Plural como sistemas que também influenciam “para demarcar que lugares sociais devem ser ocupados e por quem” (p. 30).

Gênero e raça/ etnia se juntam à condição econômica das brasileiras, fazendo com que as desigualdades entre homens e mulheres se tornem mais dramáticas segundo o grau de vulnerabilidade econômica na qual elas se encontram. Segundo Prá (2006):

(...) responder a problemas dessa ordem [exclusão, discriminação e violência contra as mulheres] não deixa de ser trabalho complexo e difícil de executar, pois, embora muitos deles sejam recorrentes entre mulheres de todas as camadas sociais, é certo que atingem de forma mais dramática àquelas de raça negra, as de baixa renda, as com pouca ou nenhuma escolaridade, as desempregadas ou subempregadas e, por conseguinte, de poucos recursos (p. 51).

Além desses, temas como homossexualidade e necessidades especiais aparecem como elementos também socialmente utilizados para definir os lugares a serem ocupados pelas mulheres, podendo, portanto, serem considerados sistemas. Tem-se com isso a construção de uma sociedade complexa que imprime sobre os indivíduos uma cultura baseada em desigualdades a partir da qual eles passam a estabelecer relações. Se o papel do movimento feminista é evidenciar as desigualdades de gênero, é certo que elas não constroem sozinhas o lugar social das mulheres, sendo necessário olhar também para esses outros sistemas. Portanto o sistema de gênero, comum a todas as mulheres, opera junto com os demais sistemas e acabam por fazer com que as mulheres pobres estejam mais vulneráveis socialmente, representando uma preocupação para o Coletivo Feminino Plural, sem que isso signifique, porém, um recorte no tipo de sujeito de luta.

O Coletivo Feminino Plural, então, enquadra a questão social da mulher – ou o problema social da mulher - a partir do destaque dado à diferenciação de gênero baseada numa diferença de sexo entre homem e mulher sem que isso represente a supressão das demais características que desuniversalizam o termo “mulher”. Embora o Coletivo Feminino Plural não possua, como no caso MMC, um sujeito de luta bem demarcado,

os sujeitos para os quais a ONG se volta e trabalha são as mulheres no geral e, a partir daí, através de suas características, as mulheres em específico, conforme as variações de temas e ações.

Na medida em que o patriarcado saiu dos limites domésticos e se introduziu na esfera pública de forma a construir a sociedade, suas marcas são sentidas pelas mulheres em todos os lugares. Isso significa que não apenas na família a mulher está em relação de desigualdade com o homem, mas no trabalho não doméstico, na política, nos costumes, na cultura, na educação e na própria apropriação do corpo. Assim, desconstruir esse sistema, como afirma uma das entrevistadas, “é um trabalho de formiguinha, tem que ter paciência, porque não é fácil” (Ângela, coordenadora do Coletivo Feminino Plural). Adentrar as dimensões culturais, morais e dos costumes, significa adentrar um terreno que muda lentamente, de geração a geração, vindo daí à alusão ao trabalho das formigas.

As consequências do sistema de gênero

a) A cidadania de segunda ordem das mulheres

O sistema de gênero ou patriarcado, ao atribuir características sociais à caracterização sexual biológica do ser humano, acabou por determinar as competências femininas e masculinas, bem como a distinção entre público e privado e a quem cabe cada uma dessas esferas. A esfera pública, tida como a esfera da política, da voz, das decisões importantes e de alcance geral, foi criada e atribuída aos homens por eles mesmos. Já a esfera privada, na dicotomia presente no binômio público-privado, foi e é até hoje tida como a esfera do lar, do recato, da reprodução e do cuidado. Nela, ao invés da valorização racional presente na esfera pública, tem-se a valorização do lado emocional do ser humano. Daí construir e valorizar a mulher de forma a ressaltar suas habilidades domésticas e suas aversões e até mesmo incapacidade para os assuntos de maior complexidade, justamente aqueles responsáveis pela organização social, política, econômica e cultural da sociedade.

O resultado desse processo é a exclusão das mulheres da esfera que é responsável por construir as concepções de cidadania, a quem ela cabe e por que cabe. A valorização do trabalho na esfera pública e a conseqüente desvalorização, incluindo-se nesse termo a desvalorização financeira, da esfera privada e a construção social da mulher como ser dependente do homem – afinal não é possível sustentar confortavelmente uma família

sem dinheiro e não é possível responder por si quando o lado racional não é bem desenvolvido – fizeram da cidadania feminina uma cidadania dependente da masculina, ou, também, uma cidadania de segunda ordem. Isso significa que os direitos dos seres humanos enquanto cidadãos são pensados a partir da figura masculina, ou seja, são direitos diretamente ligados ao homem. O acesso aos direitos pelas mulheres passa pela mediação dos homens e, dada a centralidade na figura masculina, não são pensados levando-se em conta as especificidades femininas. Com isso, as mulheres são cidadãs de segunda ordem, portadoras de direitos de segunda ordem. Em verdade, dado que muitos desses direitos são exercidos na esfera pública, a muitos deles as mulheres não têm ou não tinham acesso. Segundo Prá (2006): “interessa reter (...) o impacto do sistema de gênero na segmentação de competências (público/privado), que delimita, pelo sexo, os processos de inclusão ou de exclusão da cidadania” (PRÁ, 2006, p. 30).

Importante salientar que, para o Coletivo Feminino Plural, cidadania está vinculada ao livre acesso a todas as esferas da vida e, acima de tudo, aos direitos. Em todos os momentos em que se fez alusão à cidadania, esta veio acompanhada dos termos *direitos, direitos humanos e direitos das mulheres*. Os direitos, para a ONG, são passo importante na equidade de gênero e, com isso, na colocação das mulheres em igualdade com os homens nas instâncias de decisão. Não se pode, contudo, pensar nos direitos de que fala a ONG, como direitos que se aplicam a homens e mulheres igualmente. Como será visto no prognóstico, a cidadania de segunda ordem das mulheres não se resolve com a simples extensão dos direitos do sexo masculino até o sexo feminino, equidade de gênero não significa equivalência de gênero, portanto é necessário sim atentar para as diferenças.

b) O Estado como algo “velho” nas questões femininas

Não apenas a cidadania, pensada a partir da figura do macho provedor e garantida pelo Estado, não atende às expectativas das mulheres como também o próprio Estado não o faz. Embora a ONG afirme que passos já foram dados em direção ao combate das desigualdades existentes entre homens e mulheres, sendo resgatadas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação e Violência (CEDAW), a Conferência do Cairo, a Convenção dos Direitos Humanos de Viena e a Conferência de Beijing, todas elas tendo o Brasil como membro signatário, muito ainda há por ser feito com relação ao Estado. Mesmo que essas conferências e convenções tenham incluído na agenda do Estado brasileiro questões como violência contra a

mulher, direitos sexuais e reprodutivos e direitos das mulheres como direitos humanos, o Brasil ainda carece de políticas públicas que garantam essas questões: “esses objetivos dependem de políticas públicas responsáveis, definidas com a participação das mulheres, não mais como meras beneficiárias, mas, antes disso, protagonistas” (Panfleto 10 anos do Coletivo Feminino Plural, 2006), Assim, os avanços escritos no papel não necessariamente vêm acompanhados de avanços práticos por parte do Estado, sendo este ainda patriarcal.

Ainda, o campo das leis, campo em que reinam não apenas questões éticas, mas também questões de opinião e religiosas quando o assunto é a mulher, não consegue acompanhar o ritmo de mudança da sociedade, ponto expresso na fala de uma das coordenadoras:

“(...) a gente vai vendo que a sociedade, claro que ela vai evoluindo, né, e claro que não se pensa hoje como se pensava e o ideário das mulheres de dois mil anos atrás, mas hoje a gente vive ainda num mundo profundamente heterodoxo. E eu tô batendo nesse troço, quer dizer, a gente é mulher, somos mulheres no terceiro milênio, mulheres de dois mil e doze, que convivem com legislações de controle do corpo de mil novecentos e quarenta, né (...)”
“(Carmen, Coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

O Estado, então, reproduz as desigualdades de gênero ao mesmo tempo em que abre brechas para a atuação feminista em direção à equidade de gênero. Essas brechas são fruto da redemocratização do país, que abriu canais de diálogo e elaborações conjuntas com a sociedade civil, momento no qual a ONG adentrou a cena portoa-alegrense. Conforme o apontamento feito no panfleto comemorativo da entidade, é preciso mais. As políticas públicas hoje, por exemplo, ainda carecem da atuação das mulheres como protagonistas. Ainda faltam espaços democráticos de decisão, ainda faltam atores institucionais devidamente familiarizado com as questões de gênero e específicas das mulheres. Ainda falta uma postura mais firme por parte do Estado para combater essa situação:

É de muito pouco tempo a ideia de que homens e mulheres têm iguais capacidades e direitos. Na vida real, as mulheres continuam arcando com papéis sociais desprestigiados, com menor acesso aos recursos econômicos, sociais e de poder. Salários menores e minoria política (...) (panfleto Com todo amor dessa vida: prevenção das DST, HIV e AIDS, Coletivo Feminino Plural)

c) Violência de gênero contra a Mulher

O sistema de gênero não apenas inviabilizou a participação da mulher na esfera pública, subordinando, com isso, sua cidadania à cidadania masculina, como também tornou a mulher objeto de pertencimento dos homens. A partir do momento em que se instituiu a propriedade privada e se colocou nela a mulher combinada com a fidelidade no casamento, caso contrário filhos bastardos poderiam colocar em risco a posse sobre a propriedade, a própria mulher foi considerada propriedade do homem. A construção dos papéis sociais de ambos os sexos vieram a se somar a essa concepção da mulher como propriedade, gerando um quadro no qual se esperam certas atitudes dos dois lados. Quando essas atitudes não ocorrem, gerando o que a ONG chama de quebra de expectativa, dá-se vazão a comportamentos que cobram, de alguma maneira, o papel social em questão. Esses comportamentos são, muitas vezes, violentos. Violência de gênero é, então, entendida pelo Coletivo Feminino Plural como comportamento referente a ambos os sexos.

Ocorre que, como a mulher é considerada propriedade masculina, essa cobrança é potencializada por um sentimento de domínio sobre a mulher, que a coloca numa situação de maior vulnerabilidade com relação ao homem. Ainda que não negue, a partir do conceito de violência de gênero, que possa existir comportamentos violentos de mulheres sobre homens, o contrário merece maior destaque e tratamento, pois o que está em jogo não é apenas uma quebra de expectativa, mas uma quebra de expectativa por parte de alguém que está em poder de outra pessoa. A violência contra a mulher é, então, trazida à baila e qualifica o sujeito que sofre com a quebra do descumprimento de seu papel: “violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (DAGORD, 2006, p.17). A ONG complementa a asserção ao afirmar que, segundo essa convenção, “a violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais e limita total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades” (DAGORD, 2006, p. 16). Segundo a ONG, apesar de o assunto ser mais discutido hoje do que há décadas atrás, desenvolvendo-se estudos, ações práticas e debates sobre o tema, ela ainda é um dos problemas mais graves do Brasil, sendo enquadrado como problema de saúde pública, que esbarra na cultura e nos costumes patriarcais que insistem em invisibilizá-la na esfera pública. Aqui novamente a cultura e os costumes são mobilizados pelo sistema de gênero para fazer com que a violência contra a mulher seja uma questão que

raramente “aparece nos diagnósticos e na assistência dos serviços de saúde, apesar da magnitude e das importantes repercussões do fenômeno nas condições de saúde de toda a população” (Informativo da campanha Ponto Final na Violência contra as Mulheres e as Meninas Coordenação Geral Rede Feminista de Saúde, RHEG, AGENDE e Coletivo Feminino Plural).

d)A impossibilidade do livre exercício da sexualidade feminina

Mitos e tabus persistem quanto à sexualidade feminina, pois esse é um campo altamente reprimido pela educação, família e religião. Entre os muitos mitos, a da heterossexualidade como regra; da fidelidade do casamento; a da hierarquia nas relações; à supremacia do desejo do homem sobre o da mulher; sobre a negação do prazer como direito das mulheres (Panfleto Com todo amor dessa vida; prevenção das DST, HIV e AIDS, Coletivo Feminino Plural).

A citação acima já diz da consequência do sistema de gênero sobre o corpo da mulher: a retirada de seu corpo como propriedade sua. A mulher é propriedade do homem, portanto do homem também é a propriedade sobre seu corpo. A figura masculina pode ser entendida como o homem indivíduo ou como o poder patriarcal sobre os corpos femininos: “em torno do corpo feminino se estabelece uma longa disputa, que já passou pelos palácios, pelas senzalas, e nos dias de hoje está na mídia, nas disputas religiosas e também nas políticas públicas; quem pode decidir sobre ele?” (Panfleto Nossos corpos, nossas, vidas, nossa saúde: pelo direito e a liberdade de decidir, Coletivo Feminino Plural, maio de 2008). Certamente essa decisão não cabe, hoje, às mulheres. A estruturação da sociedade a partir do patriarcado fez com que as mulheres não fossem concebidas como sujeitos de direitos para, ao invés disso, serem propriedades masculinas de âmbito privado, desempenhando papéis sociais que possuem implicações na esfera pública. Como coloca uma das coordenadoras da ONG, as mulheres, ao longo da história, sempre tiveram a questão da maternidade atrelada ao cumprimento de determinadas funções. No capitalismo, as mulheres geravam a mão-de-obra, hoje, geram os cidadãos.

Portanto, a partir do momento em que a mulher não possui domínio sobre seu próprio corpo, a sua própria sexualidade não lhe pertence. A valorização da virgindade ainda presente nos dias atuais, a valorização da fidelidade no casamento, o papel da mulher como reprodutora, ainda são heranças patriarcais, constantemente reproduzidas pela cultura e ensinadas pela educação. O exercício livre da sexualidade não é

permitido, sendo temas como aborto, uso de preservativos, doenças sexualmente transmissíveis e homossexualidade ainda tabus na sociedade, que dificultam, inclusive a possibilidade de melhorias na saúde feminina.

e) Saúde da mulher no sistema de gênero

Por fim, o peso que o sistema de gênero representa na vida das mulheres pode ser sentido na saúde feminina e observado na quase ou total invisibilidade que ela possui em âmbito público. A figura da mulher como mãe, função patriarcal ainda predominante, faz com que o termo “saúde da mulher” tenha uma correspondência quase que imediata ao termo “saúde da mulher grávida”. Assim, os serviços de saúde e as discussões públicas se desenvolvem muito em temas que possuem vinculação direta com o sistema reprodutor feminino no que tange às ameaças de alguma função biológica estar em risco e pouco em temas que fogem dessa dimensão materna.

A violência contra a mulher é enquadrada como problema de saúde pública, a feminização da AIDS como fenômeno crescente no Brasil, o aborto – talvez o tema mais polêmico de todos - como também uma questão de saúde pública e a educação sexual, como algo que está fora de cogitação para jovens, meninas e meninos. Nenhum desses assuntos é devidamente tratado pelo Estado, sendo que esse carece de políticas públicas nesse sentido, e enfrentado pela sociedade como algo machista, algo que está assentado sobre uma desigualdade de poder entre homens e mulheres. A alienação do próprio corpo determina, para as mulheres, uma vida desprovida de prazer, de realização sexual, de livre expressão sexual, reservando para elas o lugar de mães e esposas fiéis. Sobre o papel de mãe, a organização coloca que, desde a adolescência homens e mulheres aprendem o que a sexualidade lhes reserva: “Os meninos ficam com o prazer, as meninas com os bebês que surgem dos relacionamentos” (Panfleto Meninas e Jovens Construindo a Cidadania, Coletivo Feminino Plural). Por fim, destaca-se a fala de uma das coordenadoras a respeito da sexualidade, que reflete a visão da ONG:

“Então, me parece que você aproximar os tempos hoje, você trazer as legislações, trazer a cultura, trazer a transformação no campo das ideias, as transformações sociais sobre o papel e o lugar da mulher na sociedade nos dias de hoje, para os dias de hoje, me parece que é um enorme desafio. Que as mulheres de hoje, que tão aí, querendo ter autonomia nas suas decisões, querendo ocupar um lugar paritário na sociedade. Acabar com toda a forma de restrição nos campos públicos e privados, na esfera da vida privada e da vida pública, né, não combina com as regras que a sociedade tenta impor pra nós. É algo que parece fora de ordem, fora de ordem, né. E você, uma menina de vinte e poucos anos, né, tem o seu corpo controlado por regras de

quinhentos anos atrás, mil anos atrás” (Carmen, Coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

5.1.2 Quadros interpretativos de prognóstico

Nesta sessão serão apresentados os quadros interpretativos de prognóstico da ONG Coletivo Feminino Plural. Tais quadros consistem no projeto alternativo da organização ao diagnóstico apresentado pela mesma com relação à situação atual das mulheres. Assim como no caso do Movimento de Mulheres Camponesas, o prognóstico do Coletivo Feminino Plural será apresentado a partir dos objetivos da organização e das estratégias apontadas para alcançá-los. Antes, porém, recapitular-se-ão os principais pontos do diagnóstico para, então, apontarmos o prognóstico da organização.

A sociedade brasileira está estruturada a partir de um sistema baseado na diferenciação entre o gênero masculino e feminino, atravessado pelas diferenciações de raça/etnia, condições sócio-econômicas e outras utilizadas como meios para aumentar a desigualdade entre homens e mulheres. Ambos os gêneros são culturalmente construídos a partir da diferenciação biológica entre os sexos masculino e feminino, atribuindo a essa diferenciação características sociais que caberiam a homens e mulheres; processo que se inicia com o surgimento da propriedade privada. Ocorre que essas características não demarcaram apenas diferenças entre homens e mulheres, mas assimetria de poder entre os sexos, uma vez que as diferenças foram usadas como desigualdades estabelecidas entre homens e mulheres em todas as esferas da vida, nas quais as mulheres ficaram em desvantagem, significando essa desvantagem opressão. Isso significa dizer que tanto no âmbito privado quanto no público, as mulheres encontram-se “desempoderadas”, não participando da estruturação política da sociedade, da construção cultural da sociedade e, até mesmo, da construção subjetiva do ser mulher. Com isso, as mulheres, no sistema de gênero, não são consideradas sujeitos autônomos; são consideradas sujeitos de segunda ordem que possuem suas existências atreladas às funções que socialmente cabem a elas desempenhar, todas elas possuindo o homem como centro, daí as definições de “mulher” a partir dos termos “mãe” e “esposa”. A violência sofrida por ela é consequência dessa diferenciação de papéis sexuais e consideração da mulher como propriedade masculina.

Ora, essa falta de participação na política, na cultura e na subjetividade atreladas à consideração da mulher como sujeito secundário têm implicações graves para o sexo feminino. A invisibilidade das mulheres na política e, com isso, no Estado, a perpetuação de uma cultura patriarcal que se alastra através instituições políticas e

sociais são combinadas com a falta de autonomia feminina no âmbito privado, já que elas são consideradas mães e esposas sempre prontas a servir aos filhos e ao marido, resultando na subjetivação de uma mulher que existe sempre para o Outro, nunca para si mesma. O próprio corpo feminino é, então, apartado da mulher, constituindo como terreno sobre o qual se estabelecem disputas entre vários atores, sem que dessa disputa participe a própria mulher. Invisibilidades política, cultural, social e subjetiva são, portanto, constantes no sistema de gênero – ou sistema patriarcal –, que atravessam a vida das mulheres há gerações e faz com que elas sejam sempre oprimidas por aqueles que, sobre seus corpos, constroem leis e costumes baseados na opressão. O Estado, apesar de já possuir algumas mudanças com relação a essa condição vivida pelas mulheres, não consegue transpor as barreiras de uma cultura patriarcal, que ainda o impregna com concepções machistas. É a esse quadro que o Coletivo Feminino Plural acena com respostas; a elas, portanto.

Objetivos gerais

Se é o sistema de gênero o principal responsável pela condição de inferioridade das mulheres, é necessário atacá-lo visando à superação desse sistema. Na medida em que ele se manifesta nos espaços políticos, nas leis e nos costumes, é a eles que a organização se volta para traçar um projeto alternativo de forma a fazer com que as diferenças sexuais não signifiquem desigualdades de gênero. Assim, é possível afirmar que, em linhas gerais, o Coletivo Feminino Plural trabalha pela desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres e, com isso, pela equidade de gênero, pelo empoderamento das mulheres – outrora desempoderadas –, e pela inserção das mulheres nas instâncias decisivas da e para a sociedade. Isso significa que, tanto as instituições políticas quanto as sociais, precisam sofrer um processo de “feminização”, ou seja, de dar visibilidade e respostas à condição feminina de oprimidas e à necessidade de superação de tal condição. Os desdobramentos dos objetivos da organização, portanto, atingem as instituições políticas, sociais e as próprias mulheres enquanto sujeitos *per se*, que serão vistos no próximo ponto.

Estratégias gerais e sujeito da luta

As estratégias gerais para tais objetivos desde a necessidade de se fazer presente em instituições sociais e políticas, fazendo com que a ONG tenha canal direto com o Estado brasileiro, até o empoderamento das mulheres, necessário para que elas se fortaleçam e possam também ocupar esses lugares institucionais vistos como legítimos e necessários para a superação do patriarcado. Além disso, o empoderamento possibilita às mulheres identificarem e enfrentarem as opressões de gênero que sofre. As estratégias gerais, portanto, orientam-se tanto para a transformação do Estado, quanto para a transformação pessoal das mulheres. Antes de avançar para a pormenorização dos objetivos e estratégias, uma questão ganha relevo nessa exposição de objetivos e estratégias gerais, a saber, o sujeito da luta pela superação do sistema patriarcal em direção ao sistema de gênero.

Segundo a organização, “o **Coletivo Feminino Plural** é uma entidade não governamental criada em 1996, pelo desejo de um grupo de mulheres de compartilhar o mesmo espaço para a defesa dos direitos humanos e cidadania de mulheres e meninas” (panfleto Meninas e Jovens Construindo a Cidadania, Coletivo Feminino Plural), o que nos leva a identificar o sujeito da luta para a ONG: as meninas e mulheres em geral. Embora a asserção não afirme que são essas mulheres que devem lutar diretamente pela concretização desses objetivos, elas estão implicadas para que eles sejam alcançados, constituindo-se, assim, em sujeitos necessários para a luta, em sujeitos da luta das mulheres. Como esses sujeitos serão mobilizados é um assunto que faz parte das estratégias e ações da organização. Nota-se, ainda, que diferentemente do Movimento de Mulheres Camponesas, o Coletivo Feminino Plural não faz qualquer recorte que defina uma subcategoria dentro da categoria “mulher”. Embora exista um recorte geracional, meninas e mulheres, esse recorte ainda preserva, quando trabalhado em conjunto, a totalidade das mulheres, o que não ocorre na primeira organização, que coloca como sujeito da luta de libertação das mulheres as mulheres da classe trabalhadora e, no caso específico do MMC, as trabalhadoras camponesas. Assim, os universos de uma e de outra organização são distintos, possuindo o Coletivo Feminino Plural maior abrangência social nesse aspecto. Por outro lado, vale salientar que o recorte geracional encontrado na ONG não foi encontrado no MMC. Dito isso, passemos ao detalhamento dos objetivos e estratégias da organização.

As convenções e tratados internacionais – enfraquecendo o sistema

A formação e continuidade do Estado não contou e hoje conta pouco com a participação das mulheres. Esse fato se reflete na invisibilidade das mulheres não apenas nas instâncias decisórias, mas na ausência da questão da opressão sobre as mulheres nas próprias leis que regem o Estado. Por isso, faz-se necessário transformar essa situação legal e, para isso, as convenções e tratados internacionais firmados a partir da ótica feminista são, para o Coletivo Feminino Plural, de fundamental importância para a transformação das leis brasileiras. Se, de um lado, há a invisibilidade das mulheres quanto a questões fundamentais para a participação social, como a cidadania, p. ex., ou para a garantia da própria vida, como é o caso da violência contra a mulher, de outro, quando as mulheres são visíveis, é sob a ótica conservadora de uma sociedade baseada no patriarcado, refletida na legislação referente, por exemplo, ao aborto.

Apesar da participação do movimento feminista na elaboração da Constituição de 1988⁴⁶, da qual, inclusive, mulheres que fundaram a ONG participaram, e de algumas conquistas obtidas pelas mulheres, para o Coletivo Feminino Plural o Brasil ainda tem muito que avançar no próprio cumprimento da Constituição, assim como no cumprimento de outros documentos do qual é signatário.

É justamente nessa tentativa de pressionar o Estado brasileiro que surge um dos objetivos e estratégias da organização, mais tarde combinado com a consequente tentativa de responsabilização do Estado com relação à situação das mulheres: o apelo às convenções e aos tratados internacionais. Conforme a ONG, “na ausência de legislação nacional, as normativas internacionais, como as Convenções, têm sido importantes instrumentos para o reconhecimento da violência contra a mulher, o que nos leva a enfatizá-las e pedir pela sua aplicação”⁴⁷ (NEGRÃO, 2006, p.29). Desde a década de 1970, com a declaração do Ano Internacional da Mulher pela ONU, as feministas já participavam desses momentos de convenção que acabaram gerando uma movimentação e organização feminista. As fundadoras da ONG já acompanhavam, naquela época, essas movimentações e debates, lançando mão desses instrumentos na suas elaborações e ações.

⁴⁶ Como é o caso do já citado *lobby* do batom.

⁴⁷ CÉSAR e CHAGAS, 2006, p. 29. In: *Violência contra a mulher: as políticas públicas de âmbito municipal/ organizado por Télia; ilustrado por Vit Nuñez. – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006.*

Há quatro convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) que servem de referência para a organização, sendo que o Coletivo Feminino Plural possui participação direta nas discussões da ONU por possuir uma de suas coordenadoras como representante brasileira nesse organismo. As convenções são: CEDAW, considerada “a mais importante legislação internacional voltada aos direitos da mulher, pois os vê em todas as dimensões de sua vida”⁴⁸ (NEGRÃO, 2006, p.30); a Conferência do Cairo (1993), que reconheceu os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, a Convenção de Direitos Humanos de Viena (1994), que coloca mulheres e meninas no contexto dos direitos humanos; a Convenção de Belém do Pará (1995), que afirma ser a violência contra a mulher uma violação aos direitos da mulher, e, por fim, a Conferência de Beijing (1995), que:

elencar 12 esferas de atuação como prioritárias para a promoção da mulher: pobreza, educação, capacitação, saúde, conflito armado, economia, poder e participação no processo decisório, mecanismos institucionais para assegurar a igualdade de gênero, direitos humanos, mídia, meio ambiente, meninas e violência contra a mulher (NEGRÃO, 2006, p.30)⁴⁹.

A importância dessas convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário podem ser resumidas em, pelo menos, quatro pontos: (i) fornecimento de embasamento teórico para o movimento feminista, (ii) fomento da discussão acerca do feminismo em nível nacional e internacional, (iii) comprometimento dos Estados signatários com a pauta feminista, (iv) elaboração de ações práticas⁵⁰ em direção à equidade de gênero.

Com isso, as convenções internacionais representam, para a organização, momentos privilegiados para trazer à tona discussões acerca da condição social da mulher a partir de uma perspectiva feminista, bem como responsabilizar os Estados a se comprometerem e atuarem em prol da equidade de gênero. Assim, para o Coletivo Feminino Plural, participar das conferências internacionais, influenciando-as, significa incidir sobre o Estado brasileiro para que este se comprometa com a agenda feminista; daí essas conferências serem de importância central para que as leis “arcaicas” do país

⁴⁸ CÉSAR e CHAGAS, 2006, p. 30. In: Violência contra a mulher: as políticas públicas de âmbito municipal/ organizado por Télia; ilustrado por Vit Nuñez. – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Embora o termo *ações práticas* pareça redundante, optou-se por sua utilização para enfatizar o caráter das deliberações dessas convenções. Estas consistem não apenas em apontamentos gerais sobre como os Estados devem voltar seus olhos para as questões de gênero, mas que medidas devem tomar para que isso se efetive.

possam dar lugar às novas leis que devem ser criadas para superar o patriarcado ainda vigente na sociedade. Como coloca a organização, (...) “se a forma como foi construído e mantido o sistema de gênero serve para impedir a plena participação da mulher na esfera pública é certo que já estão dadas as condições para viabilizar as transformações almejadas” (PRÁ, 2006, p. 51). sendo estas condições o movimento feminista organizado e as Conferências Internacionais promovidas pela ONU.

Das conferências internacionais à responsabilização do Estado

Ser o Brasil um país signatário, pressionado pelo movimento feminista organizado, no qual se insere a ONG em questão, significa estar o país comprometido com transformações feministas, objetivo da organização, uma vez que, conforme diagnóstico apresentado na sessão X, o Estado foi formado a partir de um sistema de gênero que excluiu as mulheres da esfera pública, embora as decisões sobre seus corpos e possibilidades políticas ficassem desse sistema. Assim, é preciso destituir o Estado dessa marca de gênero que serve como fator de discriminação das mulheres, sendo, por isso, fundamental que o próprio Estado assuma esse compromisso. As Conferências, então, podem ser consideradas não apenas como objetivo da organização, mas também como estratégia para fazer com que exista a responsabilização do Estado com as pautas feministas. Para a “organização o engajamento das diferentes instâncias do poder público nas questões pertinentes à situação das mulheres mostra-se indispensável para garantir às brasileiras o direito a uma vida livre de exclusões, discriminações e violência” (PRÁ, 2003, p. 51).

Além das conferências internacionais, as políticas públicas são apontadas como elemento estratégico para impulsionar essa responsabilização e transformação do Estado a partir da perspectiva feminista. Nesse sentido, o Coletivo Feminino Plural aponta que não apenas devem existir políticas públicas voltadas para as mulheres, mas que essas próprias políticas sejam elaboradas com a participação da sociedade, principalmente da sua parcela feminina, fomentando, com isso, o protagonismo, na esfera pública, das mulheres. Em verdade, as políticas públicas aparecem em muitas das asserções da organização como de extrema importância para se enfrentar diversas situações por que passam as mulheres, como é possível verificar, mais adiante, no campo da cidadania, violência, contra a mulher, saúde e sexualidade, sendo, portanto, consideradas elemento central da estratégia geral da organização:

No Brasil o movimento de mulheres luta pela concretização da Plataforma Feminista, documento elaborado pelas brasileiras com vistas à superação das injustiças de gênero e das discriminações quanto à raça e etnia, idade, e condições específicas vividas.

Estes objetivos dependem de políticas públicas responsáveis, definidas com a participação das mulheres, não mais meras beneficiárias, mas, antes disso, protagonistas. (panfleto 10 Anos de Coletivo Feminino Plural, elaborado em março de 2006, Coletivo Feminino Plural).

Superação da cidadania de segunda ordem

O compromisso do Estado com os direitos das mulheres compreendidos no rol dos direitos humanos e com políticas públicas destinadas a elas possibilitam a superação de outro problema gerado pelo sistema de gênero: a cidadania de segunda ordem. Se a esfera pública foi construída e ainda perdura como espaço majoritariamente masculino, a responsabilização do Estado faz com que, aos poucos, tal espaço configure-se como arena de inserção feminina. Atentar para os direitos das mulheres e trabalhar para sua efetivação alça a mulher à condição de sujeito portador de direitos políticos e sociais a partir da sua própria condição de mulher, o que não ocorria no cenário anterior.

Assumir os direitos das mulheres como direitos humanos significa qualificar o elemento humano ou atribuir sexo à humanidade. Se antes esses direitos eram pensados a partir do homem, agora a mulher entra em cena, trazendo consigo as especificidades do sexo feminino. A violência contra a mulher, grave violação dos direitos humanos, os direitos sexuais e reprodutivos, as condições das mulheres no mundo do trabalho e até mesmo o reconhecimento do trabalho feito na esfera privada como trabalho passam a integrar as discussões e a agenda do Estado no que tange à garantia de tais direitos. Com isso, não mais à mulher se atribuem direitos numa relação mediada pelo homem, mas de maneira direta. Ora, uma vez que a cidadania está diretamente vinculada aos direitos, na relação de bi-implicação cidadão-Estado, ser a mulher sujeito autônomo possuidor de direitos é ser ela também uma cidadã autônoma, isto é, uma cidadã de primeira ordem. Logo, ter por objetivo influenciar nas conferências e tratados internacionais para que assim o Estado seja pressionado a cumprir com as medidas dos quais é signatário desencadeia um processo de responsabilização da esfera pública com relação às

mulheres que traz consigo a redefinição da cidadania dessa parcela da população brasileira.

Estratégias para superar a cidadania de segunda ordem

Com relação às estratégias para a superação da cidadania de segunda ordem da mulher estas passam pelo empoderamento, pelo incentivo à participação em mecanismos institucionais, formais ou informais e pelo acesso e utilização de políticas públicas por parte da mulher. Este último ponto requer, das políticas públicas, que elas sejam elaboradas com a participação da mulher, pois, segundo a organização “a cidadania das mulheres é assegurada quando as mulheres saem da condição de beneficiárias para protagonistas”⁵¹ (NEGRÃO, 2006, p.13). O protagonismo feminino é, então, condição necessária para que a cidadania feminina possa ser exercida de forma plena, alinhando-se ao reconhecimento dos direitos da mulher enquanto direitos humanos e do comprometimento do Estado com a garantia e promoção dos mesmos. A outra parte do reconhecimento fica a cargo da sociedade, tendo esta que ser trabalhada para que faça do patriarcado um passado superado. Sobre isso uma das coordenadoras afirma que:

“(...) considerava e considero até hoje que embora as políticas públicas não sejam o que libertam as mulheres elas criam as condições pra que as mulheres na medida em que possam sofrer menos violações aos seus direitos humanos elas possam ter uma cidadania mais plena. Então eu sempre trabalhei nessa perspectiva das políticas públicas” (Carmen).

Do Estado à sociedade: a problematização da cultura machista

Saindo da responsabilização do Estado como objetivo para a superação do sistema de gênero, o Coletivo Feminino Plural adentra a esfera da cultura, dos costumes e da educação para que outro de seus objetivos seja cumprido: a desconstrução das discriminações e desigualdades. Uma vez que o Estado não está apartado da sociedade, esta tem influência sobre aquele e de nada adiantaria a existência de leis avançadas no que tange à equidade de gênero se esse avanço não pudesse ser vivenciado em sociedade. Na verdade, pelas colocações da ONG, provavelmente tais leis não existiriam se não fossem trabalhados os sujeitos que fazem parte do Estado enquanto

⁵¹ NEGRÃO, Télia. (Org) Coletivo Feminino Plural. Violência contra a mulher: as políticas públicas de âmbito municipal. Ilustrado por Vit Nuñez. – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006).

governo. A organização coloca-se, então, a tarefa de “superar os padrões culturais calcados na supremacia do poder masculino e patriarcal” (panfleto 10 anos de Coletivo Feminino Plural, elaborado em março de 2006, Coletivo Feminino Plural), adentrando o campo lento das transformações históricas e culturais dos papéis de gênero.

Estratégias

Uma das estratégias para superar esses padrões consiste na conquista da igualdade de direitos, o que possibilitaria respeito e poder às mulheres. A participação política das mulheres nesse processo, ocupando espaços de decisão e poder, já significa em si uma ruptura com esses padrões, sendo necessário estimulá-las.

Outra estratégia adotada pela organização diz respeito ao sujeito de luta, que agora pode ser desvelado na sua intencionalidade. Trabalhar com meninas possibilita à organização desconstruir os padrões patriarcais desde cedo, ou seja, ampliar o escopo geracional com o qual trabalha, pois que, como afirmado no diagnóstico, a cultura machista se reproduz de geração a geração. A estratégia é, então, empoderar meninas para que elas já possam romper, desde cedo, com seu papel atribuído histórica e culturalmente:

“Então acho que conseguir fazer esse diálogo, e é isso que a gente busca, de ter acesso, de levar esse empoderamento pra essas meninas. Acho que isso é uma forma de plantar uma sementinha. Talvez a gente não esteja ali combatendo a violência doméstica, mas a gente tá plantando uma sementinha pra aquela menina que daqui a pouco tá vendo alguma coisa dentro de casa e não necessariamente ela vai reproduzir, se ela não tivesse acesso àquilo que a gente tem a oferecer e a trocar principalmente, porque é sempre uma troca, talvez ela não fosse pensar nisso, ou refletir” (Roberta, Coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

Não apenas ela enquanto indivíduo se beneficia, como também as outras meninas, meninos e demais pessoas com quem se relaciona.

A superação da violência de gênero contra a mulher

Com relação à violência de gênero sofrida pela mulher, os objetivos vão ao encontro da superação das desigualdades existentes entre homens e mulheres, incluindo-se aí a superação dos padrões culturais do sistema de gênero. Embora, novamente, a organização aponte para melhorias nesse tema (lei Maria da Penha, criação das delegacias especializadas no atendimento à mulher), as políticas públicas precisam ser

melhoradas para o enfrentamento a esse tipo de violência e até para sua erradicação. Nesse ponto é importante recobrar a responsabilização do Estado com relação à garantia dos direitos das mulheres, sendo ele peça fundamental nesse enfrentamento.

Com relação às estratégias, essas vão no sentido de dar visibilidade ao problema, “denunciando e colocando na agenda pública essa situação, responsabilizando os homens e exigindo uma resposta tanto da sociedade quanto do poder público” (DAGORD, 2006, p. 16). A pressão sobre o Estado aqui é fundamental e traz consigo outra estratégia, a saber, o monitoramento do cumprimento dos tratados e convenções, monitoramento da Plataforma de Ação Mundial para a Mulher (Beijing, 1996).

Respeito aos direitos sexuais e reprodutivos

Uma das importantes conquistas fruto das conferências e convenções da ONU foi a separação entre reprodução e sexualidade, gerando dois tipos de direitos que acabam por liberar as mulheres do papel obrigatório de mães. Esses direitos são os direitos sexuais, “aqueles mais vinculados ao prazer, à liberdade, à escolha de parceiros/as, e os direitos reprodutivos, vinculados à possibilidade de escolher quando, como, com quem e em que circunstância se quer ter ou não ter filhos” (panfleto Nossos corpos, nossas vidas, nossa saúde: pelo direito e a liberdade de decidir, Coletivo Feminino Plural, maio de 2008). Separar a sexualidade da reprodução oportuniza às mulheres relacionarem-se da forma que quiserem, com quem quiserem e com a finalidade que quiserem, dando, assim, autonomia às mulheres sobre seus corpos. Essa autonomia é reforçada pelos direitos reprodutivos, que, ao invés de tornarem a maternidade obrigatória, a colocam no campo das escolhas por parte das mulheres. Ambos os direitos podem ser vividos em conjunto ou separadamente.

Porém, eles ainda não são respeitados pela sociedade e até mesmo pelo Estado. As leis restritivas ao aborto, a falta de políticas públicas em prevenção de DSTs, educação sexual e métodos contraceptivos, são exemplos dessa falta de respeito à autonomia da mulher. Assim, o objetivo da organização é fazer valer os direitos sexuais e reprodutivos. Nesse ponto o prognóstico a respeito da saúde se encontra com o prognóstico a respeito da sexualidade, sendo necessário romper com o sistema de gênero nos termos colocados nos direitos sexuais e reprodutivos para que a saúde das mulheres seja encarada livre de preconceitos machistas. As estratégias com relação a

esse ponto seguem o mesmo raciocínio dos pontos anteriores, como é possível notar na fala de uma das coordenadoras:

“(...) quem decide sobre o direito ao aborto é uma lei de mil novecentos e quarenta, do código penal brasileiro, né, que se baseia em conceitos de moral de quinhentos anos atrás, né, da família colonial brasileira, da família Real Portuguesa. Então tem um problema de tempos aí. Então vivemos tempos heterodoxos, tá. Nós temos seres da caverna convivendo com os astronautas no mesmo espaço. Nós precisamos juntar os tempos”.(Carmen).

A mistura de classes: produção de deslocamentos

Por último, mas não menos importante, está a questão sócio-econômica das mulheres. Como foi visto nos diagnósticos, o Coletivo Feminino Plural não faz um recorte de classe social no trabalho com as mulheres por causa do entendimento que, mesmo vivendo em condições sócio-econômicas distintas, tanto mulheres mais pobres quanto mulheres mais ricas sofrem a opressão de gênero. É necessário, portanto, trabalhar com todas. Porém, foi dito também que a ONG não ignora essa questão e é nos prognósticos, além das ações, que ela pode ser percebida com mais nitidez.

Em primeiro lugar, ao afirmar a necessidade de se lutar pelos direitos das mulheres, excluídas da cidadania patriarcal, a ONG entende estar lutando, inclusive pelos direitos das mulheres mais pobres, uma vez que são elas a maioria da população pobre:

a luta por direitos proposta pelo feminismo se identifica com as lutas dos excluídos socialmente, das pessoas mais vulneráveis, com dificuldade em acessar as políticas públicas que garantem os direitos à saúde, educação e trabalho. Por sermos a maioria da população e a maioria dos que estão abaixo da linha da pobreza, nossa luta é redobrada (Escola Lilás de Direitos Humanos, 2011. cd room, p.15).

Lutar por melhores condições para a saúde das mulheres, pelo fim da violência contra a mulher, pelo respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, pela equidade de gênero, é lutar por melhorias na vida das mulheres que, por se encontrarem em maior situação de vulnerabilidade social, têm menos condições de enfrentarem esses problemas. Assim, esses objetivos são, também, objetivos das mulheres pobres, que precisam se empoderar para poderem exercer esses direitos.

Em segundo lugar, acessar mulheres das classes mais baixas é necessário para que o feminismo não fique encerrado na classe média, na academia e vá até a maioria da população pobre, que são as mulheres. Esse movimento é necessário para que o próprio feminismo se transforme, absorvendo as demandas dessas mulheres e não seja taxado

como algo para brancos de classe média, o que iria contra os objetivos da organização, que pretendem, justamente, libertar todas as mulheres. Sobre isso, uma das coordenadoras, quando perguntada por que desenvolver ações com mulheres pobres, afirma que:

“Eu acho que, aquilo que eu te comentei antes, aquilo do feminismo ser centrado muito numa lógica individualista, lógica de classe média e não acessar outras mulheres que são muitas vezes a maioria, a massa, né, em termos numéricos da população, que são as mulheres de classe populares. Então acho que ter acesso a essas mulheres vai mostrar uma crítica ao feminismo, que o feminismo não é centrado em si e acima de tudo ele não é sexista.” (Roberta).

Assim, o feminismo se coloca como alternativa a todas as mulheres e sai do papel para se transformar em teoria viva, em teoria enquadrada nas dinâmicas sociais.

5.1.3 Quadros interpretativos de motivação

Os quadros interpretativos de motivação do Coletivo Feminino Plural transitam por um universo em que a figura que é mobilizada é a figura da mulher sem qualquer traço distintivo, salvo quando se faz referência a outros sistemas que não o de gênero. As falas e linguagem escrita usam a palavra “mulher”, no singular ou no plural, vinculada aos termos “direitos humanos”, “cidadania”, “voz”, “política”, enfim, termos que remetam ao empoderamento, outra palavra bastante mobilizada pela organização. Porém, se no MMC, é vista sempre a figura da mulher como uma figura coletiva, formada pela organização de muitas mulheres, na ONG a figura da mulher já faz referência a outro elemento bastante mobilizado: o corpo.

O corpo feminino está sempre presente nas imagens e falas da organização, sendo as expressões “autonomia sobre o corpo”, “direito ao próprio corpo”, “meu corpo me pertence”, “prazer” e “viver a sexualidade” expressões que a ele se conectam. “Nossos corpos, nossas vidas, nossa saúde”, já diz uma frase utilizada pela organização. A figura da mulher é, então, conduzida ao corpo individual feminino, ligando-o, também, ao empoderamento. As questões relacionadas ao prazer e à sexualidade convidam as mulheres a pensarem sobre seus próprios corpos como terrenos que precisam ser apropriados por elas para que então seja possível a transformação social. No campo simbólico da ONG, orbita, então, esse corpo que, desnudo, está pronto para ser explorado. Esse corpo, porém encontra em outros corpos parceiras, vindo daí termos

como “fortalecer a luta das mulheres”, “unir as mulheres”, “lutar pelo direito das mulheres”.

Quanto ao sistema de gênero, os termos associados a ele vão no sentido de imposições, de regramentos, de opressões que se abatem sobre as mulheres, de construções machistas milenares que se abatem sobre as mulheres. Aí os termos utilizados, para superá-lo, são aqueles no sentido de desconstruir esse sistema, desconstruir as formas patriarcais, desconstruir a cultura machista. No caso do MMC eles se associam mais à ideia de ruptura, de quebra.

Com relação à linguagem, ela varia conforme o espaço em que a organização se coloca. De termos mais simples a termos mais técnicos, a ONG adapta a linguagem ao público com o qual trabalha, possuindo, nesse sentido, um escopo maior do que o MMC.

Por fim, assim, como a organização camponesa, o Coletivo Feminino Plural, se utiliza do espelho de Vênus e da cor lilás, ambos tidos como símbolo do movimento feminista. A forma como o espelho de Vênus, símbolo da ONG, está desenhado remete à ideia da desconstrução do sistema de gênero. O símbolo, desenhado na cor roxa, parece ter sido feito a partir de uma pincelada, dando a impressão de uma pintura à mão. O que está pintado é o símbolo que carrega a equidade de gênero entre homens e mulheres, a qual o sistema patriarcal deve dar lugar.

Síntese dos quadros interpretativos das organizações

As diferenças de enquadramento das organizações podem ser percebidas a partir das diferenças entre os *master frames* das mesmas. Partir o MMC da concepção de que o Estado serve à burguesia e que esta estruturou a sociedade segundo um sistema patriarcal-capitalista, sendo necessária a revolução para a libertação das mulheres, faz com que a organização enquadre a questão da superação da condição social da mulher a partir da superação do sistema capitalista. Porém tal superação não ocorre sem um conjunto de medidas necessárias ainda dentro do sistema capitalista para que seja possível às mulheres lutarem em condições de igualdade com os homens pela transformação da sociedade. O Projeto Popular para o Brasil surge, então, como horizonte da luta feminista.

Por outro lado, partir o Coletivo Feminino Plural de uma concepção de que o Estado é responsável por assegurar os direitos dos cidadãos, sendo necessário garanti-

los, bem como garantir espaços de atuação para essa cidadania, faz com que a organização lute pela garantia dos direitos das mulheres para o exercício de sua cidadania no Estado democrático. Tais direitos foram, desde a década de 1970 discutidos e finalmente enquadrados como direitos humanos, sendo a garantia destes necessária para a libertação das mulheres. No horizonte da transformação social ao invés do Projeto Popular para o Brasil, tem-se a garantia da cidadania de primeira ordem das mulheres, podendo ser exercida livremente, desde que assegurado seus direitos.

5.2 REPERTÓRIOS DE AÇÃO DO COLETIVO FEMININO PLURAL

Assim como no caso do MMC, os repertórios de ação do Coletivo Feminino Plural serão expostos, tornando possível o posterior estabelecimento de relações entre quadros e repertórios. A eles, portanto.

5.2.1 Tipos de Repertório

O repertório de ação do Coletivo Feminino Plural, ONG criada em 1996, pode ser dividido em três tipos, segundo seus eixos de atuação e público alvo. São eles: ativismo político, trabalho com atores governamentais e não governamentais e trabalho com mulheres e meninas.

Ativismo Político

O ativismo político pode ser compreendido como repertório no qual o Coletivo Feminino Plural procura propagandar o feminismo, colocando, para a sociedade e dentro do próprio Estado, temas que compõem essa agenda. A atuação do Coletivo Feminino Plural, aqui, é feita de forma direta, isto é, são as próprias integrantes que incidem sobre os espaços públicos enquanto organização, entrando, quando da atuação dentro do Estado, nas vagas reservadas à sociedade civil, ou, então, prestando um serviço de consultoria. As ações constantes que fazem parte do ativismo político são campanhas, atuação em fóruns, atuação no controle social de políticas públicas; consultoria para a implementação de leis, projetos e políticas públicas e, por fim, monitoramento de políticas públicas. Campanhas, atuação em espaços institucionais

abertos à sociedade civil, consultorias prestadas ao Estado e monitoramento de políticas, compõem, então, o repertório de ação da ONG nesse eixo.

Com relação às campanhas, merecem destaque a Campanha Dezesesseis Dias de Ativismo e a Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas. A primeira, desenvolvida internacionalmente desde 1991, sendo o Coletivo Feminino Plural, em 2002, responsável por encaminhar a campanha no Rio Grande do Sul, mobilizando o movimento feminista e as instâncias governamentais. O objetivo da campanha, segundo o site da organização, é buscar meios de enfrentar a violência contra a mulher, entendendo-a e reforçando-a como violação dos direitos humanos. As ações promovidas pela campanha foram o “monitoramento nos serviços de acolhimento de mulheres e meninas” (<http://www.femininoplural.org.br/campanhas.php>), seguido de debates sobre o tema.

Com relação à Campanha Ponto Final na Violência contra Mulheres e Meninas, ela é desenvolvida no Brasil desde 2010, sendo a ONG uma das entidades que estão na coordenação geral da Campanha, já tendo sido desenvolvida, conforme a ONG, em países da Ásia e África. A campanha, a partir do questionamento sobre a naturalização da violência contra a mulher, procura desenvolver ações e argumentos que visem desnaturalizar a violência, mostrando que é ela, pelo contrário, uma construção social. Nesse sentido é procurado, assim como na campanha anterior, fortalecer as redes de mulheres, em nível governamental e não governamental, para o enfrentamento desse tipo de violência.

A atuação em espaços institucionais se divide em atuação em fóruns e atuação em conselhos, esta última para se fazer presente no controle social de políticas públicas. Com relação aos fóruns, as coordenadoras apontam a presença no Fórum Municipal da Mulher, HIV/AIDS e do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, todos da cidade de Porto Alegre. Os fóruns se constituem como espaços reconhecidos de atuação das organizações da sociedade civil em parceria com o Estado, no intuito de fortalecer tanto os movimentos da sociedade civil quanto o Estado na resolução e combate aos problemas apontados pelos fóruns. Já a atuação nos conselhos é no sentido do controle social das políticas públicas, já que eles possuem caráter fiscalizador do município e/ou estado, e se dá pela participação nos conselhos de saúde, de direitos das mulheres e conselho de direitos humanos, este último tanto em nível municipal, quanto estadual.

As consultorias prestadas ao Estado vão ao encontro da ideia das ONGs enquanto consultoras técnicas para assuntos dos quais os governos precisam se apropriar para a implementação de instrumentos governamentais. Nesse sentido, O Coletivo atua como consultor para a aprovação de leis, elaboração de projetos e implementação de políticas, “emprestando” seu conhecimento e desenvolvendo pesquisas necessárias para esses objetivos. Aqui pode-se citar a pesquisa Gênero e Tabaco, desenvolvida em 2009 em parceria com outras organizações feministas. A pesquisa possui caráter nacional, sendo coletados dados em doze estados, que permitiram às organizações e Estado visualizarem o perfil da mulher fumante no Brasil, “contribuindo na elaboração de estratégias para a implementação de ações políticas de controle do tabagismo em nível nacional e deverão dar suporte a ações educativas e de divulgação de informações acerca do efeito do tabagismo no organismo das mulheres” (panfleto As mulheres e o tabagismo: uma nova questão na agenda feminista. Realização Rede Feminista de Saúde, parceria Coletivo Feminino Plural, NIEM UFRGS, maio de 2010). Há, também, uma pesquisa que trabalha com dados referentes à violência contra a mulher e à incidência da AIDS sobre essa parcela da população, promovendo “o monitoramento da inclusão da violência contra mulheres na resposta à AIDS no Brasil” (Sumário Executivo Mulheres Não esperam Mais. Acabemos com a AIDS e a Violência. Já. Coordenação Coletivo Feminino Plural e Gestos, p.1).

Trabalho com atores governamentais e não governamentais

Esse tipo de repertório pode ser compreendido como ações que a organização possui, mas que não partem da relação direta Coletivo Feminino Plural – Estado, no sentido de ser a ONG quem se posiciona, enquanto parte do movimento feminista, frente ao Estado para cobrá-lo, no que seria considerado um trabalho de cunho mais ativista, mas sim na mediação entre o Estado e a população. O Coletivo Feminino Plural atua na formação de agentes governamentais para que eles possam, a partir da compreensão da condição social da mulher, qualificar e até mesmo modificar os serviços e atendimento prestados à população. Dentro disso, a organização elabora projetos de formação para esses agentes, a exemplo do Projeto de Capacitação de Agentes de Instituições Governamentais e Não Governamentais de Cachoeirinha/RS, desenvolvido no ano de 2006 em parceria com a prefeitura do município, com vistas à capacitação desses agentes sobre a violência contra a mulher. Também foi desenvolvido

o Projeto Rede Menina, com o intuito capacitar agentes que atuam na prevenção da violência sexual contra meninas. A ONG atua, ainda, na capacitação de mulheres conselheiras em controle social da saúde da mulher.

Essa mesma lógica pode ser aplicada às capacitações que a ONG destina, não aos agentes governamentais, mas aos agentes não governamentais, sendo estes, em muitos casos, outras ONGs. A própria capacitação de conselheiras já faz parte desse espectro, uma vez que, nos conselhos, estão presentes o governo e a sociedade civil. Essas ações visam qualificar o movimento feminista no que tange ao conteúdo e prática das organizações, que ao Coletivo Feminino Plural recorre. Assim, consultorias, como a prestada para a Campanha Ponto Final na Violência Contra Mulheres e Meninas, cursos de elaboração de projetos sociais, sendo um desenvolvido em 2011 e “destinado a lideranças do movimento de mulheres e outros segmentos sociais que atuam contra o racismo, a homofobia, sindicalistas e ativistas em geral”⁵², e demais pedidos de formação que possam surgir do movimento feminista fazem parte desse tipo de repertório de ação. São comuns aquelas destinadas ao monitoramento e fiscalização de políticas, além das mais teóricas sobre os temas do feminismo.

Trabalho direto com mulheres e meninas

Por fim, o terceiro tipo de repertório da organização compreende o contato direto com mulheres e meninas que não fazem parte nem do aparato estatal, nem de organizações feministas ou não. O trabalho desempenhado aqui pode ser aproximado ao trabalho de base desempenhado pelo MMC no que diz respeito ao contato que as camponesas iniciam com as trabalhadoras rurais que não fazem parte da organização. Pensar em outras aproximações é, neste momento, precipitado, sendo limitada aí a comparação entre ambos os trabalhos.

A atuação do Coletivo Feminino Plural, na aproximação e trabalho com essas mulheres e meninas, se dá por meio da criação e execução, pela própria entidade, de projetos com a temática dos direitos humanos e cidadania de mulheres e meninas. Dentro disso, um leque de temas se abre, tornando possível uma variedade de projetos. Dentre eles estão: Meninas e Jovens construindo a Cidadania, Escola Lilás de Direitos Humanos, projeto A Um Passo da Liberdade (prevenção em saúde sexual e reprodutiva,

⁵² Disponível em: <<http://femininoplural.org.br/site/projetos/programa-2-fortalecimento-de-mulheres-para-o-exercicio-da-cidadania-e-direitos-humanos>>

DSTs e AIDS), Projeto O Tempo não Pára (ações criativas em prevenção entre mulheres do sistema prisional) Centro de Referência à Mulher Vítima de Violência (CRM), Projeto No Intervalo da Novela das 8, Programa Salto Alto (implementação de quatro projetos em capacitação de mulheres para o exercício da liderança e políticas públicas), Jovens Mães (oficinas de cidadania e direitos humanos) e Meninas Sabidas (oficinas de feminismo com acessibilidade digital).

Sobre essas ações, não se entrará num detalhamento maior para cada uma delas, pois aqui encontra-se um ponto-chave para esta pesquisa. Quando perguntadas sobre alguma ação que fosse “a cara da organização”, que carregasse, por isso, a identidade da mesma, as coordenadoras apontaram a Escola Lilás de Direitos Humanos como essa ação, utilizando, inclusive, o termo “carro-chefe” para descrevê-la. Como ela integra o repertório em questão, também sendo desenvolvida por meio da elaboração de projeto em termos de direitos humanos e cidadania, é ela a ação que será melhor detalhada, podendo, inclusive, evidenciar as *performances* do Coletivo Feminino Plural.

5.2.2 Parceiros nas ações

Inúmeros são os parceiros do Coletivo Feminino Plural nas suas ações. Como grande parte delas se realizam por meio de projetos e projetos precisam de financiamento, os apoios são procurados para que seja possível viabilizá-los. As campanhas, quase sempre de alcance nacional, também contam com diversas parcerias, pois há gastos envolvidos na produção de material, na mobilização de recursos humanos e na realização das ações. Soma-se a isso, a proposta de trabalho da ONG, que sempre procura atuar em redes, fortalecendo-se ao mesmo tempo em que fortalece os parceiros, principalmente outras organizações do movimento feminista.

Assim, as parcerias vão desde organismos internacionais de ajuda, geralmente aqueles que financiam ONGs, entidades governamentais, entidades do movimento feminista até associações comunitárias e de moradoras. Federações, institutos e núcleos acadêmicos também figuram entre as parcerias. A seguir, são apresentadas as ações desenvolvidas pela organização com seus respectivos parceiros.

- Campanha Ponto Final na Violência contra as Mulheres e Meninas: Coordenação geral - Rede Feminista de Saúde, Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE),

Coletivo Feminino Plural; coordenação regional – Red de Salud de las Mujeres Latinomaericanas y del Caribe (RSMLAC); coordenação local – Associação Comunitária Campo da Tuca, Maria Mulher, Themis, Coletivo Feminino Plural, Fórum Municipal da Mulhe; parcerias locais – Associação Comunitária Morro da Cruz (ACOMUZ), Áfricaamente centro de pesquisa resgate e preservação das tradições afrodescendentes, Associação Comunitária Campo da Tuca, Associação de Mulheres Unidas do Morro da Polícia; apoio - Oxfam.

- Rede Menina: patrocínio – Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente (AMENCAR), Kindernothilfe, SESC Cidadania; parceiros – Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Delegacia da Criança e do Adolescente (DECA), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA-RS), Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS), Prefeitura de Porto Alegre; apoiadores – Conselhos Tutelares, Fórum Municipal da Mulher de Porto Alegre, Regional RS da Rede Feminista de Saúde

- Projeto No Intervalo da Novela das 8: patrocínio – UNESCO, Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério da Saúde, Governo Federal. Contemplado em edital.

- Pesquisa Gênero e Tabaco (as mulheres e o tabagismo – uma nova questão na agenda feminista): realização – Rede Feminista de Saúde; parceria – Coletivo Feminino Plural, Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS)

- Projeto de Capacitação de Agentes de Instituições Governamentais e Não Governamentais de Cachoeirinha/RS – Violência contra a Mulher (as políticas públicas de âmbito municipal): Prefeitura de Cachoeirinha Coordenadoria Municipal da Mulher; patrocínio – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres Presidência da República; entidade executora – Coletivo Feminino Plural

- Campanha SOS de violência contra a mulher: Maria Mulher, Rede Feminista de Saúde, Ministério da Saúde governo federal, Coordenadoria Estadual da Mulher, Secretaria da Saúde governo do estado do Rio Grande do Sul

- Projeto Meninas e Jovens Construindo a Cidadania (período de realização de maio a outubro de 2009): apoio – Rede Parceria Social, Instituto da Mama do RS (IMAMA), lojas Renner; promoção - Coletivo Feminino Plural; parceria – Centro Infante-Juvenil Monteiro Lobato

- Projeto Meninas Sabidas: autofinanciado
- Projeto Jovens Mães (oficinas de cidadania e direitos humanos): parcerias – Centro Infante-Juvenil Monteiro Lobato, Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre.
- Escola Lilás de Direitos Humanos (nova edição, etapa trabalho com jovens da comunidade) Direitos das Meninas em Cena: realização – Coletivo Feminino Plural; apoio – Rede Feminista de Saúde; parcerias – Rede Parceria Social, Grupo CEEE, Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social governo do estado do RS, FIERGS, SESI, CREAS Restinga/Extremo Sul, CRAS Ampliado Restinga, Rede de Atendimento e Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente-Região 07/Restinga.
- Projeto A Um Passo da Liberdade: iniciativa – Coletivo Feminino Plural; parceiros – UNESCO, Ministério da Saúde governo federal, Governo do Rio Grande do Sul, Secretaria da Saúde do RS, Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS); apoio técnico – NIEM/UFRGS
- Projeto Salto Alto: apoio – Fundação Luterana de Diaconia
- Projeto Meninas e Meninos Desaparecid@s (O Direito de ser Encontrad@): financiado por Amencar/Comunidade Européia, Kindernohtilfe.
- Capacitação de mulheres/conselheiras em controle social da saúde da mulher: projeto da Rede Feminista de Saúde/Fnuap desenvolvido pelo Coletivo Feminino Plural desde 2003.
- Curso de Elaboração de Projetos Sociais: aliança – Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Federação dos Comerciários do RS.

5.2.3 “Alvos” das Ações

Ao se falar em “alvo”, quando o que está em questão é a ONG, não se pode considerar esse alvo como aquilo que deve ser combatido, denunciado, eliminado. Obviamente que a organização, ao realizar uma campanha ou uma capacitação para um grupo de meninas, denunciará o sistema de gênero, significando essa ação um enfrentamento. Porém, esse enfrentamento de cunho discursivo diz respeito ao inimigo e não ao alvo. A organização, ao se posicionar frente a seus alvos, os considera como algo do qual é necessário fazer parte para que ocorra o processo de transformação da

vida das mulheres. Assim, o Estado, alvo para o qual grande parte das ações do Coletivo Feminino Plural se volta, não é visto como elemento que representa entrave para a promoção da equidade de gênero e o consequente fim do sistema patriarcal, mas, pelo contrário, como elemento fundamental para potencializar a luta em prol das mulheres; mais do que isso, se constitui como condição *sine qua non* e uma das condições *per quam* tal objetivo será alcançado. O Estado democrático, promotor e garantidor dos direitos humanos e da cidadania, porém ainda assentado sobre bases patriarcais, o que lhe impede de agir plenamente nesse sentido, precisa mudar essas bases para que tal plenitude seja alcançada. Assim, ele se constitui como “alvo” para a organização, mas como algo do qual é necessário participar para que ocorram transformações, tanto do próprio alvo, quanto da sociedade. Obviamente que, a partir do momento em que a ONG se propõe a fazer o monitoramento de políticas públicas e do cumprimento ou não das medidas dos tratados e convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o não cumprimento das medidas ou a não correção nas políticas públicas são apontadas pela organização, porém tais apontamentos não possuem um caráter de denúncia *per se*, mas sim de denúncia para o aprimoramento. Dessa forma, mecanismos e espaços institucionais abertos a organismos não-governamentais são bem-vindos, pois são ferramentas em direção ao feminismo, na medida em que promovem uma transformação por dentro do Estado. Cabe, ainda, destacar que dentro dessa lógica ainda podem ser considerados como alvos os agentes públicos, que recebem capacitações em gênero e feminismo justamente no intuito de promover uma transformação na relação entre as pessoas que compõem determinado governo, como também dessas com a comunidade, com a sociedade.

A transformação por dentro do Estado, porém, deve vir acompanhada por uma transformação que se dê no âmbito privado e social. Daí se deriva o outro alvo da organização: a educação de mulheres e meninas. Dado que o patriarcado se mantém vivo, de geração em geração, a partir de uma educação patriarcal, é necessário romper essa cadeia para que ele não persista nas gerações futuras. As capacitações, formações em formato de oficinas que a organização oferece para mulheres e meninas, têm, então, o intuito de incidir sobre a vida particular das mulheres para que elas possam entrar em contato com o feminismo e, assim, mudar o seu cotidiano, promovendo maneiras de se relacionar mais próximas àquilo que o feminismo defende: equidade de gênero, respeito à diversidade, respeito às mulheres. O outro “alvo” é, então, as mulheres e meninas no que tange à reprodução da moral e dos costumes patriarcais. A Escola Lilás de Direitos

Humanos, carro-chefe da organização, é exemplar nesse sentido. A partir da promoção de formações nos temas de gênero e direitos humanos tanto para jovens universitárias, quanto para meninas de periferia, a organização procura desde cedo na vida dessas jovens mulheres apresentar uma alternativa ao patriarcado e a possibilidade de empoderamento e transformação dessa realidade. De acordo com uma das coordenadoras da ONG sobre a importância da Escola Lilás de Direitos Humanos:

“Acredito que temos que levar a questão dos direitos humanos pras mulheres, pras outras pessoas. enfim, acho que a sociedade tem que entender isso, sabe. Tem que saber valorizar, respeitar uma equidade de gênero, sabe (...) Acho que isso é uma forma de plantar uma sementinha. Talvez a gente não esteja ali combatendo a violência doméstica, mas a gente tá plantando uma sementinha pra aquela menina que daqui a pouco tá vendo alguma coisa dentro de casa e não necessariamente ela vai reproduzir, se ela não tivesse acesso àquilo que a gente tem a oferecer e a trocar principalmente, porque é sempre uma troca, talvez ela não fosse pensar nisso, ou refletir.”
(Roberta).

Por último, um terceiro alvo pode ser identificado: o próprio movimento feminista. Ao promover capacitações para organizações feministas poderem qualificar sua atuação, o próprio movimento se torna alvo. Porém esse alvo, tal qual o Estado, é aliado nos esforços de desconstruir os papéis sócias de gênero. Assim, o alvo possui uma dupla identidade: é alvo e parceiro.

5.2.4 Tipos de Reivindicações

As reivindicações do Coletivo Feminino Plural são, em sua grande maioria, bastante pontuais no que tange às propostas. Sendo dirigidas ao Estado e também ao movimento feminista, as reivindicações consistem num conjunto de medidas que precisam ser tomadas para que aquelas mais gerais - fim da violência de gênero, respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, equidade de gênero -, possam se efetivar. Assim, a ONG monta o que pode ser considerado uma espécie de programa de medidas para tornar possível a libertação das mulheres.

O cumprimento das medidas de que o Brasil é signatário nas conferências e convenções da ONU aqui já mencionadas, conjunto de metas necessárias para garantir os direitos das mulheres e a cidadania, são adaptados à realidade local e acrescidos com outras reivindicações julgadas importantes. Elas encontram-se divididas nos temas com os quais a ONG trabalha (saúde, violência contra a mulher, cidadania, sexualidade, direitos

humanos), sendo, por isso, facilitado transformá-las em questões pontuais. Importante dizer que a ONG não apenas reivindica, mas se coloca à disposição e atua para que muitas das demandas sejam atendidas.

Porém, se no conteúdo as reivindicações são de cunho mais específico, no sujeito para quem elas se destinam e em nome de quem elas se fazem é geral. Como poderá ser visto a seguir, as demandas colocadas pela ONG serve a qualquer mulher; mesmo aquelas referentes à raça/etnia e diversidade sexual são expressas em termos inclusivos. A seguir, são expostos alguns exemplos de reivindicações do campo da saúde retiradas do panfleto *Nossos Corpos, nossas vidas, nossa saúde: pelo direito e a liberdade de decidir* (Coletivo Feminino Plural, maio de 2008):

- Redução da mortalidade materna de forma a atingir as metas do milênio (redução em 75% até 2015) com o enfrentamento de todas as causas, incluindo o aborto inseguro, HIV e violência de gênero
- Revisão da legislação punitiva e restritiva ao aborto, pela descriminalização e legalização;
- Fim de todas as perseguições, indiciamentos e prisões de mulheres que fazem aborto ilegal;
- Atenção humanizada às mulheres em situação de abortamento;
- Garantia de planejamento familiar/reprodutivo com disponibilização de informações e métodos adequados e acessíveis a todas as adolescentes, jovens e adultas;
- Acesso à contracepção de emergência;
- Implementação dos serviços de atendimento às adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual e para o abortamento legal;
- Educação sexual não discriminatória e laica em toda a rede de ensino do país;
- Pré-natal de qualidade a todas as mulheres;
- Humanização do parto;
- Detecção precoce e tratamento de cânceres de mama e colo de útero a todas as mulheres;
- Implementação da lei Maria da Penha com interface na saúde da mulher
- Políticas de saúde sexual e reprodutiva que levem em conta diversidade étnico-racial e a agenda das mulheres negras e indígenas, bem como das mulheres lésbicas;

- Cumprimento de todas as Normas Técnicas do Ministério da Saúde que integram a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- Existência de políticas intersetoriais para redução das vulnerabilidades diversas (desigualdades de gênero e desigualdades sociais) presentes na feminização da AIDS (com todo amor dessa vida);
- Desenvolvimento de linhas de ação coletiva, de caráter intersetorial para a abordagem do tabagismo entre as mulheres, destituídas de estereótipos e preconceitos para com as pessoas tabagistas;
- Difusão de informações de qualidade voltadas para as mulheres como sujeitos de direito à saúde, independentemente de sua função reprodutiva.

6 INTERSECÇÕES ENTRE QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO: ONDE OS PRIMEIROS TOMAM FORMA NOS SEGUNDOS

Conforme mencionado no capítulo 2, quadros interpretativos e repertórios de ação possuem interfaces que merecem ser averiguadas no processo de mobilização e ação coletiva. Se no capítulo 2 tal interface era apenas teórica, pois que se estava a lidar com conceitos, neste capítulo pretende-se agregar à dimensão teórica a dimensão empírica para que fiquem evidentes os pontos nos quais os quadros interpretativos influenciam nos repertórios de ação. Para isso, serão analisadas a relação entre os quadros e os repertórios no interior de cada organização, assim como numa comparação inter-organizacional. Com isso, se espera elucidar a relação entre os dois conceitos, colocando os quadros interpretativos como elemento importante das análises sobre os processos de mobilização e ação coletiva.

6.1 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Por partir de uma leitura, baseada na ideologia socialista, de que o sistema capitalista se apropria, em determinado momento da História, do sistema patriarcal, constituindo-se, assim, um sistema patriarcal-capitalista, o grande inimigo a ser combatido pelas mulheres camponesas é o sistema capitalista. Para elas, isso não quer dizer que o fim do capitalismo significa, automaticamente, o fim do patriarcado, mas que a luta pelo fim do segundo não pode ser feita dissociada da luta contra o primeiro, uma vez que o capitalismo incorpora o patriarcado como um de seus elementos estruturantes. Daí que as referências ao sistema patriarcal, sistema anterior ao capitalista, venham sempre acompanhadas das referências ao sistema capitalista nos materiais do MMC, o que, em contrapartida, não se verifica nos materiais do Coletivo Feminino Plural.

No que tange à violência contra a mulher, a determinação desse inimigo implica em como as militantes vão trabalhar com as mulheres da base e que reivindicações e simbologias irão usar. As formações da organização sobre a violência sofrida pelas mulheres possuem, proporcionalmente, tempo maior destinado às violências mais identificadas com o capitalismo do que aquelas mais identificadas com o patriarcado (violências tipificadas na lei Maria da Penha). Em todos os documentos e cartilhas da

organização que tratavam do tema da violência, à violência patriarcal foram acopladas as violências de falta de recursos materiais para comer, falta de autonomia na produção de alimentos, violências contra o meio ambiente, violência na demora dos atendimentos de saúde, enfim, um leque de situações que fazem parte não apenas do cotidiano das trabalhadoras, como também dos trabalhadores rurais. O tema da violência específica contra as mulheres é mais trabalhado em termos da mercantilização do corpo feminino e “pincelado” no que diz respeito aos debates propriamente concernentes às violências tipificadas na lei Maria da Penha e à rede de atendimento especializada, que estão muito presentes, por outro lado, no Coletivo Feminino Plural. O MMC, no tema da violência contra a mulher, ao colocar mais ênfase no lado capitalista do sistema, acaba por também aliar-se a organizações com esse traço e as ações públicas tocam no tema da violência contra a mulher, porém vinculando-o a outras demandas mais gerais. Além disso, determina o inimigo da organização, que será sempre retomado nos alvos de todas as ações pesquisadas, a relação necessária entre patriarcado e capitalismo acaba por determinar o sujeito de luta e a forma como ele será trabalhado nas ações que pertencem ao repertório do MMC.

O sujeito da luta é, como foi visto, as mulheres trabalhadoras rurais. São elas, pertencentes à classe trabalhadora, que possuem a tarefa de engrossar as fileiras contrárias ao sistema capitalista, porém de forma a introduzir já nessas fileiras valores feministas, valores que combatam o patriarcado. Para o MMC, a libertação das mulheres não será alcançada pura e simplesmente com a libertação da classe trabalhadora, mas sim com a iniciativa das mulheres dessa classe nesse processo. Assim, para o MMC, é necessário viver um duplo processo de libertação.

Nos materiais do MMC e no público alvo de suas ações a centralidade nesse sujeito de luta é explícita. A organização, seja em materiais escritos ou em falas, sempre demarca a diferença existente entre as mulheres burguesas e as trabalhadoras, deixando claro que a organização se preocupa e luta pela libertação das últimas. Ainda que não se negue que as primeiras também sofram com as opressões patriarcais, elas têm, atualmente, mais recursos para reverter a situação de opressão em que vivem, além de pertencerem à classe que está em relação antagônica com as trabalhadoras rurais. Emblemáticos são os exemplos utilizados em algumas cartilhas que diferenciam as camponesas das mulheres dos donos do agronegócio: em relação às trabalhadoras, fala-se na opressão de gênero e na exploração de classe que sofrem; já sobre as mulheres burguesas, enquadradas como as esposas dos grandes empresários do agronegócio, fala-

se da opressão de gênero, mas ressaltado que fazem parte da classe que explora as trabalhadoras rurais. A libertação da classe dos explorados viria acompanhada da libertação da classe dos exploradores; a libertação da opressão que sofrem as mulheres exploradas viria acompanhada da libertação que sofrem as mulheres da classe exploradora, pois que feminismo e socialismo se constroem juntos. O MMC, portanto, ao falar na mulher faz um recorte nessa categoria e trabalha, em todos os momentos, com as especificidades da mulher trabalhadora e, mais ainda, da mulher trabalhadora rural. Ponto que está ligado ao horizonte de transformação como será visto.

O reflexo desse enquadramento pode ser sentido nos parceiros do MMC para as ações públicas, momentos nos quais a organização se projeta na sociedade, buscando se colocar como alternativa ao projeto patriarcal-capitalista. Todas as organizações identificadas como parceiras dessas lutas possuem recorte de classe, ainda que algumas não possuam recorte de gênero. Parte dos alvos das ações também segue essa linha, direcionando-as para empresas do ramo do agronegócio, considerado o mal capitalista no campo.

Com relação à forma como é trabalhado esse sujeito, antes de partir para a análise das ações cotidianas, destaca-se um elemento que, ao longo da análise dos materiais da organização, esteve sempre presente e constitui em diferença com o Coletivo Feminino Plural: a centralidade da valorização das mulheres está focada no trabalho. Para o MMC, a valorização é de extrema importância, pois é necessária para a libertação das mulheres e para a transformação da sociedade, que, num quadro em que elas são tidas como inferiores aos homens, valorizá-las significa enfrentar a ordem patriarcal e aumentar a auto-estima, aumentando, assim, as possibilidades de que elas lutem. Colocá-la junto à valorização do trabalho, acredita-se, é fruto justamente da leitura marxista e socialista que a organização faz da realidade e das possibilidades de transformá-la. O trabalho daqueles que detém a força de trabalho, para o MMC, é central para fazer a máquina capitalista girar. É a partir do trabalho que a classe dos explorados tem ou não importância para esse sistema, sendo no trabalho realizado pelas mulheres que a organização tenta resgatar a auto-estima das mesmas através da valorização das tarefas que elas desempenha. Prova disso são os encontros de base expressos nas cartilhas nos quais o trabalho aparece como o primeiro elemento para se conduzir o debate de gênero e desvalorização da mulher e a própria organização de outras dimensões de suas vidas (saúde, sexualidade) em torno desse elemento. Com relação às cartilhas, várias delas trazem receitas de doces e bolos feitos com

ingredientes produzidos na roça, numa clara tentativa de validar a produção das mulheres e a tarefa de cozinhar a elas atribuída, também a produção de remédios naturais é valorizada através de cartilhas que possuem receitas caseiras de pomadas, elixires, tinturas, além de informações sobre as plantas utilizadas. O trabalho é visto como central na vida das mulheres também na cartilha Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação (publicação da AMTRSUL, 2007, p.6), na qual o encontro começa com uma dinâmica que problematiza o cotidiano pesado das mulheres através de um relógio. Nesse relógio dividido em todas as horas do dia, desenhado em cartolina ou qualquer outro material, as mulheres devem ir preenchendo seu tempo com aquilo que fazem num dia comum. Ao final, ao verem que o relógio está quase que completamente preenchido, as lideranças iniciam uma discussão sobre o que é valorizado – leia-se remunerado – enquanto trabalho e quantas horas por dia as mulheres se percebem trabalhando.

Com relação às outras dimensões da vida, o trabalho excessivo a que são obrigadas por um sistema patriarcal-capitalista possui implicações na saúde das mulheres: “Nosso dia-a-dia é marcado pela sobrecarga de trabalho (...) que, muitas vezes, são causa de adoecimento nosso e de várias companheiras, por conta do excesso de trabalho. (...) Assim um dos traços mais marcantes de nossas vidas é o trabalho” (Cartilha Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres abril de 2008, p.7). O traço mais marcante dessas vidas também está presente na sexualidade feminina, discussão que poucas vezes aparece nos enquadramentos interpretativos, porém, quando aparecem, quase sempre estão ligados ao trabalho:

(...) a sexualidade é expressa no mesmo corpo que trabalha. Então o trabalho também interfere na expressão da sexualidade (p. 18).

Percebe-se que o patriarcalismo foi criando um estereótipo de sociedade onde as mulheres são encaixadas desde que sejam para servir, ficar caladas e dar lucro, inclusive, multiplicando mão-de-obra barata (p. 20).

Até que o trabalho das mulheres não é tido como algo que satisfaz e possibilita felicidade, continua a perpetuação da identidade subalterna. E, diante disso, como viver de fato a sexualidade? (Cartilha Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres abril de 2008, p.22)

O esforço em se resgatar a associação entre as mulheres e a agricultura, dimensão da vida que, mais do que trabalho, significava poder feminino, atribuindo o surgimento desta àquelas também está presente. A valorização da forma de cultivo agroecológica nada mais é do que a valorização da forma como as mulheres vêm trabalhando a terra há séculos, seja na produção de sementes, seja na produção de

alimentos para consumo intra-familiar. Anterior ainda é a luta do MMC pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural que, obviamente, além de significar ganhos substantivos para as mulheres, como direitos trabalhistas e acesso à previdência, significa a valorização delas como seres que cumprem papel importante para a sociedade. Assim, a valorização feminina se dá, principalmente, através das atividades que elas desempenham e não através da mulher *per se*.

Esse quadro possui reflexos, por exemplo, nas reivindicações do MMC. As ações voltadas para o Estado que apresentam demandas por direitos, apresentam na sua maioria direitos trabalhistas e sociais, que não necessariamente são específicos das mulheres, como os direitos sexuais e reprodutivos, muito menos trabalhados pela organização. Em verdade, a concepção de ser humano que traz o MMC, a saber o ser humano integral, relacional, contribui para que as mulheres sejam sempre pensadas no contexto em que estão inseridas e, com isso, sempre resgatando a condição de trabalhadoras. Dito isso, passa-se a outro ponto que possui implicações no repertório de ação do MMC: a possibilidade de transformação social.

Horizonte da Transformação Social e Formas de Luta

As ações cotidianas

Enquadrar as formas pelas quais a transformação social será possível também determina as ações levadas a cabo. Para o MMC, as transformações só são possíveis com o povo organizado, o que faz com que a organização sustente um grande número de ações que fazem parte do cotidiano de comunidades específicas, dentro do que é chamado trabalho de base. O trabalho de base é uma forma de manter-se constantemente fazendo ações de pequena escala (aí entram as oficinas, as festas, as formações) de forma que as pessoas que participam dessas ações ingressem na organização. Essa concepção remonta às formas pelas quais as CEBs e as pastorais sociais mobilizavam as comunidades e sobrevive até hoje nos repertórios de ação do MMC voltados para o cotidiano. O caráter duplo do trabalho de base, objetivo e estratégia, molda as ações de forma a incentivar o engajamento do público alvo. As oficinas, recurso utilizado no trabalho de base, para além de serem espaços nos quais as mulheres das comunidades aprendem a fazer comida, artesanato e remédios, por exemplo, são espaços que procuram encantar e despertar nas mulheres o desejo de fazer

parte do MMC. Os espaços nos quais se realizam as oficinas são ornamentados com símbolos utilizados pela organização; a conversa em linguagem simples e familiar sempre agrega uma tarefa prática a uma fala que remeta aos quadros interpretativos sem, no entanto, fazer alusão direta a eles. Por exemplo, numa oficina de artesanato, é feito o resgate da produção artesanal da comunidade em questão, contrapondo essa produção à produção e comercialização de objetos industrializados nos quais não é possível identificar a identidade camponesa. A importância do conhecimento do campo é, então, resgatada como uma forma de manter viva a cultura camponesa.

O mesmo *modus operandi* se aplica às formações nos grupos de base. Os espaços ornamentados e a linguagem simples são acompanhados por dinâmicas de integração que ajudam as mulheres, acostumadas ao mundo familiar, a se sentirem mais confortáveis num espaço coletivo; músicas e poesias, que informam o que a organização quer passar de uma forma mais lúdica do que a fala, e partilha de alimentos, todos esses elementos que compõem não apenas o cenário, mas o conteúdo das formações. Como já foi falado, as formações partem da realidade das mulheres da comunidade para, aos poucos, introduzir as concepções da organização. O ambiente lúdico criado para esses momentos, acredita-se, contribuem para que as mulheres, ao tomarem contato com esses espaços, sintam-se bem e com vontade de voltar outras vezes. Assim, as ações cotidianas cumprem o papel de formarem mulheres e de serem um convite à organização.

Sobre as formações que o MMC dá, cabe, ainda, uma última observação com relação ao conteúdo das formações para as mulheres rurais. Quando elas são voltadas para o público em geral, geralmente em formas de palestra e mesas de debate, servem para propagandear a organização e suas concepções. A leitura do MMC está sempre presente na fala das militantes, ainda que o público possa não ser o ideal, ou seja, possa não ser mulheres trabalhadoras rurais. Já quando elas são voltadas para as mulheres das comunidades, como já foi dito, conectam-se ao horizonte de transformação social, sendo que, para tanto, é necessário cativar as mulheres, uma vez que a transformação só é possível pela mobilização popular. Aí reside um ponto importante que terá diferenças com relação ao Coletivo Feminino Plural: a questão dos direitos. Para o MMC, o Estado atua como uma espécie de braço do capitalismo, possuindo, portanto limites na luta pela libertação das mulheres trabalhadoras. Na formação, as mulheres aprendem que o Estado deve (ou deveria) fazer a sua parte na garantia dos direitos da classe trabalhadora, mas aprendem também que tal garantia é falha, cabendo ao povo

organizado lutar pelas melhoras que ele quer. Esse quadro faz, por exemplo, a formação e ações das mulheres estarem menos voltadas para a atuação nos instrumentos e espaços legalmente destinados à população e mais para os protestos de rua. As demandas são levadas ao Estado menos pelos conselhos e mais pelos protestos através de pautas reivindicativas, como é o caso das ações do oito de março, daí os versos de uma das canções entoadas pelas militantes: *nossos direitos só a luta faz valer*.

Os níveis estratégicos

Para alcançar os objetivos, o MMC trabalha em dois níveis estratégicos, o local e o geral. O nível local abrange o dia-a-dia das mulheres camponesas na sua comunidade e sobre ele já foi falado, sendo necessário acrescentar uma observação de cunho estratégico. Ter como necessário para a libertação das mulheres a organização e o engajamento delas no MMC acaba influenciando não apenas as ações, como também suas formulações. A linguagem fácil e a teorização quase que imediata da vida das trabalhadoras rurais sem que maiores abstrações sejam feitas, elementos constituintes dos quadros interpretativos, se apóiam nessa premissa e forma de trabalhar aprendida com os religiosos na década de 1970.

Já o nível geral abrange os protestos de rua e encontros realizados com o máximo possível de mulheres mobilizadas e é de caráter público. Os protestos de rua, em particular, consistem em momentos de demonstração de força da organização, pois são neles que as mulheres juntam o maior contingente possível de pessoas. Geralmente feitos em parceria com outras organizações, os protestos possuem caráter reivindicatório quando direcionados ao Estado e de “enfrentamento” – como elas dizem -, quando direcionados aos alvos do capital. A leitura de que é necessário buscar melhorias na condição de vida da classe trabalhadora, expressas em garantias de direitos e melhoras nos serviços públicos, provavelmente é responsável por fazer com que o MMC não volte às costas para o Estado, mas, pelo contrário, o procure para sanar suas demandas. Embora o Estado seja visto como a serviço do capital, ele é necessário e possui, com isso, certa legitimidade para o MMC. É a ele que as mulheres devem recorrer para que sejam construídas melhores condições para a luta. Assim, o Estado não deixa de ser uma espécie de parceiro na libertação das mulheres. Já os protestos destinados a atingir o capitalismo possuem como alvo em empresas que estejam vinculadas ao agronegócio. Tais ações de enfrentamento são geralmente realizadas nas jornadas de lutas do oito de

março. Estas ações variam entre manifestações na frente das empresas e ocupação de espaços internos das mesmas (pátios, saguão, etc.). Esses momentos são geralmente acompanhados de forte simbolismo, que remete ao confronto entre o “projeto de vida” e o “projeto de morte” outrora comentado. Como forma de denunciar e confrontar o “projeto de morte” do agronegócio já foram realizadas ações de despejo de agrotóxicos e de sacolas de lixo, além da colocação de faixas e cartazes. A demonstração de força, nesses casos, não é apenas numérica, mas também nas *performances* de confrontação direta da organização.

Porém, além das mobilizações massivas servirem para propagandear a organização, reivindicar frente ao Estado e atacar o capitalismo, também possuem uma função de cunho interno. O próprio processo de luta consiste em momento formativo para todas as mulheres que estão em contato com a organização, militantes ou não. A definição do tema e do alvo da luta pelas dirigentes são seguidos pelo incentivo de formações nos grupos de base da organização. As militantes também ficam encarregadas de cumprir determinadas tarefas enquanto coletivo, como cuidar da segurança das demais mulheres e da alimentação. O empoderamento feminino, expressão que faz parte do vocabulário do MMC, também vem daí: (...) “a gente teve que aprender um monte de coisa pra essa luta, a dirigir caminhão, a definir o trajeto da luta, isso também é se empoderar” (Janaína, dirigente do MMC sobre as ações do oito de março de 2006). Fora isso, as lutas também são momentos importantes de encontro dos grupos de base, pois elas podem ou não se centralizarem em uma única cidade, sendo essa questão dependente da financeira, já que uma luta centralizada, para o MMC, envolve gastos com transporte e alimentação, quando não com alojamento.

Das fontes geradoras de emoção: nacionalismo, religião e injustiça

O MMC, talvez mais do que o Coletivo Feminino Plural, trabalha muito com a emoção das mulheres com o intuito de sensibilizá-las ao apelo à organização. As músicas, poesias e símbolos estão sempre presentes nas ações. Seja numa simples refeição coletiva ou no encerramento de uma atividade, palavras referentes às trabalhadoras rurais são proferidas ou cantadas acompanhadas de gestos como abraços e punhos erguidos, e de objetos que remetam ao seu cotidiano, como flores, cestos, enxadas e chapéus de palha. Esse ambiente é assim preparado para emocionar as

mulheres. Segundo TARROW (2009), há, pelo menos, duas grandes fontes geradoras de emoções mobilizadoras nas sociedades contemporâneas: nacionalismo e religião.

O nacionalismo, entendido como valorização e exaltação do sentimento de nação, pode ser percebido no MMC na bandeira da organização (que, como já foi dito, possui a silhueta do mapa do Brasil), na luta pela soberania alimentar (entendida como produção e gerenciamento das sementes pelo povo brasileiro e integra o Projeto Popular de Agricultura Camponesa) e no projeto mais amplo de sociedade, o Projeto Popular para o Brasil.

O nacionalismo, como foi dito, é mobilizado neste caso não apenas enquanto componente de um projeto político para a sociedade brasileira, mas como fonte geradora de emoção. Nesse sentido, os traços nacionalistas acima referidos “ganham vida” nos encontros e reuniões da organização através da valorização de “lutadoras e lutadores do povo” brasileiro, das poesias e das músicas, que têm por função animar esses momentos coletivos, emocionando as participantes. O amor pelo país, pelo povo brasileiro e a necessidade de transformar a nação são constantemente mobilizados pelas mulheres para irem para a “luta”. A seguir trecho de duas músicas utilizadas:

Enquanto temos tempo

Estelite Pereira dos Santos

(...) Mulheres camponesas lutam
Com certeza por direito e liberdade
E pão em nossa mesa (bis)
Não queremos os transgênicos
Queremos a diversidade
O direito de plantar e colher
E a nação alimentar
Semente não é petróleo
eles tenham o controle
A semente é da nação.

Ordem e Progresso

Zé Pinto

Esse é o nosso país
Essa é a nossa bandeira
É por amor a essa pátria Brasil
Que a gente segue em fileira

Queremos que abrace essa terra
Por ela quem sente paixão

Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação
Amarelos são os campos floridos
As faces agora rosadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas (...)

Já a religião esteve muito presente nas origens do MMC quando da organização dos agricultores, na década de 1970, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e Pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os agentes religiosos, para mobilizar as mulheres, se valiam de metáforas que estabeleciam comparações entre Maria, mãe de Jesus, e as mulheres. Em verdade, as mobilizações no campo na década de 1970 foram muito estimuladas pela busca da terra prometida, da “sociedade de leite e mel” que Deus reservara para o povo, mas para a qual eram necessárias organização e luta contra os exploradores para que fosse alcançada. O papel das mulheres nessa luta, que era pelo fim da exploração e da desigualdade entre os homens, era o papel que Maria havia desempenhado: a de cuidadora da família e zeladora do lar. Tal cuidado e zelo eram apresentados como prejudicados por uma sociedade governada por exploradores, cabendo à mulher a permissão, concedida socialmente, para que ela saísse da esfera doméstica e adentrasse o mundo do trabalho e da política para garantir o sustento da família, que se encontrava ameaçado, e para defender o bem da família, respectivamente. A entrada da mulher na política era permitida, pois as circunstâncias estavam impedindo de exercer sua função materna. Assim, o apelo à participação feminina na vida política e social ativa na comunidade se dava através do apelo religioso para a mobilização e ação coletiva.

Aos poucos a figura de Maria foi dando lugar à figura das mulheres comuns da roça, que devia lutar para conquistar não apenas uma vida melhor para suas famílias, mas direitos e uma vida melhor para si mesmas. Porém, o papel da mulher cuidadora não desapareceu. Principalmente quando se analisam os quadros interpretativos referentes ao agronegócio a figura da mulher mãe – tal qual Maria foi – é mobilizada para mostrar os absurdos da alimentação com base nos produtos desse modelo, pois que ela consiste em comida envenenada e pouco nutritiva para os filhos. O leite materno

também é mobilizado, já que é ele a primeira comida dos filhos e, por causa do agronegócio, transforma-se em veneno para eles. A manifestação alusiva ao oito de março de 2010 retrata bem o apelo a essa figura ao fazer da sua simbologia as próprias trabalhadoras rurais dando de mamar a esqueletos de papel machê, que representavam a comida envenenada do agronegócio.

Outra questão na qual a religião ainda possui influência é na própria formulação das cartilhas que são destinadas ao trabalho de base. Algumas delas, as mais antigas, que contêm um roteiro com os encontros a serem realizados já com os temas, músicas, dinâmicas e poesias a serem trabalhadas, lembram os livros de missa da Igreja Católica. Elas possuem abertura, cantos iniciais seguidos da explanação do tema do encontro, momentos de reflexão, enfim, uma série de elementos que estruturam um encontro que parece ser cadenciado pelo ritmo das missas.

Além do nacionalismo e da religião, o enquadramento das situações vividas, neste caso pelas mulheres, como injustas também é elemento que ajuda a criar energia emocional, segundo Tarrow (2009), necessária para a ação. Desse tipo de enquadramento ambas as organizações compartilham.

As conseqüências do patriarcado, violência contra a mulher, encerramento na esfera privada, falta de autonomia sobre o próprio corpo, são bastante trabalhadas pelo MMC e Coletivo Feminino Plural, sendo, no caso do MMC, também agravadas pelo capitalismo. Os sentimentos, violências e doenças em meio aos quais vivem as mulheres são apresentados e mobilizam as ativistas a persistirem no enfrentamento ao patriarcado, bem como buscar mobilizar mais mulheres para que essas se juntem à organização.

Em cartilhas do MMC é possível encontrar exemplos dessas injustiças do patriarcado, às vezes apresentadas aliadas às injustiças do capitalismo:

(...) estes sentimentos [incapacidade, medo, culpa, insegurança] são imposições da educação dominadora e opressora, carregada de violência que torna as mulheres obedientes, submissas, oprimidas. Estes sentimentos são feridas da educação patriarcal que dói e machuca o coração das mulheres (Cart. Educação popular e organização de mulheres. p.12)

A estrutura patriarcal classista trata de fazer com que “não se mexa em time que está ganhando” e legitima a inferioridade pela questão biológica inclusive. Isto faz com que as mulheres, especialmente as pobres, se sintam culpadas pela sua condição de “desgraça” e pouco ou nada conseguem reagir (p. 8). Cart. Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres, cartilha de subsídio para estudo e debate.

O capitalismo e o patriarcado só se mantêm usando da exploração e da violência contra os mais fracos. Entre eles as mulheres são as que mais sofrem, pois são herdeiras e vítimas de uma cultura milenar de violência e

dominação (p. 10). Cart. Mulheres Camponesas rompendo o silêncio, cartilha de organização de encontros de base.

Quando fazemos tudo igual, todos os dias, acabamos nos acomodando por medo de mudar e ferimos nosso ser pessoa (...), torna sem sabor a vida diária. Inventar momentos diferentes e novos dá um novo sentido à vida (p. 13) Cart. Plantando saúde pelos caminhos do RS, cartilha de organização de encontros de base.

Pois é companheira! Tudo isso que conversamos é violência. Recebemos uma educação, um modo de ser, uma cultura de violência que reforça o capitalismo. Assim a sociedade passa a legitimar, consentir e transmitir violência como atitudes comuns, isto quer dizer, como algo normal, entre os seres humanos. Desta forma, a sociedade capitalista se reproduz e se fortalece (p. 9).

Síntese da análise

As relações entre os quadros interpretativos e os repertórios de ação do MMC podem ser percebidas já na relação entre os quadros de diagnóstico e os alvos da ação. A determinação de quem é o inimigo das mulheres faz com essas procurem, na ação coletiva, atingi-lo. O combate ao capitalismo se revela nas ações de rua que possuem como alvo empresas vinculadas ao agronegócio, que adquirem um caráter de enfrentamento por envolverem elementos que ferem, de alguma maneira a propriedade privada. O combate ao patriarcado se faz presente na colocação dessas mulheres no espaço público, procurando se empoderar, e também no cotidiano, através do cultivo de novos valores. O sujeito da luta também é aí identificado, direcionando o público alvo das ações, seus conteúdos e até mesmo formas de se desenvolver. As festas comunitárias, por exemplo, é um tipo de ação do qual a organização lança mão na tentativa de resgatar os valores comunitários e a cultura camponesa, contando com a presença de muitas mulheres com as quais o MMC tem interesse do ponto de vista do engajamento. As ações, assim, sempre serão, de alguma maneira, determinadas pelo sujeito identificado como sujeito de luta. Ainda, os sujeitos de luta, presentes no diagnóstico da organização também possuem as dimensões de suas vidas enquadradas a partir daquilo que se julga o inimigo. As mulheres fazem parte de um contexto social e esse contexto determina grande parte de suas rotinas e do que elas mesmas são e podem ser nessa sociedade, tanto subjetivamente quanto objetivamente. Daí que temas como sexualidade e violência sejam trabalhados nos termos capitalistas e patriarcais, sendo quase que subsumidos nas ações direcionadas ao Estado nas pautas reivindicatórias por

direitos sociais não necessariamente femininos e na denúncia contra o capitalismo, na denúncia da violência geral sofrida pela classe trabalhadora.

Outro ponto de contato é entre os quadros de prognóstico e as ações. Enquadrar as formas pelas quais a transformação social será possível também determina as ações levadas a cabo. Para o MMC, as transformações só são possíveis com o povo organizado, o que faz com que a organização sustente um grande número de ações que fazem parte do cotidiano de comunidades específicas, aproximando não apenas as militantes das mulheres, mas também o conteúdo das ações dessas mulheres. A esse tipo de ação cotidiana chama-se trabalho de base. O trabalho de base é uma forma de manter-se constantemente em contato, facilitando o engajamento dos potenciais sujeitos de luta no MMC. É nesse ponto que entram as oficinas, as festas e as formações.

Por fim, a necessidade de se manter o povo organizado e em movimento faz com que o MMC precise empregar muita energia emocional nas suas ações. Por isso, elas são carregadas de símbolos e outros mecanismos que dão às ações um caráter mais lúdico e até mesmo dramático, que se acredita ser necessário para se criar empatia com a causa das mulheres defendidas pelo MMC. Assim, o apelo à injustiça, ao nacionalismo e à religião fazem, em maior ou menor grau, parte do universo feminino criado pela organização.

6.2 QUADROS INTERPRETATIVOS E REPERTÓRIOS DE AÇÃO NO COLETIVO FEMININO PLURAL

Em seus quadros interpretativos de diagnóstico, o Coletivo Feminino Plural identifica como grande inimigo das mulheres o sistema de gênero. Tal sistema se baseia na diferenciação entre os sexos biológicos masculino e feminino para, a partir dela, criar desigualdades de poder entre homens e mulheres na sociedade. O fato de ter nascido fêmea determina para as mulheres papéis sociais nos quais elas existem como indivíduos dependentes da figura masculina seja ela materializada na figura do pai, do marido ou das instituições sociais e estatais. As mulheres, desde o surgimento da propriedade privada, foram colocadas na esfera privada, espaço doméstico, por isso, desvalorizado, não participando da construção da esfera pública, espaço no qual a política se realiza e os indivíduos adquirem *status* de cidadãos. Às mulheres, portanto, foi negada a cidadania enquanto mulheres. Outros sistemas podem se unir ao sistema de

gênero, como o de raça/etnia, condição sócio-econômica e sexualidade, contribuindo ainda mais para a falta de poder feminino, aumentando a opressão.

Aqui há uma diferença em relação ao MMC. Colocar ênfase no sistema de gênero para explicar a grave condição social em que a mulher se encontra determina o sujeito com o qual a organização irá trabalhar para se chegar à transformação social. Se a marca da opressão está contida no sexo biológico, então é aos indivíduos que possuem essa marca que a organização deve se voltar para poder transformar a sociedade. Assim, o sujeito de luta da ONG são as mulheres em geral e não uma parcela dessa população. Os reflexos desse enquadramento podem ser percebidos nos repertórios de ação pelo tipo de reivindicação, que em sua maioria são medidas concretas a serem tomadas em benefício de todas as mulheres sem qualquer distinção. Por exemplo, atenção humanizada ao parto, garantia de métodos contraceptivos de emergência e políticas públicas de prevenção a DSTs. Também na opção por capacitações se verificam esses reflexos. Nos prognósticos da organização está contida a ideia de que para as mulheres se libertarem, dentre outras coisas, é necessário que elas se empoderem, que elas consigam perceber a falta de poder que a sociedade lhes atribui para que assim possam se colocar exigindo seus direitos e ocupando espaços decisivos, espaços que sejam decisivos para garantir e fazer valer seus direitos. Para isso, a organização investe pesado em capacitações para as mulheres no intuito de não apenas ajudá-las no processo de tomada de consciência da sua condição social, mas de qualificá-las, do ponto de vista teórico, para a atuação na esfera pública, esfera na qual as mulheres irão buscar a sua cidadania.

O foco no sexo biológico para identificar o sujeito de luta, pois que é sobre ele que o sistema de gênero constrói os papéis sociais, também se reflete na forma como a organização trabalha a figura da mulher seja nas elaborações dos prognósticos, seja nas capacitações e reivindicações. O contexto social em que vive a mulher, apesar de não ser ignorado, não é tão mobilizado quanto no caso do MMC, o que faz com que o Coletivo Feminino Plural trabalhe com a mulher *per se*, isto é, com aquilo que a torna mulher na sociedade. Assim não apenas os temas da sexualidade, violência, direitos e saúde são trabalhados a partir das demandas específicas das mulheres, como as reivindicações e os assuntos das capacitações são assim trabalhados.

Porém, mesmo sendo identificado como sujeito de luta as mulheres em geral, a ONG não nega as condições específicas nas quais muitas mulheres vivem. A herança de um passado marxista forjado no interior dos partidos políticos, clandestinos ou não, de

oposição à ditadura possui reflexos até hoje nas ações do Coletivo Feminino Plural no que tange à tentativa de expansão do feminismo para as mulheres populares. A ONG faz a crítica ao feminismo branco e de classe média europeu, procurando desenvolver ações que vão para além das mulheres dessa classe. Assim, uma implicação nas ações diz respeito ao público alvo das mesmas. Se, como afirma o prognóstico, é necessário as mulheres se empoderarem para que possam exigir e exercer seus direitos e cidadania plena, o empoderamento precisa chegar até as mulheres mais pobres. A ONG trabalha, nesse sentido, com a ideia de produção de deslocamentos. Produzir deslocamentos significa estimular a mulher a sair de uma condição imposta pelo sistema de gênero para uma na qual ela consiga se colocar com mais poder:

“Nós trabalhamos o conceito de deslocamento a partir da ideia de que você desenvolvendo um conjunto de ações (...) você consegue perceber que as pessoas saíram de um lugar para outro, tá. Esse lugar ao outro pode ser: eu não trabalhava e resolvi trabalhar; eu apanhava e resolvi sair da condição de violência; eu não conhecia meu corpo, agora eu conheço melhor o meu corpo. Quer dizer, o deslocamento, pode ser uma simples mudança de atitude, entendeu? Pode ser a aquisição de uma autonomia, de autoestima mais elevada, de sentimento de empoderamento, de desejo de participar da associação de moradores. Então assim, o fato de que lá na vida São José, no Morro da Polícia, por exemplo, as mulheres que trabalharam conosco ganharam a associação de moradores, pra nós tava feito. No Campo da Tuca as mulheres que trabalharam conosco constituíram um grupo de formação permanente de discussão de gênero dentro da oficina de reciclagem, dentro do galpão de reciclagem. Isso é o deslocamento. O deslocamento você não precisa. Outras mulheres do Salto Alto, por exemplo, nós temos mulheres trabalhando hoje como consultoras dentro do governo do estado, que vieram de um contexto de periferia da grande Porto Alegre. Então isso, pra nós, é o que a gente quer. Que as mulheres possam escolher sair do lugar, tomar consciência da necessidade de sair de um lugar e ir para outro de mais poder, mais igualdade, mais respeito e não violência. É isso que nos basta” (Carmen, Coordenadora do Coletivo Feminino Plural).

Essa ideia de produção de deslocamentos pode ser verificada na forma como as capacitações da Escola Lilás de Direitos Humanos foram pensadas. Para além de darem conta do *abismo geracional* verificado entre as integrantes da ONG e as meninas com as quais já haviam trabalhado em projetos anteriores, colocar jovens universitárias que possuem faixa etária mais próxima a das meninas em contato com as meninas da Restinga, veio no intuito de atender à produção de deslocamentos. O grupo das jovens universitárias, em comparação com o grupo das meninas da Restinga, possuía um padrão sócio-econômico mais confortável e experiências de vida fora do contexto da periferia. O contato entre esses dois universos, despertando curiosidades, evidenciando

diferenças e revelando semelhanças, procurou produzir uma ampliação de horizontes, que está envolvida nesse processo de deslocamento.

Além disso as ações com mulheres do meio popular reforçam o argumento de Alvarez (1999), que afirma que é equivocada a visão de que as ONGs feministas latinoamericanas encontram-se completamente institucionalizadas, produzindo um feminismo distante da realidade das mulheres. Como já mencionado, o contexto no qual o feminismo se desenvolveu no país a partir da década de 1970 foi importante para que as mulheres adaptassem as ideias europeias e estadunidenses à realidade brasileira, que naquele momento encontrava grande parte das mulheres militando contra a ditadura e contra a exploração da classe operária. Essas heranças se fazem presentes em parte das ONGs, que, mesmo tendo adentrados os espaços institucionais, não perderam os vínculos com as mulheres populares. O Coletivo Feminino Plural, herdeiro desse passado, desenvolve ações nesse sentido, afirmando que:

“Nós [Coletivo Feminino Plural] temos que disseminar novas ideias. Ideias das mudanças, da transformação no campo das ideias e no campo dos comportamentos e das relações humanas, do trabalho e da vida. Seria muito cômodo pra nós continuar o diálogo com mulheres de classe média, intelectualizadas, que obviamente jogam um papel bárbaro na formação da opinião da sociedade, né. Mas nós achamos que trabalhar com pessoas que tem poucas possibilidades de acessar a informação e conhecimento você produz deslocamentos locais”. (Carmen, Coordenadora do Coletivo Feminino Plural)

Horizonte da transformação social: o Estado e a cultura

Enquadrar a questão da mulher como fundamentalmente uma questão de direitos humanos, responsabilizando o Estado na sua promoção e garantia, faz com que este esteja presente no plano de promoção de relações mais simétricas entre mulheres e homens, relações que vem sob o termo “equidade de gênero”. Na equidade de gênero estão implicadas a igualdade de direitos, entendendo-se essa igualdade como reconhecimento da condição social inferior da mulher, e a necessária cidadania das mulheres enquanto elas mesmas sujeitos de direitos. Ambas passam pela esfera estatal, sendo, por isso, requerido o Estado para os propósitos da organização, além, é claro, das próprias mulheres através das capacitações já mencionadas.

O Estado brasileiro, enquanto Estado democrático, precisa ser destituído das marcas do sistema patriarcal para que possa cumprir com o papel a ele destinado. Para

isso, a ONG mobiliza grande parte de suas ações para dar conta dessa questão. Consultorias, participação em fóruns e conselhos, capacitação de agentes governamentais, capacitação de outras organizações feministas para ocupar espaços institucionais, são exemplos de ações que fazem parte do seu repertório. O Estado, assim, é peça chave para a libertação das mulheres e, por isso, espaço que deve contar com a participação das feministas. Não apenas as demandas precisam ser apresentadas a ele, como também a organização deve se colocar numa postura de auxiliar no cumprimento delas; tal postura é diferente da postura do MMC, demarcando uma diferença nas performances adotadas. As ações adotadas pelas camponesas para apresentar reivindicações são os protestos massivos de rua, nos quais uma pauta, através de negociações com o governo e a polícia, é entregue aos representantes governamentais por uma comissão, que, na maioria dos casos, é recebida dentro da instituição em questão. Os demais manifestantes aguardam do lado de fora no intuito de pressionar o governo para que aceite a pauta. Já o Coletivo Feminino Plural, apresenta suas pautas, geralmente relativas a políticas públicas, em eventos menos pontuais. Faz parte do cotidiano da organização a participação em espaços institucionais decisivos para as mulheres e, portanto, nesses espaços as pautas são colocadas. Não apenas colocadas, mas levadas a cabo pela própria organização, que se coloca, como já foi dito, como parceira. A pressão, então, é feita a partir da própria presença da ONG nas instituições e em trabalhos desenvolvidos com elas em canais de diálogo constantemente abertos. A pressão não é medida em número de pessoas, mas em espaços ocupados e canais abertos, o que não significa dizer que ela se exerça sem tensionamentos.

Com isso, em comparação com o MMC, as ações requerem um menor contingente de pessoas mobilizadas, sendo exigido das que estão mobilizadas, expertise para poder atuar. Isso não quer dizer que a ONG não se preocupe com a organização das mulheres e com a sua própria organização – a renovação da ONG é apontada como relevante por Carmen “Nossa organização é as que estão e as que estiveram (...) daqui a dois anos eu não quero ser mais a coordenadora do Coletivo, eu posso ser colaboradora, mas uma nova geração tem que assumir a entidade e dar a ela a perspectiva de mais vinte anos.” -, mas sim que ela não figura como a primeira preocupação, é necessário capacitar mulheres para que elas próprias busquem formas de participação social, sem figurar, necessariamente, a ONG como uma opção para elas, o que não ocorre no caso do MMC, que se apresenta como “a” opção para a atuação das mulheres.

Cultura

Outro aspecto que ganha destaque nas formulações do Coletivo Feminino Plural é a cultura. A cultura patriarcal está presente em todas as dimensões da vida das mulheres e em todas as dimensões da vida pública, sendo reproduzida diariamente. Não é só o Estado que precisa se destituir das marcas opressoras do patriarcado. A cultura, presente no cotidiano de todas as pessoas e reproduzida, inclusive, dentro da esfera privada, precisa ser trabalhada, sob pena de ser inviabilizada a equidade de gênero. Não adianta o Estado garantir a cidadania e os direitos das mulheres se esses não são reconhecidos e respeitados pelo conjunto da sociedade. O campo cultural é considerado um campo de transformações lentas, sendo, por isso, necessário encontrar meios que possibilitem acelerar essas transformações.

A ONG, então, vai qualificar o sujeito de luta e passar a incluir em seus repertórios de ação o trabalho com jovens mulheres, fazendo uma distinção entre meninas, que estão na faixa etária compreendida entre os quatorze e os dezoito anos de idade, e jovens, que vai dos dezesseis aos trinta anos de idade. Novamente, a Escola Lilás é a experiência na qual o trabalho com essa geração pode ser percebido sendo que na periferia é trabalhado com meninas e, no meio universitário, com jovens, pois as universitárias são consideradas jovens a partir do momento em que ingressam na universidade, o que começa a se dar por volta dos dezesseis anos, idade que delimita o ingresso do indivíduo nessa categoria. As ações para esse público mais novo também consistem em capacitações, porém a ONG demonstrou ter uma preocupação maior no que tange à forma como essas capacitações acontecem, especialmente com as meninas. Os temas trabalhados são os mesmos das capacitações voltadas às mulheres, tendo especial ênfase os direitos sexuais e reprodutivos. Com essas capacitações para meninas e adolescentes, a organização espera dar passos mais largos em direção à transformação da cultura. Tal preocupação não se verificou no MMC. Essa organização também identifica a cultura como algo que deva ser trabalhado para que a libertação das mulheres aconteça, porém opta por trabalhar cotidianamente com as mulheres sem fazer recorte geracional nesse trabalho. Os exemplos das cartilhas, inclusive, apontam as mulheres como mudando a cultura na esfera privada a partir da educação que dão para seus filhos e, porque não, maridos. Assim as transformações culturais estão mais vinculadas à figura da mulher como mãe e esposa.

Síntese da análise

Para o Coletivo Feminino Plural, o grande inimigo a ser enfrentado é o sistema de gênero ou sistema patriarcal, que, a partir de uma diferença biológica atribui papéis sociais a homens e mulheres baseados numa assimetria de poder. Tal assimetria não só estruturou as bases da sociedade como mantém, até hoje, as mulheres em condição de desvantagem tanto em âmbito privado – a sobrecarga de trabalho e a submissão no lar -, quanto em âmbito público – a cidadania de segunda ordem e a ainda tímida participação nas esferas de poder. Ainda que avanços sejam reconhecidos pela organização (o direito ao voto feminino, a ocupação de postos de trabalho, o reconhecimento dos direitos das mulheres como direitos humanos), há muito por ser conquistado pelo movimento feminista, colocando-se, o Coletivo Feminino Plural, nessa incumbência. Esse diagnóstico, aliado ao prognóstico com relação à necessidade de se mudar a cultura, determinam como sujeito da e para a transformação social as mulheres de forma geral. A distinção com relação à categoria “mulher” feita nas elaborações da ONG e nas suas ações é com relação à geração, sendo que a ONG optou por trabalhar com meninas, jovens e mulheres. Outros sistemas de dominação podem se somar ao de gênero, agregando outros perfis de mulheres ao trabalho da organização, o que se reflete num elemento que não foi falado antes, as muitas parcerias que a organização estabelece. Para cada sistema trabalhado, além do de gênero, a ONG procura estabelecer parceria com outras organizações de mulheres que trabalhem com o sistema em questão, como é o caso das mulheres negras, com as quais as ações possuem parceria com a ONG Maria Mulher, ONG feminista que trabalha com mulheres negras.

Tal transformação depende, não apenas das mulheres, mas do Estado. O prognóstico, então, se relaciona com os repertórios de ação na determinação dos alvos das ações e na forma como esses alvos devem ser encarados. Com relação às mulheres, um dos “alvos” da organização, o apelo para que elas se empoderem e participem de espaços de decisão e poder é, na maioria dos casos, vinculado à ideia desses espaços como espaços institucionais que possuem vínculo com o Estado. Assim, as ações escolhidas para esse alvo são as capacitações, para mulheres organizadas ou não, que precisam dar conta de incentivar a participação das mulheres nesses espaços e qualificá-las para tanto. O outro “alvo” é o Estado, que, dada a sua importância para a garantia dos direitos e cidadania, é fundamental para a equidade de gênero, o que faz com que a ONG adote uma postura de parceira do Estado, ocupando espaços institucionais e

prestando serviço de consultoria. Os repertórios de ação possuem, então, ações de caráter mais técnico, voltadas para dar conta da elaboração das demandas femininas e da realização dessas demandas.

Por fim, ressalta-se a mobilização dos quadros de motivação da ONG. Em momentos em que as ações possuem caráter mais técnico, os símbolos da organização não são utilizados de maneira a gerar grande quantidade de energia emocional. Nesses momentos, a preocupação é passar informações para que elas possam ser utilizadas; assim eles se constituem como momentos mais racionais, onde o que importa é a assimilação do conteúdo. Isso não quer dizer que não haja qualquer grau emotivo, sendo a própria forma como a condição da mulher é enquadrada, enquanto fruto de um sistema injusto, já mobiliza alguma quantidade de energia emocional. Porém não são utilizados outros elementos para isso, o que já não ocorre em momentos em que é importante criar uma disposição ao engajamento. Assim como nos encontros do MMC, na avaliação final com as universitárias que participaram do projeto Escola Lilás de Direitos Humanos, foram utilizados símbolos e histórias que mobilizaram mais o emocional das participantes. Para além da avaliação, era necessário criar um momento em que as jovens se sentissem comprometidas com a luta das mulheres, utilizando-se, para isso, da história das mulheres enquanto bruxas e de um chapéu de bruxa a ser vestido por todas as participantes. Tanto a história das mulheres quanto o chapéu foram utilizados para que, no ato de vesti-lo, fossem expressos os sentimentos e compromisso com a luta das mulheres.

Portanto, novamente aparecem como elementos de relação entre quadros interpretativos e repertórios de ação, os alvos, os sujeitos, a forma de transformação da sociedade, a forma de se trabalhar com os sujeitos, a forma de se enxergar os próprios alvos, as ações necessárias para tanto e o caráter das ações. Ademais, os repertórios motivacionais também são mobilizados, dependendo da intencionalidade da ação.

6.3 ELEMENTO COMUNS, PORÉM DIFERENTES NA E PARA AS ORGANIZAÇÕES

Por fim, destacam-se algumas diferenças entre as organizações que atravessaram toda a pesquisa de campo. Tais diferenças encontram-se já diluídas nas análises anteriores, porém aqui elas serão condensadas, a fim de que se tornem mais visíveis. Embora consistam em diferenças, se assentam sob questões presentes em ambas as

organizações. A menção às políticas públicas, aos direitos e às leis, presentes nas organizações tanto nos quadros, quanto nos repertórios; a utilização de formações e capacitações como ações que integram os repertórios; a presença de campanhas, também presentes em ambos os repertórios; a compreensão da necessidade da participação política das mulheres e o corpo feminino como espaço no qual se assentam todas as desigualdades propostas pelo sistema patriarcal, são elementos presentes em ambas as organizações, tanto nos quadros interpretativos, quanto nos repertórios. Porém, estão presentes de forma diferente, sendo aqui explicitados.

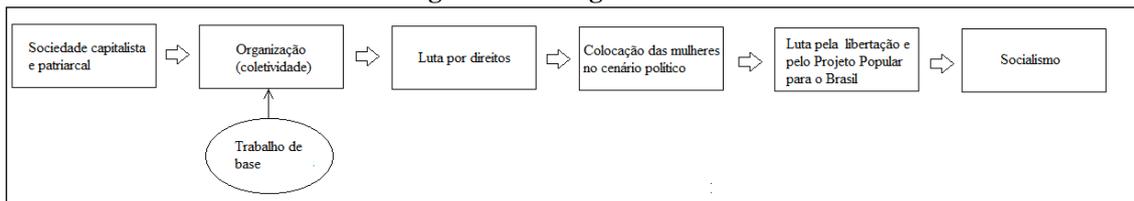
Sobre a luta por direitos e para que ela serve

Para o MMC, sistema patriarcal e sistema capitalista caminham juntos e passaram a se relacionar, a partir do surgimento do capitalismo, de forma necessária. Encontrando já uma sociedade baseada em assimetrias de poder devido à construção opressora dos papéis de gênero, o capitalismo vale-se dessa assimetria e introduz, ao lado da opressão da mulher, a exploração da classe trabalhadora, sendo as mulheres trabalhadoras as que mais sofrem com esse movimento. O capitalismo não apenas colocou em desvantagem maior ainda as mulheres pobres, como determinou a forma como o Estado deveria funcionar para manter tal condição. Assim, o patriarcado, embora anterior ao capitalismo, acabou fundindo-se a este e determinando, com isso, a quem o Estado serviria: à classe dominante machista e racista, embora esse último elemento não apareça nas ações da organização e pouco apareça nos quadros interpretativos. Por outro lado, para o Coletivo Feminino Plural, capitalismo e patriarcado não aparentam ter essa relação necessária, constituindo-se em sistemas que se encontram concretizados nos corpos femininos. Ao primeiro destinam-se as lutas por melhores condições sócio-econômicas, ao segundo, por equidade de gênero, o que não significa que ambas não possam ser travadas conjuntamente.

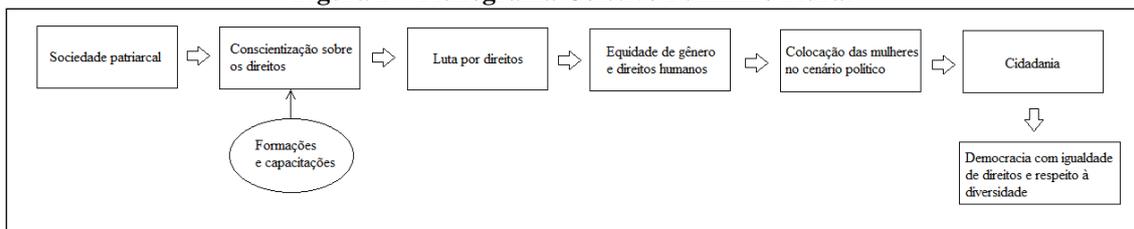
Ao se ater, principalmente, ao sistema de gênero, o Coletivo Feminino Plural acaba por trabalhar muito mais a questão da equidade de gênero do que as questões da exploração de classe. Ao voltar seus olhos para o Estado, que já durante o período da ditadura militar, através do movimento feminista, acompanhava as discussões fomentadas na ONU à respeito da condição social das mulheres, a ONG enxerga, com o processo de redemocratização, a oportunidade de se lutar pelos direitos das mulheres e conquistar a tão sonhada equidade de gênero. Adentrar os espaços abertos à sociedade

civil pelo Estado brasileiro, conferindo poder a esses espaços, mostrou-se fundamental para que este, além de se tornar mais democrático, se destituísse das marcas patriarcais e se responsabilizasse por assegurar os direitos e a cidadania das mulheres. A luta pelos direitos viria acompanhada pela luta pela implementação por parte do governo brasileiro das metas estabelecidas nos acordos e tratados internacionais da ONU e pela implementação de políticas públicas com recorte de gênero. Cada direito e cada política pública conquistados, representam um passo a mais na realização da equidade de gênero.

Já para o MMC não é possível alcançar a equidade de gênero no sistema capitalista. O capitalismo sobrevive a partir da diferenciação entre classes e exploração de uma delas. A exploração visa o lucro. A diferenciação a partir da opressão do gênero feminino é lucrativa para o sistema capitalista. A exploração de classe é, então, casada com a opressão de gênero. Portanto, a equidade não se dará no sistema capitalista. Porém, isso não significa que a luta por direitos não seja importante. Se, por um lado, não há possibilidade de igualdade entre homens e mulheres dentro do sistema capitalista, por outro a conquista de direitos ajuda em duas questões: (i) dá melhores condições para que as mulheres lutem por transformações sociais, (ii) estimula as mulheres a sair de suas casas e adentrar espaços de discussão política. Os direitos, portanto, não são um fim, mas um meio pelo qual outras lutas serão travadas. Mais fundamental do que os direitos é a própria luta por direitos, que pressupõe engajamento e organização das mulheres, o fundamental para construir uma sociedade feminista. A libertação é alcançada de forma coletiva, organizando-se o povo partir das comunidades. A luta pelos direitos é um meio para se atingir a libertação. Logo, a luta por direitos deve ser coletiva, organizada nas comunidades. É o processo organizativo gerado pela luta por direitos, luta travada conforme os repertórios externos do MMC, que se constitui como necessidade de primeira ordem para a organização. A seguir, dois fluxogramas sintetizam essas reflexões, alertando-se que a ordem na qual os elementos aparecem não significa que eles não possam coexistir no mesmo tempo.

Figura 1 - Fluxograma MMC

Fonte: Elaborado pela autora

Figura 2 – Fluxograma Coletivo Feminino Plural

Fonte: Elaborado pela autora

O cenário político: repertórios políticos ou não políticos?

Ambas as organizações apontam para a necessidade das mulheres ocuparem a esfera pública, tida como esfera política, para romper com o sistema patriarcal, também chamado sistema de gênero. As mulheres, desde o surgimento da propriedade privada, foram excluídas dos espaços públicos, sendo preciso, agora, adentrá-los de forma definitiva, o que significa dizer que a colocação das mulheres no cenário político é necessária. O que significa espaço político, porém, não parece ser a mesma coisa para as organizações.

A colocação das mulheres no cenário político, para o MMC, é no sentido tirá-las de dentro de suas casas, levando-as para formações, oficinas, atividades e lutas (daí a importância da luta por direitos) a partir das quais elas iniciam um processo de se enxergarem como sujeitos e um de formação política, que lhes dá melhores condições de fazer as lutas ao lado dos companheiros de Via Campesina, por exemplo. Os protestos de rua já são eles mesmos espaços políticos de aprendizagem, como foi possível perceber na fala de uma das coordenadoras ao apontar o conhecimento dos prédios do poder público como importante para a sua formação política. Os repertórios internos e intermediários também cumprem esse papel, sendo compreendidas como formação e atuação política todas as etapas por que passam as mulheres, desde a participação nos grupos de base até as negociações com o governo. Assim, todos os repertórios da organização são vistos como políticos.

Já a colocação das mulheres no cenário político, para o Coletivo Feminino Plural, vem no sentido de uma atuação qualificada nas instâncias de poder e decisão. Tais instâncias são as que já foram aqui mencionadas, fóruns e conselhos, e são espaços que, de fato, fazem parte da política estatal; espaço por onde, inclusive, circulam muitos políticos. O fato das próprias integrantes da ONG denominarem um de seus eixos de atuação, que consiste num de seus tipos de repertório, de ativismo político, já aponta por esse olhar do político como espaço político institucional. Como foi visto, é nesse tipo de repertório que elas atuam enquanto movimento social, ocupando espaços de diálogo com o Estado. Os demais repertórios, caracterizados por consultorias ao Estado e às organizações feministas e por capacitações direcionadas a mulheres e meninas não organizadas, não estão compreendidos sob a insígnia do político, ainda que o mantenham em seu horizonte, pois a capacitação dada às mulheres as incentiva a ocupar esses espaços. Não faria sentido, para o MMC, chamar um de seus eixos de atuação de político, pois as militantes camponesas compreendem toda a sua atuação como política.

A intencionalidade das campanhas e formações e capacitações

Duas ações são comuns às organizações: as capacitações, chamadas no MMC de formações, e as campanhas. Porém, o uso que é feito delas difere, diferindo, com isso, as performances.

Para o MMC, é essencial que as mulheres se engajem na organização para que seja possível a libertação das mulheres via transformação da sociedade. É preciso, portanto, criar maneiras de incentivar o engajamento político das trabalhadoras rurais na organização. Para isso servem as formações, momentos nos quais as militantes trabalham, nos grupos de base, com as potenciais militantes. Por isso, as formações, para além de se constituírem como espaços de informação e aprendizagem, devem poder encantar as mulheres com a proposta do MMC, com a proposta de assumir a luta como um compromisso pessoal. Assim, as formações são espaços mais lúdicos em que os temas abordados partem sempre da realidade das mulheres e são trabalhados em linguagem extremamente simples e num tempo não muito longo. Os encontros são recheados de símbolos, dinâmicas, músicas e poesias, dando o caminho pelo qual a formação deve seguir. As mulheres devem chegar ao fim da formação tendo a sensação de contentamento e a vontade de voltar mais vezes.

Para o Coletivo Feminino Plural, é essencial que as mulheres se empoderem e ocupem os espaços políticos, tendo condições de lutar por seus direitos para que as transformações sociais em direção à equidade de gênero sejam possíveis. Para isso, as capacitações são importantes, pois são momentos em que as mulheres podem aprender sobre seus direitos, a história do feminismo, o funcionamento das instituições e quem deve ser acionado em caso de violação de algum direito. As capacitações, portanto, possuem um caráter mais informativo, o foco não está no engajamento na organização, mas sim no conteúdo transmitido pela organização. As mulheres com que a ONG tem contato nessas informações podem não vir a fazer parte dela, mas é importante que estejam preparadas para assumirem espaços que antes não assumiam. A dimensão organizativa, no sentido do engajamento, portanto, não está tão presente nas ações do Coletivo Feminino Plural como está presente nas do MMC, ainda que ela não seja desconsiderada. Isso faz com que os quadros interpretativos de motivação sejam menos mobilizados pela ONG nas suas ações.

As campanhas também são utilizadas de maneiras distintas. As do MMC geralmente são pensadas dentro da Via Campesina e constituem, para a organização, oportunidade de fomentar debates e formações internas e na base, além de poderem possibilitar o uso dos repertórios de ação voltados aos protestos de rua. Já as do Coletivo Feminino Plural, geralmente acompanhando a movimentação internacional das mulheres, servem como mais um meio de entrada das pautas feministas no Estado, além de possibilitarem a criação de novos projetos. O alcance, a forma de trabalhar e os alvos da campanha, portanto, são diferentes.

Os corpos coletivos e individuais e seus sonhos

Por último, chama-se a atenção para um elemento que marcou bastante as diferenças entre as reivindicações de uma e de outra organização, assim como o trabalho desenvolvido com as mulheres, seja nos repertórios internos do MMC, seja nos repertórios de trabalho direto com mulheres e meninas do Coletivo Feminino Plural: a figura da mulher ou, como se considera aqui, o corpo da mulher.

Ambas partem do corpo feminino para se chegar às formulações finais sobre a sociedade na qual homens e mulheres poderão gozar da simetria de poder. Até lá, um longo caminho é percorrido por esse corpo e a ele vão se agregando outros elementos. Capitalismo, agronegócio, sistema sócio-econômico, sistema de raça/etnia vão deixando

suas marcas, fazendo emergir os sujeitos de luta. Nas lutas, os corpos vão se somando a outros corpos, permitindo às mulheres sonharem com um mundo melhor. Porém, embora partam do mesmo corpo, pois partem da mesma origem, a saber, sistema patriarcal ou de gênero, não parece ser o mesmo corpo em todos os momentos em ambas as organizações.

O MMC identifica como sujeito de luta a mulher trabalhadora rural, pois ao patriarcado se agregou o capitalismo. Assim, o corpo feminino se particulariza e, em todos os momentos da organização, é a partir desse corpo particularizado que as mulheres são introduzidas na teoria e prática do MMC, vide a metodologia com que a organização trabalha, que parte sempre da experiência concreta do público com o qual se trabalha. Porém, esse corpo não trava a luta sozinho. As mulheres aprendem que fazem parte de uma classe maior, a classe dos trabalhadores, que comporta corpos masculinos e femininos, urbanos e rurais. É essa classe, considerando o feminismo, que travará a luta pela transformação da sociedade e que verá seus direitos respeitados, é dentro dessa classe que o sonho por um mundo melhor para as mulheres é possível e alcançado juntamente com os demais corpos que dela fazem parte. Os temas e direitos referentes à mulher trabalhadora rural são, então e aos poucos, alçados aos temas e direitos referentes à mulher trabalhadora e, por fim, à classe trabalhadora. O MMC faz, com isso, um movimento que vai do particular para o geral, de um corpo em particular para um corpo coletivo, marcado pelas diferenciações existentes entre os sexos masculino e feminino.

Já o Coletivo Feminino Plural parece fazer o movimento contrário. Ele também parte do patriarcado, porém não qualifica os meios – urbano e rural – nos quais o patriarcado se desenvolveu, tampouco torna necessária a relação entre patriarcado e capitalismo. O ponto de partida é, então, o corpo da mulher sem distinções, apenas com o sexo feminino presente. Assim, os temas trabalhados e os direitos reivindicados dizem respeito a esse corpo. Porém, juntamente com sistema de gênero, outros sistemas começam a imprimir suas marcas e, assim, o corpo da mulher vai se desdobrando em corpos de mulheres: mulheres negras, indígenas, com deficiência, lésbicas. Os temas e direitos precisam, então, dar conta dessa diferenciação e assim vão também se desdobrando nos direitos das mulheres que carregam essas marcas. São essas mulheres, empoderadas de seus corpos, que travarão a luta por uma sociedade melhor. São elas que precisam tomar a palavra e se fazerem ouvir tanto na esfera pública, quanto na privada. Quanto mais mulheres melhor, porém isso não significa que esse movimento

deva ser feito, necessariamente em coletivo. O Coletivo Feminino Plural faz, assim, um movimento que vai do geral para o particular; do reconhecido do corpo feminino para o reconhecimento do meu corpo feminino; para a necessidade do meu empoderamento. A organização não despreza a coletividade das mulheres. Neste sentido, uma das coordenadoras afirma que “*nós mulheres precisamos nos unir, os homens já são unidos. É incrível como eles se defendem e se protegem*” (Gabriela). Porém, essa união não é necessariamente construída desde o início segundo uma coletividade, ela pode acontecer nos encontros das mulheres nesses espaços de poder, ou seja, após a tomada de consciência de seus corpos e da necessidade de se empoderarem.

Os sonhos com outra sociedade, nesse movimento do particular para o geral e do geral para o particular, podem ser percebidos em dois trechos, retirados dos materiais da organização.

Até que ponto a gente pode realizar nossos sonhos?
 Um bom exercício é pensar em como estou vivendo hoje, como ocupo meu tempo, se aproveito as oportunidades e luto por elas.
 Fazer uma medida no tempo. O que quero ser daqui cinco anos, por exemplo. Agora pense se é possível, do ponto que você está, chegar lá.
 Tente planejar cada passo, mesmo que seja delírio. Isto ajuda a ver o futuro e nos manter com o pé no chão.
 Muito do que somos depende de nós, e o mundo, cabe também a nós transformar. Cada um pode fazer sua parte.
 Participe, agite, opine, critique, colabore, exija seus direitos.
 E lembre: seu corpo é só seu. Cuide dele com carinho (trecho retirado da cartilha Meninas e Jovens construindo a cidadania, da ONG Coletivo Feminino Plural)

O Passo seguinte

O passo seguinte não é o próximo
 O passo seguinte é o necessário,
 Para termos a certeza
 De que continuaremos caminhando juntas (os),
 Unidas(os) pelos mesmos ideais de luta,
 Pelos mesmos sentimentos de liberdade
 Pelos mesmos compromisso de transformação!

Fragmentos do poema de Edmundo Colen (poema retirado da publicação Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida, do Movimento de Mulheres Camponesas)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O longo caminho percorrido entre a definição de movimento social até a análise das relações estabelecidas pelos quadros interpretativos e repertórios de ação conduziu o leitor pelos meandros de duas organizações, Coletivo Feminino Plural e Movimento de Mulheres Camponesas, no que diz respeito às suas interpretações e às suas práticas, evidenciando os pontos em que as primeiras possuem interfaces com as segundas. Tais interfaces mostraram que não apenas as oportunidades políticas e estruturas de mobilização devem ser consideradas na análise dos repertórios de ação, como também os quadros interpretativos estão aí implicados.

O ponto de partida da pesquisa foi o conceito de movimento social proposto por Diani (1992), que, a partir da síntese entre quatro teorias, concebeu o movimento social como uma rede complexa de interações – existente numa sociedade complexa – entre variados atores e interações que produzem uma unidade no movimento baseada não na uniformidade, mas na pluralidade de discursos e ações. Isso permitiu elucidar o que são o Coletivo Feminino Plural e o Movimento de Mulheres Camponesas e o próprio movimento feminista. As duas organizações são, como foi visto, partes integrantes do movimento feminista, que conserva a diversidade presente no conceito proposto por Diani. Por nascer da e lidar com a contingência, o movimento feminista não poderia ser de outra forma que não a multifacetada, pois que diferentes são as mulheres existentes na sociedade no que tange às suas condições e construções sociais. São essas mulheres e é para essas mulheres que as organizações do movimento feminista surgem e atuam, caso das organizações em questão.

O passado recente do Brasil, permeado por debates acerca da condição social da mulher importados da Europa e dos Estados Unidos da América e da condição social e política do país, fizeram com que o feminismo assumisse, no país, os contornos das mulheres que com ele foram tendo contato e, a partir disto, se envolveram na causa feminista. No meio rural, elas foram estimuladas a participarem das organizações comunitárias propostas pelas CEBs e pastorais sociais a fim de reverter a situação de pobreza em que se encontravam os trabalhadores rurais. No meio urbano, elas se engajavam nas lutas contra a ditadura militar, trazendo para as organizações do campo da esquerda a marca do feminismo. Em ambos os casos, as mulheres foram ocupando espaço na esfera pública, fato que marcaria o surgimento do Coletivo Feminino Plural e

do MMC. Porém, ainda que o passado tenha sido compartilhado, o surgimento das duas organizações marcou o movimento feminista com a diversidade expressa por Diani.

Os quadros interpretativos de ambas as organizações partiram da condição social subordinada da mulher, marcada pela assimetria de poder típica de sociedades patriarcais, e fizeram derivar daí os males sociais que enfrentam as mulheres. Questões relativas à saúde, violência, sexualidade e cultura foram, em maior ou menor grau, verificadas em ambas as organizações, porém de formas diferenciadas. Para o Coletivo Feminino Plural, o sistema de gênero, que faz com que a mulher, independente da classe social, tenha seu poder diminuído pelo simples fato de ter nascido biologicamente fêmea, é responsável pelo desrespeito e não garantia dos direitos das mulheres. Para o Movimento de Mulheres Camponesas, o sistema patriarcal-capitalista na sua relação necessária é o responsável pelo sofrimento causado às mulheres trabalhadoras, em especial às trabalhadoras rurais, que sofrem não apenas por terem nascido fêmeas, mas por pertencerem à classe dos explorados, sendo mais impossível sua libertação sob esse sistema. Seus direitos enquanto mulheres da classe trabalhadora encontram-se aviltados.

As soluções e as motivações para a luta também apresentam semelhanças e diferenças, compondo a pluralidade do movimento feminista. Para ambas foi visto ser necessária a ocupação dos espaços públicos e de decisão por parte das mulheres, ou seja, o protagonismo é fundamental. A forma e onde exercer esse protagonismo é que varia, apresentando, inclusive, diferenças nos objetivos. Foram analisados diferentes espaços nos quais ele é exercido: conselhos, fóruns, comunidades e, até mesmo, a rua devem ser ocupados por mulheres, por exemplo. Os objetivos de tal ocupação podem ser desde a conquista e exercício da cidadania, ampliando com isso a democracia, até a confrontação do sistema capitalista para posterior implementação do socialismo, o que possui implicações nos símbolos adotados. Símbolos pertencentes à tradição revolucionária da esquerda, ao feminismo ou às lutas por direitos humanos compõem um leque diversificado de enquadramentos que é mobilizado pelas organizações.

Esta diversidade também se expressou no que tange aos repertórios de ação. Diferentes espaços de ação, diferentes maneiras de se conceber o Estado – ora como aliado, ora como inimigo -, estão presentes no horizonte da transformação social para as organizações, que também buscam em repertórios de ação de grande ou pequeno alcance a mobilização das mulheres para a luta. Os parceiros e os tipos de reivindicações também variam e dependem do que está em jogo. As performances desenvolvidas no cotidiano fazem com que as organizações, ainda que adotem o mesmo

tipo de ação, o levem a cabo de forma diferente, o que pode ser verificado nos casos das campanhas e formações/capacitações. Em todas as ações, se as organizações se apresentaram ou não elas próprias como espaços nos quais as mulheres podem se engajar para travar a luta feminista é uma questão que não depende apenas dos repertórios de ação, mas dos quadros interpretativos, o que reitera a importância da relação estabelecida entre quadros interpretativos e repertórios de ação.

Os quadros interpretativos, ao configurarem o sujeito de luta, o inimigo e os objetivos e estratégias da organização, não dão conta apenas da interpretação das organizações, mas também das ações das mesmas. Definir o sujeito de luta mostrou ter implicações nas reivindicações, no público-alvo das ações e na maneira em que ele seria mobilizado/trabalhado. O inimigo traz consigo os alvos das ações e o tipo de ação que se mostra eficaz para combatê-lo. Os objetivos e estratégias também repercutem nos tipos de ação de que se valerão as organizações, sendo aqui respondida a questão acerca da apresentação ou não da própria organização como alternativa para aquelas que procuram se engajar. As ações empreendidas, mesmo que sejam as mesmas, terão intencionalidades diferentes conforme o horizonte que a organização procura alcançar.

Portanto, os quadros interpretativos influenciam os repertórios de ação das organizações, tanto com relação às ações adotadas, quanto com relação ao conteúdo das mesmas. Eles parecem ser determinantes para a escolha das ações, não sendo uma condição suficiente, mas uma condição necessária para a análise dos repertórios de ação numa determinada época.

Por fim, ressalta-se duas questões residuais desta pesquisa que, se não encontrarão aqui uma resposta, encontrarão, pelo menos, um caminho para sua pesquisa. Melucci (2001) parece ter acertado em duas questões: a primeira diz respeito à formação da identidade coletiva nas ações empreendidas pela organização ou movimento social; a segunda diz respeito à complexidade das sociedades contemporâneas. Ainda que Coletivo Feminino Plural e Movimento de Mulheres Camponesas compartilhem de pressupostos comuns, como, por exemplo, a origem da opressão das mulheres no sistema patriarcal, a necessidade de defender os direitos assegurados a elas e a necessidade de seu empoderamento, ambas pareceram não se reconhecer enquanto parte do mesmo movimento, a saber, do movimento feminista. Quando perguntado nas entrevistas sobre as relações com outras organizações feministas e até mesmo sobre a existência de outras organizações feministas, nenhuma foi referida no discurso da outra; nas formulações escritas tampouco. Também não

foram encontradas ações em que as duas tenham participado conjuntamente, mesmo naquelas ações em que o MMC se deslocou para Porto Alegre, somando-se a outras organizações nas comemorações ao 8 de março. Sobre as ONGs, uma das dirigentes do MMC afirmou serem elas importantes para as elaborações teóricas do feminismo, podendo, inclusive, haver algum contato entre o MMC e uma ONG nesse sentido. A ONG se encarregaria de dar uma formação teórica para as camponesas, numa ação parecida com as contidas nos repertórios do Coletivo Feminino Plural. Porém, essas ações não foram identificadas pela dirigente como ações participantes das ações do movimento feminista. Em verdade, no Rio Grande do Sul, a dirigente afirmou não haver parcerias – que foram chamadas não de parcerias, mas de alianças – com ONGs. Por outro lado, nos parceiros do Coletivo Feminino Plural não figuram organizações como o MMC. Parece ser o caso que, ainda que teoricamente partilhem de pontos em comum e, na prática, de ações em comum, por darem diferentes intencionalidades, conteúdos e formatos às suas ações, MMC e Coletivo Feminino Plural não se enxerguem como organizações pertencentes ao mesmo movimento, corroborando com a tese de Melucci (2001). É no terreno das ações que as identidades são formadas e as organizações se enxergam como partes integrantes de um todo.

A segunda questão diz respeito à relação estabelecida entre *master frames* e repertórios de ação. Grande parte dos quadros interpretativos do MMC e do Coletivo Feminino Plural foi forjada sob os *master frames* da revolução e dos direitos humanos, respectivamente. Ambos deram diferentes orientações não apenas para os prognósticos, como também para as ações das mesmas. Ainda que algumas ações tenham sido compartilhadas, como as formações/capacitações e campanhas, outras pareceram estar fora do escopo de uma e outra organização. A formulação e controle de políticas públicas não parecem ser concebíveis para o MMC, mesmo que não seja negada a relação com o Estado, assim como a ocupação de espaços públicos ou privados parece estar fora de alcance para o Coletivo Feminino Plural. Isso sem falar das simbologias e palavras de ordem das organizações. Elas parecem buscar seus quadros interpretativos de fontes diferentes, fazendo com que dessa fonte se derivem, também, parte dos repertórios de ação. Melucci (2001), ao falar sobre a complexidade das sociedades contemporâneas, nas quais distintos estratos geológicos da história humana convivem, parece ter antecipado a questão com que esta dissertação se deparou. Os *master frames* da perspectiva revolucionária, que se direcionam para a superação do Estado burguês em direção ao socialismo, e os dos direitos humanos, que se direcionam para a

ampliação das democracias via ampliação da cidadania e espaços de exercício da mesma, convivem hoje no Rio Grande do Sul por meio dessas duas organizações, ambas feministas. Parece ser o caso que os *master frames* funcionam como uma caixa de ferramentas da qual as organizações escolherão, dentro de seus limites, aquelas ações que julguem apropriadas às interpretações que fazem sobre o mundo e como/em que sentido transformá-lo. Se colocados ambos os *master frames* numa espécie de cálculo lógico, tem-se que:

Quadro 1 – Master frames dos direitos humanos e revolução

Master frame dos Direitos Humanos:	Master frame da revolução:
<p>P1: Os Estados são responsáveis por garantir que os direitos humanos sejam cumpridos.</p> <p>P2: Aos direitos humanos foram incorporados os direitos das mulheres.</p> <p>P3: Os Estados devem agir e pensar segundo uma perspectiva feminista para que sejam efetivos na elaboração e cumprimento de estratégias em prol dos direitos humanos.</p> <p>P4: O exercício da cidadania depende da garantia dos direitos humanos.</p> <hr/> <p>C: As organizações de movimentos sociais que trabalham e têm por princípio os direitos das mulheres entendidos como direitos humanos farão ações que visem o aperfeiçoamento do Estado no objetivo de implantar os direitos humanos. Isso não significa abandonar a postura crítica, até porque as falhas precisam ser apontadas para que sejam aperfeiçoadas.</p>	<p>P1: O patriarcado é anterior ao capitalismo, porém incorporado por este.</p> <p>P2: Os Estados servem econômica, política, cultural e moralmente à classe dominante, a burguesia.</p> <p>P3: A burguesia possui como sistema de organização social o capitalismo.</p> <p>P4: O capitalismo se estrutura segundo a opressão e exploração de classe, de gênero e de raça.</p> <p>P5: A superação do capitalismo ocorre através da tomada do poder numa perspectiva socialista por parte da classe trabalhadora organizada em massa.</p> <p>P6: A luta socialista deve-se aliar a luta pelo fim do patriarcado, a luta feminista.</p> <hr/> <p>C: As organizações de movimentos sociais que trabalham e têm por princípio o feminismo e a tomada do poder segundo o socialismo farão ações que visem a superação do Estado, no objetivo de implantar as condições necessárias à superação do capitalismo. Isso não significa abandonar a perspectiva de luta por direitos, desde que ela seja vista como passo importante para a implementação das condições revolucionárias (empoderamento das mulheres e melhores condições de luta).</p>

Fonte: elaborado pela autora

Essa questão mereceria um estudo aprofundado dos *master frames* existentes nos movimentos sociais hoje, bem como das ações empreendidas por esses movimentos. Tal questão foge às pretensões desta pesquisa, ficando como sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J. Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 1998, v. 13, n. 37, p.5-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>>

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76, p.49-86, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>> Acesso em: 9 out 2011.

ALONSO, Ângela. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia** v. 2. p.3-21 – 41, 2012. Disponível em: <<http://usp-br.academia.edu/AngelaAlonso/Papers>>.

ALVAREZ, Sonia. Advocating Feminism: The Latin American NGO "Boom". **International feminist journal of politics**, 1999 - Taylor & Franci. Disponível em: <https://www.mtholyoke.edu/acad/spanish/advocating_feminism>

ALVAREZ, Sonia. Feminismos Latinoamericanos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v.6, n.2 (2008). Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12008/11293>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. Ed. Brasiliense. São Paulo: 1982.

BENFORD, Robert D. e SNOW. Clarifying the relationship between framing and ideology in the study of social movements: A comment on Oliver and Johnston, DA Snow, RD Benford – **Mobilization**, 2000. Disponível em: <social-engineer.org>

BENFORD, Robert D. et al. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**. v.26, p.611-639, 2000.

BRAH, Avtar. Ain't I a Woman? **Journal of International Women's Studies**. v.5, May 2004.

BRITO, Maria; NOEMI, Castilhos. Movimento de mulheres no sul do Brasil : 1975-1986. In: **Mulheres: da domesticidade a cidadania : estudos sobre movimentos sociais e democratização**. Sao Paulo: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**. v.7, p.50-81, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Klauss Brandini Gerhardt (trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CONTE, Isaura Isabel et. al. A construção do feminismo e da identidade camponesa no Movimento de Mulheres Camponesas. In: **FAZENDO GÊNERO**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em:

<http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277818545_ARQUIVO_AConst_rdoem-fazgen-Isaura.pdf> Acesso em: 9 out. 2011.

COSTA, Ana Alice A. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. *Gênero*, v. 5, n.2, p. 9-35, 2005.

DAGORD. In. **Violência contra a mulher**: as políticas públicas de âmbito municipal/ organizado por Télia Negrão; ilustrado por Vit Nuñez – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**. v.12, p.175-204, 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>>.

DIANI, Mario. The Concept of Social Movement. **The Sociological Review**. v.40, 1.ed. p.1–25, February 1992.

ENCARNACIÓN, Omar G.. **The myth of civil society**: social capital and democratic consolidation in Spain and Brazil. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GOSS, Kristin A. et. al. Organizing Women as Women: Hybridity and Grassroots Collective Action in the 21st Century. **Perspectives on Politics**. v. 8, p.27-52, 2010.

HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista**; a política sexual de uma palavra. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332004000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 mar. 2012.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

HIRATA, H. e KERGOAT D. A Classe Operária Tem Dois Sexos. In: **Revista Estudos Feministas**. v.2, n.3. 1994.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. In.: **Revista Estudos Feministas**. v.2, n.3. 1994.

JENKINS, J. Craig. La teoría de la movilización de recursos y el estudio de los movimientos sociales. **Zona Abierta**, Madrid, n.69, p.5-49, 1994.

LUSA, Mailiz Garibotti. Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas - Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, Manuela de Sousa. Trajetórias em movimentos: a construção da identidade política na organização das mulheres trabalhadoras rurais em Minas Gerais. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MCADAM Doug; Sidney Tarrow; Charles Tilly. **Para mapear o confronto político**. n.76, São Paulo: Lua Nova, 2009.

McADAM, Doug. Orígenes terminológicos, problemas actuales, futuras líneas de investigación. In: **Movimientos Sociales, Perspectivas Comparadas**: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales. Sandra Chaparro (trad.). Espanha: Istmo, 1999.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas**. Trad. Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** São Paulo: Lua Nova. n.17, jun, 1989 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan. 2013.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. NIEM / UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cynthia.pdf> Acesso em: 12 nov. 2011.

NARVAZ, Martha Giudice. A história das desigualdades de gênero. In: **Violência contra a mulher**: as políticas públicas de âmbito municipal/ organizado por Télia Negrão; ilustrado por Vit Nuñez. – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006.

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978 – 1990. In. **Política, Protesto e Cidadania no Campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores no Rio Grande do Sul**. Ed. UFRGS. Porto Alegre: 1996.

NEGRÃO, Télia; HEINZELMANN, Neusa. As Redes de Apoio para Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. In: **Violência contra a mulher**: as políticas públicas de âmbito municipal/ organizado por Télia Negrão; ilustrado por Vit Nuñez. – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006.

NEGRÃO, Télia; FERNANDES Aparecida Luz; OLIVEIRA, Fátima. **Vida, saúde e sexualidade das mulheres em regime semi-aberto**: a um passo da liberdade – um projeto de prevenção em DSTs/HIV/AIDS com mulheres presas. Porto Alegre, 2005.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 15, 2006, Caxambu-MG. Disponível em: <<http://201.86.212.89.static.gvt.net.br/destaques/dh/subsidios/dher05/Texto%20%20-%20Novellino%20-%20ONGs%20Feministas%20Brasileiras.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

OLIVER, Pamela E. and HANK, Johnston. 2000. **What a Good Idea: Frames and Ideologies** in Social Movements Research. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~oliver/PROTESTS/ArticleCopies/Frames.2.29.00.pdf>>

PALUDO, Conceição (org). **Mulheres: resistência e luta em defesa da vida**. São Leopoldo: Cebi, 2009.

PATEMAN, Carole. The patriarchal welfare state. In: **The welfare state reader**. Edited by Francis G. Castles and Christopher Pierson. Cambridge: Polity Press. 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia Política, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104447820100002&lng=p&nrn=iso> Acesso em: 12 dez 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher E Política No Brasil Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, 2008. Disponível em: <journal.ufsc.br>

PINTO, Celi Regina. As ONGS e a política no Brasil: presença de novos atores. **Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 3, p. 651-670, Rio de Janeiro, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Revista Sociedade & Cultura**. v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/viewArticle/5247>>

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero e Trajetória Política das Mulheres. In: **Violência contra a mulher: as políticas públicas de âmbito municipal/ organizado por Télia Negrão; ilustrado por Vit Nuñez**. – Cachoeirinha: Prefeitura Municipal: Coordenadoria Municipal da Mulher, 2006.

PRÁ, Jussara Reis; BRITO, Maria Noemi Castilhos. “Movimento de mulheres no Sul do Brasil: 1975 a 1987”. Cadernos de Estudos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre: UFRGS, n. 1, p. 28-41, dez. 1988.

PRÁ, Jussara Reis. EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**. v. 20, n. 1, jan/abr 2012.

ROHLINGER, Deana A. Framing the Abortion Debate: Organizational Resources, Media Strategies, and Movement-Countermovement Dynamics. **The Sociological Quarterly**. v. 43, p. 479-507, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. Vozes: 1976.

SHAAF, Alie van der. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, Marcelo Kunrath. De volta aos movimentos sociais? – Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, p. 2-9, 2010. Disponível

em:

<http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/ojs/index.php/ciencias_sociais/article/view/165/35>. Acesso em: 9 out. 2011.

SKOCPOL, Theda. **Diminished democracy: from membership to management in american civic life**. Norman, OK: University of Oklahoma Press, 2004.

SNOW, David, et al. **Frame Alignment Processes, Micromobilization and Movement Participation**. Disponível em <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/2095581?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100797924671>>.

SOARES, Vera. **Movimento feminista: paradigmas e desafios**.1994. Disponível em: <<http://journal.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16089/14633>>.

STEINBERG, Marc W. **Tilting the frame: Considerations on collective action framing from a discursive turn**. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/658033?uid=2129&uid=2&uid=70&uid=4&sid=21100797924671>>

TARROW, Sydney. **Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics**. Cambridge University Press, 1998.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. Ana Maria Sallum (trad.). Petrópolis: Vozes, 2009

TILLY, Charles. **Contentious Performances**. Ed. Cambridge University Press, 2008.

ZALD, Mayer N. Cultura, ideología y creación de marcos estratégicos. In: **Movimientos Sociales, Perspectivas Comparadas: oportunidades políticas, estructuras de movilización y marcos interpretativos culturales**. Sandra Chaparro (trad.). Espanha: Istmo, 1999.

Sites consultados:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>

http://www.bridgew.edu/SoAS/JIWS/May04/Phoenix_Brah.pdf

<http://www.femininoplural.org.br>. Acesso em 28 dez. 2011

www.mmcbrazil.com.br . Acesso em 28 dez. 2011.

Documentos consultados:

As metodologias feministas: Experiência da Escola Lilás de Direitos Humanos. Realização Coletivo Feminino Plural. (CD room) Porto Alegre 2011.

Boletim informativo Palavra de Mulher, março de 2012.

Cartilha A Violência Sexual contra Meninas. Publicação do Coletivo Feminino Plural 2005.

Cartilha Agricultura Camponesa (MMC –RS), 2005.

Cartilha Agricultura Camponesa. Publicação do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul – MMC-RS. Outubro de 2005.

Cartilha Educação Popular e Organização das Mulheres 2010 (formação interna da base do movimento)

Cartilha Gênero, Classe e Projeto Popular: compreender mais para lutar melhor. Caderno de formação nº 1. MMTR-RS. Elaboração: Conceição Paludo e Vanderléia L.P. Daron. 2001.

Cartilha Gênero, Sexualidade e Direitos das Mulheres - AMTR-SUL. abril de 2008.

Cartilha Meninas e Jovens Construindo a Cidadania – Coletivo Feminino Plural. 2009.

Cartilha Mulheres Camponesas em Defesa da Saúde e da Vida – AMTR-SUL. 2008.

Cartilha Mulheres camponesas, rompendo o silêncio e lutando pela não violência. Novembro, 2005. (Publicação do MMC Brasil).

Cartilha Mulheres camponesas: caminhando rumo à superação da violência novembro 2008 (Associação Nacional de Mulheres Camponesas)

Cartilha nº21 – Resoluções Políticas – IV Assembléia Nacional. Publicação: Consulta Popular (2011).

Cartilha nº4 – Trabalho de Base. Publicação: Consulta Popular, 2000.

Cartilha Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação – AMTR-SUL, 2001.

Cartilha Plantando Saúde pelos Caminhos do RS (publicação MMC-RS), 2010.

Cartilha Soberania alimentar: compreensão e ação na luta camponesa – Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS, 2007.

Coletivo Feminino Plural: Panfleto Cidadania e direitos humanos das mulheres e das meninas. Coletivo Feminino Plural

Com todo amor dessa vida. Realização Coletivo Feminino Plural. Direção Claudinho Pereira. Roteiro: José Antônio Silva (DVD)

Desperta Mulher. Informativo do Movimento de Mulheres Camponesas – RS. a. XVI, n. 89, abr. mai. jun. 2010.

Desperta Mulher. Informativo do Movimento de Mulheres Camponesas – RS. a.XVI, n. 88, jan. fev. mar de 2010.

Informativo Palavras Generosas. Boletim informativo do Coletivo Feminino Plural. Março 2012.

Material informativo 8 de março: Dia de luta e resistência pelos direitos das mulheres. MMC

Material informativo Rumo a 7ª Assembléia do MMC/RS 20 anos de MMC; luta, conquistas e resistência em defesa da vida.

Panfleto 10 anos de Coletivo Feminino Plural – 1996 a 2006. Coletivo Feminino Plural, 2006.

Panfleto As mulheres e o tabagismo: uma nova questão na agenda feminista. Coletivo Feminino Plural.

Panfleto campanha Ponto Final na Violência Contra as Mulheres e Meninas. Coordenação geral: Rede Feminista de Saúde, RHEG, Coletivo Feminino Plural.

Panfleto Com todo amor dessa vida: prevenção das DST, HIV e AIDS. Coletivo Feminino Plural.

Panfleto Escola Lilás de Direitos Humanos apresenta: Direitos das Meninas em Cena!
Panfleto Lei Maria da Penha para dar um Ponto Final na Violência contra as Mulheres. Rede Feminista de Saúde

Panfleto Meninas e Jovens Construindo a Cidadania. Coletivo Feminino Plural.

Panfleto Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil

Panfleto Nossos corpos, nossas vidas, nossa saúde: pelo direito e a liberdade de decidir. Coletivo Feminino Plural, 2008.

Panfleto SOS: violência contra a mulher é uma questão de saúde pública. Coletivo Feminino Plural.

Publicação da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil. Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. Abr, 2008. Organizada por Vanderléia L. P. Daron e Zenaide Collet.

Relatório de pesquisa Gênero e tabaco: as mulheres e o tabagismo – uma nova questão na agenda feminista. Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais. Maio de 2010.

Sumário executivo Mulheres não esperam mais, acabemos com a AIDS e a Violência já.
Monitoramento da inclusão da violência contra mulheres na resposta á AIDS no Brasil.
Coordenação Coletivo Feminino Plural.